UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

WELLINGTON CORREIA DE OLIVEIRA

**Bibliotecas populares, territórios em disputa:
suas flutuações semânticas, epistêmicas e político
culturais**

SÃO PAULO
2021

WELLINGTON CORREIA DE OLIVEIRA

**Bibliotecas populares, territórios em disputa:
suas flutuações semânticas, epistêmicas e político
culturais**

Versão Corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e informação.
Linha de pesquisa: Apropriação Social da Informação.
Orientador: Prof. Dr. Edmir Perrotti

SÃO PAULO
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Wellington Correia de
Bibliotecas populares, territórios em disputa: suas
flutuações semânticas, epistêmicas e político culturais /
Wellington Correia de Oliveira ; orientador, Edmir
Perrotti. -- São Paulo, 2021.
218 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Biblioteca Popular 2. História da Biblioteconomia 3.
Mediação Cultural 4. Protagonismo Cultural 5. Biblioteca
Forum I. Perrotti, Edmir II. Título.

CDD 21.ed. - 0.20

Nome: OLIVEIRA, Wellington Correia de

Título: Bibliotecas populares, territórios em disputa: suas flutuações semânticas, epistêmicas e político culturais

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Avaliação em: 16/04/2021 Conceito: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edmir Perrotti (Orientador)

Instituição: PPGCI/ECA/USP.

Julgamento: _____

Profa. Dra. Isa Maria Freire

Instituição: PPGCI/UFPB

Julgamento _____

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Instituição: PPGCI/FFC/UNESP-Marília

Julgamento _____

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, José Terto Correia de Oliveira, pelos momentos de ensinamento,
compaixão e amizade.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Edmir Perrotti pela paciência, pela determinação e pela abundância de reflexões, mas principalmente pela compreensão das minhas “fraturas” contribuindo no meu crescimento intelectual e científico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP/ECA por ter me aceitado e prorrogado os prazos de defesa durante a pandemia atitude necessária para a conclusão dos trabalhos e o equilíbrio da saúde mental.

Ao amigo Marcos Passos por ter potencializado minha motivação de cursar o mestrado na ECA/USP através dos papos via Messenger.

A Prof. Dra. Ivete Pieruccini pelos momentos de aprendizados compartilhados nas disciplinas e nos corredores da USP.

Aos professores Fernando Modesto e Oswaldo Almeida Júnior pelos apontamentos e sugestões realizadas no exame de qualificação e defesa.

Aos colegas participantes das disciplinas de Mediação Cultural e Infoeducação pelas reflexões e opiniões desenvolvidas ao longo do ano letivo. Em especial, às amigas Adriana Rodrigues, Andressa Barbosa, Fernanda Lima, Leia Santos, Regina Garcia Brito e Silvana Arduini.

Aos colegas da Coordenadoria Setorial de Bibliotecas de Campinas pela paciência e as ausências no trabalho.

Aos colegas bibliotecários do SISEB, em especial à Analma Moura, pelas conversas em torno das discussões sociais da biblioteca pública.

Aos amigos voluntários da Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Sumaré pelo testemunho e dedicação ao incentivo à leitura.

Aos amigos Juliane, Vânia e Valdomiro pelo companheirismo e aprendizados e demais colegas do IFSP, campus Piracicaba.

Agradeço a todos que marcaram esta trajetória com suas perguntas e opiniões e contribuíram para a realização deste projeto, em especial à Cibele Silva da Cruz.

Finalmente, agradeço à minha família, em especial a minha esposa, Juliana Fernanda da Silva, e minha filha, Olívia Silva Correia, pelos momentos de alegria, reflexão e compaixão aos períodos de dedicação a este trabalho.

"Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado."

(FREIRE, 1996, p. 23)

RESUMO

Este trabalho trata das flutuações apresentadas pelo termo e pelo conceito de “biblioteca popular”, no país. Tais variações parecem apontar, não apenas para questões semânticas e epistêmicas específicas da área, mas para a problemática geral das relações mantidas historicamente entre Biblioteca, Sociedade, Educação e Cultura em nossa sociedade, em especial, a chamada Educação Popular. Para tanto, foi retomado o percurso histórico das “bibliotecas populares” não só no Brasil, como também na Europa e na América Latina em geral, a fim de situar a questão em escala ampla, com atenção especial ao contexto brasileiro. Foram coletados dados na literatura apresentada nas áreas de Biblioteconomia, Educação, História e Ciências Sociais, atentando-se fundamentalmente para as correlações das bibliotecas populares - ou sob outras nomeações - com processos de leitura, cultura e educação. Os modelos epistêmicos, de bases histórico cultural (Bibliotecas *Templum*, *Emporium*, *Forum*), apresentados por Perrotti (2017), orientaram a coleta, análise e interpretação dos dados. Neste sentido, as flutuações terminológicas das bibliotecas populares indicam também ambiguidades conceituais em relação a esses espaços, manifestadas em discursos e políticas que se situam em um leque extenso e diferenciado de posições face à problemática da universalização do acesso à educação e à cultura surgida na modernidade. É possível abrigarem-se sob o mesmo termo, tanto relações de dominação e exclusão socioculturais, como de resistência e emancipação intelectual e política. Sob o viés do protagonismo cultural, que distingue e dá sustentação ao epistema do *Forum*, a pesquisa aponta para a importância de abordagens histórico culturais, capazes de ultrapassar reduções e naturalização das instituições culturais como as bibliotecas. Ao serem definidas mais por seus qualificadores que por sua substância, mais pelos adjetivos (popular, pública, comunitária, escolar) que pelo substantivo (biblioteca) que as distinguem, temos em decorrência, ao processo de naturalização que acaba por não considerar o caráter histórico-cultural das instituições sociais. Deixa-se, assim, de se reconhecer paradigmas socioculturais que regem as relações históricas das Bibliotecas com seus contextos. Vista sob perspectivas histórico-culturais as flutuações do termo e do conceito de biblioteca popular inscrevem-se nas dinâmicas da ordem social e dos atores aí presentes, além de apontar para fraturas, conflitos e disputas que vem caracterizando Bibliotecas e Biblioteconomia na modernidade.

Palavras-chave: Biblioteca Popular. História da Biblioteconomia. Mediação Cultural. Protagonismo Cultural. Biblioteca *Templum*. Biblioteca *Emporium*. Biblioteca *Forum*.

ABSTRACT

This worksheet deals with the fluctuations presented by the term and by the notion of “popular library”, in Brazil. Such variations seem to point, not only to semantic and epistemic issues specific to the area, but to the general problem of the relations historically maintained between Library, Society and Popular Education in our society, specially the so-called Popular Education. To this end, the historical path of “popular libraries” was resumed not only in Brazil, but also in Europe and Latin America in general, in order to situate the issue on a broad scale, with special attention to the Brazilian context. To this end, data were collected in the literature presented in the areas of Library Science, Education, History and Social Sciences, taking fundamental attention to the correlations of popular libraries - or under other derivations - with processes of reading, culture, and education. The epistemic models, based on cultural history (Libraries *Templum*, *Emporium*, *Forum*), presented by PERROTTI (2017), guided the collection, analysis and interpretation of data. In this sense, the terminological fluctuations of popular libraries also indicate conceptual ambiguities in relation to these spaces, manifested in speeches and political practices that are situated in an extensive and differentiated range of positions regarding the issue of universal access to education and culture that emerged in modern times. It is possible to shelter under the same term, both relations of socio-cultural domination and exclusion, as a way of resistance and intellectual and political emancipation. Under the bias of cultural protagonism, which distinguishes and supports the *Forum's* epistem, the research points to the importance of historical and cultural approaches capable of overcoming reductions and naturalization of cultural institutions such as libraries. By being defined more by their qualifiers than by their substance, more by the adjectives (popular, public, community, school), than by the noun (library) that distinguishes them, we have in decorrence, to the naturalization process that ends up not considering the historical-cultural character of social institutions. Thus, it fails to recognize the socio-cultural paradigms that govern the historical relations of the Libraries with their contexts. Seen under these historical-cultural perspectives as fluctuations in the term and the notion of popular library are part of the dynamics of the social order and cultural actors present there, in addition to pointing to fractures, conflicts and disputes that have been characterizing Libraries and Librarianship since modern times.

Key-words: Popular Library, Librarianship History. Cultural Mediation. Cultural Protagonism. Libraries *Templum*, Libraries *Emporium*, Libraries *Forum*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Projeto n. 72 de 1895 - Criação da Biblioteca Popular	116
Figura 2 -	Projeto de Lei n. 72 de 1895 – Alteração da denominação, Biblioteca Pública	116
Figura 3 -	Emenda ao projeto n. 72.....	117
Figura 4 -	Projeto n. 6.....	120
Figura 5 -	Projeto de Lei n. 69	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	METODOLOGIA.....	19
2	QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO	25
2.1	BIBLIOTECA	25
2.1.1	Biblioteca e Sociedade	33
2.2	POPULAR	37
2.3	CULTURA	39
2.3.1	Cultura Popular	42
2.4	MEDIAÇÃO CULTURAL	47
3	BIBLIOTECA POPULAR	52
3.1	BIBLIOTECAS POPULARES NA EUROPA	52
3.1.1	Nomenclaturas	52
3.1.2	Concepções	61
3.1.3	Políticas	79
3.2	BIBLIOTECAS POPULARES NA AMÉRICA LATINA	89
3.2.1	Nomenclaturas	89
3.2.2	Concepções	95
3.2.3	Políticas	102
3.3	BIBLIOTECAS POPULARES NO BRASIL	108
3.3.1	Nomenclaturas	108
3.3.2	Concepções	122
3.3.3	Políticas	154
4	BIBLIOTECA POPULAR: TERRITÓRIO EM DISPUTA	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIAS	196

1

Introdução

1 INTRODUÇÃO

Na literatura especializada da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, é possível encontrarmos variados e recentes trabalhos referentes à relação das Bibliotecas com a sociedade brasileira (CRIPPA, 2015; FROTA, 2014; GOMES, 2014; LESSA; GOMES, 2017; MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014; MEDEIROS, 2010; RASTELI; CAVALCANTE, 2013; SILVEIRA; REIS, 2011). Todavia, diante da emergência da “era da informação”, apesar de tal existência, há necessidade de ampliação desse debate e de rediscussão do papel das bibliotecas, em nossa época, enquanto instância especial e fundamental de educação cultural (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Tal papel lhes foi sendo progressivamente atribuído com o advento da Modernidade, condição que colocou em questão a exclusividade dos modelos patrimonialistas e eruditos de bibliotecas prevalecentes na Antiguidade e na Idade Média, e que chegaram a nós, via Europa.

Este trabalho propõe, assim, a retomada do percurso histórico-cultural das chamadas “bibliotecas populares”, especialmente no Brasil, considerando, como ponto de partida, todavia, contextos, contribuições e influências das concepções de bibliotecas populares presentes na literatura internacional e que aportaram no país por diferentes vias e formas, colocando-se neste processo como fenômeno educacional e cultural relevante, suscitando questões, problemas e debates capazes de permitir a compreensão de caminhos que até o momento marcam modos históricos de relacionamento da sociedade brasileira com as problemáticas educacionais e culturais.

Desse modo, a intenção é tentar apreender e discutir as flutuações envolvendo o termo e o conceito de Biblioteca Popular, especialmente no Brasil, considerando, ainda, quadros internacionais onde a formulação também aparece. As oscilações referidas poderão ser índice (GINZBURG, 1989)¹ de modos históricos de pensar e de fazer, amplos e correntes em nosso país, mas não exclusivamente aqui, sobretudo quando se trata de aproximação das classes populares com os universos da Educação e da Cultura.

Partindo desse princípio, além de buscas procurando identificar o momento em que o termo emerge no cenário cultural do país, deveremos nos concentrar nas

¹ Paradigma indicial. Cf. GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

concepções, nas políticas e ainda nas transformações históricas que as bibliotecas populares e os discursos sobre ela apresentam entre nós, relacionando tais aspectos aos objetivos fixados de identificação e compreensão do sentido histórico e cultural das flutuações terminológicas e epistêmicas apresentadas pela nomeação de Biblioteca Popular.

Ao que consta, desde o século XIX, o termo é utilizado entre nós, com sentidos que variam conforme os enunciados e os contextos em que aparece. De qualquer forma, já nessa época foram lançadas dúvidas quanto à sua utilização e, neste sentido, temos aí, junto com seu surgimento na esfera pública, a instauração concomitante do processo de flutuação que nos interessa aqui. Desse modo, esta se afigura somente como questão semântica? Ou situa-se além da semântica, indicando questões epistêmicas, políticas, sociais, culturais que marcam até o presente as dinâmicas envolvendo as relações Biblioteca, Educação, Cultura e Sociedade no Brasil?

Oficialmente ou não, a afirmação da importância educacional e cultural das bibliotecas é algo corrente em nossa sociedade. No entanto, as práticas sociais concretas impuseram e continuam impondo a elas um papel secundário, instrumental e quase sempre marginal na vida sociocultural brasileira. Temos, neste sentido, uma dinâmica ambígua e tensa de aproximação e distanciamento que caracterizaria não só relações mantidas historicamente entre sociedade e biblioteca, no Brasil, mas entre os fenômenos educacionais e culturais em geral, sobretudo quando pensados à luz das suas relações com o Estado e particularmente com as classes populares. Neste sentido, as flutuações terminológicas das bibliotecas populares, observáveis ao longo do tempo, talvez sejam apenas a ponta de um imenso *iceberg*, face visível da ambiguidade fundamental e vasta que marcaria as relações das elites com as questões educacionais e culturais. Discursos e práticas não convergiram, gerando quase sempre mais problemas que soluções de problemáticas que afetam grandes setores populacionais e o próprio país em seu todo.

Portanto, este trabalho visa contribuir para o avanço da compreensão das conturbadas relações mantidas entre Biblioteca e Sociedade, no Brasil, bem como para o desenvolvimento das bibliotecas e da Biblioteconomia brasileira, no século XXI, atentando para suas potencialidades educacionais e culturais, na chamada “era da informação”.

A partir da Segunda Guerra Mundial, diferentes sociedades, em escala global, vêm sofrendo profundas modificações nos seus padrões políticos, socioeconômicos, educacionais e culturais. Tais modificações são impulsionadas, dentre outros fatores, por fenômenos como o processo de globalização, a valorização do conhecimento como recurso estratégico de desenvolvimento, a difusão e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a expansão do ensino formal, com processos de universalização da alfabetização, da escolarização e do ensino superior. A explosão informacional e o desenvolvimento acelerado das TICs, por exemplo, provocam alterações nos espaços culturais, na produção e na difusão de maior número de informações e ocasionam, muitas vezes, não só a renovação acelerada da informação e do conhecimento, mas, em movimento contrário, sua diluição e banalização.

Em países desiguais como o Brasil, esse desenvolvimento tecnológico, segundo Almeida Júnior (1997),

atende a um diminuto e restrito público, capacitado, principalmente pela sua condição econômica, a se utilizar das facilidades e comodidades que tais avanços propiciam. [...] não é apenas a capacidade de se utilizar das novas tecnologias que torna seu público restrito, mas, como observam AYALA & AYALA (1987, p.56) 'Na sociedade capitalista [...] a desigualdade econômica engendra a desigualdade de acesso aos outros bens produzidos pela sociedade, inclusive a cultura. Deste modo, os dominados economicamente também o são política e culturalmente'. Obviamente, a informação não foge desse contexto. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 11)

Na mesma linha de pensamento, isto é, salientando as fraturas informacionais de nossa época, Arruda (2000) afirma que, apesar de os livros passarem a ser produzidos em maior número e em menor tempo “é interessante salientar que o acesso às fontes bibliográficas continuava representando um privilégio de poucos” (ARRUDA, 2000, p. 5).

Tais fatos trazem diversos desafios às bibliotecas públicas, conforme apontado por Machado e Suaiden (2013), e demandam outros conceitos e serviços paralelos e alternativos aos das tradicionais bibliotecas públicas centradas fundamentalmente na difusão cultural, como veremos adiante. Tais instituições se veem, ironicamente, em crise em pleno momento das chamadas “Sociedades da Informação” e, neste sentido, é necessária a discussão dos princípios que as constituíram e continuam presentes até a época atual.

No Brasil, segundo Suaiden (2000), o acesso à informação nunca foi uma prioridade de Estado, apesar de inúmeros governos estaduais tomarem a iniciativa de criar bibliotecas públicas. Estas, no entanto, em sua maioria, mesmo obedecendo a padrões conceituais e metodológicos tradicionais, não apresentaram infraestrutura mínima para funcionamento e atendimento dentro de tais padrões. Em decorrência, a “imagem passou a ser negativa, pelo povo e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos” (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Almeida Júnior (1997), enfatizando as inovações tecnológicas em suas relações com a ordem político cultural, afirma:

As bibliotecas públicas, aquelas que trabalham diretamente com a população, não se utilizam, assim, dos avanços tecnológicos para melhor atender a seus consulentes, pois sua função não é instrumentalizar a população para que esta possa fazer frente aos ditames da classe dominante. Ao contrário, deve ela servir como um aparelho ideológico do Estado, preservando e reproduzindo as condições atuais. As bibliotecas poderiam estar contribuindo com as classes populares, fortalecendo seus mecanismos de defesa: oferecendo condições para um aumento do seu grau de consciência; possibilitando a aquisição de instrumentos que possam ser utilizados como armas contra a opressão. Muitas outras contribuições poderiam ser arroladas, que auxiliariam na resistência cultural das classes populares. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 16)

Silva e Silva (2010, p. 204) referem-se à biblioteca como “um instrumento de grande valor teórico-prático”. Lembram, todavia, que esta “precisa ser identificada em sua essência, tanto em seu caráter funcional como institucional para se configurar efetivamente como útil à sociedade”. Nesses termos, podemos perguntar como desenvolver um espaço de reconhecimento social, quando, por exemplo, o próprio espaço físico da biblioteca comumente não é adaptado para tal fim. São correntes salas e prédios feitos para outros fins e que terminaram se tornando bibliotecas improvisadas, que possuem, quando muito, estantes com livros muitas vezes inadequados aos públicos, sem renovação, ampliação e desenvolvimento dos acervos.

Conforme Silva e Silva (2010), para ganhar identidade, a biblioteca precisa de pré-requisitos: intencionalidade política e social, espaço físico, acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais. Nesses requisitos, inscrevem-se e

incluem-se, portanto, os quadros ideológicos em que se situa. Ela estaria reproduzindo desigualdade social ou colaborando para a redução desta? Estaria atuando para superar as fraturas informacionais e culturais de nossa época?

Segundo Silva e Silva (2010), os grupos socialmente dominantes atuam, em geral, para a manutenção dos poderes consolidados, apesar de reações das classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, a biblioteca seria um aparelho ideológico, inserido em tais dinâmicas. Com suas ações distantes da realidade e das necessidades sociais efetivas, com populações que não a compreendem e não são compreendidas por ela; então as bibliotecas públicas passam a desempenhar papéis contraditórios. De um lado, têm potencial para a contestação e as transformações sociais, para expressão das classes populares; de outro, sua precariedade no país indica adaptação aos interesses dominantes, objetivados em políticas executadas e controladas pela burocracia e seus processos e normas.

Pautadas pela ordem burocrática, grande parte das nossas bibliotecas públicas estão voltadas, em geral, para segmentos alfabetizados e escolarizados, além de apresentarem uma concepção mercadológica de serviço, exemplificada pelos dias e horários “comerciais” de atendimento ao público. É nesses termos que a biblioteca se tornaria instrumento de perpetuação da dominação, fortalecendo concepções de ações de conservação (concepção patrimonialista, como categoria norteadora do controle cultural) e de difusão (concepção distributivista, voltada à assimilação cultural, via acesso aos bens culturais consagrados) (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014).

A constatação de Machado e Suaiden (2015) sobre bibliotecas e sociedade no Brasil do “final do século XX”, reafirma a validade de nossa preocupação com tal temática:

[...] ao final do século XX verificava-se um modelo de biblioteca distante da realidade dos trabalhadores e das necessidades informacionais dos cidadãos. A biblioteca pública brasileira ainda representa a imagem de ‘templo do saber’, de lugar esotérico, ou de prestígio, a qual pertence somente aos intelectuais, ou ainda após a escolarização desta, é vista como um local apenas para os estudantes. E exatamente a parte da população brasileira que mais precisa dessa instituição pública não consegue construir uma identificação, então a rejeita e não cobra das autoridades e agentes políticos investimento nelas. Assim, essas bibliotecas não conseguem prover serviços de qualidade que atendam às necessidades informacionais da comunidade, inclusive ela desconhece essas

necessidades, e não se consegue romper esse modelo que leva à estagnação dessa instituição. (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 29)

Flusser (1983) enfatiza que “a ideologia da democratização cultural tem as suas raízes na ideia da democracia política. Da mesma forma que todos os homens têm direito ao trabalho, à saúde, à educação, ao lazer, todos os homens também têm direito à cultura” (FLUSSER, 1983, p. 154), mesmo que, acrescenta o autor, possamos notar que é impossível apresentar um conceito de cultura que satisfaça a todos. Neste sentido, o autor aponta também em direção à busca de relações necessárias entre sociedade e equipamentos culturais, como as bibliotecas, problemática que está na base desta dissertação.

Questões referentes às bibliotecas comunitárias possuem afinidade com as das bibliotecas populares e merecem ser mencionadas nesta introdução, em que pese o tratamento apenas incidental que será dado aqui à questão. Apesar disso, interessamos identificar possíveis diferenças no sentido de melhor compreender a Biblioteca popular, objeto em que concentramos nossas atenções.

Tentativas de sistematização e conceituação das bibliotecas comunitárias, realizadas por Machado (2009), podem, talvez, ajudar na caracterização da modalidade, bem como nas distinções entre bibliotecas públicas e populares. Para Machado (2009), biblioteca comunitária caracteriza-se como:

[...] um projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social. (MACHADO, 2009, p. 91)

Segundo a autora, para se compreender a biblioteca comunitária, é necessário ir além das reflexões pautadas somente no espaço, acervo, público atendido e nos serviços oferecidos. É necessário adicionar à reflexão, a observação contextual,

[...] se as observarmos em seu contexto, levando em conta toda a complexidade que as envolve e considerarmos outros aspectos, podemos identificar particularidades que as distinguem, tais como: 1) a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural; 2) a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; 3) o

processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade; 4) a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; 5) o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (MACHADO, 2009, p. 88)

Portanto, discutir os pressupostos teóricos dos conceitos e identificarmos as concepções propostas na literatura internacional e nacional, seu contexto histórico-cultural e sua correlação ou autonomia face às concepções de bibliotecas públicas, talvez não seja tarefa nada simples e signifique buscar conexões que muitas vezes não são apreendidas com facilidade.

Todavia, enfrentar riscos é parte de um projeto de pesquisa que, dentre outros papéis, deve servir também para fazer avançar distinções as quais, mesmo sem solucionar definitivamente problemas, permitam desenvolvimentos essenciais, tanto teóricos como práticos. Por isso, reconhecer as múltiplas dimensões da biblioteca em suas relações com a sociedade é, de fato, compreender a circularidade de suas concepções face a diferentes meios sociais e culturais. Ao mesmo tempo, é desfazer a noção, certamente equivocada e ainda existente, de que a biblioteca é um dispositivo estático, limitado ao papel social de um prestador de serviços.

Da mesma forma que vários dos autores aqui citados, compreendemos a necessidade de repensar e/ou reinventar a instituição biblioteca em nosso país, a partir não somente da simples introdução e apropriação das tecnologias impostas pela atualidade, mas da rediscussão do discurso e das práticas construídas em torno dela. Neste caso específico, trata-se de compreender as flutuações da denominação, em especial do termo “popular” apostado à biblioteca, e que, em seu cerne, aponta para a problemática de sua contextualização histórico-social.

Portanto, esta pesquisa visa responder a questões como: o que vem sendo definido e difundido entre nós sob o termo de biblioteca popular? Quais suas concepções em diferentes períodos e contextos históricos? Quais as relações com a sociedade propostas para ela? Quais as influências históricas, culturais e políticas na sua formação e existência?

Para efetivar estes questionamentos, nosso objetivo é identificar, analisar e interpretar as flutuações do termo bibliotecas populares, em especial no Brasil, à luz de sua contextualização histórico-social. Especificamente, optamos por um estudo histórico bibliográfico, de caráter exploratório, e que visa:

- Mapear o momento e as condições de surgimento do termo, no exterior e, sobretudo, no país;
- Identificar concepções de biblioteca popular propostas na literatura nacional e internacional da Biblioteconomia;
- Identificar e descrever elementos teóricos e práticos constitutivos e distintivos da biblioteca popular, segundo tal literatura;
- Estabelecer nexos entre bibliotecas populares e dinâmicas educacionais e culturais na sociedade brasileira.

1.1 METODOLOGIA

A preocupação em apreender as flutuações do conceito de biblioteca popular se justifica pela importância que bibliotecas podem ter na vida sociocultural e educacional e que, até o momento, não foi efetivamente assumida no Brasil. Dada, todavia, sua importância em diferentes aspectos individuais e coletivos das dinâmicas culturais, envolvendo sobretudo as relações dos setores populares com a educação e a cultura, torna-se fundamental tal estudo, “partindo do princípio de que é importante a utilização de termos claros e significativos dentro de uma área de pesquisa” (MACHADO, 2009, p. 81), e considerando, sobretudo, que há ainda poucos estudos sobre a temática por nós proposta. Consequentemente, a falta de clareza, de exatidão e delimitação do termo biblioteca popular, especialmente em relação a outros, como “comunitária” e “pública”, justifica sobremaneira a iniciativa aqui proposta, tendo em vista, que a flexibilização terminológica e conceitual poderá não ser simples questão semântica e epistêmica, mas apontar para sérios problemas implicando as relações da sociedade brasileira com os fenômenos educacionais e culturais, especialmente quando estes envolvem setores desfavorecidos da população do país.

Além de faltarem estudos em geral, aqueles que se preocupam com a gênese das bibliotecas populares e sua evolução nos estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação são, muitas vezes, ofuscados pela dificuldade com a delimitação do conceito, dos espaços e das políticas educativas e culturais por elas desenvolvidas. Por isso, retroceder historicamente para perceber os fatores das primeiras bibliotecas e suas correlações com a educação, a escrita e outras formas de comunicação é atitude cientificamente salutar, além de colaborar para o preenchimento dessa conduta histórica ausente nos estudos da área.

O tema "Biblioteca popular" pode ser abordado sob muitas perspectivas. As pautas de discussões envolvendo-o são múltiplas; e, apesar da escassez de estudos sobre a temática, contamos com as reflexões da dissertação "Bibliotecas Populares: características e confrontos", de autoria de Almeida Júnior (1992), um dos poucos estudos sistemáticos a tratar do tema, no país, até os dias de hoje. O estudo é uma referência no campo, dadas as importantes questões ali tratadas, como a discussão das funções da biblioteca pública (educacional, recreacional, cultural e informacional), a correlação e o confronto dos interesses e necessidades da população, assim como a apresentação e descrição das propostas das bibliotecas alternativas, entre elas as chamadas "populares".

Outro tema abordado, principalmente nas discussões dos espaços da biblioteca em relação à sociedade, é a significação da biblioteca na vida de cada pessoa, ou seja, sua mediação e função social, sua relação e associação aos diferentes poderes. Como afirma Paulsen (1987, p. 74) a "biblioteca desempenha um papel de fundamental importância dentro do quadro de dominação" e "é necessário ter-se presente que, ainda que a biblioteca seja um canal fundamental no processo de conscientização, ela não está isolada". Portanto, Paulsen (1987, p. 75) afirma que é oportuna a problematização das bibliotecas "a fim de que se abra caminho à conscientização popular e que as reais funções [...] sejam descobertas nessas relações".

Diante destes discursos e das posteriores leituras, espera-se que a rediscussão do conceito popular apostado ao de biblioteca ajude na compreensão dos seus pressupostos norteadores e, conseqüentemente, no questionamento de suas concepções e políticas permitam avançar entendimentos fundamentais que dificultam o avanço das bibliotecas e da Biblioteconomia no país. A narrativa histórica, ao evidenciar a flutuação das terminologias e dos conceitos, seus pressupostos e desdobramentos, traz, com certeza, elementos para a compreensão das causas geradoras das dificuldades de relações entre Biblioteca e Sociedade, no Brasil, podendo servir, portanto, no sentido de alteração de tal realidade.

Desse modo, com este trabalho, espera-se contribuir para esclarecer dois níveis de problema que afetam as relações das bibliotecas com a sociedade brasileira e que estão incrustados em suas políticas públicas:

em uma política pública encontram-se dois componentes agregados, um aparente e outro implícito. O componente aparente é expresso pelos documentos oficiais, de diferentes órgãos governamentais, em diversos níveis decisórios, apresentando os objetivos, a distribuição de responsabilidades pela implantação dos meios e as regras que regulam esta implementação. Identifica-se o componente implícito da política em políticas gerais do Estado, nas ideologias vigentes e nas estruturas permanentes do poder. (MENOU, 1991, p. 50 apud OLIVEIRA, 1994, p. 28)

Diante dessas considerações, este estudo constitui-se como pesquisa qualitativa, de caráter histórico-cultural e documental, do tipo exploratória/descritiva, que busca, por meio do estudo de evidências explícitas, compreender dimensões implícitas, obscurecidas muitas vezes por discursos que mais do que desvelar, encobrem problemas que necessitam de enfrentamento direto. Segundo Gil (1994, p. 43) as pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado”. Por outro lado, as pesquisas descritivas, de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 44) “vão além da simples identificação da existência de relações variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”. Nesse sentido, esta dissertação tem como abordagem um estudo histórico-cultural das bibliotecas intituladas como populares, suas concepções modelares, suas relações com paradigmas socioculturais que as definem e por elas são definidas. Interessa-nos entender sua problemática associada às transformações do próprio campo de estudos das Ciências Sociais Aplicadas (Biblioteconomia e Ciência da informação), assim como às de campos como a Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Estudos Culturais e História Social.

A pesquisa tem por método a dinâmica “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI e LAKATOS, 2012, p. 106). Para tanto, as categorias analíticas, conforme definição de Minayo (2004, p. 93), são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Portanto, o estudo do corpus levantado será feito, assim, a partir de categorias de análise relacionadas às Bibliotecas Populares, como: “concepções”, “nomenclaturas” e “políticas”. Além disso, para investigarmos o histórico das bibliotecas populares, recuperamos parte

dos estudos relativos à história da leitura, em uma perspectiva teórica e metodológica própria da História Cultural.

Nesta perspectiva, utilizaremos como universo as bibliotecas denominadas populares, presentes na literatura europeia e latino-americana. A escolha dos países estrangeiros se dá em função da importante influência que exerceram na formação cultural do Brasil, com foco nas heranças educacionais e culturais de nossa Biblioteconomia: As “semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos (pode) contribuir para uma melhor compreensão do comportamento humano”. (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 107).

A organização desta dissertação é descrita a seguir:

Como já apresentado, na Introdução, contextualizamos a nossa temática, assim como os pressupostos e as justificativas e, desta forma, os objetivos, a hipótese e, por fim, nossa metodologia.

No segundo capítulo, buscamos compreender os conceitos que envolvem o universo do nosso objeto de pesquisa: a biblioteca popular. Ademais, no contexto da nossa temática, os termos e conceitos não são específicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, por isso é necessário referenciar as reflexões provenientes das Ciências Humanas e Sociais. Abordamos as concepções de biblioteca, popular, cultura, cultura popular e mediação cultural, além de referirmo-nos a tipos de relações históricas entre biblioteca e sociedade.

No terceiro capítulo, intitulado Biblioteca Popular, propomos entender a flutuação terminológica, por meio das variadas nomenclaturas, concepções e políticas das bibliotecas populares, desde o seu florescimento na Europa até sua irradiação na América Latina e Brasil.

No quarto capítulo, sob a perspectiva do protagonismo cultural, propomos olhar a Biblioteca enquanto tal, com seu significado histórico e cultural, enquanto instituição autônoma, com vida própria e essencial, e não como dispositivo subsidiário aos processos históricos e sociais. Assim, metodologicamente, centramo-nos na compreensão do substantivo uma vez que face a nossos objetivos era preciso pensar o aspecto, a modalidade específica, o adjetivo (popular) em quadros culturais abrangentes e dotados de centralidade. Em outras palavras, tratava-se de apreender relações abrangentes, mantidas não somente entre Biblioteca e Sociedade, no Brasil, mas entre Cultura e Sociedade, já que o pressuposto de nossas análises é o da centralidade da cultura nas relações sociais, tal como defendido por Hall (1997, p. 44);

então consideramos a expansão substantiva da cultura, “sua crescente centralidade nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidades e subjetividades”. Ou seja, esta dissertação apoia-se na ideia de que as bibliotecas são instituições essenciais nos quadros das culturas letradas de nosso tempo e que desempenham um papel central nas relações mantidas pela sociedade com a memória social. Elas determinam e são determinadas pelos processos indispensáveis de produção social de sentidos. Memória e informação são duas faces inextricáveis de uma mesma moeda: a significação.

Por fim, nas Considerações finais tratamos de pontuar a importância das discussões, da extensão complexa e da enorme variedade de aspectos e temas correlacionados às bibliotecas populares, assim como a urgente discussão da biblioteca e de seus vínculos históricos com a sociedade, no Brasil.

2

QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO

2 QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO

Da mesma forma que Biblioteca escolar, universitária, pública, comunitária, Biblioteca popular é um termo composto, formado por um substantivo e um adjetivo. Neste sentido, compartilha como os demais uma substância comum que os define - tudo é biblioteca-, da mesma ordem que aspectos que o singularizam, distinguem, diferenciam dos demais. Em sua *Introdução à Biblioteconomia*, Fonseca (2007) chama a atenção para o seguinte fato: “podemos dizer que não há concretamente biblioteca no singular e sim bibliotecas, na pluralidade que se impõe em nossos dias”. A biblioteca pública é tão diferente da biblioteca nacional quanto a biblioteca escolar da biblioteca especializada.

Esse processo de diferenciação das bibliotecas, segundo Fonseca, é um fenômeno histórico: “Essas diferentes categorias não existiam na Antiguidade, sendo uma exigência da nossa época” (FONSECA, 2007, p. 49). Nesses termos, ao nos referirmos às Bibliotecas Populares - assim como às demais modalidades -, estamos diante de uma instituição que cumpre um papel milenar relacionado à memória social, da mesma forma que diante de fenômenos históricos circunscritos, que estão na origem e desenvolvimento da modalidade específica. As diferentes épocas e contextos “atualizarão”, assim, fenômenos cujas origens se perdem, muitas vezes, nas brumas do tempo e, com isso, adquirirão traços próprios de seu tempo e espaço.

Assim sendo, trata-se, inicialmente, de definir aqui os modos como os termos “Biblioteca” e “Popular” foram se aproximando, tanto na literatura biblioteconômica como em outras referências provindas das ciências humanas e sociais, em geral. Por outro lado, trata-se, ainda, de considerar, nesta parte, dois conceitos centrais à nossa temática, a saber os de cultura e de mediação cultural, categorias que, somadas às outras, são indispensáveis ao desenvolvimento desta pesquisa sobre as flutuações de sentido do termo Biblioteca Popular, no Brasil.

2.1 BIBLIOTECA

Conceituar biblioteca é caminho longo que remete aos modos como ela foi se constituindo e se definindo, ao longo de seu desenvolvimento. Poderá ser promissor, neste sentido, referirmo-nos à categorização apresentada por Araújo (2017), em artigo que busca apresentá-la em conjunto com outros campos que são contíguos ao da

Biblioteconomia, como a Arquivologia e a Ciência da Informação. Por mais problemáticas que sejam as lógicas classificatórias utilizadas pelo autor, o quadro por ele produzido recentemente tem a vantagem de situar a questão tanto em perspectiva passada, como em relação a questões contemporâneas e que estão diretamente vinculadas à conceituação de biblioteca e à problemática que nos interessa.

Segundo Araújo (2017), as matrizes e manifestações do pensamento biblioteconômico, sobretudo no século XX, em escala internacional apresentariam “quatro principais manifestações: as correntes funcionalista, crítica, de estudos sobre os sujeitos e sobre a representação” (ARAÚJO, 2017, p. 69). Se tal categorização é, sem dúvida, contraditória do ponto de vista de sua ordenação lógica, não permitindo, em função disso, distinções fundamentais dadas suas incoerências formais, oferece, elementos para compreendermos a existência de diferentes posições teóricas e conceituais presentes no campo biblioteconômico e que permitirão, talvez, levar à compreensão de problemas que estão ligados às flutuações terminológicas das bibliotecas populares. Em outros termos, seriam tais flutuações devidas exclusivamente ao adjetivo popular ou o próprio termo biblioteca apresenta diferentes facetas e sua definição revelaria muito mais o autor da definição que o objeto definido?

Da sua origem até a sua consolidação científica, a Biblioteconomia, enquanto campo de conhecimento, segundo Araújo (2013, p. 41), teria emergido efetivamente e se consolidado, como uma disciplina em busca de autonomia, no final do século XIX e início do XX, na Europa e Estados Unidos; momento composto por variadas correntes de pensamentos das ciências sociais e humanas.

Diante dessas considerações, é importante destacar, segundo Araújo (2017, p. 69), que “às primeiras manifestações de espaços específicos (que seriam conhecidas, séculos depois, como ‘bibliotecas’) voltados para a guarda e a preservação de registros do conhecimento humano” só é possível com o desenvolvimento e os usos sociais da escrita.

[...] Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação. Surgiram tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras e para as regras de preservação e conservação física dos materiais. (ARAÚJO, 2017, p. 69)

No Renascimento, com “a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcaram a transição do Antigo Regime para a

Modernidade” (ARAÚJO, 2017, p. 69), surgiram as “Bibliotecas Nacionais”, com sua distintiva marca de caráter público, como conceito moderno das transformações drásticas ocasionadas “em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito)” (ARAÚJO, 2017, p. 69).

A existência das Bibliotecas Nacionais ocasionou a produção de manuais técnicos de trabalhos, como por exemplo o *Advis pour dresser une bibliothèque*, de G. Naudé, datado de 1627, ou o “*Manuel du bibliothécaire, accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*”, de autoria de Jean Pie Namur, publicado em 1834. Portanto, com as Bibliotecas Nacionais

são formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos - o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes voltados para as regras de administração das rotinas destas instituições. (ARAÚJO, 2017, p. 69)

No século XIX, com o Positivismo, as ciências sociais e humanas adotaram o modelo dominante das ciências exatas e naturais, isto é, voltaram-se “para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos”. (ARAÚJO, 2017, p. 69). Tal direção científica conduziu não só à pretensão de constituição da Biblioteconomia como a um campo científico autônomo, capaz de ultrapassar a dimensão organizacional técnico-especializada, como também a adotar critérios próprios aos tempos positivistas, suas demandas e postulados. Temos, assim, em consonância com tal projeto, a “consolidação de teorias e regras de catalogação (como as de Panizzi, de 1841, e de Jewett, de 1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica (sendo o mais importante deles o de Dewey, de 1876) (ARAÚJO, 2017, p. 69).

Segundo Araújo (2017), a consolidação da Biblioteconomia como campo disciplinar, nos finais do século XIX, teria operado a junção da perspectiva patrimonialista das bibliotecas da Antiguidade, centrada na custódia de documentos que registrariam a produção simbólica humana com a perspectiva da Modernidade, segundo a qual a biblioteca “devia ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia”, mas não apenas para isso. Junto das Bibliotecas Nacionais, surgiram, assim, as bibliotecas públicas (*public libraries*), com finalidades distintas e centradas sobretudo nos usos dos acervos e não apenas em sua

conservação. É assim que, no final do século XIX, estão em paralelo duas concepções distintas: de um lado, “um pensamento voltado essencialmente ‘para dentro’: para os documentos e coleções guardadas nas bibliotecas; para as rotinas e dinâmicas das bibliotecas; e para as regras de catalogação e classificação das coleções” (ARAÚJO, 2017, p. 70); de outro,

manifestos e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem as bibliotecas. Adjetivos como ‘viva’, ‘dinâmica’ e ‘ativa’ começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. (ARAÚJO, 2017, p. 70)

O ideal iluminista da universalidade democrática, isto é, dentre outros aspectos da vida social, do acesso de todos os cidadãos à educação e à cultura, é um dos motes dessa abordagem (ARAÚJO, 2014, p. 19) e que podemos chamar de “democratização cultural”, distinguindo-a do enfoque da “democracia cultural” (DARRAS, 2003) que se seguiria à crítica diante da crise dos modelos iluministas.

Esta perspectiva herdada da filosofia das luzes, objetivada com a criação das *public libraries*, no final do século XIX, criticava, por exemplo, as funções tradicionais e patrimonialistas das instituições culturais, exigindo uma atuação educacional e cultural mais ativa destas nos contextos sociais, deslocando o foco, portanto, dos seus acervos e suas técnicas para as relações mantidas entre estas categorias e seus públicos. Diante de tal situação, Araújo (2017, p. 71) reforça que

as funções da biblioteca variam em função das necessidades das diferentes sociedades nas diferentes épocas e, assim, a biblioteca deve ser mais do que ‘truques para encontrar determinado livro’, deve atender a sociedade em todas as suas potencialidades. (ARAÚJO, 2017, p. 71)

Essa preocupação das bibliotecas como agência social de educação e cultura para diferentes públicos ganhou volume no século XX, produzindo diferentes contribuições ao campo biblioteconômico, dentre as quais devem ser destacadas as atribuídas à “Escola de Chicago”, por meio da *Graduate Library School*, fundada em 1928; esta escola teve um papel relevante no campo, nasce como esforço de desenvolvimento de bases epistêmicas sólidas para a área, marcadas, ainda, com um

forte compromisso com suas origens funcionalistas e pragmáticas, conforme ressalta Keitty Rodrigues Vieira (2019).

Com o objetivo de desenvolver um programa de pós-graduação para bibliotecários cujo foco era a pesquisa, a *Graduate Library School* reuniu alguns dos nomes mais influentes da área, no período, que seriam reconhecidos internacionalmente, como, por exemplo, Lee Pierce Butler, Lester Eugene Asheim e Jesse Hauk Shera. Todavia, considerando suas preocupações de estabelecimento de vínculos fortes entre biblioteca e sociedade, os limites da abordagem funcionalista pesaram sobre suas pretensões de democratização cultural, uma vez que lhe faltava bases para problematizar e compreender as questões educacionais e culturais além de suas premissas funcionais.

Distinta das perspectivas funcionalistas adotadas e difundidas por Chicago e seus expoentes, seria, assim, a tendência na biblioteconomia que Araújo (2017, p. 71) nomeia como “pensamento crítico”

[...] tendo como centro de preocupação as relações às bibliotecas e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva calcada na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. (ARAÚJO, 2017, p. 71)

A abordagem crítica, segundo o autor, parte da realidade humana “fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade”. (ARAÚJO, 2017, p. 71). Tais manifestações seriam mais explícitas nos países do “terceiro mundo”, “bastante vinculadas aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros” (ARAÚJO, 2017, p. 71).

Na perspectiva crítica, “desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para populações excluídas ou marginalizadas [...] que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial”. (ARAÚJO, 2017, p. 71). Com foco em tais populações, são incentivadas, assim, atividades externas, como extensão bibliotecária, carros-biblioteca e serviços de caixa-estante, práticas que passaram a ser denominadas como “ação cultural” ou “animação cultural”, termos que indicam uma intervenção orgânica da biblioteca na transformação da sociedade e não simplesmente em promover seu funcionamento. Em outros termos, os princípios da

ordem social, em geral, são postos em questão por essa perspectiva e a biblioteca passa a ser motor fundamental de transformação política, social e cultural.

Neste sentido, despontam tentativas de estabelecimento de distinções importantes para o desenvolvimento da Biblioteconomia. Flusser (1983), em seus estudos e esforços de sistematizações e aproximações teóricas “identifica duas atitudes de ‘assimilação’ da cultura: uma, estática, passiva, de ver os objetos culturais como bens ‘em si’; outra, dinâmica, ativa, de promover uma análise crítica dessa herança” (FLUSSER, 1983 apud ARAÚJO, 2017, p. 71). Para Flusser (1983), conforme citado por Araújo (2017, p. 71) o profissional é entendido “como agente da emergência cultural, numa prática libertadora, transgressora, proporcionando o surgimento da criação e da invenção”, diferentemente de outra compreensão de ação profissional calcada na identificação do profissional “como agente da domesticação, numa ação manipuladora, normativa, buscando a interiorização de certos valores” hegemônicos. (FLUSSER, 1983 apud ARAÚJO, 2017, p. 71).

Consequentemente, as discussões teóricas voltadas para o campo da Biblioteconomia, sob a perspectiva crítica, concretizam discussões e expressões externadas nas redefinições de biblioteca, em que a definição de Biblioteca (patrimonialista) já não corresponde à proposta de vinculação com a sociedade. Portanto, entende-se a biblioteca

como ‘centro de cultura’ (MILANESI, 1997). Retomou-se assim a importância da expressão ‘biblioteca pública’ (também muitas vezes entendida como um tipo especial de biblioteca pública, a ‘biblioteca popular’), mas num quadro de sentido bastante diferente do modelo funcionalista – embora as designações ‘viva’ e ‘dinâmica’ apareçam em ambos os modelos. (ARAÚJO, 2017, p. 71)

Parece conveniente voltar a dizer que as considerações sobre as abordagens *funcionalista* e *crítica*, proporcionam elementos para tentarmos compreender adiante a problemática da flutuação do termo “biblioteca popular”. Da mesma forma, parece importante referirmo-nos às outras duas tendências, ou seja, as “de *estudos sobre os sujeitos* e sobre a *representação*” e indicadas por Araújo (2017), como “correntes”, quando, na verdade, talvez fosse mais correto tomá-las como derivações das precedentes. Em todo caso, vale referendá-las, aqui. Assim, a corrente dos “estudos sobre os sujeitos” que, compreendidos na perspectiva dos “estudos de usuários”, operam o resgate destes como “sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações,

suas diferentes necessidades e usos” (ARAÚJO, 2017, p. 72). Tais estudos não se limitam somente em compreender a “ação das bibliotecas sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação” (ARAÚJO, 2017, p. 72).

É no sentido de compreensão dos públicos, chamados de “usuários” que se desenvolvem os “estudos de comunidade” executados principalmente pelos bibliotecários e docentes participantes da *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, direção que demonstra o enquadramento de tal proposta como derivação metodológica dos princípios funcionalistas que a orientavam e não uma nova direção epistêmica, conforme afirma Araújo:

Tais estudos tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto [...]. Os principais estudos desenvolvidos nessa linha se focaram nos hábitos de leitura e entre os principais achados estão a percepção de que os meios de comunicação de massa atendiam pouco às necessidades informativas das pessoas; de que as fontes mais buscadas eram os familiares e amigos; e de que o uso de bibliotecas e outros serviços profissionais de informação era muito baixo. (ARAÚJO, 2017, p. 72)

Posteriormente, os “estudos de comunidade” se concentraram nos

estudos de indivíduos específicos, considerados no espaço da biblioteca, passando a se constituir como instrumento de diagnóstico e avaliação dos serviços bibliotecários e dos acervos, no escopo maior das atividades de planejamento. (ARAÚJO, 2017, p. 72)

Na década de 1970, apesar da gama de estudos das diversas pesquisas empíricas (taxas de uso dos itens constantes dos acervos, índices de frequência à biblioteca, estatísticas de empréstimos, tempos de resposta toleráveis, entre outras), não foi possível estabelecer uma comparação dos resultados e uma padronização do escopo de conceitos que envolvem tais indivíduos pesquisados, como por exemplo, os conceitos de necessidade, demanda, desejo, uso e requisito, dentro da temática de “avaliação de coleções” (ARAÚJO, 2017). Apesar de os estudos com a abordagem construtiva nas bibliotecas escolares, apresentados por Carol Kuhlthau (2004), relatarem como os estudantes “estudam, buscam e usam os recursos disponíveis na biblioteca, bem como as habilidades e barreiras que interferem neste processo”. (KUHLLTHAU, 2004 apud ARAÚJO, 2017, p. 72).

Por fim, é importante ressaltar que os trabalhos realizados sob a perspectiva da “Representação” repousam sobre os estudos da descrição e organização dos acervos das bibliotecas. Nesses termos, estas realizações, tal como os estudos das regras de catalogação e dos sistemas de classificação, teriam produzido importantes avanços na criação de instrumentos internacionais, de acordo com Araújo (2017).

Na área de catalogação, foram realizados importantes avanços na criação de instrumentos internacionais de formatos de registros de dados bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso e remissivas para os vários tipos de materiais. [...] no campo das classificações bibliográficas, contudo, que mais houve produção científica. Buscando promover classificações sistemáticas, lógicas, que refletissem de modo crítico e filosófico sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos as teorias e sistemas formulados foram buscar na lógica aristotélica as primeiras contribuições, a partir de conceitos como gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Tais noções estão na base da definição de classificação como hierarquia e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, universais e hierárquicos.[...] Na primeira metade do século XX, surgiu uma outra concepção de classificação: a teoria da classificação facetada, desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan na década de 1930, na Índia.[...] Tais questões estiveram fundamentalmente relacionadas também nos desenvolvimentos posteriores das linguagens de indexação, instrumentos relacionados com a apresentação de termos e frases para expressar o assunto contido nos documentos, principalmente a partir da década de 1950, quando começaram a ser pensados em instrumentos para o novo contexto automatizado. (ARAÚJO, 2013, p. 52)

Se as discussões apresentadas até o momento nos oferecem elementos para situarmos concepções que, como veremos adiante, estão relacionadas ao nosso objeto de pesquisa, abordagens contemporâneas, apresentadas por Araújo (2017, 2013), também podem nos oferecer elementos para o desenvolvimento de nossa problemática. Assim, dentre as diferentes linhagens e temáticas no campo da Biblioteconomia, o autor destaca:

os estudos em mediação e apropriação da informação, a discussão da pós-verdade, a nova biblioteconomia e a nova missão da biblioteca, o gerenciamento do patrimônio cultural, a busca da diversidade e pluralidade pelas bibliotecas, a biblioteca como esfera pública, a biblioteca 2.0, as bibliotecas digitais e o movimento da competência informacional. (ARAÚJO, 2017, p. 68)

Além disso, de acordo com Araújo (2017), este cenário atual conduziu a Biblioteconomia à construção de perspectivas mais amplas e atentas às complexidades dos fenômenos da área, na conjunção das distintas contribuições das correntes teóricas do século XX:

[...] Assim, em anos mais recentes, o que se verifica é uma compreensão de que as bibliotecas desempenham, sim, determinadas funções no todo social, assim como também têm uma atuação ideológica nas relações de conflito e poder, e ao mesmo tempo são apropriadas e vividas pelos sujeitos e, ainda, lidam com fenômenos de representação e produção de significados que se multiplicam e se sobrepõem. (ARAÚJO, 2017, p. 74)

Em resumo, como dito anteriormente, o conceito de biblioteca foi-se transformando ao longo dos tempos e incorporando perspectivas, posições e disputas que continuam marcando sua existência na contemporaneidade. De coleção a ser preservada cuidadosamente por guardiões atentos, a serviço de educação e cultura para todos os públicos, a território de disputas pela memória social, a biblioteca aparece sob diferentes modos na sociedade, e em articulação com os múltiplos aspectos e dinâmicas que a marcam e a caracterizam.

2.1.1 Biblioteca e Sociedade

Compreender a biblioteca, nesses termos, implica refletir sobre os vínculos mantidos pelas sociedades com a instituição e vice-versa. Assim, à medida que a escrita foi desenvolvida, que tais registros foram ganhando importância política e econômica, tratou-se de sistematizar e preservar seus suportes, como documentos fundamentais à preservação e perpetuação da memória social, só posteriormente aparece a importância de sua transmissão em larga escala (MILANESI, 1983). “Assim, com a evolução da humanidade, evolui também a biblioteca, ou seja, as formas de registrar, preservar e transmitir as informações” (PAULSEN, 1987, p. 74). Desse modo, concluiria um estudioso da questão, que “a evolução dos lugares consagrados à leitura é o reflexo da evolução do lugar simbólico concedido ao livro” (HORELLOU-LAFARGE, 2010, p. 132), ou seja, ao suporte que acolhe a escrita, vale dizer, as ideias.

Analisando a biblioteca como agência social de comunicação, Shera² (1972, p. 135 apud GOMES, 1983, p. 5) diz que “as instituições ou agências sociais são criações de seres humanos empenhados em atividade grupal, logo qualquer instituição ou agência pode assumir o papel que o homem lhe destinar”. Nesses termos, por sua natureza complexa e ambígua, a biblioteca é pensada por CARVALHO (1981) nos seguintes termos dialéticos:

[...] os estudos que analisam o papel das instituições são muito fatalistas e se contrapõem a muitos estudos que ressaltam o papel transformador da biblioteca. Essa divisão entre correntes tem prejudicado uma análise mais dialética quanto à abrangência da imposição cultural. A nosso ver, este não é um processo simples e unilateral, uma vez que a cultura está em constante processo de transformação, influenciando e sendo influenciada pela sociedade, tornando dessa maneira, impossível uma manipulação cultural integral. (CARVALHO, 1991, p. 28)

O conceito de sociedade presume a existência de variados grupos sociais que se diferenciam por suas características, conforme descreve Johnson (1997):

Sociedade é um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais, distingue-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico [...] dentro do qual uma população compartilha de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e autossuficiência relativas [...]. (JOHNSON, 1997, p. 213)

Considerando a intrínseca relação dos conceitos cultura, sociedade e instituições, Brettas (2010) reforça a argumentação de que a biblioteca tem um papel determinado e determinante na sociedade, sob o prisma contextual,

[...] a biblioteca pública é uma instituição social e cultural. Uma ordem social dominante influencia, ou determina a trajetória dessa instituição, principalmente no que diz respeito à constituição do acervo e ao controle e acesso à informação nele contida. (BRETTAS, 2010, p. 101)

Dando continuidade à concepção contextual, Santa Anna (2016, p. 236), reforça que

² SHERA, J. H. **The Foundations of Education for Librarianship**. Nova York: Becker and Hayes, 1972.

a evolução dos suportes de informação proporcionou diferentes estágios às bibliotecas ao longo dos tempos. Essa evolução demonstra a capacidade de se adaptar em novos contextos, sendo a biblioteca uma organização adaptativa. Por conseguinte, presume-se que, no futuro, as bibliotecas, juntamente com os serviços e produtos que elas geram ao armazenar e disponibilizar informação em diferentes suportes, serão cada vez mais híbridas.

Mueller (1984), ao revisar o período de 1880 a 1975, faz uma análise da evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca e deixa claro que os escritos de autores com foco na temática “função das bibliotecas na sociedade e a responsabilidade social do bibliotecário” (MUELLER, 1984, p. 7), deve-se à “[...] natureza destas bibliotecas e à complexidade de sua função social”. Mueller (1984, p. 49) destaca em sua conclusão que a bibliotecas “como uma instituição social influenciada pelo ambiente e o influenciando também, foi uma ideia implícita em todos os textos lidos, mas especialmente notada no trabalho do grupo pioneiro” da Universidade de Chicago.

A reflexão do papel social da biblioteca e do bibliotecário como agentes de democratização cultural é uma discussão que ganhou força a “partir da expansão das bibliotecas públicas, as quais foram influenciadas pelos ideais democráticos e liberais propostos pelos grandes movimentos sociais e emancipatórios do século XVIII e XIX”. (ANNA, 2016, p. 237). Desta forma, na medida em que se desenvolve a compreensão da biblioteca como um espaço que é público, temos que

considerar que a mesma é o resultado de um conjunto de relações que convergem para a conformação desse espaço. [...], mas o resultado de um conjunto de relações entre elementos (sujeitos e objetos) que conformam uma espécie de configuração, repleta de conflitos e tensões, em que os papéis atribuídos à biblioteca pública, enquanto uma instituição social, e às apropriações que os diversos sujeitos fazem desses espaços estão em constante diálogo. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119)

Neste horizonte, a compreensão do espaço da biblioteca obriga a levar

em consideração todos os elementos constituintes dessa configuração social, política, econômica e cultural, ou seja, é refletir sobre os processos relativos ao universo dessas bibliotecas no que tange sua missão, função, organização e administração. (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 124)

O Manifesto sobre a Biblioteca Pública (IFLA/UNESCO, 1994) reforça seu papel como porta de acesso ao conhecimento. Ela fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

Porém, neste cenário, Frota (2014, p. 93) menciona que

[...] numa perspectiva teórica mais ampla é possível considerar que a biblioteca pública pode, no Brasil, vir a ocupar o lugar simbólico que os cafés e salões tiveram na constituição de uma esfera pública literária, na sociedade europeia, [...]. Mas, no Brasil, essa biblioteca será parte de uma 'esfera pública burguesa' e excludente, se não avançar a consciência e a ação política governamental e social com foco na redução das desigualdades nos planos educacional e cultural.

Corroboram com este pensamento as considerações de Mueller (1984) no esclarecimento das funções definidoras da biblioteca, embora tenhamos que considerar o tempo decorrido após suas colocações:

[...] à biblioteca têm sido atribuída responsabilidades várias, como a de controlar ou 'filtrar' o material de leitura oferecido, de formar e manter um gosto moral de nível elevado; de contribuir para a manutenção de valores sociais estabelecidos, e para preservação da democracia; de ajudar na elevação da qualidade de vida. O papel de gerador de pressões sociais também lhe foi atribuído, embora nem sempre aceito. (MUELLER, 1984, p. 47)

É necessário sublinhar, ainda que, conforme sugere Mueller (1984, p. 49), "a instituição biblioteca não é uma entidade independente, [...]. Depende inteiramente de uma série de circunstâncias e está sujeita a pressões existentes no ambiente onde atua, muitas das quais conflitantes". Continuando suas reflexões, a autora constata que

[...] o fato de que a biblioteca seja condicionada pelo contexto, no entanto, não significa que deva assumir uma atitude passiva [...]. Ao contrário, pode e deve ser inovadora e seja qual for a maneira de desempenhá-lo, este papel deve se encaixar nos limites impostos pelo contexto social, cultural, moral, econômico, político, tecnológico. (MUELLER, 1984, p. 49)

Diante do exposto, percebe-se que as concepções de biblioteca, expressas por parte significativa da literatura da área, as tomam como instâncias vinculadas aos contextos sociais em que ganham existência e se definem. Portanto, conclui-se que não se pode estudar o fenômeno biblioteca sem investigar suas relações com os contextos histórico-sociais em que se inscrevem.

Importante ressaltar, ainda, os nexos da biblioteca com a cultura dos contextos em que se encontra, posto que a importância atribuída a seus componentes pela ordem social, articula-se às condições da cultura material e imaterial da sociedade e dos meios em que tais nexos se dão.

2.2 POPULAR

“Tomemos cuidado com termos que escorregam em juízo de valor e outros problemas, a despeito de, não raro, serem termos empregados frequentemente” (PELLEGRINI FILHO, 2009, p. 35). A diversidade de abordagens da expressão “popular” e, conseqüentemente, a dificuldade da distinção dos conceitos que estão aí encerrados são elementos que tornam importante na discussão teórica examinar a difícil delimitação social do termo, buscando identificar suas dimensões de natureza política e cultural, pois estas parecem ser elementos cruciais para o entendimento do termo (PINTO, 2017, p. 37).

Conforme esclarece Pinto (2017), as representações do povo que conhecemos estão associadas a um conjunto de definições ligadas aos aspectos infantis (“povo espontâneo”, “ignorante” ...) e também a concepções não favoráveis à geração do saber (“povo rude”, “povo bruto” ...). Elas seriam

produzidas pelas elites que, apesar da dificuldade que encontram na tradução de um mundo distinto daquele a que pertencem, um ‘contramundo’, não deixam de garantir a inscrição da ideologia dominante em todas as coisas, difundindo a sua mensagem sem palavras e sem barulho, de forma absolutamente acessível. Nesta ordem de ideias, pode ser através da exclusão que o povo garante a identidade. (PINTO, 2017, p. 37)

Numa outra ordem de ideias, “povo” pode aparecer como sinônimo de “nação”, “tornado objeto de comemoração ideológica, registrava-se uma grande necessidade

de o compreender, como forma de o incorporar no esquema coletivo.” (PINTO, 2017, p. 37). Seguindo nessa ordem de ideias, o autor identifica em tais usos uma

[...] visão idealista do processo histórico-social dependente exclusivamente do sucesso no campo das ideias, da perfectibilidade social, um discurso iluminista que coloca a tónica no moralismo, consubstanciada na fórmula educação versus taberna. (PINTO, 2017, p. 39)

É importante destacar o uso do termo em expressões como literatura popular. Esta, segundo Guerreiro (1982) “[...] é a que corre entre o povo, a que ele entende e de que gosta. E está neste caso não só a de sua autoria, como a que adopta, de origem erudita” (GUERREIRO, 1982, p.5). A literatura popular torna-se, assim, elemento mediador para a integração das camadas populares aos circuitos da cultura escrita, por meio, sobretudo, das práticas da leitura coletiva, da tradição oral, como afirma Pinto (2017 p. 38). Porém, literatura popular se torna:

Um conceito equívoco porque, na tentativa de valorizar a especificidade das manifestações populares, apodera-se de uma terminologia associada à escrita e que era inacessível à grande maioria dos elementos das classes populares, em meados do século XIX. (PINTO, 2017, p. 38)

No século XIX, em Portugal, surgem expressões distintas para se referir aos grupos socialmente inferiorizados, fato que “revela uma clara oposição entre a visão política e social do povo, que representa a miséria e está à parte da classe média, detentora de direitos políticos que lhe são ainda vedados” (PINTO, 2017, p. 40).

A tensão entre a ordem do simbólico e a realidade é muito viva, enquanto o conteúdo semântico do termo povo persiste fluído e dividido nessa oposição entre a multidão inculta, agitadora e ameaçadora (plebe), por um lado, e por outro o reconhecido sujeito de soberania – a nação (populus), ou seja, uma dupla dimensão. (PINTO, 2017, p. 40)

Nos estudos das bibliotecas populares em Portugal, outra distinção é notada por Pinto (2017), referente ao termo “popular”. Segundo o autor, há a separação implícita à noção “de ‘povo do campo’, possuidor de uma ancestral sabedoria e verdadeiro depositário dos valores nacionais, do povo urbano, constituído pelas classes operárias, os proletários” (PINTO, 2017, p. 40).

Na prática, esta ambiguidade do popular que degenerou numa dupla representação das classes inferiores, radica num choque de informações de natureza distinta. A valorização de um imaginário rural, ultrapassado pela voracidade do desenvolvimento industrial associado ao urbanismo gerador de progresso económico e cultural que se torna ameaçador para a burguesia dominante, ainda não preparada para ceder terreno no domínio intelectual e político às classes populares, de onde o desencontro entre o ideal e a realidade em matéria de alargamento do ensino e da leitura.[..] No contexto desse imaginário, destaca-se o povo inocente, ingénuo, trabalhador, senhor de uma cultura original – o folclore, pacificada e enclausurada em museus, que o identifica e que os grupos dominantes se esforçam por controlar. (PINTO, 2017, p. 40)

Na cidade, o “povo urbano”, composto pelos grupos de operários, tornou-se uma ameaça social, sua consciência da submissão de explorados configura-se na construção da sua própria cultura e, portanto, a ocupação dos espaços (tempo e lugar), representada pelas manifestações na rua, “levando alguns teóricos a valorizar as operações práticas de apropriação cultural, num contexto marcado pela pluralidade e circularidade, uma perspectiva assumida em alternativa à clássica visão dicotómica popular/erudita” (PINTO, 2017, p. 40).

Tal observação, de conteúdo histórico e cultural indica-nos que a designação e a distinção do termo “povo” vai-se tornando cada vez mais complexa, obrigando novos entendimentos das questões a ele ligadas. Neste sentido, torna-se fundamental fazer referências aos conceitos de cultura e cultura popular, envolvendo diretamente as questões por nós estudadas, uma vez que o “conceito de biblioteca está sempre estreitamente relacionado ao conceito de cultura, em sua acepção tradicional, como toda manifestação intelectual de uma sociedade” (GOMES, 1983, p. 2).

Todavia, a abrangência dos estudos referentes ao termo cultura, de diferentes áreas do conhecimento, demonstra diversos conceitos utilizados, a partir de distintos enfoques teóricos, ainda que todos busquem compreender as variadas dimensões do homem em sociedade. Daí a importância de o explorarmos, no sentido de precisarmos aspectos que são de interesse à nossa problemática.

2.3 CULTURA

A expressão vem do latim – *colere* – que significa cultivar. Em sua conceituação mais ampla, “cultura remete à ideia de uma forma que caracteriza o modo de vida de

uma comunidade em seu aspecto global, totalizante”. (COELHO, 2012, p. 114). Já no sentido mais estrito, Coelho (2012) descreve a conceituação de Raymond Williams, na qual “cultura designa num processo de cultivo da mente, nos termos de uma terminologia moderna e cientificista, ou do espírito, para adotar-se um ângulo mais tradicional” (COELHO, 2012, p. 114).

As duas concepções são abordadas, em geral, a partir de dois ângulos, idealista e materialista; segundo Coelho (2012, p. 115), o primeiro, [...] “vê no termo ‘cultura’ o índice de um espírito formador global da vida individual e coletiva a manifestar-se numa variedade de comportamentos e atos sociais, [...] em comportamentos e atos específicos e singulares; o segundo, materialista, “de inspiração marxista, que considera a cultura – em todos os seus aspectos, incluindo os relacionados a todos os meios e construções intelectuais – como reflexo de um universo social mais amplo e determinante”.

A tendência hoje dominante é uma composição entre os modos de entendimento idealista e materialista: as várias manifestações culturais não são determinadas de modo absoluto por uma ordem social global patente, mas são elementos decisivos na definição daquela ordem: por outro lado, a cultura não se caracteriza apenas pela gama de atividades e objetos tradicionalmente chamados culturais, de natureza espiritual ou abstrata, mas apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intricado sistema de significações. (COELHO, 2012, p. 115)

Nas concepções modernas sobre cultura, na perspectiva antropológica, Laraia (1986) menciona, entre as teorias idealistas, a abordagem desenvolvida principalmente por Clifford Geertz e David Schneider que considera cultura como sistemas simbólicos. Segundo tal abordagem, os símbolos e significados seriam partilhados pelos diferentes atores do sistema cultural:

Cada um de nós sabe o que fazer em determinadas situações, mas nem todos sabem prever o que fariam nessas situações. Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura. (LARAIA, 1986, p. 63)

Laraia (1986) menciona que, na compreensão da dinâmica das mudanças culturais, “o tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura”. (LARAIA, 1986, p. 99). Valores, padrões e regras morais que eram vigentes em épocas anteriores passaram a ser consideradas sem validade, sem efeito sobre os

costumes atuais. Essa variação e alteração dos comportamentos dos sujeitos em sociedade não significa que as mudanças de costumes ocorram com tranquilidade:

[...] Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos. (LARAIA, 1986, p. 99)

Pereira (2008) apresenta uma importante reflexão do conceito de “cultura”, ao analisar a Constituição Federal de 1988, na qual a compreensão de cultura “passou a desfrutar de um tratamento normativo jamais dantes visto” (PEREIRA, 2008, p. 2). Antes disso, porém, tivemos uma noção presente na Constituição de 1946, mas em outros termos:

A ideia de cultura como ‘bem’ não é inédita no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição de 1946, conhecida como Constituição da República Populista, ao determinar em seu artigo 174 que ‘O amparo à cultura é dever do Estado’, revela que o paternalismo pós Estado Novo também pretendia ocupar-se da cultura enquanto objeto de intervenção estatal. (PEREIRA, 2008, p. 2)

Da mesma forma,

percebe-se que a noção de cultura na Constituição da República é sempre talhada segundo articulações valorativas de sentido, sendo referida em diversas acepções como: bem, patrimônio, valor, ação, produto, status de desenvolvimento social, e até mesmo sendo homologada às ideias de idoneidade moral e etnia. (PEREIRA, 2008, p. 2)

É importante esclarecer que a noção de Cultura foi vista, por muito tempo, pelo ângulo das belas artes e da literatura, mas redefinida em novos termos, mais abrangentes, como no seguinte:

A cultura deve ser considerada como um conjunto distinto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social. Além da arte e da literatura, ela abarca também os estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças. (UNESCO, 2002, p. 2)

Ao longo da história, conforme estudos de Cevalco (2016, p. 24), “a definição de cultura, em seus diferentes momentos, denotava uma categoria inclusiva, em que as particularidades se dissolviam em um termo maior que abarcava valores e significados mais gerais”, mas conforme apresentam os Estudos Culturais, a partir da década de 1960, a mudança na organização social, a emergência de um mundo conectado pelos meios de comunicação de massa provocou profundas transformações econômicas e políticas. Assim, teria se perdido a intensidade de um projeto coletivo único de mudança social.

Nesse novo momento, a Cultura, com maiúsculas, é substituída por cultura no plural. O foco não é mais a conciliação de todos nem a luta por uma cultura em comum, mas as disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais. (CEVASCO, 2016, p. 24)

“A expressão cultural é, [...], uma atividade. [...] passa-se para uma perspectiva centrada nas práticas, nas relações humanas e nas transformações das estruturas da vida social” (CERTEAU, 2001, p. 247).

Portanto,

A cultura é a esfera de significados, representações e sentidos que permitem ao homem ser e viver no mundo social. O mundo é uma representação possível pela ação mediadora da linguagem, e essa é a chave para o universo de significados disponíveis. A cultura dá sentido à existência do homem, não apenas em termos objetivos e simbólicos, mas porque também lhe dá referências da ordem transcendental. (ALVAREZ ZAPATA, 2009, p. 199)

Podemos, a partir das indagações sobre as concepções de “cultura”, abrir uma nova e importante questão à compreensão de popular, ao tratar da junção dos termos, cultura e popular.

2.3.1 Cultura Popular

Cunha (2003) menciona que as concepções de cultura popular “ganham relevância e se converteram em tema de estudo e discussão no final do século XVIII: com as eclosões populares que estiveram na origem da Revolução Francesa” (CUNHA, 2003, p. 202). No entanto, ressalta o autor, as concepções alteraram-se no início do século XX, com o advento da cultura de massa. Tais alterações vêm contribuindo para

a opacidade da noção. De tal forma que Abreu (2003) considera cultura popular como “um dos conceitos mais controvertidos que conheço” (ABREU, 2003, p. 83). A autora situa a problemática comentando a variação dos objetivos e contextos em que o termo foi utilizado, desde o final do século XVIII, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas.

Para muitos, está (ou sempre esteve) em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas. (ABREU, 2003, p. 83)

A autora (ABREU, 2003, p. 83) prossegue pontuando que, socialmente, no sentido mais comum, o termo pode ser usado como algo positivo ou negativo, por exemplo, com as expressões “sucesso popular” ou “popular demais”. Em outra direção, a perspectiva folclorista concebe a cultura popular “como o conjunto das tradições culturais de um país ou região”; outras perspectivas afirmam que “o popular desapareceu na irresistível pressão da cultura de massa [...] e não é mais possível saber o que é originalmente ou essencialmente do povo e dos setores populares”.

Para muitos, com certeza, o conceito ainda consegue expressar um certo sentido de diferença, alteridade e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais (ditas eruditas, oficiais ou mais refinadas) em uma mesma sociedade, embora estas diferenças possam ser vistas como um sistema simbólico coerente e autônomo, ou, inversamente, como dependente e carente em relação à cultura dos grupos ditos dominantes. (ABREU, 2003, p. 83)

Chartier (1995, p. 179), ao propor a discussão sobre o conceito de “cultura popular”, chama a atenção dos debates incessantes sobre o que é genuinamente popular, sobre origem social das manifestações culturais, em função da histórica relação e intercâmbio culturais entre os mundos sociais, em qualquer período de tempo. Conforme aponta Abreu (2003, p. 83), as discussões “foram e são travadas a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas” e que são designadas por autores não pertencente à “cultura popular”. Tratar-se-ia, portanto, de conceituação produzida como uma categoria erudita, destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita.

Assumindo o risco de simplificar ao extremo, é possível reduzir as inúmeras definições da cultura popular a dois grandes modelos de descrição e interpretação. O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. (CHARTIER, 1995, p. 179)

Chauí (1986, p. 10) indaga sobre a expressão cultura popular: “seria uma cultura do povo ou a cultura para o povo?” E também relembra que as classes populares, produtoras de sua cultura não se autodesignam como “popular”, “designação empregada por membros de outras classes sociais para definir as manifestações culturais das classes ditas “subalternas”. E a mesma autora afirma que “não existe a cultura, no singular, mas culturas, no plural”. Tal afirmação é reforçada pela compreensão de noção de sistema em que os autores pretendem enfatizar a “impossibilidade de configurá-la como um sistema cultural coeso (AYALA e AYALA, 2003, p. 66), por isso, a justificativa da expressão “culturas populares”, diferentemente da noção de sistema da cultura erudita. “As manifestações culturais populares são, de certa forma, dispersas, elaboradas com um maior desconhecimento de sua própria produção, anteriores de outras manifestações” (AYALA e AYALA, 2003, p. 67).

Segundo MacGregor (2012)

[...] A cultura dá orientação e significado ao rumo de um povo; oferece sentido de pertencimento aos seus membros; oferece condições para desenvolver aqueles processos que permitem a busca, a experimentação e a concretização daquilo que é mais sublime no espírito: a linguagem, o ritual e a arte. Desafio, invenção, aprendizagem, comunicação, reinvenção permanente de nós mesmos em um diálogo coletivo. (MACGREGOR, 2012, p. 145)

A discussão sobre Cultura Popular, no Brasil, esteve presente desde o final do século XIX nos pensamentos formados por intelectuais folcloristas, antropólogos, sociólogos, educadores e artistas preocupados com a construção da identidade cultural, conforme Abreu (2003), e tais questões relacionadas com variados atributos,

[...] por vezes contraditórios: ora com a não modernidade, o atraso, o interior, o local, o retrógrado, o entrave à evolução; ora com o futuro positivo, diferente, especial e brilhante para o país, valorizando as

singularidades culturais e a vitalidade de uma suposta cultura popular, responsável pelo nascimento de uma nova consciência, uma nova civilização, sempre mestiça. (ABREU, 2003, p. 84)

A necessidade de se distinguir a cultura popular da cultura erudita (cultura da classe dominante) levou à concepção da “cultura nacional-popular”, conforme Coelho (2012), expressão com, no mínimo, duas origens distintivas:

1) surge no interior da chamada cultura dominante com o objetivo de mascarar os conflitos sociais internos ao deslocá-los para o eixo de um embate entre a cultura do lugar e a cultura estrangeira; 2) surge no interior de grupos esquerdistas, de oposição política à classe dominante, interessados em apresentar a chamada cultura popular como a única forma válida de cultura nacional. (COELHO, 2012, p. 139)

Segundo Abreu (2003), a partir dos anos 1940/1950, a cultura popular assumiu uma “perspectiva política associada aos populismos latino-americanos, que procuravam oficializar as imagens reconhecidamente populares às identidades nacionais e à legitimidade de seus governos” (ABREU, 2003, p. 85). Já em 1960, o conceito foi incorporado pela “esquerda”, com um sentido de resistência de classe, numa consciência mais crítica das supostas necessidades dos oprimidos. “O conceito poderia ser encontrado entre os intelectuais do cinema novo, da teologia da libertação, dos centros populares de cultura e entre os educadores ligados aos princípios de Paulo Freire” (ABREU, 2003, p. 86).

A compreensão do populismo cultural está atrelada ao entendimento de que “as diferentes camadas populares são integradas à dinâmica política de forma tutelada”. (COELHO, 2012, p. 327). Tal entendimento está em movimentos localizados em épocas e contextos diferentes (de 1937 a 1945), portanto, o populismo não está vinculado ao exercício da chefia do Estado: pode ser instrumento de grupos e partidos externos ao governo. Em sua dimensão cultural, Chauí (1994 apud COELHO, 2012, 329), esclarece que “é um fenômeno ambíguo: critica o elitismo da cultura dominante, a ser abolida pelo povo, mas define a cultura popular como a única verdadeira, embora primitiva”.

Os Centros Populares de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE) no início da década de 1960, segundo Coelho (2012), tiveram um papel relevante nos debates acerca da cultura popular: “a arte e a cultura foram concebidas como instrumentos de conscientização das massas para a tomada do poder e

denominadas de ‘popular revolucionárias’.” (COELHO, 2012, p. 329). “O objetivo dos centros era, através das diversas manifestações artísticas, promover a conscientização e a politização da sociedade, como um caminho para a transformação social” (FROTA, 2014, p. 89).

Reis (2008) faz uma discussão das políticas para a área de cultura e coloca novas complexidades à questão cultural, novos atores e novos modos de convivência e de processos que interfeririam no campo cultural.

A cultura, em seus aspectos contemporâneos, se apresenta sob uma conjuntura muito mais complexa, o que pode ser observado através do crescente contato e influências entre grupos culturais distintos, das transformações das indústrias culturais, da profissionalização do setor cultural, dos avanços tecnológicos, midiáticos e da multiplicidade de agentes culturais. A própria abrangência da legislação cultural revela a ampliação do significado da cultura, trazendo questões como direito autoral, patente, marca etc. (REIS, 2008, p. 16)

Da mesma forma, Abreu (2003) menciona as contradições e os conflitos presentes nas relações sociais como elemento para a compreensão das práticas culturais.

O mundo da cultura e das práticas culturais é (e sempre foi) repleto de contradições e conflitos, que podem ser rapidamente observados na sociedade brasileira se lançarmos mão de velhos impasses, como a permissão, ou não, para os escravos batucarem e sambarem, e de novos desafios, como o convívio, ou não, com o funk. Esquecer estes conflitos, ou as interações e tolerâncias que sempre existiram, é perder de vista a possibilidade de compreensão das práticas culturais. (ABREU, 2003, p. 89)

Como se pode notar, as referências ao termo cultura popular parecem remeter mais para um território explosivo, de disputas por posições históricas e sociais, que para uma construção epistêmica estável, consensual e aceita em diferentes áreas científicas: “Pelo contrário, suas características são a heterogeneidade, a ambiguidade, a contradição, não só nos aspectos formais [...], mas também em termos dos valores e interesses que veicula, ou seja, no nível político-ideológico”. (AYALA; AYALA, 2003, p. 60)

2.4 MEDIAÇÃO CULTURAL

A proposta de trazer as discussões da mediação cultural nos estudos das bibliotecas populares deve-se ao interesse em integrar as concepções dos paradigmas informacionais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2017) e suas relações e concepções com uma proposta de leitura das relações entre Biblioteca e Sociedade; por outro lado, a uma releitura dos espaços das bibliotecas populares na contemporaneidade, sob o viés do protagonismo cultural, conforme enfocado pelos autores citados.

Apesar de o termo mediação cultural ser relativamente rotineiro em discursos científicos, profissionais ou oficiais da atualidade, há quem o considere um termo "opaco", por sua utilização em variadas práticas profissionais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 2). Apesar disso, para estes autores, a mediação cultural é "ato autônomo, com identidade e lógicas próprias, definidas em relação com as esferas da produção e da recepção de informação e cultura". Mediação cultural para eles é entendida "como processo de significação, o que vale dizer, ato que ultrapassa em muitos aspectos meramente técnicos ou formais de disponibilização de dados" (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 59).

O Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2008), define o termo mediação assim: **Mediação**: ato ou efeito de mediar; **Mediador**: que serve de intermediário, de elo;

Dada a importância dos conceitos de mediação e de mediador para este trabalho, é de interesse esclarecer que "medio" ou "meio" são aí palavras-chave. Ou seja, a mediação não é uma concepção linear e contínua, de um ponto para outro ou de um produtor para um receptor. A mediação é uma ação localizada num tempo e espaço, com sujeitos ocupando um lugar, e com o espaço da mediação como um "terceiro lugar", incluindo o mediador, como um "terceiro" elemento incontornável dos processos culturais. (DAVALLON, 2007).

Há de se ressaltar que as relações de mediação envolvem situações complexas e contraditórias, nem sempre harmônicas, ou seja, que a mediação como categoria especialmente destacada das dinâmicas sociais emerge em contextos expostos tensões entre contrários, entre diferentes, em territórios marcados por conflitos não só materiais, mas de valores cognitivos e simbólicos. É neste sentido a mediação é instância essencial e substantiva dos processos socioculturais de produção de

sentidos, não exclusivamente, mas especialmente em sociedades complexas como as contemporâneas, marcadas por sistemas dinâmicos de mediações em disputas e complementações entre si.

Por tal razão, a mediação cultural, nos termos compreendidos por Perrotti e Pieruccini (2014), é parte de um processo dinâmico e constitui-se em paradigma sociocultural que:

[...] tem como categoria norteadora o protagonismo cultural por meio de negociações simbólicas entre sujeitos situados em dinâmicas e contextos históricos complexos e não homogêneos. Sua bandeira e princípio legitimador é o direito à cultura, à cidadania cultural, a construção de sujeitos criadores de sentidos para si e para o mundo. Pode incluir, mas não se restringe aos objetivos de conservação e ou difusão ou simples acesso aos bens culturais, à informação. Compreende o acesso à cultura como categoria complexa que necessita obrigatoriamente de problematização e de mediações igualmente complexas e dialógicas. A participação afirmativa na vida sociocultural é compreendida como direito inalienável de todos. Não se trata, pois, de simplesmente ter acesso aos bens culturais. Trata-se de ter condições de apropriar-se e de recriar seus sentidos. Por outro lado, os processos de mediação reconhecem todos os sujeitos como portadores de cultura e todas as culturas como categoria passível de diálogo com a diferença, em processos constantes de reelaboração. O conceito de cultura é de ordem antropológica, embora não seja estático. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2017, p. 24)

Mais que uma prática, um modo de atuação nas dinâmicas culturais, para os autores, a mediação cultural, no campo da informação e da cultura, é, mais que um conjunto de práticas, um paradigma, um modo de relação com o saber, em busca de constituição e de definição. Para tanto, distingue-se do “paradigma da conservação cultural”, pois este é:

Patrimonialista. Tem como categoria norteadora o **controle cultural** (exercido tanto nas esferas da produção, como da circulação e da recepção das informações). Sua bandeira e princípio legitimador é o culto da memória cultural, tomada como categoria abstrata, distante e acessível a poucos. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2017, p. 22, grifo nosso)

Da mesma forma, distingue-se do “paradigma de difusão cultural”, de caráter:

Distributivista. Tem como categoria norteadora a **assimilação cultural** pela promoção do acesso aos bens culturais (em geral, embora não exclusivamente, os reconhecidos pelo ‘statu quo’ como

culturais). Sua bandeira e princípio legitimador é a distribuição dos bens culturais a todos os segmentos populacionais, mediante distribuição pública e gratuita ou facilitando a aquisição privada de bens culturais. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2017, p. 23, grifo nosso)

Vista sob tal perspectiva paradigmática, a mediação cultural apresenta-se como categoria política inscrita na ordem das disputas simbólicas, alinhada, portanto, com a transformação dos espaços culturais, como as bibliotecas, e dos profissionais que aí atuam, compreendidos todos como protagonistas culturais, isto é, sujeitos criadores de cultura em relações complexas e dinâmicas com outros sujeitos. O protagonismo, nesses termos, é “fenômeno de participação ativa e afirmativa na vida cultural, na condição de produtor e criador de significados e sentidos, seja individualmente ou enquanto membro de um grupo ou uma coletividade” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 56). Conforme dito, a referência já não é a da “democratização cultural”, mas da “democracia cultural” a que se refere Darras (2003). Nesta perspectiva, Roland de Bodi (2014)³ elucida que:

A democracia cultural não é uma política, está situada em outro nível: é um ‘regime político’ cultural, um regime de políticas culturais, ou seja, um complexo sistema de propósitos, estatutos, garantias e procedimentos, de soberania (BODT, 2014, p. 27).

É nítido que o protagonismo cultural não é produto exclusivo de um determinado grupo social; mas sim de ação criadora e resultante das complexas interações/relações de mediação entre objeto, sujeitos e significados em um determinado contexto que está, por sua vez, conectado com outros contextos com os quais interagem. Neste processo dialógico, o conflito está presente nas relações dos sujeitos, com suas diferentes tensões. No universo de mediação, nas dinâmicas e nos dispositivos informacionais, o consenso e o conflito estão presentes de diversos modos. Por isso,

informação e mediação se conjugam permanentemente nas dinâmicas cotidianas de consenso (hegemonia) e conflito (contra-hegemonia), relação que toma corpo nos espaços híbridos da comunicação, a qual pode ser entendida como o locus privilegiado das relações intersubjetivas e da circulação dos sentidos. (MARTINS, 2011, p. 67)

³ Cf. ROMAINVILLE, C. Démocratie culturelle & démocratisation de la culture. **Repères**: Histoire des politiques culturelles, Bruxelles, n. 4-5, juin 2014.

Chartier (2001, p. 27) reforça a ideia de que, por mais que as instituições façam determinadas ações iguais, (incluo aqui as ações das bibliotecas públicas) as interpretações e as relações nunca são as mesmas, devido aos atores, a diferença de discursos, dos contextos, do tempo, do espaço, dentre outras:

Penso que essa é uma das linhas de reflexão nestas jornadas: não há uma estabilidade de sentido dos mesmos objetos ou das mesmas práticas, quando mudam os contextos em que estas práticas são efetivadas. Por detrás do discurso, em sua estabilidade, ou por detrás da prática, em sua homogeneidade, quando os atores mudam, quando as relações mudam, se impõem novas significações. Abordar as descontinuidades culturais é uma lição fundamental que deve ser entendida contra toda forma de universalização, demasiado apressada e um tanto míope. (CHARTIER, 2001, p. 28)

Nesse sentido, o paradigma da mediação cultural exerce entre todos os sujeitos a profunda transformação dos espaços de conservação e de difusão para espaços de vivências, portanto, preparados para a construção de experiências de sentidos, numa relação com o diverso (singularidade versus pluralidade). Logo, o processo de mediação é a vivência de forma compartilhada entre os sujeitos.

3 BIBLIOTECA POPULAR

3 BIBLIOTECA POPULAR

Neste capítulo, trataremos do surgimento dos ideais de bibliotecas populares, em países da Europa, com ramificações nos Estados Unidos, e, mais tarde, em países da América Latina, como o Brasil, onde aportou, no final do século XIX, como possibilidade, sobretudo, de inclusão das massas populares nos circuitos da cultura escrita.

3.1 BIBLIOTECAS POPULARES NA EUROPA

Em estudo sobre relações entre Biblioteca e Sociedade, na Europa, Chambon (2010) afirma que é importante ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, as bibliotecas emergem na sociedade, focada no

seu papel social, entendido como uma implicação na redução das desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura, (questão que) está no cerne de modelos sucessivos de bibliotecas desenvolvidas a partir de bibliotecas populares. (CHAMBON, 2010, p. 11, grifo nosso)

A partir, portanto, desse emergir em diferentes locais do universo europeu, procuraremos apreender tal dinâmica, considerando e procurando estar atentos às nuances de cada país mencionado (Espanha, França, Inglaterra e Portugal), mas com o intuito de oferecermos quadro comparativo que situe a problemática na perspectiva internacional que lhe é própria.

3.1.1 Nomenclaturas

Bibliotecas populares é designação que “define logo de início o público a que se destina: às classes populares, isto é, as camadas populares recentemente alfabetizadas”, segundo o pesquisador português Rebello (2002, p. 26). O mesmo autor define, por outro lado, “bibliotecas públicas”, distinguindo-as das populares, pois diferentemente destas, aquelas são instituições com fins gerais e que se destinam a servir a todos os públicos, podendo ser promovidas pelo Estado, municípios ou associações particulares. Nesse sentido, a natureza do público e não a modalidade e as características da instituição enquanto organismo autônomo, marcaria a diferença

entre uma espécie ou outra de biblioteca. O critério diferenciador não se dá, no entanto, apenas pela abrangência dos públicos, mas pela associação de tal categoria com definição do pertencimento do público na escala social.

Segundo o autor, existiriam modalidades de bibliotecas que, apesar do estatuto público, são destinadas exclusivamente a um público restrito, como, por exemplo, muitas bibliotecas universitárias, mantidas pelo poder público. E, também, bibliotecas que pertencem a associações ou entidades privadas e que estão abertas a todos, sem restrição e que podem ser consideradas públicas (Rebello, 2002). No Brasil, um exemplo seria as do SESC - Serviço Social do Comércio.

Em Portugal, país que serve de referência para as distinções efetuadas por Rebello, ocorreu, em 1911, uma reorganização dos Serviços Nacionais de Bibliotecas e Arquivos. Através do Decreto de lei de 18 de março, criava-se, na Biblioteca Nacional, uma *Seção Popular*, gênese da atual Biblioteca Popular de Lisboa. Do mesmo modo, na nova proposta, o art. 2º distingue “três tipos de bibliotecas, consoantes os seus objetivos e o público a que se destinavam”, as bibliotecas eruditas, populares e móveis. (LEITE; MACHAQUEIRO, 2000, p. 91).

Bibliotecas eruditas, 'são aquelas que, pelo caráter do seu depósito bibliográfico, se prestam ao desenvolvimento da cultura científica, literária e artística'. [...] bibliotecas populares [...] 'aquelas que reúnem os livros e publicações necessários à instrução do povo, a rápida informação e ao entretenimento'. [...] bibliotecas móveis [...] 'são aquelas que utilizam manuais, resumos, compêndios, pequenas enciclopédias e, no geral, todas as obras de vulgarização e de distração'. (LEITE; MACHAQUEIRO, 2000, p. 91)

Da mesma forma, o decreto-lei menciona a missão de cada biblioteca, pautado no público a que se dirigiam. “As bibliotecas eruditas deveriam ser utilizadas fundamentalmente pela escola científica, enquanto que as bibliotecas populares apontavam para a divulgação dos livros enquanto instrumentos de instrução prática ou ‘de entretenimento’”. (LEITE; MACHAQUEIRO, 2000, p. 91). Já as bibliotecas móveis eram utilizadas pelas bibliotecas populares na proposta de irradiar a sua influência na região em torno, conforme afirma Leite e Machaqueiro (2000).

A criação oficial das bibliotecas populares antecedeu as municipais, em Portugal. Pinto (2017) esclarece que embora haja menção, “não há indicação de legislação específica a determinar a criação de bibliotecas por iniciativa dos concelhos, até porque a organização dos municípios foi sofrendo muitas alterações

ao longo do século XIX”. (PINTO, 2017, p. 68). É necessário sublinhar que “as bibliotecas municipais adquirem, desde a sua criação, em 1881, um estatuto diferente, assumindo-se como um compromisso entre o escolar e o popular”. (PINTO, 2017, p. 68).

Pinto (2017) observa e exemplifica em nota de rodapé a publicação do “*Repertório das Bibliotecas de Lisboa*”, de 1950, por António Ferrão, “Inspector das Bibliotecas e arquivos”. Chama a sua atenção a dificuldade dos profissionais na classificação das bibliotecas municipais de Lisboa em que “todas são consideradas de carácter “popular” e “públicas”, exceto a de Poço do Bispo que é considerada “popular” de “vulgarização”, sem que hajam assinaláveis diferenças entre elas”. (PINTO, 2017, p. 68). Convém ressaltar que

[...] Portugal acompanhou a tendência dos países europeus, nomeadamente da França, no que respeita à adoção de um sistema de classificação das bibliotecas mais abrangente e onde os critérios predominantes são, teoricamente, de ordem científica e não política, numa tentativa de diluir a dicotomia popular/erudito, como é assumido no decreto-lei publicado em 1931. Não obstante, em meados do século XX regista-se ainda a utilização de uma terminologia equívoca, para além de persistir o sentido dicotómico que estava em perfeita sintonia com o regime salazarista, onde o popular assume um lugar central no discurso ideológico e na instrumentalização política. (PINTO, 2017, p. 68)

Pinto (2017, p. 68) resume “o olhar atento e técnico de alguns autores e reforça a estreita relação de influência francesa sobre alguns padrões culturais portugueses. Tal apontamento

denuncia esta inconsistência denominativa e o apego persistente ao termo popular para diferenciar algumas bibliotecas, destinadas às classes inferiores, aos pobres, enquanto as outras se destinariam aos ricos, numa valorização social pejorativa que em alguns países foi desaparecendo pela preferência dada ao termo de biblioteca pública. (PINTO, 2017, p. 68)

Em Portugal, segundo Rebello, podem ser incluídas no grupo das bibliotecas populares as bibliotecas operárias e algumas das bibliotecas designadas, no século XIX, por “municipais”. A maioria destas bibliotecas tinham como acervo o espólio herdado das antigas bibliotecas conventuais ou doações de beneméritos particulares. As “municipais” em Portugal, assim como na França, podiam ser consideradas como

eruditas, com os fundos bibliográficos pertencendo ao Estado que também exercia o controle sobre a biblioteca. (REBELLO, 2002, p. 27).

As reflexões de Gómez Hernández (1993, p. 55) sobre a biblioteca popular na Espanha não estão dissociadas da presença do Estado em sua “titularidade legal”. Daí que o próprio autor possa tomar uma pela outra como se vê abaixo:

a biblioteca que neste período se denomina ‘popular’ será pública pela ‘titularidade legal’, ou seja, por ser criada e apoiada pelo Estado, e pelo seu ‘uso’, a biblioteca pública ou popular será identificada com um serviço de leitura coletiva, de livre acesso, como agência educativa de massas, complementar à escola. O fato de ser denominado ‘popular’ na Espanha até aos anos da República é consequência do fato de ser considerado especialmente dirigido às ‘pessoas comuns’, às massas mais desfavorecidas, menos escolarizadas ou com menor acessibilidade à leitura. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 55, tradução nossa)

Além disso, o próprio autor faz uma ressalva explicativa em que o termo “popular”, “referindo-se à cultura denota uma cisão entre uma cultura escrita, intelectual, livresca, típica das elites sociais, e outra cultura, a “popular”, relacionada com a oral, com o povo semicomum - ou não alfabetizado” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 55, tradução nossa).

De qualquer forma, não se pode deixar de compreender que, na Espanha, conforme afirma Rodrigo Echalecu (2016), a biblioteca popular é fruto da corrente liberal e surge como uma reação às bibliotecas eruditas provinciais e

foram chamadas de ‘populares’ não porque foram projetadas para toda a população, mas porque eram apenas para a classe social mais baixa, formada pelas pessoas que viviam fora das capitais provinciais, onde estavam as bibliotecas provinciais, pessoas que nem social nem culturalmente estavam preparadas para entrar nas bibliotecas provinciais e usar seus eruditos fundos bibliográficos acadêmicos. (RODRIGO ECHALECU, 2016, p. 241, tradução nossa)

Gómez Hernández (1993, p. 80, tradução nossa) esclarece que a Segunda República Espanhola (1931 – 1939), “tem uma preocupação central com a educação e a cultura, a instrução das massas trabalhadoras” e, portanto, continua a vinculação entre educação e biblioteca, sendo estas assumidas pelo Estado:

Por outro lado, em nível estadual, o chamado ‘messianismo cultural’ republicano, seu interesse pela extensão da cultura, levou à criação

da Diretoria de Missões Pedagógicas, que terá entre suas finalidades a criação de bibliotecas, principalmente no meio rural e o fornecimento de bibliotecas por meio do Conselho de Troca e Aquisição de Livros para Bibliotecas Públicas. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 81, tradução nossa)

Diante de tal concepção, o Estado Espanhol é responsável pela difusão da cultura geral, na moderna orientação educacional, nas aldeias e vilas e, portanto, deve

levar às pessoas, em preferência àqueles que vivem em localidades rurais, o incentivo ao progresso e os meios de participação nele, em seus estímulos morais e nos exemplos de avanço universal, para que os povos de toda a Espanha, até mesmo os afastados, participem das vantagens e prazeres reservados hoje para os centros urbanos. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 81, tradução nossa)

Em 1931, um decreto cria as bibliotecas das Escolas Nacionais, as bibliotecas ainda localizadas nas escolas, porém seus acervos eram destinados para adultos, apesar de possuírem uma pequena parte para as crianças, “através de obras de animação à leitura, incentivadoras do gosto estético e também do tipo profissional: agricultura, saúde, comércios manuais etc.” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 82, tradução nossa). As bibliotecas

eram ‘populares’, não escolares, pois eram entendidas como instrumentos democratizadores da cultura, (...) com a tarefa de aproximar cidade e campo, a fim de iluminar, humanizar e civilizar a vida deste, ajudando a evitar que ela seja dizimada pela falta de perspectivas. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 81, tradução nossa)

Esse caso, de acordo com Gómez Hernández (1993, p. 89, tradução nossa), indica que as bibliotecas públicas municipais, também chamadas no período de populares, nascem articuladas ao ensino e à escola, compondo um sistema público de leitura:

O modelo de biblioteca ‘popular’ do século XIX culminou na Espanha em 1939, com a proposta de María Moliner, truncada pela derrota republicana, que impediu sua institucionalização definitiva. Mas a partir da década de 1940, previu-se a necessidade de um novo modelo de biblioteca pública que respondesse às necessidades dos cidadãos na ‘sociedade da informação’: uma biblioteca que disponibilizasse informação documental em diferentes suportes, também à distância, a começar pelos hábitos de leitura que através das tecnologias superem as barreiras espaço-temporais, que alcancem uma educação

continuada, muito aberta aos fluxos e interesses do meio ambiente, etc. A biblioteca não tem mais a missão exclusiva de promover a leitura pública - objetivo fundamental, ainda hoje insuficientemente contemplado - evoluindo ou concebendo de acordo com as diretrizes fundamentalmente indicadas pela Unesco. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 90, tradução nossa)

Na França, em março de 1870, Hassenforder (1967, p. 54) observa as variadas distinções referentes às bibliotecas presente nos documentos estatísticos da associação *Société Franklin*⁴:

- 111 sociedades ou associações de bibliotecas; - 46 círculos da liga de educação; - 92 bibliotecas anexadas a empresas como: sociedades de ajuda mútua, orfeões ...; - 23 bibliotecas de fábrica; - 28 bibliotecas, paróquia ou confessionário; - 19 bibliotecas particulares servindo como bibliotecas popular; - 341 bibliotecas municipais. (HASSENFORDER, 1967, p. 54, tradução nossa)

Porém, a intervenção do Estado, por meio do decreto de 6 de janeiro de 1874, trouxe uma nova distribuição dessas bibliotecas com as seguintes características:

[...] podemos distinguir duas categorias: bibliotecas populares municipais e bibliotecas populares gratuitas, sujeitas à regulamentação estadual em troca de subsídio em livros; bibliotecas populares, não subsidiadas e absolutamente independentes. Em 1902, havia 1.884 bibliotecas gratuitas aprovadas pelo Estado. (HASSENFORDER, 1967, p. 54, tradução nossa)

Richter (1978, p. 167) refere-se à criação das bibliotecas populares francesas, relacionando-as à concepção e à origem da noção de “leitura pública”, formulação que, no caso, remete para a abrangência dos segmentos envolvidos com “o serviço ou funções de uma categoria de bibliotecas”.

Leitura pública é a atividade ou, se preferido, o serviço ou funções de uma categoria de bibliotecas que a terminologia profissional internacional designa como bibliotecas públicas. [...] Qualquer biblioteca criada para servir membros de uma comunidade, sem

⁴ “Fundada em 1862 (Decreto ministerial de 19 de setembro de 1862), ativa até 1933, a Société Franklin tem por objetivo propor a implantação de bibliotecas municipais em localidades carentes, ajudar na organização dos seus conselhos, comunicar-lhes o catálogo de livros que merecem ser recomendados, estimular doações em livros ou em dinheiro e assessorar nos cuidados com suas aquisições...”. (Artigo 2º dos Estatutos). Cf. SOCIÉTÉ Franklin. In: **Comité des travaux historiques et scientifiques**: Institut rattaché à l'École nationale des chartes. Aubervilliers Cedex, França: L'École nationale des chartes Bâtiment de recherche Nord, 2019. Disponível em: <http://cths.fr/an/societe.php?id=100748#>. Acesso em: 03 abr. 2020.

discriminação, é pública, seja ela pública ou privada. (RICHTER, 1978, p. 167, tradução nossa)

Para Poulain (1992, p. 159), as bibliotecas populares do século XIX são de vários tipos. Apresentam, em comum, a esperança e a vontade de educar o povo através da leitura educacional de “bons” livros: o “bom” livro lhe dará, além do domínio da leitura e da escrita, acesso a um número ilimitado de obras bem selecionadas, fará com que cada leitor seja um cidadão completo.

No entanto, as diferentes significações e conotações da palavra “povo” teriam contribuído para a desconfiança e a alienação deste tipo de biblioteca, destinada essencialmente para o as classes subalternas – o “povo”. Segundo Poulain (1992):

no início do século XX, de fato, sua condição é tristemente angustiante; as bibliotecas populares, do tipo associativo, estão moribundas, as bibliotecas comunitárias e escolares, se ainda são numerosas e relativamente frequentadas, têm créditos tão baixos que não permitem a renovação das aquisições, nem qualquer forma de modernização da oferta ou de suas estruturas. (POULAIN, 1992, p. 161, tradução nossa)

Jean-Yves Mollier (2014 apud ARNOLD, 2014) destaca, ao apresentar sua síntese final do colóquio “Les bibliothèques populaires d’hier à aujourd’hui”, que o encontro permitiu questionar a definição de biblioteca popular, constatando a existência de uma grande diversidade de modelos.

Uma biblioteca popular é tanto republicana quanto secular e recebe tanto trabalhadores quanto camponeses. As bibliotecas paroquiais também podem ser consideradas bibliotecas populares porque são dedicadas ao maior número. A biblioteca popular inclui uma série de iniciativas: associações filotécnicas, politécnicas, bibliotecas paroquiais (tornam-se ‘Bibliotecas para todos’, em 1936, secularizadas), associações de trabalhadores de biblioteca, biblioteca do intercâmbio de trabalho, bibliotecas de células comunistas (1930-1981), bibliotecas sindicais [...] bibliotecas de círculos anarquistas, bibliotecas de comitês de empresas (1945-1970). (MOLLIER, 2014 apud ARNOLD, 2014, s.p.)

Mollier (2014 apud ARNOLD, 2014, grifo nosso) conclui que, perante tal diversidade de definições e concepções “Geralmente (a biblioteca popular) está relacionada a movimentos republicanos, alfabetização, ensino e está relacionada à educação popular ou educação do trabalho”, confirmando, portanto, as observações

de outros estudiosos citados, como Poulain (1992) ou Richter (1978) que as definem pelas características de seus públicos, segmentos pertencentes, em geral, a meios situados em escalas inferiorizadas socialmente, mas, ao mesmo tempo, voltadas à promoção dessas populações, por meio da informação e da cultura.

Bouchareb (2016, p. 52, tradução nossa) distingue, além das bibliotecas municipais, as bibliotecas populares criadas pela iniciativa privada, as que “foram fundados por círculos filantrópicos, as que foram fundadas por grupos de trabalhadores e as que estão sob controle de instituições religiosas [...]”. As bibliotecas associativas “foram criadas por sociedades filantrópicas, círculos da Liga de Educação ou grupos equivalentes, geralmente nas décadas de 1860-1880”. (BOUCHAREB, 2016 p. 53, tradução nossa). Porém, “quando a cidade subsidia uma biblioteca popular além da manutenção de sua biblioteca municipal, fica logicamente tentada a mesclar as duas para evitar duplicações e economizar custos” (BOUCHAREB, 2016, p. 54, tradução nossa), já que suas atividades se centram no empréstimo de livros e, além do recebimento de subsídios municipais e concessões de obras estaduais geram

um movimento de anexação de bibliotecas associativas populares por bibliotecas municipais, que teve início antes da Primeira Guerra Mundial e continuou ao longo do período entre guerras. Da mesma forma, quando o município não tiver biblioteca, poderá ser exigida a recuperação da biblioteca popular quando da extinção da associação que a criou. (BOUCHAREB, 2016, p. 53, tradução nossa)

Contudo, Bouchareb (2016, p. 54) menciona que, quando a biblioteca associativa, subsidiada ou não, satisfaz as necessidades de leitura dos habitantes, o poder municipal não precisa criar uma biblioteca municipal. Todavia, segundo ele, o movimento nunca se dá no sentido inverso, ou seja, “os fiscais são muito menos favoráveis à coabitação de públicos e usos” e aconselham as bibliotecas municipais das grandes cidades que preservam um acervo antigo e atendem professores e acadêmicos a realizar “a justaposição das duas bibliotecas no mesmo edifício, mais do que a fusão, que se torna a solução mais frequente, a biblioteca popular constituindo de fato a seção de empréstimo da biblioteca municipal (BOUCHAREB, 2016 p. 54, tradução nossa).

Não obstante, o autor esclarece que apesar da justaposição, as bibliotecas continuam caracterizadas como duas entidades distintas, pela definição estanque de seus públicos, a distinção de suas missões e, “sobretudo quando cada uma tem o seu

próprio orçamento, embora partilhem as mesmas instalações e a mesma gestão (por vezes também é o caso do museu ou do arquivo municipal)” (BOUCHAREB, 2016 p. 54, tradução nossa).

Nesse sentido, a propagação e aceitação do movimento de justaposição é tão numeroso que

o termo ‘biblioteca popular’ gradativamente passa a se identificar com a função de empréstimo domiciliar para o público em geral, independentemente do tipo de instituição que a assume. Pessoas contemporâneas, incluindo bibliotecários, chamam as seções de empréstimo criadas do zero em bibliotecas municipais de ‘bibliotecas populares’. Não é um status, mas o tipo de serviço prestado que a expressão agora define. (BOUCHAREB, 2016, p. 54, tradução nossa)

Finalmente, o autor ratifica que as bibliotecas populares francesas criadas por associações desapareceram ou foram assumidas pelos municípios e que as transformaram em seções de empréstimos de bibliotecas municipais. A “expressão ‘biblioteca popular’, que já se aplicava a bibliotecas de estatutos muito diversos, assume então um significado funcional que se refere ao empréstimo domiciliar” (BOUCHAREB, 2016 p. 56, tradução nossa).

Parece haver marcas que poderiam denotar o sentido mais preciso do termo, no mundo europeu, seu *habitat* de origem. Todavia, tal existência não parece eliminar dificuldades de nomeação, pois percebe-se, antes de mais nada, que, tal como afirma GÓMES HERNÁNDEZ (1993), o aparecimento das bibliotecas como fenômeno de educação e cultura das massas

[...] é resultado de diversos fatores socioculturais, políticos e econômicos que, entre outras coisas, modelam as tentativas de sua institucionalização, como parte do sistema de comunicação social, em um processo que ocorre ao longo do século XIX. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 55, tradução nossa)

Desse modo, tendo em vista diferentes aspectos envolvidos na sua constituição, percebe-se uma instabilidade do próprio termo, expresso pela sua absorção, por exemplo, pelo termo de biblioteca pública, movimento produzido, ao que parece, não apenas por questões administrativas, jurídicas ou funcionais, mas por disputas no campo social e ideológico que ultrapassam o nível das questões terminológicas, inserindo-as nos patamares conceituais e políticos.

3.1.2 Concepções

Na segunda metade do século XIX, na França, conforme afirmam Aude, Schaeffer e Terouanne (1977, p.1, tradução nossa) “o fenômeno das bibliotecas populares surgiu como a primeira tentativa de privilegiar a comunicação, ao mesmo tempo onde a principal preocupação dos bibliotecários era a de conservação”.

Tal transformação foi, inicialmente, levada a efeito por um movimento filantrópico e piedoso, preocupado em tornar os livros e o ensino acessíveis a todos, como forma de aperfeiçoamento social, cultural e moral:

Uma França rural, mas cuja expansão industrial está acelerando sua evolução, está passando por transformações socioeconômicas significativas: industrialização maciça, migração rural para cidades que levam à concentração urbana, desenvolvimento de meios de comunicação e etc. (AUDE; SCHAEFFER; TEROUANNE, 1977, p.1, tradução nossa)

Notemos que neste cenário de expansão industrial, os autores referem-se às mudanças econômicas e sociais do século XIX e, além disso, destacam especialmente o desenvolvimento das ferrovias e as trocas daí advindas, a industrialização das técnicas do livro e o surgimento da imprensa, já que estes elementos “desempenham um papel significativo no desenvolvimento do comércio livreiro e na criação de bibliotecas populares”.

Posto este panorama, Marianne Arnold, em fala no colóquio “*Les bibliothèques populaires d’hier à aujourd’hui*”, realizado no ano de 2014, menciona colocação de Agnes Sandras sobre as bibliotecas populares.

[...] as bibliotecas populares foram o resultado de múltiplas abordagens, com o mesmo objetivo [...] o fornecimento de livros às pessoas. Desde o início, [...] o desenvolvimento de bibliotecas populares acompanha o desenvolvimento da alfabetização, com a ideia de que livros de todos os tipos devem ser colocados à disposição do maior número possível de pessoas, para permitir que estas sejam educadas e cultas. (ARNOLD, 2014, tradução nossa)

Convém ressaltar a importância de compreendermos as bibliotecas populares pautadas no processo de desenvolvimento da alfabetização. Porém, Sandras (2014) reafirma que

o sucesso das 'bibliotecas populares', no século XIX, é facilmente explicado, mas sua base é fundamentada em motivações complexas e às vezes antagônicas. Existe em todos os estratos da sociedade uma demanda real, simples e precisa: poder emprestar obras recreativas e, possivelmente, informativas. (SANDRAS, 2014, p. 16 tradução nossa)

De acordo com Chambon (2010, p. 15), o processo de alfabetização ao longo do século XIX, na França, e a distinção entre as bibliotecas escolares/acadêmicas e as populares proporcionaram o desenvolvimento da leitura e o declínio do analfabetismo. Através das reformas educacionais de Guizot (1833), Gustave Rouland (1856 a 1863), Victor Duruy (1867) e Jules Ferry (1882), os setores populares foram contemplados e, deste modo, pode-se observar o acesso de um número crescente de crianças ao sistema escolar, no período em questão.

O autor continua dizendo que, antes de 1860, o acesso ao livro

[...] era feito por meio de salas de leitura, cuja vocação era essencialmente lucrativa (o preço do livro proibia efetivamente o acesso das classes populares a essas estruturas, muitas vezes abertas somente durante o dia e durante o horário de trabalho), ou nas bibliotecas municipais, frequentadas principalmente por estudiosos. (CHAMBON, 2010, p. 16, tradução nossa)

Sandras (2014), por outro lado, nos auxilia na compreensão do aumento do desejo de ler e do crescimento do número de bibliotecas, mas, em sentido inverso, refere-se a um relacionamento problemático das classes populares com o livro nas bibliotecas francesas do século XIX, por conta das concepções e práticas aí desenvolvidas.

Uma primeira observação, referente às motivações que levaram à criação de bibliotecas, conforme aponta Sandras (2014, p. 17, tradução nossa), parece óbvia, mas atuará singularmente no relacionamento com o livro, a escrita e as bibliotecas populares: as restritas opções de entretenimento, no século XIX, não somente, portanto, de educação. Se o tempo de trabalho era muito extenso, ainda assim as noites do inverno europeu eram suficientemente longas para os trabalhadores e, nos domingos, não havia, por exemplo, eventos gratuitos, com facilidade. Ler aparece como opção de lazer e evasão:

[...] a leitura não se limita exclusivamente ao íntimo e um livro, um artigo de jornal pode constituir um momento compartilhado de relaxamento, de discussão. Se a alfabetização das populações está longe de ser total, há muitas pessoas que frequentaram a escola, capazes de compartilhar seus conhecimentos em voz alta. (SANDRAS, 2014, p. 17, tradução nossa)

O custo alto de livros e de jornais favoreceram também o desenvolvimento das primeiras bibliotecas populares, já que as famílias de baixa renda não tinham as condições financeiras de adquiri-los e, por outro lado, as coleções de baixos preços tinham a intenção educacional de seus editores e, portanto, muitas vezes, não correspondiam necessariamente aos desejos dos compradores. “Na maioria das vezes, eles sonham mais em ler o romance da moda, ou o controverso trabalho de que os jornais falam, do que acessar, por exemplo, um clássico do século XVIII”. (SANDRAS, 2014, p. 17, tradução nossa).

Todavia, o modo de acesso aos livros, a sacralização do livro, institucionalizados pelas bibliotecas municipais, resultantes das concepções patrimoniais das bibliotecas e essencialistas da cultura, afastavam os públicos populares, assim como, também, a inadequação do horário de funcionamento, incompatível com o dos agricultores e trabalhadores.

O medo do roubo do livro, ligado não só à sacralização, mas também à escassez dos recursos para renovação dos acervos, seria outra dificuldade a separar os leitores dos textos, até tornar-se uma condição paradoxal, pois mesmo impedindo o acesso dos trabalhadores “perigosos”, as instituições são vítimas de roubo de livros.

O acesso filtrado, a monumentalidade dos edifícios, as formalidades a serem cumpridas para a obtenção de um livro - se sabemos qual título procuramos - são todos motivos de medo e descontentamento dos excluídos da leitura. [...] Os preconceitos de certos bibliotecários são realmente tenazes. A abertura das coleções a um público não acadêmico (‘o leitor comum’) é às vezes descrita com grande condescendência. (SANDRAS, 2014, p. 20, tradução nossa)

Por outro lado, é evidente que a criação de bibliotecas populares ocasionou uma “reflexão sobre a necessidade de disponibilizar aos parisienses mais carentes uma sala de leitura específica, dotada de livros, dentro da Biblioteca Imperial”. (SANDRAS, 2014, p. 21, tradução nossa). Todavia, mesmo disponibilizando espaços para leitura nas instituições municipais,

as salas de leitura urbanas são de difícil acesso para aqueles que não pertencem aos circuitos cultural e social (letrados) e geralmente oferecem obras eruditas, pouco afinadas com os eventos atuais da literatura. Ou adquirem livros para as pessoas, como os livros didáticos de Roret, que se tornaram um símbolo dos livros chatos que o bibliotecário impõe. (SANDRAS, 2014, p. 22, tradução nossa)

Já as “sociedades de leitura”, afirma Sandras, estabelecem a relação com a população através de um “sistema de cooptação draconiano”, ou seja, as associações compram os livros que doam à biblioteca local, mas não se reúnem na biblioteca e dificilmente um “popular” faria parte da organização. O acesso às obras e seu empréstimo são fatores inspirados no Iluminismo e na Revolução Francesa, porém Sandras (2014, p. 23, tradução nossa) menciona que “a noção de gratuidade, apresentada como garantia de equidade pelos filantropos, pode ser perturbadora”.

O gosto pela leitura privada não é mais reservado para as elites financeiras ou intelectuais. As pessoas sonham em ler em casa, na mesa da cozinha ou na cama, ou do lado de fora em dias ensolarados. Isso pressupõe poder emprestar livros, uma solicitação que ocorre no exato momento em que, no mundo das bibliotecas, o empréstimo é contestado. (SANDRAS, 2014, p. 23, tradução nossa)

Nesse contexto de valorização intensa da preservação da coleção em detrimento de sua circulação e leitura, Sandras (2014, p. 23, tradução nossa) relata a contestação do serviço de empréstimo domiciliar no Relatório sobre as necessidades da Biblioteca Real para o ano de 1835, apresentado ao Ministério da Instrução Pública, em 1834. O relatório reforça a ideia da preservação do livro em detrimento ao serviço de empréstimo, onde registra a não devolução de livros emprestados por períodos superiores a 10 anos, enfatizando o livro como material disponível prioritariamente para consulta local.

Acostumamo-nos a esse abuso do empréstimo de livros, a ponto de perder de vista o fato de a Biblioteca ser feita, antes de tudo, para quem vem ler lá; que o leitor, que atravessou toda Paris para consultar uma obra, tem direito, antes de mais nada, ao livro de que precisa, quando a Biblioteca o possui. (SANDRAS, 2014, p. 23, tradução nossa)

Nesse cenário, segundo Bouchareb (2016, p. 18 tradução nossa), a compreensão do “que é leitura pública”, mesmo se carente de rigor e, portanto, sem

uma “definição oficial, fixa e aceita por todos”, oferece um elemento importantíssimo para o entendimento da biblioteca e da instrução públicas:

[...]...a expressão não tem equivalente no mundo anglo-saxão que conhece apenas a principal ferramenta de leitura pública: a biblioteca pública. É por isso que os grandes textos internacionais que são os Manifestos da UNESCO definem apenas ‘bibliotecas públicas’. Alguns raros documentos institucionais procuraram remediar essa lacuna, como o relatório de 1968 sobre a leitura pública na França, que visa esclarecer ‘o que é leitura pública’: ‘Muitos na França desconhecem o próprio significado da expressão ‘leitura pública’ [...]. Na verdade, devemos entender a leitura ‘pública’ no sentido em que se tratava da instrução ‘pública’: assim como fez questão de oferecer todos os meios gratuitos de educação, o Estado considera que é seu dever colocar à disposição de cada cidadão as obras que possam ser agradáveis ou úteis à leitura, enriquecendo a sua personalidade e preparando-o melhor para o seu papel na sociedade. (BOUCHAREB, 2016, p. 18, tradução nossa)

Nesse sentido, Poulain (1992) compreende que as bibliotecas populares do século XIX, estão contextualizadas dentro das mesmas perspectivas das heranças estrutural e ideológica que fundamentam a existência das bibliotecas públicas. Por essa razão, conforme Richter (1978, s.p.), “as primeiras bibliotecas populares tinham um caráter confessional e estavam ligadas à criação de pequenas escolas e também de escolas de caridade que, sob o antigo regime, estavam sujeitas à autoridade religiosa”.

No século XIX, os filantropos desejavam fornecer “bons” livros para as pessoas tornarem-se “bons” trabalhadores (ARNOLD, 2014, s.p.). As bibliotecas populares ou públicas teriam, assim, funções adaptativas das classes populares às novas condições promovidas pelas condições que caracterizariam a Modernidade, como urbanização crescente, racionalização das relações sociais, avanço do industrialismo, alfabetização e escolarização crescente, dentre outros aspectos. Como contraponto a essa tendência adaptativa e moralizadora, Ritcher (1978, s.p.) cita o pioneirismo da localidade de Ban-de-la-Roche (Bas-Rhin), na Alsácia, no século XVIII, na promoção de livros de todas as áreas do conhecimento às pessoas. As bibliotecas populares assim concebidas vão em outra direção, servem para as crianças em idade escolar e suas famílias e já, na segunda metade do século XIX, mostram forte ligação com as escolas, particularmente na região do Jura, na França, e em Bruxelas, na Bélgica

(RICHTER, 1978, s.p.). Está em pauta uma concepção de biblioteca que se situa além da concepção utilitarista e adaptativa mencionada.

Em ambos os casos, há também um aspecto da laicidade: o Jura é uma região onde há um forte anticlericalismo e as bibliotecas populares de Bruxelas, inspiradas pela rede liberal e socialista, têm como objetivo combater o obscurantismo para libertar o povo das garras do catolicismo. Este aspecto militante, que ajudou a lançar as bases da leitura pública, está muito presente nas bibliotecas dos Amigos da Instrução, devido à iniciativa de Jean-Baptiste Girard. (RICHTER, 1978, s.p., tradução nossa)

Em 1860, quando as condições sociais e políticas se tornaram mais favoráveis à leitura pública, surgiram bibliotecas populares e bibliotecas escolares em diferentes regiões francesas: as regiões de Paris, Alsácia e Franche-Comté, a de Lyon, entre outras. (HASSENFORDER, 1967, p. 51).

Hassenforder (1967) anota que, desde o início, as bibliotecas populares foram concebidas como “pequenas bibliotecas”. Nesse sentido, a instrução publicada em 1866, no *Bulletin de la Société Franklin*, afirma que “100 volumes a 2 francos cada em média, incluindo encadernação, são suficientes para compor uma biblioteca rural muito respeitável”. Elas são essencialmente orientadas para o empréstimo domiciliar. “Ler no local é insignificante. Com raras exceções, as bibliotecas populares na França não têm uma sala grande o suficiente para prever a instalação de uma sala de leitura”, conforme registro em 1878”. (HASSENFORDER, 1967, p. 55, tradução nossa).

“A criação de uma biblioteca geralmente é resultado da reflexão e ação realizadas por vários indivíduos, misturando intenções variadas e aspirações divergentes, mas combinando-se para promover a extensão da leitura popular” (DESMARS, 2020, p. 221, tradução nossa) e, concretizadas, por exemplo, em associações que as incentivaram, como a *Franklin Society* (1862), a *Société des Bibliothèques Communales du Haut-Rhin* e a *Ligue de L’enseignement* (1866).

Da mesma forma, Desmars (2017) reforça que a educação popular de 1830 a 1880 é frequentemente analisada a partir de dois processos: o primeiro reflete as ações dos filantropos na primeira metade do século, na perspectiva de supervisionar e controlar as classes potencialmente perigosas; o segundo reflete as intervenções dos republicanos no final da década de 1860, com o “objetivo da formação do cidadão-eleitor e sua emancipação da tutela clerical” (DESMARS, 2017, p. 141, tradução nossa). Duas concepções estão em disputa, portanto, no jogo social e político,

indicando que as questões educacionais e culturais não se encontram à margem dos embates que caracterizam a vida coletiva.

Desmars (2017) salienta que no século XIX já é possível relacionar um conjunto de reflexões e iniciativas que propõem educar as pessoas, “em uma perspectiva mais global de mudança social, ou seja, a construção de uma sociedade socialista”. Extrapolando a análise dualista, Desmars (2017, p. 143, tradução nossa) relata a participação dos Fourieristas⁵ na educação popular, por sua inserção em várias associações que se propõem a organizar cursos e a criar bibliotecas destinadas aos públicos populares, estabelecendo e propondo uma concepção organizativa que “garante liberdade para todos, isto é, o direito e o poder de desenvolver e exercitar livre e harmoniosamente todas as suas faculdades, o direito à educação”. (DESMARS, 2017, p. 149, tradução nossa).

Assiste-se, pois, em várias partes da sociedade europeia oitocentista um importante movimento filantrópico e militante, responsável pela criação das bibliotecas populares e tendo em comum o desenvolvimento educacional e cultural das classes populares, sua inclusão na cultura letrada da qual as bibliotecas são agências especiais. Assim, segundo PINTO (2017), ações são desenvolvidas em vários países europeus, inspiradas muitas vezes inclusive por iniciativas de igual teor, realizadas nos Estados Unidos:

[...] a Sociedade para a Educação Popular, na Áustria-Hungria, resultou da influência trazida dos EUA pelo filantropo Dr. E. Reyer. De igual modo, foi com o apoio de Duepetiaux que se constituiu, na Bélgica, a Liga do Ensino (1864). Noutros países europeus a iniciativa privada e a organização cívica deram origem a diferentes associações, tais como a Sociedade do Bem Público, responsável pela existência de 312 bibliotecas em 1901, na Holanda; a Sociedade para a instrução e educação do Povo (Suíça), a Sociedade das Publicações Populares (Dinamarca), que contou com o dinamismo das associações de estudantes; a Sociedade para a Propagação dos Conhecimentos Úteis (Suécia), a Sociedade Promotora das Bibliotecas Populares (Itália). Na França destacou-se a intervenção de algumas associações congêneres: Amigos da Instrução; Liga do Ensino, Sociedade das Bibliotecas Populares do Alto Reno e, em Paris, a Sociedade dos Amigos da Instrução e a Sociedade Franklin. (PINTO, 2017, p. 44)

⁵ Cf. “Charlesfourier.fr é o site da Association d'études Fouriéristes, que visa promover o conhecimento do pensamento e da obra de Charles Fourier e dos Fourieristas por meio de diversos meios e ações. Este site apresenta os objetivos e atividades da Associação, e dá acesso a inúmeros recursos (biografias, notas de leitura, experiências e, em particular, os conteúdos dos Cahiers Charles Fourier)”. ASSOCIATION d'études fouriéristes. In: CHARLESFOURIER.FR. Paris, França: Association for Fourierist Studies, 2019. Disponível em: <http://www.charlesfourier.fr/>. Acesso em 19 nov. de 2020.

Na Espanha, ainda sob a perspectiva do contexto histórico-social e cultural, é importante considerarmos que o surgimento da biblioteca pública “se dá ao longo do século XIX no país, completando-se na fase anterior à contemporânea, durante a Segunda República” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 55, tradução nossa).

Não é de se estranhar que até o século XIX “a função da biblioteca dentro do sistema de comunicação da sociedade limita-se a ser um lugar de preservação do patrimônio cultural” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 55, tradução nossa). Apoiado nas reflexões de Ortega y Gasset em seu texto *Misión del bibliotecario* (1935), Gómez Hernandez (1993) afirma que em oposição à concepção patrimonialista surge

a necessidade de incentivar a leitura, buscar leitores, multiplicar bibliotecas e com elas a figura do bibliotecário. A necessidade social do livro fará com que o Estado, como um nível ‘superlativo’ de social, o assuma em sua estrutura burocrática, através da biblioteca pública e da profissionalização do bibliotecário. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 56, tradução nossa)

Especificamente, na Espanha, “o desenvolvimento de bibliotecas públicas ou populares, consideradas ‘centros de instrução popular’, foi dado com passos incertos” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 24, tradução nossa). Esta incerteza, conforme apontado por Gómez Hernández, demonstra as “declarações políticas e intelectuais a seu favor, iniciativas para criar bibliotecas populares em períodos especialmente de governos progressistas (Sexênio Revolucionário, Biênio Liberal)”.

De fato, para o progressismo que triunfa neste período foram liberdades fundamentais de ensino, impressão, cultos religiosos, etc., e para esse fim foram planejadas reformas que, especialmente no campo educacional, teriam impacto na ideia da biblioteca pública. Assim, o Manifesto expondo os princípios fundamentais proclamados pela revolução, de outubro de 1868, consolida, em sua essência, a instrução pública. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 64, tradução nossa)

Em Portugal, Pinto (2017, p. 62) destaca que “o imperativo da educação e do ensino se manifesta como um vinco da sociedade oitocentista, em resposta à evolução económica, social e política que ‘aceleraram o uso das letras’”. A autora destaca que para legitimar a democracia era preciso um povo alfabetizado e, portanto, o imperativo está no sentido de uma generalização (estatização) e depois

massificação da escola, elementos de um “modelo alfabetizador” centrado na tensão entre leitura e escrita.

Rebelo (2002, p. 13) menciona a importância que o livro adquiriu ao longo do tempo, enquanto objeto mobilizador de estudos realizados não só por historiadores e sociólogos, mas também por pesquisadores de outras áreas das ciências humanas e sociais. Nos domínios da história sociocultural, tais estudos oferecem diversas oportunidades, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento das bibliotecas públicas e privadas, na perspectiva do conhecimento dos seus possuidores e respectiva caracterizações tipológicas, especialmente durante o século XIX, “período em que se assiste a uma maior proliferação deste tipo de instituições” (REBELO, 2002, p. 14).

Numa época em que a cultura escrita se constitui como o principal veículo de transmissão de ideias e de saberes, a biblioteca torna-se um instrumento privilegiado de leitura. Através dela, diversos grupos sociais conseguem aceder à informação e ao conhecimento, que até aí estavam reservados à minoria privilegiada. É a burguesia reformista e esclarecida que apoia e estimula a redemocratização do livro, fazendo da leitura um instrumento de progresso, mas também, de controle social. É neste contexto que tem de ser interpretada, a par da oferta da difusão das obras de carácter formativo e profissional, a existência de uma numerosa literatura moral e edificante, que se detecta em quase todas as bibliotecas públicas surgidas no século XIX. (REBELO, 2002, p. 14)

Sonia Passos (2011) em seus estudos sobre a transição da biblioteca erudita à biblioteca popular, em Portugal, apresenta o seguinte contexto histórico europeu:

A ideia de biblioteca defendida e promovida pelo Liberalismo inaugura o princípio de biblioteca pública, enquanto serviço, como espaço de cultura e instrução, contrariamente ao modelo seguido pelo Absolutismo, defensor de uma ideia de biblioteca orientada para uma elite, para o núcleo do privado, enquanto espaço privilegiado de reflexão e leituras douradas, para um círculo reservado a alguns eleitos sociais. (PASSOS, 2011, p. 531)

A mesma autora (2011, p. 534) reforça que apesar da aproximação das classes populares às bibliotecas, à cultura, incentivada pelas discussões advindas da revolução francesa,

[...] as bibliotecas públicas constituíram um meio das populações acederem à cultura das elites e das classes privilegiadas, o que revestia uma atitude mista de paternalismo e filantropia, que estava ainda distante de uma efectiva democratização cultural. (PASSOS, 2011, p. 534)

Convém observar que a política integrada de “bibliotecas ao sistema de ensino é igualmente uma ideia que perpassa recorrentemente muita da legislação liberal” (BARATA, 2005, p. 41). Da mesma forma, Barata (2005) afirma que as bibliotecas populares são constituídas como “os repositórios dos conhecimentos elementares para as classes mais necessitadas” conforme menção do decreto português de 2 de agosto de 1870.

O decreto de 2 de agosto de 1870 instituiu as bibliotecas populares, por iniciativa de D. António Costa, Ministro da Instrução Pública, em paralelo com as bibliotecas públicas. Bibliotecas populares “que eram também bibliotecas públicas, mas que se encontravam expressamente orientadas para as camadas populares, e que detinham uma importante função moralizadora” (PASSOS, 2011, p. 535). “Assim surge no Portugal liberal de oitocentos a legislação que se propõe criar as Bibliotecas Populares, legislação que tem por objetivo expresso promover a aproximação ao conhecimento das classes populares, por meio da leitura moral e instrutiva”. (REGEDOR, 2014, p. 54).

Somente um ano após a criação é que a portaria de 20 de janeiro de 1871 regulamentou o financiamento, os fundos e as condições para a criação das bibliotecas, mas “raramente foi respeitada e cumprida, havendo modelos tão distintos quanto as bibliotecas que se iam criando” (PASSOS, 2011, p. 535).

Numa primeira fase, as bibliotecas populares dependeriam sobretudo de associações. Só depois de 1875, e do Inquérito às localidades onde existiam bibliotecas populares, é que escolas e municípios passam a ser contemplados. Todavia, a maior parte dos fundos que, tanto os municípios, como as escolas e as associações dispunham eram dos extintos conventos, ou de duplicados existentes no depósito da Biblioteca Nacional. As doações e ofertas permitiram alguma actualização, mas as quebras de financiamento e subsídio público, logo abortaram a renovação das colecções. Faltavam, pois, edições populares com as quais o povo pudesse aprender, complementando o sistema de instrução primária, que fora tornado obrigatório pelo decreto de 1844. (PASSOS, 2011, p. 535)

Apesar da proposta de atender às classes populares, “a maioria das bibliotecas populares acabou por se concentrar, [...], nas localidades de maior dimensão, e não nas localidades mais rurais e mais desfavorecidas” (PASSOS, 2011, p. 536). Para as classes populares e operárias, a composição dos fundos bibliográficos não lhes interessava, ocasionando limitação de leitores, baixa frequência nos espaços, “[...] as poucas bibliotecas populares (um total de 41 entre 1869 e 1885) acabaram por entrar em crise, e abriram espaço às Bibliotecas Municipais, que acabavam por substituí-las” (PASSOS, 2011, p. 536).

No final do século XIX, a ideologia social e de progresso pressupunha que não deveria haver lugar a privilégios, discriminações ou exclusão no acesso à informação e, portanto, às bibliotecas, pelo que as bibliotecas deveriam ser capazes de assegurar diversidade de colecções para responder à diversidade de públicos, respeitando as suas diferenças e opções literárias. (PASSOS, 2011, p. 536)

Viñao Frago (1989) ao tratar da criação e difusão das bibliotecas populares na Espanha, no período de 1869 a 1885, afirma que as bibliotecas populares “eram uma tentativa de trazer cultura impressa, uma certa cultura impressa, para aqueles que tinham pouca ou nenhuma chance de acessá-la”. (VINÃO FRAGO, 1989, p. 302).

Em síntese, de uma ampla e vaga ideia inicial sobre a instrução das pessoas através das bibliotecas populares, mudou-se mais tarde para uma que limitava a ação oficial às escolas de pequenas populações rurais. A realidade imediata favoreceu locais quase iguais e intermediários. (VIÑAO FRAGO, 1989, p. 311, tradução nossa)

Antes mesmo da instituição das bibliotecas populares em 1869, Viñao Frago menciona que já havia, em 1857, o artigo 163 da Lei de Instrução Pública⁶ em que era citada a existência da biblioteca correlacionada à formação dos sistemas públicos de educação nacional.

Art. 163. O Governo promoverá aumentos e melhorias das Bibliotecas existentes: cuidará para que em nenhuma província deixe de haver pelo menos uma Biblioteca pública e ditará as devidas disposições para que em cada uma haja aquelas obras cuja leitura possa ser mais útil, tendo em conta as circunstâncias especiais da localidade e do

⁶ ESPANHA. **Ley de Instrucción Pública de 9 de septiembre de 1857**: Ley Moyano. Disponível em: http://elgranerocomun.net/IMG/pdf/Ley_Moyano_de_Instruccion_Publica_1857_.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

estabelecimento a que corresponde. (ESPANHA, 1857, s.p., tradução nossa)

A constituição das bibliotecas populares espanholas possuía uma organização concebida pela Direção-Geral de Instrução Pública, composta por uma “Administração Central do Estado, embora conselhos provinciais e municípios contribuam para sustentá-las.” (RODRIGO ECHALECU, 2016, p. 241 tradução nossa).

Seria necessário esperar, portanto, por alguns anos, o último passo a ser dado para a criação de uma organização de bibliotecas, com a criação das primeiras bibliotecas populares em 1869, localizadas nas escolas e o resultado das medidas de ‘regeneração’ de natureza social, educacional e cultural adotadas durante o chamado ‘Sexenio Revolucionário’. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 64, tradução nossa)

Apesar de idealizadas a partir de 1847, somente a partir de 1869 são concretizadas medidas legais a favor das bibliotecas populares, quando, enfim, “as primeiras medidas de apoio às bibliotecas públicas/populares surgem como resultado de planos de alfabetização e de reforma educacional feitos pelos governos constitucionais”. (RODRIGO ECHALECU, 2016, p. 241, tradução nossa).

Para Márquez Cruz (1988, p. 37, tradução nossa), no período da revolução de 1868 à restauração de 1874, dentro dos seus projetos ilustrados de reforma social, a aparição da biblioteca pública/popular era direcionada pela proposta da extensão da cultura, na erradicação dos altos índices de analfabetismo e a melhoria da instrução pública, no contexto do Estado reformista.

Esta espécie de organização da biblioteca com base nos distritos universitários, complementa a visão centralista na biblioteca pública nas capitais da província; na Ordem de 28 de setembro de 1869, assistimos à criação das bibliotecas públicas municipais, apesar da denominação popular. (MÁRQUEZ CRUZ, 1988, p. 37, tradução nossa)

“No entanto, [...] a política das construções escolares falhou; na verdade essas disposições não tinham aplicação” (VIÑAO FRAGO, 1989, p. 303, tradução nossa). Então, a criação das bibliotecas populares se concretizara à margem da construção dos edifícios escolares. Rodrigo Echalecu (2016, p. 241, tradução nossa) ressalta como foi o processo de formação e funcionamento das bibliotecas populares para as áreas rurais:

Eles encomendaram sua formação e funcionamento ao professor, mas não eram bibliotecas escolares em si, mas um meio de prevenir o analfabetismo em desuso, ao mesmo tempo em que forneciam textos para autoformação. Grande parte das bibliotecas foi concedida não a pequenas populações rurais, mas a locais intermediários; além disso, deve-se ter em mente que as bibliotecas foram concedidas a pedido do município ou do professor e que sua localização, conservação e manutenção foram realizadas pela entidade beneficiária. Tudo dependia do voluntarismo e interesse de alguns prefeitos e professores e, posteriormente, do espírito de parceria e da iniciativa particular. (RODRIGO ECHALECU, 2016, p. 241 tradução nossa)

Nesses termos, segundo Gómez Hernández:

A biblioteca popular aparece como um elemento de consolidação da alfabetização e educação popular, embora sob um modelo que parece muito acadêmico e teórico, baseado nos clássicos, na literatura, nas ciências e nas técnicas e normas morais vigentes. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 68, tradução nossa)

Fica evidenciado, conforme apontado, que tanto o ideal de biblioteca popular como o de "biblioteca pública seria uma consequência das ideias do Iluminismo, estendidas pela Revolução Francesa, que teria produzido a consciência [...] de uma necessidade de democratizar o acesso à educação e à cultura e, portanto, ao livro". (GOMEZ HERNANDEZ, 1993, p. 56, tradução nossa). O processo de "modernização" liderado pelo Estado, propaga a ideia de cidadão de forma progressiva durante o século XIX, ainda que confusa,

a ideia do indivíduo como 'cidadão' e não um 'sujeito', é difundida, ou seja, sujeito de direitos, parte da 'nação', envolvida na determinação de seu próprio futuro, a ideia de que a soberania que reside no povo será de interesse do povo para a alfabetização, educação e cultura, e se refletirá no desenvolvimento da imprensa e da literatura popular, de várias formas, bem como no interesse em promover a leitura pública, 'popular', realizada não em bibliotecas, mas em gabinetes de leitura, sociedades e livrarias. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 56, tradução nossa)

Todavia, como apontou Domingos Fernández Arrea (1864, p. 57, tradução nossa) "as bibliotecas públicas das capitais não haviam sido criadas para o artesão e o lavrador". Livros podem ser encontrados lá

[...] cheios de instruções, foram escritos para as pessoas pobres, que não os lê, no entanto, e em primeiro lugar, porque quase não os

compreendem, e segundo, porque jamais ocorre a ideia de entrar com os sapatos e os vestidos rasgados e molhados naquelas lindas salas que se assemelham aos palácios, para colocar-se e sentar-se ao lado dos cavalheiros da cidade com seus trajes ricos e todas as suas instruções. Ignorância, medo, vergonha vã, tudo o impede; [...] é por isso que as grandes bibliotecas [...] boas e preciosas para pessoas de classe média e alta, para estudantes e estudiosos, não são de nenhum uso para o povo. (FERNANDÉZ ARREA, 1864, p. 58, tradução nossa)

Em suma, Fernández Arrea (1864, p. 60, tradução nossa) mencionava que para criar uma biblioteca popular interligada com a educação, seja para os povos rurais ou para os trabalhadores da cidade, bastava uma modesta prateleira onde

o professor pode manter os livros dedicados a este propósito, e com um registro simples suficiente para manter a contagem e a razão daqueles que emprestaram e voltaram, se não mais convenientes, como acreditamos, que a leitura seja verificada no mesmo lugar, estabelecendo algumas horas da noite, e principalmente durante as noites de inverno, que, enquanto como instrução, eles poderiam servir as pessoas com um conforto verdadeiro e produtivo. (FERNANDÉZ ARREA, 1864, p. 60, tradução nossa)

Na Inglaterra, assim como nos outros países anglófonos, o conceito de biblioteca pública também “evoluiu de bibliotecas pagas pelos seus utilizadores, classe média ou trabalhadores, ainda que com apoio de filantropos ou políticos locais, para um conceito de biblioteca pública gratuita, no final do século XIX” (PINTO, 2017, 67).

A ideia de criar bibliotecas públicas gratuitas, portanto, começou a circular várias vezes entre 1820 e 1840, tanto de utilitaristas quanto de outros movimentos convencidos de que a leitura pública contribuiria para a melhoria do nível cultural das classes mais baixas e diminuindo sua insatisfação e demandas. Segundo eles, cabia ao governo assumir as suas responsabilidades nesta matéria e não podíamos mais estar satisfeitos ou insatisfeitos com a iniciativa privada. (CACHIN, 2010, p. 68, tradução nossa)

Na Inglaterra, “uma primeira proposta em favor da criação de bibliotecas públicas (mas não gratuitas) foi feita em 1824 pelo reformador utilitarista Robert Slaney” (CACHIN, 2010, p. 68, tradução nossa). Neste primeiro momento, a intenção era “uma forma de proteger os ignorantes e vulneráveis, incentivando a reflexão, atacando o fanatismo, a superstição e a ignorância, e permitindo o desenvolvimento de talentos e habilidades ocultas” (CACHIN, 2010, p. 68, tradução nossa).

Entretanto, “a primeira iniciativa foi uma carta enviada em fevereiro de 1831 por Charles Henry Bedlam Ker, a seu amigo Henry Brougham, bem conhecido por seu interesse pela leitura popular” (CACHIN, 2010, p. 68, tradução nossa); segundo o autor,

este é o mesmo Dr. Brougham que tentou em várias ocasiões promover o seu desenvolvimento apoiando os Institutos de Mecânica e participando na fundação da Sociedade para a Difusão de Conhecimento Útil, [...]. Em sua carta, Ker incluiu um projeto de lei para permitir que cidades de algum tamanho arrecadassem fundos para leitura pública e o estabelecimento de bibliotecas públicas de empréstimo. A proposta era realmente muito detalhada e incluía os seguintes cinco pontos principais:

1. capacitar cidades ou distritos com população relativamente grande para que o conselho municipal vote um texto que permita a cobrança de um imposto ou o empréstimo de dinheiro para estabelecer uma biblioteca pública;
2. oferecer acesso à leitura nesta biblioteca a todos os residentes, mas o direito ao empréstimo está reservado apenas aos contribuintes ou beneficiários de garantia do contribuinte;
3. nomear uma comissão de gestão e um bibliotecário, e mandar construir ou alugar os edifícios apropriados;
4. confiar a um conselho de delegados em Londres o controle sobre a escolha dos livros a serem encomendados, livros que seriam comprados de acordo com o dinheiro disponível;
5. Pedir a cada mutuário uma pequena quantia ($\frac{1}{2}$ centavo) por livro emprestado, como uma contribuição para os custos de funcionamento da biblioteca. (CACHIN, 2010, p. 69, tradução nossa)

A solicitação via carta recebeu toda a “atenção de Brougham e uma comissão foi formada para examinar o projeto com tanto mais interesse quanto mais e mais vozes foram levantadas para pedir a criação de tais bibliotecas. (CACHIN, 2010, p. 69, tradução nossa). Contudo, a comissão não produziu nenhum resultado e, em 1834, uma segunda comissão foi criada

cujos objetivos eram de preocupação bastante diferente, uma vez que era uma Comissão Seleta de Inquérito sobre a embriaguez ou Comissão da embriaguez e, portanto, destinada a buscar meios de combater alcoolismo. Presidido pelo membro do parlamento Sheffield, James Buckingham, o órgão foi encarregado de investigar a extensão, as causas e as consequências desse vício de alcoolismo comum entre as classes trabalhadoras do Reino Unido. Três medidas principais foram propostas em 1835, a terceira das quais juntou-se às preocupações da comissão anterior. Pois, se os dois primeiros diziam respeito ao controle do comércio de bebidas e à disponibilização ao público de passeios, jardins, locais de lazer ao ar livre, o último aconselhou a construção em todas as cidades de instituições públicas dotadas de meios necessários à divulgação de informação científica e

literária, sob a forma de bibliotecas e museus. (CACHIN, 2010, p. 69, tradução nossa)

Infelizmente, nenhuma dessas propostas foi votada e aprovada. No entanto,

[...] nesta fase, dois elementos importantes devem ser destacados: por um lado, a visão das bibliotecas como fonte de progresso cultural e sobretudo moral; por outro lado, a associação biblioteca / museu, já experimentou a instalação nas instalações do *British Museum of the National Library* que tomou o nome de *British Museum Library*. Este último ponto é importante, pois em 1845 foi aprovada uma lei sobre os museus (Lei dos Museus), da qual logo se compreenderá por que constitui uma das etapas que levam à criação das bibliotecas públicas. (CACHIN, 2010, p. 70, tradução nossa)

A lei sobre museus, afirma Cachin (2010, 71, tradução nossa), é “uma etapa essencial no quanto ela encorajava os defensores das bibliotecas públicas”. Três municípios aproveitaram a ambiguidade da lei e, assim, antes mesmo da regularização formal para sua criação, nasceram as três primeiras bibliotecas públicas inglesas (Canterbury, em 1847, Warrington, em 1848 e Salford, em 1849). Tal oportunidade “permitiu apresentar nestes museus e galerias ‘exemplares artísticos, científicos e outros artigos de toda a espécie’ para incluir os livros e assim estabelecer uma biblioteca junto ao museu” (CACHIN, 2010, p. 70, tradução nossa).

Além disso, concomitantemente,

pequenas bibliotecas são planejadas no ‘Hall of Sciences’, que floresce nas cidades inglesas adquiridas pelos Owenistas (Robert Owen) entre 1839 e 1841. [...] Essas bibliotecas facilitam o acesso ao livro quando, para muitos trabalhadores, ele permanece fora de alcance na década de 1840, apesar de sua maior circulação e progresso técnico terem reduzido drasticamente seu custo. O fato é que o livro de bolso, lançado em 1837, é vendido a 3,50 francos por volume, enquanto o salário diário é de cerca de 1 franco, 1,50 francos entre os trabalhadores. (MATAMOROS, 2020, p. 126, tradução nossa)

Além do mais, as bibliotecas associativas idealizadas pelas correntes Owenistas⁷, militantes por uma sociedade ideal, discutem sobre os hobbies artísticos pelos quais os trabalhadores podem florescer, são “conscientes da necessidade de os trabalhadores terem tempo livre fora da atividade profissional, não é apenas um hobby, porque o trabalhador deve ocupar seu tempo de maneira útil para não se entregar ao vício”. (MATAMOROS, 2020, p. 126, tradução nossa).

⁷ Robert Owen (1771-1858): reformista social galês

Como afirma Flora Tristán, o associacionismo pode, portanto, tornar possível contornar o obstáculo financeiro, e aconselha a formar coletivamente uma pequena biblioteca: ‘doze, quinze ou até vinte trabalhadores que se conhecem e vivem no mesmo distrito poderiam se reunir para esse fim’. (MATAMOROS, 2020, p. 124, tradução nossa)

Cachin (2014, p. 301, tradução nossa) menciona que, em estudos recentes, o termo “bibliotecas populares” é “encontrado apenas incidentalmente, como na Cambridge History of Libraries, na Grã-Bretanha e na Irlanda, onde uma das autoras, Joanna Innes, aponta a extensão do desenvolvimento a favor deste tipo de instituição”.

Na França, as referências a bibliotecas inglesas populares são frequentemente erradas. Assim, Camille Bloch publica na Revue Bleue de 14 de fevereiro de 1899 um artigo intitulado ‘Bibliotecas populares na Inglaterra’, mas rapidamente parece que ela descreve sob esse termo as bibliotecas públicas gratuitas, equivalentes às bibliotecas municipais francesas criadas na Grã-Bretanha de 1850 e não só para os trabalhadores. (CACHIN, 2014, p. 302, tradução nossa)

Um artigo anterior, publicado em 1892 na revista *All the Year Round*, de Charles Dickens, afirma que “as bibliotecas abertas ao público são usadas por todas as classes da comunidade, e não especificamente pela classe trabalhadora que está lá” (CACHIN, 2014, p. 302). Por sua vez, Maurice Pellisson dedica o capítulo 2 de seu livro, de 1906, *Les Bibliothèques Populaires à l'étranger et en France*, às bibliotecas municipais na Inglaterra, com a mesma confusão não só de termos, mas de concepções.

As populares bibliotecas britânicas não estão em lugar nenhum? Sim, se nos limitarmos a este nome preciso ‘bibliotecas populares’; não, se nos referirmos a bibliotecas destinadas a usuários da classe trabalhadora. Estes existiram sob diferentes nomes, usados de forma bastante vaga e imprecisa. Sua criação e organização variaram, dependendo se foram obra de empregadores, de associações filantrópicas ou dos próprios trabalhadores. Algumas duraram até o final do século XIX, ou mesmo depois, apesar da criação das bibliotecas municipais, após 1850. Para os trabalhadores, o acesso às obras políticas, especialmente as radicais, não era tão fácil e eles não se sentiam confortáveis lá. Longe de reivindicar um sistema nacional de bibliotecas públicas, os leitores da classe trabalhadora britânica, ansiosos por se educar e progredir por conta própria, preferiram estabelecer suas próprias bibliotecas e continuar a usá-las tanto quanto possível. É aqui que estão as verdadeiras bibliotecas populares da Grã-Bretanha, funcionando democraticamente a serviço

do progresso individual, um valor fundamental adotado por todos os estratos da sociedade vitoriana. (CACHIN, 2014, p. 316, tradução nossa)

Segundo Hassenford (1967, p. 88, tradução nossa) em meados do século XIX, quando as bibliotecas “começaram a se desenvolver para o público em geral, a urbanização já estava avançada na Inglaterra. Quase metade da população (39,45%) residia, de fato, em 1850, em cidades com mais de 10.000 habitantes”. Em contraponto, na França, a proporção da população urbana, segundo os mesmos critérios e na mesma data, é baixa: 14,4%.

Hassenford (1967) deixa claro que na Inglaterra a biblioteca pública tem duas características:

[...] é aberta a todos; o seu funcionamento é assegurado por fundos públicos. O desenvolvimento de tal instituição supõe uma evolução política que reconheça a cada um o direito de participar na vida comum e estimule a criação por parte dos poderes públicos de instituições que se proponham a responder a necessidades comuns. (HASSENFORD, 1967, p. 89, tradução nossa)

O clima favorável para os livros e a leitura estimulará o desenvolvimento de bibliotecas públicas (HASSENFORD, 1967). Porém, é importante destacar que

[...] na Inglaterra, as primeiras bibliotecas públicas foram obra de uma minoria. Os promotores da instituição geralmente pertencem às classes abastadas, embora estas geralmente tenham uma atitude compartilhada. Posteriormente, por outro lado, quando as bibliotecas públicas mostraram sua eficácia, os sindicatos constituirão uma força adicional e apoiarão o seu desenvolvimento. Em 1884, eles votaram a favor desta moção. (HASSENFORD, 1967, p. 112, tradução nossa)

Nesse sentido, a construção das bibliotecas associativas e de seus acervos tem a preocupação de:

[...] acima de tudo, provocar uma reação entre os trabalhadores. É uma questão de lhes revelar, através da leitura, a realidade de sua condição, como é descrita por observadores externos. Eles mesmos, vivendo e trabalhando nesse estado, não podem percebê-lo diretamente, pois não têm um olhar reflexivo para sua situação. (MATAMOROS, 2020, p. 124, tradução nossa)

Da mesma forma, Matamoros (2020) reforça que a atenção dos socialistas é compreender que

a leitura deve emergir de uma reflexividade crítica. [...] Esse processo é de fato impossível, desde que os trabalhadores não liberem tempo para ler e, além disso, a questão do equilíbrio entre tempo de trabalho e lazer cruza todos os projetos socialistas. (MATAMOROS, 2020, p. 125, tradução nossa)

Nesse sentido, o movimento histórico que está na base de criação das bibliotecas populares e de suas concepções e variações vai do filantropismo ao militantismo político-cultural, incorporando no movimento a ideia de biblioteca concebida como serviço público, mantido pelo Estado. A noção de biblioteca como direito de todos ganha forma e volume no século XIX europeu e estadunidense, mas não apenas aí, irradiando-se para outras partes do mundo, como a América Latina. Tal dinâmica, centrada na valorização comum do livro e da leitura, como elemento civilizador e alinhado com as demandas próprias da vida urbano-industrial, implicará, também, discussões e disputas em torno de concepções de livro, leitura e biblioteca que estão relacionadas não apenas às questões exclusivamente educacionais e culturais. São quadros sociais, políticos e econômicos amplos que estarão em jogo nessas disputas de constituição e afirmação da ordem burguesa que prevalecerá na Europa e nas regiões sob seu controle com o advento da modernidade.

3.1.3 Políticas

Segundo Hassenforder (1967), bibliotecas populares se desenvolveram, em Paris, a partir de 1880, mantidas pelo município. O autor afirma que, antes disso, havia algumas bibliotecas da prefeitura, mas estavam inertes. Apenas duas delas emprestavam livros. Por outro lado, em 1878 foi criada uma central embrionária, com introdução do empréstimo residencial. A rede de bibliotecas se expandiu rapidamente e, em poucos anos, todos os distritos foram equipados com uma biblioteca na respectiva prefeitura. Posteriormente, foram instalados anexos nas escolas.

Em 1879, as bibliotecas municipais de Paris emprestaram apenas cerca de 20.000 livros para residências. Em 1883, eles emprestaram 440.670; em 1890, 1.231.064; em 1894, 1.609.754. Em 1902, eram

quase 3.000.000 de acordo com as estatísticas oficiais.
(HASSENFORDER, 1967, p. 53, tradução nossa)

Apesar dos altos índices de empréstimos pelas bibliotecas populares municipais, as pequenas bibliotecas populares geridas por associações apresentam um “número relativamente baixo de empréstimos e é explicado pelo envelhecimento dos acervos, pela limitação do horário de funcionamento e pela insuficiência de instalações” (HASSENFORDER, 1967, p. 54, tradução nossa). Elas teriam mudado e evoluído pouco, prejudicadas, como afirma Hassenforder (1967, p. 54, tradução nossa) por seu único objetivo: “distribuir o livro no meio popular”, mesmo se as maneiras como este objetivo é desenvolvido tenham variado, conforme cada contexto e suas estruturas; se são bibliotecas municipais ou são bibliotecas geridas por associações.

A preocupação com o empréstimo de livros é apontada pelas instituições municipais, que em seus relatórios também registram perdas significativas de livros para desespero de vários burocratas estatais, conforme ressaltado por Sandras (2014, p. 24). Consequentemente, na contramão da democratização, muitos desses relatórios reforçam a ideia de que “a interrupção do empréstimo é, portanto, considerada uma iniciativa muito moderna” (SANDRAS, 2014, p. 24, tradução nossa). Na cidade de Lille, por exemplo, relatório enviado em 23 de dezembro de 1842 à comissão da biblioteca, por Édouard Gachet diz o seguinte:

[...] Sua Comissão, senhores, deu um passo que agradecerá a qualquer bibliotecário que zele por seu depósito no interesse público; refiro-me à abolição do empréstimo de livros para o público externo.
(SANDRAS, 2014, p. 24, tradução nossa)

Em 1843, León Vidal em seus *Ensaio para administração de bibliotecas* orienta funcionários públicos e professores caso solicitem livros emprestados. O empréstimo deve ser neutralizado tanto quanto possível por bibliotecários rigorosos e muito “sérios” (SANDRAS, 2014, p. 24, tradução nossa).

Esta praga das bibliotecas, o empréstimo de livros que aqui é uma condição necessária, deve ser neutralizada, na medida do possível, pela atividade, pela fiscalização e pelo rigor do bibliotecário. Para essas funções, portanto, é necessário um homem sério, educado, exato e ativo, que não as tome como tarefa fácil e que faça do seu

exercício a principal e incessante ocupação de sua vida. (SANDRAS, 2014, p. 24, tradução nossa)

Além disso, o que é defendido nas bibliotecas populares é contrariado pelas bibliotecas institucionais e o trabalhador, frequentador dos espaços das bibliotecas populares é tomado com frequência como um modelo de honestidade e seriedade nos textos dos fundadores das bibliotecas, constata Sandras (2014, p. 24, tradução nossa).

Se, graças às bibliotecas populares, os empréstimos não são mais um desafio, no final do século XIX, emprestar livros é uma aposta difícil. A doxa quer que o número de roubos ou perdas seja muito limitado, porque é essencial que a multiplicação dessas associações produza um discurso que prove que os mutuários são responsáveis. Na realidade, as bibliotecas populares precisarão de muitos truques para configurar sistemas eficazes: regulamentos, registros, folhetos, fichas, tudo acompanhado por uma reflexão sobre a conveniência de dar livre acesso às prateleiras. A experiência das bibliotecas tradicionais é de pouca utilidade porque a diferença entre ler livros acadêmicos na sala de leitura e emprestar romances de sucesso é enorme. Assim, o fundador de várias bibliotecas populares em Amiens defende a 'pluralidade de cópias'. (SANDRAS, 2014, p. 29, tradução nossa)

Segundo Arnold (2014), “na segunda metade do século XIX, há uma explosão de publicações e novos leitores estão exigindo mais livros adaptados às suas necessidades”. Nesta perspectiva, os catálogos das bibliotecas populares mostram que romances têm procura cada vez maior e, sob pressão dos leitores, a parte dos livros didáticos diminui em benefício dos livros que trazem as distrações.

Contextualizado neste cenário, Bouchareb (2016) afirma que o Estado interveio na gestão das bibliotecas municipais e muitas bibliotecas populares, por serem de propriedade estatal e por meio de seus inspetores designavam os membros das Comissões de Fiscalização e de Compras, outorgando, também, concessões de livros às bibliotecas consideradas “merecedoras”. A partir de 1931, depois da lei de Nacionalização das bibliotecas, o Estado nomeava os bibliotecários dos municípios e pagava parte de seus salários.

[...] biblioteca municipal é muitas vezes referida pelos fiscais como 'biblioteca popular' ou 'sala de leitura', embora seja, de facto, a biblioteca pública da cidade. A sua atividade centra-se então no empréstimo, geralmente de novelas. O público 'não intelectual' que atrai, também é atraído pelas revistas que vem ler no local. Para a

maioria dos bibliotecários e prefeitos, esses estabelecimentos ainda valem menos do que as bibliotecas de estudo. (BOUCHAREB, 2016, p. 44, tradução nossa)

Em 1933, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da França publica um estudo sobre as “bibliotecas populares”, com a intenção de estudar os meios de tornar todo o campo das ciências, letras e artes totalmente acessível aos trabalhadores:

Como na maioria dos países, as autoridades públicas não organizaram bibliotecas na França especialmente destinadas aos trabalhadores. Bibliotecas públicas e bibliotecas populares estão abertas a eles como a outras classes da população. (BIBLIOTHÈQUES, 1933, p. 9, tradução nossa)

É importante destacarmos que o estudo refere-se a bibliotecas nas fábricas indicando uma relação “cujo objetivo essencial deve ser para o desfrute dos trabalhadores e o aprimoramento de sua cultura, tornando-se (a biblioteca) verdadeiramente um instrumento de desenvolvimento intelectual para o trabalhador” (BIBLIOTHÈQUES, 1933, p. 16, tradução nossa):

Em geral, [...] nas fábricas com uma grande força de trabalho estrangeira, foi criada uma biblioteca especial ou uma seção para estrangeiros. Em geral, são os proprietários que administram a biblioteca, mas em uma dúzia de casos é um comitê formado por trabalhadores e representantes dos proprietários. Sete são administrados pelos trabalhadores, estando a escolha dos livros sujeita à aprovação do chefe. Essas bibliotecas possuem poucos trabalhos técnicos, exceto nas seções reservadas aos aprendizes. Os fundos geralmente consistem em romances, peças de teatro, relatos de aventuras e viagens, história, geografia, ciência popular e trabalhos técnicos. Além disso, vários estabelecimentos possuem periódicos e séries de livros infantis. (BIBLIOTHÈQUES, 1933, p. 9, tradução nossa)

Faz-se importante ressaltar, conforme esclarece Rodrigo Echalecu (2016, p. 241) ao se referir ao acervo das bibliotecas espanholas, que essas bibliotecas “nasceram com um ar moralizador e utilitarista e, portanto, só ofereciam obras consideradas adequadas (a esse projeto): livros de natureza não estritamente escolar, mas de extensão e divulgação ou de caráter utilitário e aplicados”. Outra consideração importante é que no acervo não havia “nenhuma literatura popular que teve um papel

tão importante na expansão do público leitor, a partir de 1840” (RODRIGO ECHALECU, 2016, p. 241, tradução nossa).

Há de se considerar que, conforme ressaltado por Gómez Hernández (1993), houve um contexto conflitante da criação das primeiras “bibliotecas públicas ou populares” da Espanha. Elas são frutos de medidas de desapropriação e desamortização dos bens das instituições religiosas, dentre eles, o patrimônio bibliográfico. Criadas, portanto, com acervos compostos por bibliografias “eruditas” ou inadequadas e incompatíveis com os interesses dos destinatários (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 24, tradução nossa), essas bibliotecas não conseguiam promover a adesão dos públicos populares, ávidos por outras informações e conhecimento de outro tipo, mais próximo de suas dificuldades concretas e objetivas:

A mentalidade moralista e utilitária da época exclui a literatura popular dos acervos dessas bibliotecas: brochuras, romances históricos e sentimentais, revistas ilustradas, etc., ou seja, como indica Viñao, os tipos de documentos que permitiam ampliar o público leitor no século XIX. Consideraram-se leituras convenientes aquelas que tratassem de viagens, geografia, história, livros de espírito edificante e de urbanidade e higiene, ou relacionadas com o trabalho, os diversos ofícios, a agricultura, etc. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 74)

Decorrente dessa condição imprópria:

Esses fundos, que por vezes constituirão a doação inicial de bibliotecas provinciais, por outro lado, não serão mais adequados para a introdução e manutenção dos hábitos de leitura, devido ao seu conteúdo e antiguidade desatualizados, condicionando o desempenho e os primeiros passos dessas bibliotecas. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 1993, p. 57, tradução nossa)

Da mesma forma, ocorriam diversas ações que favoreciam a interrupção das frequentes “remessas de muitas bibliotecas para cidades onde não estavam organizadas ou permaneciam no gabinete do prefeito, ou dependiam da boa vontade do professor ou da capacidade associativa dos usuários” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 24, tradução nossa).

A leitura era oferecida nas dependências das bibliotecas, conforme os horários propostos e controlados pela instituição, ainda que uma pluralidade de práticas pudesse ser observada, como leituras ‘populares’ para aqueles que não eram alfabetizados. Esta última possibilidade pretendia fazer da biblioteca popular um local de

encontro, reunião, leitura comum e conversa, e através disso despertar a curiosidade e interesse cultural, e isso reflete a realidade das dificuldades de leitura da população rural, envolvida ainda com uma cultura predominantemente oral. (GÓMEZ HERNANDEZ, 1993, p. 74, tradução nossa)

Em Portugal, a perspectiva de acervo popular deu origem à Biblioteca Popular de Lisboa, pelo decreto n° 4003, de 28 de março de 1918, com uma hemeroteca, ou “sala de jornais”, destinada à leitura destas e de outras publicações periódicas portuguesas de caráter popular e de vulgarização, de conhecimentos em vários ramos, bem como à consulta de obras de utilidade imediata. Tal biblioteca tinha dupla finalidade ao atender as camadas populares:

[...] descongestionar o movimento da leitura da Biblioteca Nacional de Lisboa e para dar maior expansão à cultura científica, literária e artística, não a limitando aos que, de preferência, procuram as bibliotecas chamadas eruditas ou os arquivos nacionais para a documentação dos seus trabalhos. (BIBLIOTECA, 1957, p. 655)

Barata (2005, p. 44) refere-se aos acervos tomados às bibliotecas conventuais e disponibilizados para leitura pública, em Portugal, nos seguintes termos: com seus fins e públicos específicos, tais acervos não seriam nunca os mais adequados “às bibliotecas públicas, às bibliotecas populares e às bibliotecas especializadas que se pretendiam implantar” no país. Tais práticas, disseminadas ali, como em outras nações europeias, não se coadunavam com objetivos de leitura pública que estavam na base das bibliotecas populares ou públicas.

Segundo Barata (2005), se os acervos das bibliotecas teriam que ser atualizados de modo sistemático, tal fato raramente aconteceu em Portugal. REBELO (2002), diante dessa situação, explica que as bibliotecas públicas possuíam os acervos das bibliotecas conventuais, “com fundos desatualizados, constituídos quase sempre a partir do espólio deixado pelas livrarias dos extintos conventos, então as bibliotecas públicas tinham funções essencialmente de conservação” (REBELO, 2002, p. 169).

Barata (2005, p. 46) inclui no debate acerca das práticas de constituição dos acervos a “reflexão no processo de separação de conteúdos no sentido da especialização e da laicização”. Segundo ele, esse movimento de transferência de acervos dos conventos para as instituições públicas e dos públicos leitores, dos religiosos regulares para todos os cidadãos, estimulou o aparecimento das bibliotecas

especializadas nos vários domínios do saber, em semelhança à proposta ‘enciclopédica’, “como nova forma de acesso ao conhecimento quando redistribui as obras que recebe de acordo com o princípio de tipologia de livro para tipologia de instituição” (BARATA, 2005, p. 47).

Igualmente, sob a perspectiva da especialização, Barata (2005, p. 47) evidencia a nova concepção eminentemente utilitária do saber, ou seja,

o conhecimento não é mais um passivo inerte, mas um ativo que deverá gerar novo conhecimento. O saber pelo saber parece ceder espaço a um saber que pretende gerar novos saberes. O conhecimento não visa apenas à perpetuação erudita, mas a sua utilidade para o homem. De uma biblioteca patrimonial, na esteira do modelo alexandrino, repositório estratificado do saber, visando uma exaustividade impossível, evolui-se para uma biblioteca especializada, visando o aprofundamento do conhecimento em áreas específicas, o que não anula a biblioteca patrimonial, que continua a existir em complementaridade, mas já não como modelo exclusivista. (BARATA, 2005, p. 47)

A especialização estabelece, portanto, “um modelo de biblioteca que não aspira senão a possuir um conjunto de livros tipificados e úteis para grupos específicos de leitores/utilizadores” (BARATA, 2005, p. 47). Por isso, sucede o contrário da concepção já mencionada em que há uma ruptura com o modelo concentracionário “que aspira a reunir num único lugar todos os livros publicados, todo o conhecimento humano produzido”. (BARATA, 2005, p. 47).

A grande mudança, que na aparência parece situar-se apenas em termos de transferência de propriedade e de alargamento de público, configura na realidade uma alteração do paradigma de biblioteca. Em substituição das grandes livrarias conventuais, espaços de introspecção e de cultura, servindo comunidades restritas de leitores, surgem as grandes bibliotecas públicas do regime, que se pretendiam espaços de instrução e de informação, a par com as bibliotecas especializadas adstritas a instituições de ensino, profissionais e de classe. A mudança de paradigma de biblioteca comporta também uma mudança de paradigma de públicos, configurando a evolução de uma figura mais passiva, o leitor, para uma figura mais activa, o leitor-utilizador, da fruição passiva, mais ou menos contemplativa e erudita para a utilização geradora de novo conhecimento. (BARATA, 2005, p. 60)

Além disso, outra mudança essencial apontada por Barata (2005, p. 50, tradução nossa) neste processo de incorporação do património bibliográfico das

ordens religiosas extintas é a concepção da descentralização. Barata (2005, p. 50, tradução nossa) reafirma que, por meio da política de implantação de uma biblioteca em cada capital de distrito com a intenção de “corrigir ou minorar as assimetrias de desenvolvimento” (BARATA, 2005, p. 50) educacional, a política de distribuição de livros incorpora os critérios de racionalidade e de pleno aproveitamento dos recursos bibliográficos disponíveis introduzindo a concepção utilitária do livro, influenciando a abordagem dicotômica do livro útil e inútil. (BARATA, 2005, p. 47).

A tensão entre um modelo de biblioteca de totalidade e um modelo de biblioteca que propõe um conjunto restrito de livros, essenciais, necessários e úteis, é, segundo Daniel Roche, uma das questões não resolvidas na distribuição dos livros nacionalizados na França revolucionária, na qual radica até as deficiências posteriores do sistema de leitura pública. (BARATA, 2005, p. 50)

Outro fato que demanda uma reflexão no processo de democratização das práticas de leitura nos espaços das bibliotecas, populares e públicas, são as concepções de erudito e popular, conforme menciona Rebelo (2002)

A democratização da leitura não foi um processo fácil ou alheio a controvérsias, uma vez que se atribuía ao livro um valor de poder, que deveria ‘cair nas mãos certas’. O acesso a um instrumento desta natureza pela burguesia e pelas camadas populares deixava as elites conservadoras altamente ‘preocupadas’, pois “um mau livro que seja ímpio e impuro, é um veneno, cujas consequências não são possíveis calcular. (REBELO, 2002, p. 72)

No caso das Bibliotecas populares, Rebello (2002, p. 26) reafirma que estas bibliotecas têm um público heterogêneo, composto por um número reduzido de artífices, pequenos proprietários e rendeiros dos meios rurais, enquanto os públicos dos meios urbanos são compostos por artesões, assalariados, funcionalismo e operários, e as bibliotecas têm como objetivo

desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instrutiva [...] ao contrário das antigas bibliotecas públicas, muitas vezes consideradas ‘eruditas’, porque se destinavam a uma elite. (REBELLO, 2002, p. 26)

As limitações temáticas do acervo disponível, segundo Barata (2005, p. 45) interferiam na concepção do espaço da biblioteca como local de encontro, dificultando

a emergência de um novo conceito de biblioteca e de organização do saber, pois a incorporação e a política de distribuição do patrimônio bibliográfico das ordens religiosas extintas, acabam por instituir confrontos de

modelos e dicotomias: público e privado, útil e inútil, laico e religioso, geral e especializado, centralizado e descentralizado. Configura desde logo uma mudança da propriedade e do consequente usufruto dos livros do domínio privado para a esfera pública. (BARATA, 2005, p.45)

Barata (2005, p. 45) reforça, assim, que a alteração dos públicos acompanhada pela mudança do modelo de bibliotecas se vigorava um serviço a uma comunidade privada e restrita, um espaço de meditação e de introspecção; o novo modelo transformou-se num serviço público, “espaço de instrução, de cultura, de estudo, de cidadania e até de sociabilidade, procurando abarcar diversas classes e estratos socioprofissionais e mais largas camadas da população” (BARATA, 2005, p. 46).

Na França, em 1900, a inadequação das estruturas começou a manifestar sua ineficácia e, conseqüentemente, a crise acaba sendo inevitável, segundo Hassenforder (1967):

Bibliotecas municipais tradicionais permanecem isoladas da vida moderna e se dedicam à preservação de livros antigos. As bibliotecas populares e escolares, apesar do rápido desenvolvimento no início, viram seu crescimento lento e não conseguiram se estabelecer. Essa multidão de pequenas bibliotecas garante o empréstimo de livros nas piores condições: recursos antigos e inadequados, horário de funcionamento limitado, falta de pessoal qualificado. O papel documental dessas organizações é insignificante. (HASSENFORDER, 1967, p. 57, tradução nossa)

Segundo o autor, em meados do século XX, na França, “as bibliotecas municipais são numerosas, mas apresentam um caráter totalmente diferente das bibliotecas públicas que estão sendo criadas nos países anglo-saxões” (HASSENFORDER, 1967, p. 43, tradução nossa) Para ele, as bibliotecas públicas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, por volta de 1875, teriam se estabelecido como organizações dinâmicas e eficientes. (HASSENFORDER, 1967, p. 57, tradução nossa), inscrevendo-se e participando da realização da ordem liberal apontada por Barata (2005). As lógicas dos quadros histórico-culturais teriam dado outro destino às dinâmicas bibliotecárias, na França e em outros países europeus onde os antigos

modelos patrimonialistas e os modelos “utilitaristas” modernos eram motivo de disputas que talvez perdurem até os tempos atuais.

Seguin (1994), em seu estudo “*Eugène Morel et la lecture publique. Un prophète en son pays*”, reproduz observações críticas feitas pelo fervoroso militante da leitura pública, referentes às bibliotecas na França, na virada do século XIX para o XX.

A gota d'água é que as bibliotecas que chamamos de ‘populares’, e que de fato tinham sido destinadas ao povo, na mente de seus iniciadores, são inúteis para eles porque tudo na composição de suas coleções, os edifícios, orçamentos e operações, tornando-os inadequados para esta missão. (SEGUIN, 1994, p. 28, tradução nossa)

Seguidamente, a proposta de outra nomenclatura para a biblioteca popular é fruto das discussões do CFBM, *Comité Français Bibliothèque Moderne*. Texto da comissão, composto por Ann Murray Dike et Firmin Roz, afirma que:

Tem por objetivo provocar e facilitar uma organização da leitura pública na França, menos rudimentar, mais racional, mais moderna, mais adequada às necessidades da comunidade contemporânea do que as chamadas bibliotecas ‘populares’: um nome lamentável, aliás, o que é suficiente para gerar e propagar uma concepção imprecisa, a de uma instituição de classe. (ALEXIA, 2019, p. 46, tradução nossa)

Um novo modelo de biblioteca - *public library* – é, então, proposto por este comitê que deseja criar a “moderna” biblioteca francesa. Porém, essa proposta de mudança, conforme apontado por Alexia (2019, p. 47, tradução nossa), envolve não apenas a substituição da terminologia, se as nomeações necessitam de mudanças compatíveis com a ideia de uma biblioteca para todos; além disso, é preciso realizar a revisão dos fundamentos do mundo bibliotecário, das técnicas de gestão e também a formação de profissionais, segundo a autora (ALEXIA, 2019).

Nesta perspectiva, os antigos fundos bibliográficos, por exemplo, resultantes quase sempre dos confiscos dos bens das ordens religiosas, “atraem estudiosos, mas o público em geral se esquivava deles” (HASSENFORDER, 1967, p. 43, tradução nossa). Daí que, segundo o autor, a crise das bibliotecas, na França do século XX, é inevitável:

Tais estruturas mantêm uma crise latente que se transforma em crise aberta no início do século XX, quando a pressão das necessidades educacionais e a comparação com as conquistas estrangeiras evidenciam o atraso francês. (HASSENFORDER, 1967, p. 51, tradução nossa)

Bertrand (2010, p. 77, tradução nossa) reforça que as “bibliotecas públicas municipais” foram “construídas contra os dois modelos existentes na França no final do século XIX: bibliotecas acadêmicas de um lado e bibliotecas populares de outro”. E insiste na ideia de que as primeiras bibliotecas criadas são “institucionais, patrimoniais, em sua maioria afogadas na avalanche de coleções confiscadas um século antes e são de fato inacessíveis” (Bertrand, 2010, p. 77, tradução nossa). Eugene Morel (1909) reafirma a importância de “conceber a leitura como um serviço público, municipal” e, portanto, “assim, aberta a todos, a biblioteca pública pretende ser um instrumento de formação e informação (Bertrand, 2010, p. 78, tradução nossa) e em consonância com ideais liberais que alicerçaram a modernidade e sua ordem histórico-cultural.

3.2 BIBLIOTECAS POPULARES NA AMÉRICA LATINA

3.2.1 Nomenclaturas

Ao tratar das bibliotecas populares na América Latina, Szafran (2016) afirma que não é possível falar de uma situação homogênea na região. No Uruguai, por exemplo, as bibliotecas públicas e populares, são

[...] essencialmente unidades de informação apoiadas no pressuposto da efetiva realização da democracia, a partir desta orientação, não encontramos diferenças entre as duas: partilham os seus objetivos, finalidades, serviços e funções. Assim, as declarações de princípios dedicados às bibliotecas públicas, como o famoso ‘Manifesto da Unesco para Bibliotecas Públicas’, são plenamente aplicáveis às bibliotecas populares. As divergências entre eles são em muitos casos difusas, assumindo variantes em todo o mundo. Nesse sentido, as duas tipologias obtêm formas semelhantes e o caráter distintivo substancial deve ser encontrado em sua constituição e manutenção. (SZAFRAN, 2016, p. 162, tradução nossa)

A autora ressalta que, para além das tipologias, as bibliotecas populares “apresentam particularidades em relação à sua gestação e administração” diferentes das bibliotecas públicas. (SZAFRAN, 2016, p. 162, tradução nossa).

Por consequência, Szafran (2016) aponta dois elementos distinguíveis entre as noções de biblioteca pública e popular. As bibliotecas públicas são criadas e mantidas pelos cofres públicos, sejam nacionais ou locais, enquanto as bibliotecas populares

são fundadas a partir da iniciativa e gestão das comunidades onde estão inseridas. Em geral, localizam-se em locais onde não existem serviços de biblioteca pública, sendo a própria comunidade entendida como grupos de pessoas que residem em determinado espaço geográfico, relacionadas por laços naturais, tendo interesses comuns, gerando união e cooperação espontâneas – mantenedoras dos espaços com recursos próprios. (SZAFRAN, 2016, p. 163, tradução nossa)

A autora reforça que tais características atribuem “um caráter muito especial às bibliotecas populares como unidades de informação”. Os locais comunitários podem ser de vários tipos, como por exemplo, cooperativas habitacionais, associações sindicais, bairros e assim por diante. (SZAFRAN, 2016, p. 163). Certamente, as bibliotecas surgem dos “espaços de indissociação do processo de inclusão e formação da cidade leitora, indo além da aquisição de informações e criando oportunidades para sua apropriação e resignificação” (MADELLA, 2010, p. 49, tradução nossa).

Nesse sentido, Castillo Atienza, referindo-se à Argentina, menciona que a Biblioteca Popular, por sua idiossincrasia,

pode atuar como promotora de transformação social, visto que ocupa lugar de destaque na sociedade argentina e também possui as ferramentas relevantes para colaborar na conquista de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, mais livre e, em última instância, melhorar a qualidade de vida das pessoas. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 12, tradução nossa)

Assim, Gaston Litton (1973) destaca em sua obra sobre “La biblioteca pública” que:

a biblioteca pública, considerada em um sentido categórico e estrito, ‘é uma coleção de livros para uso público, sujeita ao controle e apoio público também’, aberta ao uso geral com critérios amplos. Biblioteca

popular. Dada a ampla difusão deste termo em certas partes da América Latina, é conveniente que conheçamos a definição que Buonocore nos fornece na obra citada: 'Entre nós, é a biblioteca pública, criada e administrada por uma sociedade particular, como uma personalidade jurídica e que geralmente goza da proteção e promoção do Estado'. (LITTON, 1973, p. 19, tradução nossa).

Para elucidar, o mesmo autor cita o Diccionario de Bibliotecología (1963) de autoria de Domingo Buonocore.

A biblioteca popular teve origem nos Estados Unidos e de lá se espalhou rapidamente para outros países. Benjamin Franklin (1706 - 1790), quando ainda era um humilde tipógrafo, teve a ideia de criar por assinatura, isto é, com uma pequena contribuição de seus colegas de trabalho, a primeira biblioteca da Filadélfia, em 1731. Em 1731, surgiram as famosas sociedades de leituras. (BUONOCORE, 1963 apud LITTON, 1973, p. 20, tradução nossa)

Litton (1973) prossegue em suas considerações, buscando estabelecer distinções semânticas "para um esclarecimento mais amplo dos termos 'público' e 'popular', conforme se aplicam às bibliotecas". (LITTON, 1973, p. 20, tradução nossa).

Diz o lexicógrafo bibliográfico argentino: 'A biblioteca popular é a biblioteca pública por antonomásia, não só porque abre suas portas a todas as comunidades, sem distinções de gênero, mas também porque atende a uma necessidade de interesse geral: o ensino das massas. Tradicionalmente, nos países latinos, sobretudo, a biblioteca popular tem sido chamada de biblioteca acessível a todos, ou, pelo menos, ao público em geral, ao contrário das bibliotecas públicas gerais dos Estados (Biblioteca Nacional), universitária, especializada, reservados para minorias de acadêmicos, pesquisadores, etc., que devem atender a certos requisitos para usar este serviço'. Posteriormente, Buonocore comenta mais especificamente essa questão semântica no seguinte trecho: 'Alguns propuseram o nome de uma biblioteca para todos, ao invés de uma biblioteca popular, uma biblioteca de vulgarização ou uma biblioteca pós-escolar, que também é frequentemente chamada'. Desta forma - dizem eles - a biblioteca é um verdadeiro órgão genuíno de leitura pública, uma verdadeira 'cooperativa de inteligência'. (LITTON, 1973, p. 21, tradução nossa)

Posteriormente, a Lei nº 23.351, de 1989, estabeleceu os objetivos e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção às Bibliotecas Populares (CONABIP), órgão dependente do Ministério da Cultura da Nação. Em seu site, na função de orientar e executar as políticas governamentais, apresenta aos associados a definição de biblioteca popular.

Uma biblioteca popular é uma associação civil autônoma criada pela iniciativa de um grupo de moradores de uma comunidade. Oferece serviços e espaços de consulta, expressão e desenvolvimento de atividades culturais, de leitura e extensão bibliográfica de forma ampla, gratuita e plural. As bibliotecas populares são dirigidas e sustentadas principalmente pelos seus membros e fornecem informação, educação, recreação e animação sociocultural, através de um acervo bibliográfico e multimídia geral aberto ao público. (O QUE..., s.p., tradução nossa)

Da mesma forma, o site da CONABIP nos orienta como constituir e quais os requisitos para se fundar uma Biblioteca popular.

Os vizinhos devem fundar o projeto. Podem ser feitas coletas e até mesmo uma sala mínima pode ser preparada para permitir que a biblioteca em formação tenha seu próprio ambiente. Devem chegar a acordos com outras instituições oficiais e/ou privadas que, sem intervir nas suas decisões, possam contribuir para o projeto. Então é hora de formar a Assembleia Constituinte. (COMO CONSTITUIR..., s.p., tradução nossa)

Para que um projeto seja uma Biblioteca Popular reconhecida pela CONABIP, ele deve: Surgir por iniciativa da comunidade, em localidades ou bairros sem Biblioteca Popular próxima; Estar formalmente constituída como associação civil, exclusivamente para funcionar como Biblioteca Popular e com personalidade jurídica como tal; Estar aberta pelo menos vinte horas semanais, com acesso gratuito e atendimento a todos os públicos; Expor na sua fachada uma identificação com a denominação da Biblioteca, o seu caráter de Biblioteca Popular e o horário de funcionamento. Contar entre os associados com um determinado número de pessoas da comunidade ou bairro em que atua. Ter uma sala adequada ao uso específico da Biblioteca Popular, com acesso direto à rua. Possuir um acervo bibliográfico básico e heterogêneo, com uma temática ampla e para todas as idades. (REQUISITOS..., s.p., tradução nossa)

Pautado na Lei Nacional nº 23.351 que funda o CONABIP, a cidade de Mendoza cria a sua Comissão Provincial de Proteção às Bibliotecas Populares (COPROBIP), órgão local que administra o fundo anual dentro do orçamento provincial; ademais, nos chama a atenção para a compreensão de “popular”, apontado em seu site⁸.

⁸ Cf.: MENDOZA (Estado). Comisión Provincial Protectora de Bibliotecas Populares. **Historia de las bibliotecas populares**. Mendoza, Argentina: COPROBI, 2016 Disponível em: <https://www.mendoza.gov.ar/cultura/co-pro-bip/historia-de-las-bibliotecas-populares/>. Acesso em 03 abr. 2020.

O adjetivo popular justaposto à biblioteca não se refere à ideia de classe do 'vulgar', mas ao conceito democrático de cidadania. O popular tem um sentido social abrangente, inclusivo e plural no que diz respeito à idade, sexo, nacionalidade, condição social, crenças religiosas e ideias políticas. Os fundos das Bibliotecas Populares são universais, pluralistas e acessíveis a todos. As Bibliotecas Populares são instituições educacionais-culturais constituídas como empresas privadas com finalidades públicas. (MENDOZA, 2016, s.p., tradução nossa)

No Chile, entre as variadas tipologias de bibliotecas (Escola, Pública, Universitária, Especializada) existe outro tipo de biblioteca,

[...] AS POPULARES, que surgem em setores carentes de recursos e como resposta a duas grandes necessidades da comunidade: 1. Concluir a instrução escolar deficiente. 2. Apoiar a criação e disseminação de uma cultura popular. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 25, tradução nossa)

Nesta perspectiva, os autores caracterizam a biblioteca popular como

[...] aquela que atende às características mais amplas e gerais de uma biblioteca. É também uma associação civil autônoma, criada pelos moradores de uma comunidade e dirigida por eles, tornando-se os atores de seu próprio desenvolvimento, os gestores de sua própria história, adquirindo competências que de certa forma lhes permitem transmitir sua experiência para seus pares. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 26, tradução nossa)

Como mencionado, a biblioteca tem o objetivo de promover gratuitamente a educação, assim como “a mudança social e a participação cidadã, tornando materiais bibliográficos e não bibliográficos adequados às suas necessidades educacionais e de interesses de informação e recreação”. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 26, tradução nossa). Para tanto,

as Bibliotecas Populares (BP) são organizações pensadas, criadas e mantidas por iniciativa dos moradores de um bairro ou comunidade, atendendo assim a uma necessidade da sociedade desde o momento de sua criação. Neles, não só se acessa a informação, mas também em muitas ocasiões se acessam recursos essenciais para a vida, e em seus espaços os membros da comunidade interagem, destacando vínculos de integração, harmonia e compromisso social. (BARRÍA GONZÁLEZ, 2018, p. 7, tradução nossa)

Dada a importância, os autores chilenos reforçam que

[...] a biblioteca deixa de ser o lugar enfadonho, atribuído apenas aos intelectuais, um repositório de sabedoria inatingível para uma pequena parte da sociedade, para se tornar o lugar onde são geradas várias atividades culturais, de encontro comunitário para servir de meio eficaz para elevar o nível cultural da população e assim desenvolver sua formação sociopolítica, enfim, a comunidade verá na biblioteca um espaço permanente de trabalho cultural, onde a cultura é promovida, preservada e disseminada, por meio de seus serviços. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 25, tradução nossa)

Na Colômbia, Jaramillo et al. (2005) atentam para a denominação “biblioteca popular”

[...] geraram-se vários debates que ainda não chegaram a um consenso, mas, em linhas gerais, as opiniões, a contribuição dos diferentes atores e a preocupação da academia têm feito diferentes abordagens ao conceito de biblioteca popular dentro do qual passa a se identificar, compreender e dimensionar, como instituição social que antecede e sustenta a participação cidadã, na medida em que constitui expressão da capacidade das comunidades de se organizarem para resolver suas necessidades básicas. (JARAMILLO et al., 2005, p. 71 tradução nossa)

Além disso, biblioteca popular é entendida pelos autores como:

Instituição de natureza social e cultural, criada, financiada e regulamentada pela comunidade, cuja finalidade é permitir o livre acesso à informação gravada em um suporte documental e que responde a critérios de seleção e aquisição para satisfazer as necessidades no campo da educação, lazer, informação e cultura; com isso, busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade (município, vila ou bairro), para a construção e articulação de relações democráticas por meio de serviços e programas gratuitos. (JARAMILLO et al., 2005, p. 71, tradução nossa)

Como se pode notar, as observações de Szafran (2016) fazem sentido, pois sob a mesma nomenclatura são desenhados diferentes formatos de bibliotecas e não só entre diferentes países latino-americanos, como também no interior de cada país a nomenclatura pode oscilar, em função de uma série de circunstâncias.

3.2.2 Concepções

Na Argentina, “Bibliotecas Populares” existem há mais de 140 anos e ao longo de sua “história se adaptaram à situação social, política e econômica do país, sofrendo muitas vezes as consequências de regimes políticos ditatoriais ou de repetidas crises econômicas” (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 12, tradução nossa).

De acordo com Castillo Atienza (2012, p. 12, tradução nossa), a biblioteca popular é uma organização singular, afirmando que tem “a particularidade de ser criada, administrada e financiada pela vontade de um grupo de pessoas da sociedade civil”.

As Bibliotecas Populares, por serem financiadas fundamentalmente com os recursos das pessoas que as criam, mantêm e utilizam, devem estar continuamente se modificando e se adaptando à situação pessoal e econômica de seu sustento, sem esquecer que desde sua criação foram expostas aos altos e baixos políticos, econômicos e sociais do país, o que levou muitas delas ao seu desaparecimento ou fechamento, enquanto outras conseguiram se adaptar e sobreviver. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 16, tradução nossa)

O processo de adaptação aos momentos históricos e político-econômicos, provocaram,

em alguns casos, resultados mais ‘ortodoxos’, do ponto de vista técnico e profissional, e em outros, a Biblioteca adaptou os seus serviços às necessidades básicas da população, tornando-se centro comunitário que, embora mantenha o nome de Biblioteca Popular, possivelmente do ponto de vista mais ‘purista’ da biblioteca, poderia ser considerado mais próximo de outros tipos de organizações dedicadas ao Serviço Social, ao entretenimento ou a uma ONG [...] como referência à democratização do acesso à informação, conhecimento e cultura e bandeiras do combate à desigualdade e à exclusão. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 16, tradução nossa)

Como foi colocado, a “Biblioteca Popular, na Argentina, é uma espécie de biblioteca privada, embora isso também ocorra em menor proporção em outros países latino-americanos.” (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 16, tradução nossa). Seu

surgimento data de 1870, com a promulgação da lei 419 e a criação da Comissão de Proteção às Bibliotecas Populares.

Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Nação, se inspira

[...] nos Clubes de Leitura, idealizados por Benjamin Franklin, em 1727, na cidade de Filadélfia, e nas experiências americanas de criação de bibliotecas em áreas rurais e cidades. Domingo Faustino Sarmiento, em suas viagens aos Estados Unidos entre 1847 e 1865, tomou a ideia das Bibliotecas por Assinatura e a transferiu primeiro para o Chile e depois para a Argentina, onde essas Bibliotecas receberam o nome de 'Biblioteca Popular'. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 30, tradução nossa)

Apesar de Sarmiento e Franklin terem a mesma visão sobre o papel formativo da biblioteca na população, Castillo Atienza (2012) esclarece que as diferenças socioculturais de ambos os países, Argentina e Estados Unidos, ocasionaram a criação de duas instituições totalmente diferentes,

[...] as Sociedades de Leitura norte-americanas tornaram-se Bibliotecas Públicas mantidas pelo Estado, enquanto as Bibliotecas Populares Argentinas adquiriram o caráter de entidades privadas sem fins lucrativos. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 30, tradução nossa)

Posto isso, Castillo Atienza (2012, p. 33, tradução nossa) questiona qual a diferença entre as bibliotecas públicas e populares e esclarece que a distinção reside, principalmente, em quem decide sua criação e quem é responsável pelo seu financiamento e gestão. Ou seja, a biblioteca popular não é responsabilidade das autoridades locais e nacionais,

mas sim das comunidades ou associações de bairro que decidem sobre a sua criação e assumem a responsabilidade pelo seu financiamento e estabelecem a sua política e funções. Essas Bibliotecas não são regidas por legislação específica; na medida em que seus promotores têm o poder de estar ou não sob a proteção da legislação ou de se beneficiar do apoio técnico e material da Comissão Protetora e não são financiadas por governos nacionais ou locais, embora recebam apoios ou subsídios destes, uma vez que a sua principal fonte de financiamento é gerada na própria comunidade. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 33, tradução nossa)

No Uruguai, as bibliotecas populares não são regulamentadas por nenhum órgão governamental, “apesar de serem mencionadas no artigo 71 da Constituição da

República, com a mesma redação desde a Constituição de 1934; estas são relacionadas ao ensino gratuito, em consonância com a visão do mesmo no período da redação” (SZAFRAN, 2016, p. 164, tradução nossa).

Szafran (2019, p. 186, tradução nossa) destaca que o período de 1912 é um momento de grandes choques culturais produzidos pelas chegadas dos imigrantes, sobretudo os europeus, “uma nova classe popular, anarquista ou socialista, preocupada com um tipo de leitura que contribuísse para sua formação” e, portanto, interessada em “adquirir ‘conhecimento útil’ e para compreender ‘ideias modernas’, relacionadas com a ciência, sociedade e política”. (ROMERO, 1976, p. 295 apud SZAFRAN, 2019, p. 186, tradução nossa). A biblioteca era concebida, portanto, como em outros países, como instância formativa, seja no sentido adaptativo de preparar os sujeitos para as atividades “modernas”, seja no sentido político de prepará-los para exercerem seus direitos à educação e à cultura, em sociedades marcadas por fortes desigualdades, como é comum na América Latina.

Nesta perspectiva, é possível “localizar bibliotecas populares por se tratar de um espaço que originou a publicação dos primeiros jornais operários”. (VIDAL, 2013, p. 102, tradução nossa). O autor menciona os catálogos das bibliotecas anarquistas uruguaias do século XIX:

Um primeiro atrito entre a literatura anarquista e o público local teve a ver com a oferta. Quase da noite para o dia, o leitor anarquista viu como o mercado de bens simbólicos passou da ausência total para a abundância aceitável. Em 1900, livros e textos libertários circularam em uma rede que incluía jornais, editoras, centros sociais, bibliotecas e salas de leitura, aulas noturnas e escolas, autores, críticos e, claro, o público. A participação de três a quatro mil pessoas neste circuito podem ser estimadas a julgar pela frequência de suas ações, pelos testemunhos gráficos e por algarismos nunca exatos, mas significativos: tiragens, quantidade e periodicidade das publicações, venda de ingressos para noites e piqueniques, fotos de comícios e manifestações. (VIDAL, 2013, p. 102, tradução nossa)

Convém ressaltar que, apesar da oferta do acervo crescente nas bibliotecas operárias, um crítico anarquista lastimou, em 1921, que as bibliotecas dos trabalhadores estivessem vazias:

É triste ver que o único meio que têm para se instruírem no verbo revolucionário é o facto de os trabalhadores fazerem tão pouco e tão mau uso. Há poucos, muito poucos, que levam livros para ler, e entre esses poucos, alguns lembram-se de os devolver e outros nem sequer

se dão ao trabalho de o fazer, o que mostra que têm pouco valor para eles e que não têm qualquer valor obtido por causa da sua má leitura. (VIDAL, 2013, p. 110, tradução nossa)

Diferentemente de países da América Latina, que possuem uma organização reguladora nas políticas de bibliotecas, como a CONABIP, na Argentina, o Uruguai possui uma peculiaridade; segundo Szafran a

criação deste tipo de serviços não acarreta nenhuma exigência, nem mesmo o registro em órgão público, situação que se mantém em seu funcionamento diário, bem como em caso de fechamento. [...] Poderíamos dizer então que estamos diante de um tipo de prática cultural orientada por uma ideologia da qual o aparato estatal não participa. (SZAFRAN, 2019, p. 183, tradução nossa)

Na América Latina, por volta de 1870, segundo os autores chilenos Barría González et al. (1991), a definição proposta por Sarmiento (1883), que hoje é conhecida como Biblioteca Pública, na época era chamada de Biblioteca Popular:

[...] bibliotecas acessíveis a todos, pelo menos ao público em geral, ao contrário das Bibliotecas Gerais do Estado (Biblioteca Nacional), Universidades Especializadas, etc. reservadas para minorias de acadêmicos e pesquisadores, que devem atender a certos requisitos para usar este serviço. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 41, tradução nossa)

Nesse sentido, as bibliotecas populares (pública) surgiram durante o século XIX “como forma de expressar o caráter democrático e republicano das jovens nações que ainda estavam em construção”. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 42, tradução nossa).

Conforme já visto, o adjetivo “popular” carregava a conotação de “relativo ao povo”, tomado como totalidade da nação: “a biblioteca é considerada uma instituição que abre suas portas a toda sua comunidade, sem distinções de qualquer espécie e cujo objetivo preponderante é a instrução das massas”. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 41, tradução nossa).

Portanto, neste contexto, o conceito de ‘povo’, além de compreender os setores mais comuns e humildes da população, engloba também um amplo e heterogêneo setor de pessoas, composto por crianças, estudantes, jornalistas, professores, comerciantes, agricultores,

empresários, etc. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 42, tradução nossa)

Por outro lado, nos anos 70 do século XX, no Chile, ocorre um fenômeno de formação de Bibliotecas Populares e “cuja origem se enquadra em uma situação sociopolítica de repressão que empobrece econômica e culturalmente os setores mais carentes e marginalizados da sociedade” (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 42, tradução nossa). Elas têm como objetivo

proporcionar um espaço de acolhimento à população marginal para dar-lhes a oportunidade de conhecer a cultura, a recreação e o desenvolvimento pessoal. Nesse contexto, o adjetivo ‘popular’ adquire a conotação de marginalidade, ou seja, refere-se à classe trabalhadora, a mais carente e em situação irregular. Geralmente, localizada em setores urbano-marginais. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 42, tradução nossa)

Na Colômbia, um século antes, ou seja, nos anos 1860, “Medellín contava com 772.000 habitantes e com a experiência da Biblioteca Pública Piloto. Nesse período surgem as bibliotecas populares” (JARAMILLO et al., 2005, p. 71, tradução nossa).

Nas décadas de 60 e 70, a plataforma industrial e comercial da cidade foi renovada. Nesse momento, novas ondas de imigrantes do campo chegam fugindo da violência partidária, transformada em guerra camponesa, luta social nas cidades e origem dos movimentos guerrilheiros. Nas periferias da cidade crescem os assentamentos marginais sem serviços públicos, saúde, escolas e, claro, sem bibliotecas. (JARAMILLO et al., 2005, p. 41, tradução nossa)

Nesse período, as bibliotecas populares são criadas “nesse clima de inquietação em meio às lutas pelas reivindicações dos direitos básicos”.

Algumas delas instaladas em casas de famílias ou nas dependências da Ação Comunal e dotadas de livros doados pela própria comunidade. Apesar dos esforços, essas bibliotecas não receberam auxílio ou reconhecimento do Estado, até a década de 1890, quando começaram os processos de negociação. (JARAMILLO et al., 2005, p. 41, tradução nossa)

No século XIX, o movimento conseguiu criar 63 bibliotecas em bairros marginalizados e “muitas das bibliotecas populares sobrevivem até hoje, mas outras naufragaram nas profundezas da pobreza. Porém, não é possível ignorar, nesse processo, a luta dos esquecidos pelo acesso à cultura e à educação” (JARAMILLO et

al., 2005, p. 42, tradução nossa). Apesar das difíceis “circunstâncias sociais vividas na cidade, os habitantes e organizações de setores marginalizados continuaram com maior vigor na busca de alternativas para sua situação” e permitem, segundo os autores, “visualizar os momentos de maior influência e movimentos das comunidades de acordo com o número de bibliotecas que surgiram” (JARAMILLO et al., 2005, p. 82, tradução nossa).

Neste processo, deu-se a criação de bibliotecas (populares) nos bairros de diferentes cidades colombianas. Assim, no departamento de Antioquia, por volta da década de 1950,

houve um deslocamento sistemático da população rural para a cidade, o processo de industrialização foi reorganizado, a Igreja Católica reorientou suas diretrizes pastorais, os movimentos sociais iniciaram um processo de consolidação e fortalecimento ideológico, os novos colonos da cidade viviam a ambivalência de uma identidade perdida, em meio ao surgimento de uma nova cultura na qual não eram camponeses, mas também não eram moradores da cidade. (JARAMILLO et al., 2005, p. 72, tradução nossa)

Com todas essas mudanças

predomina a preocupação com a satisfação de necessidades básicas como saúde, educação, habitação e serviços públicos, de forma a dignificar o seu habitat e garantir um mínimo de sobrevivência para si e para a sua família. No que se refere à construção e desenvolvimento de **bibliotecas populares, estas se tornaram uma alternativa para atender às necessidades educacionais da população.** (JARAMILLO et al., 2005, p. 72, tradução e grifo nossos)

No Peru, coexistem três tipos de Bibliotecas que se incluem no espectro das doutrinas e das práticas das Bibliotecas Públicas: Biblioteca Municipal, Biblioteca Comunitária e Biblioteca Paroquial, conforme aponta Castro Aliaga (2002). Por certo, a “primeira é promovida e gerida pelos Municípios; a segunda, por organizações comunitárias de base e a terceira, pelas Paróquias. Das três, a que predomina no país é a Biblioteca Pública Municipal.” (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 28).

A criação da Biblioteca Nacional do Peru, em 28 de agosto de 1821, promovida por San Martín, é uma garantia da

liberdade recentemente conquistada, facilitando o acesso a toda a população ao conhecimento de todos os tempos. [...] A Biblioteca

Pública do Peru nasceu com a República, como instituição fundamental para a liberdade dos homens e dos povos ou, o que quer que seja, como sustentáculo de uma autêntica democracia. (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 28, tradução nossa)

Como afirma Castro Aliaga (2002), outras obras de cunho cultural surgiram a partir dessa experiência, através das legislações, Decreto - 13/10/1821 (Liberdade de Imprensa) e Decreto - 16/03/1822 (Museu Nacional) e outros criados por San Martín. Tais ações propiciaram um contexto cultural favorável à

criação de Bibliotecas Públicas, com a denominação de Bibliotecas populares, vinculadas ao trabalho educativo do governo central. Desta forma, foi criado o primeiro órgão responsável pela promoção das Bibliotecas Públicas justamente na estrutura interna do Ministério da Educação, como se pode verificar pela leitura das diferentes disposições legais da área, como o Regulamento da Instrução. Dado em 1850 (Governo de Castela) e 1875 (Governo de M. Pardo). Este último, no seu Art. 89, quando se refere aos meios de promoção do ensino primário, diz: 'Serão constituídas Bibliotecas Populares cuja organização e meios de promoção serão designados pelo Governo no Regulamento que deve ser editado para o efeito'. (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 29, tradução e grifo nossos)

Após a criação das bibliotecas populares, em 1879, o próprio Ministério de Instrução esclareceu os âmbitos de atuação das bibliotecas populares ou públicas e das bibliotecas escolares; também esclareceu a prioridade a que elas devem atender:

à biblioteca popular é confiada a tarefa de continuar o que a escola só pode começar (...) e se as bibliotecas escolares e populares não podem ser estabelecidas ao mesmo tempo, deve-se convencionar que estas (escolares) merecem preferência em todos os aspectos. (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 30, tradução nossa)

Porém, Castro Aliaga (2002) menciona o caso de uma biblioteca dos trabalhadores, a "Biblioteca del Escudero", de 1906, fundada pela *Confederación Obrera Unión y Confraternidad*, da cidade de Piura, que tinha por objetivo a autoeducação dos trabalhadores e que, posteriormente, foi transferida para o município, em 1928, tornando-se a Biblioteca Pública Municipal de Piura.

Foi assim que a Biblioteca Pública Municipal começou a se difundir no início do Século XX, estabelecendo-se a partir de 1922 com o impulso dado pela Lei nº 4.506 deste ano, que obrigou os Municípios a

instalarem as respectivas bibliotecas, contando com recursos estaduais. (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 30, tradução nossa)

3.2.3 Políticas

No Peru, desde 1957, com a criação do Departamento de Bibliotecas Populares Municipais, no Ministério da Educação, “os prefeitos foram persuadidos e estimulados a lançar projetos de bibliotecas, fornecendo-lhes suporte material e assessoria técnica”. (CASTRO ALIAGA, 2002, p. 30, tradução nossa).

Na Argentina, segundo Castillo Atienza (2012), bibliotecas populares continuam a existir, graças à vontade das pessoas que “as criam, financiam e administram, [...] na medida em que seus recursos permitem, e assim se tornaram uma instituição essencial do Sistema de Leitura Pública [...]” (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 12, tradução nossa). A partir da constituição das entidades sem fins lucrativos, elas não dependem do Estado e são criadas a partir da decisão de um grupo, em geral, moradores de um bairro ou comunidade, tornando-se associações civis sem fins lucrativos, que sobrevivem, basicamente, de cotas de filiação e doações. Elas “prestam serviços para toda a comunidade sem qualquer exceção” e são “parte da Comunidade” ao surgirem “por decisão desta”. (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 30, tradução nossa). A oferta de um acervo de caráter geral e o atendimento a todo público as tornam iguais às públicas. E, da mesma forma, seus serviços são praticamente idênticos, diferenciando-se, fundamentalmente pelo estatuto jurídico: uma é pública, outra privada (CASTILLO ATIENZA, 2012, p. 34, tradução nossa).

Szafran (2016) menciona um estudo realizado por ela, sob o título de *Perfil del Intermediario de Información en Bibliotecas para el Gran Público: el caso de las Bibliotecas Populares en Montevideo, 2002*⁹. O estudo tinha por objetivo “abordar o perfil dos que trabalhavam à frente dessas unidades por meio de pesquisa de 38 mediadores vinculados a 23 bibliotecas populares da cidade de Montevideu”. Assim, segundo a autora:

Eles (mediadores) têm uma concepção de biblioteca popular limitada ao local onde trabalham, mas enfatizando a importância de seu apoio popular e aberta ao bairro; eles estão dispostos a multitarefa e se preocupam em atender às demandas dos usuários além das

⁹ SZAFRAN, P. **Perfil del intermediario de información en bibliotecas para el gran público: el caso de las bibliotecas populares en Montevideo**. Montevideo: EUBCA, 2002.

informações disponíveis na biblioteca; Têm uma visão ativa da biblioteca em relação às atividades que desenvolvem e podem ser implementadas, bem como entusiasmo em atualizar a proposta através da incorporação de novas tecnologias, para benefício direto dos utilizadores e do trabalho interno. Dentro da caracterização, constatou-se uma baixa intervenção de graduados e alunos de Biblioteconomia, com um baixo percentual de pessoas com intenção de cursar a licenciatura. Embora expressem o desejo de receber formação, principalmente voltada para o desenvolvimento de metodologias que lhes permitam organizar o acervo, entendida como a ocupação que lhes traz maiores problemas no cotidiano de trabalho, condição que não previram ao iniciar o trabalho. Além disso, uma abordagem positiva da biblioteca é verificada em comparação com o início da tarefa. (SZAFRAN, 2016, p. 166, tradução nossa)

Continuando suas observações, voltadas, agora, à questão da participação da comunidade na definição das direções políticas a serem assumidas pelas bibliotecas populares, Szafran (2019) afirma que:

Ao contrário das bibliotecas públicas, elas (bibliotecas populares) são criadas e mantidas a partir das próprias comunidades em que estão inseridas. Esse fato dá uma perspectiva peculiar ao se referir ao fenômeno da cultura popular. Por sua vez, no Uruguai, em geral, são atendidos por mediadores voluntários, membros da própria comunidade, localizados principalmente em cooperativas habitacionais e instituições sociais de vizinhança, para que cada área da comunidade dê um direcionamento que reflita sua concepção do que é o papel da biblioteca no bairro, potencializado pela visão que o mediador lhe concede, seja de serviço tradicional ou aberto a um amplo leque de propostas culturais. (SZAFRAN, 2019, p. 185, tradução nossa)

No Chile, as bibliotecas populares, segundo Barría González et al. (1991), tornam-se importantes contribuições aos projetos de Educação Popular, considerando “o quão importante e necessário foi a implantação de alguma forma de Educação Popular nos setores marginais”:

[...] num primeiro momento, deseja-se criar um espaço de reflexão, de elaboração de experiências e de geração de uma maior consciência sobre a realidade vivida. A ideia foi tomando forma aos poucos. Não havia coordenação alguma para que fossem criadas, surgiam espontaneamente em cada população, desde que as necessidades o exigissem; foi a busca por uma educação básica depois dos poucos recursos de que dispunham os moradores. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 28, tradução nossa)

Barría González et al. (1991, p. 30, tradução nossa) esclarece que o processo interno de construção e formação das bibliotecas populares se divide em três etapas:

1ª Etapa: Formação.

Nesta etapa, é quando se decide pela criação de uma Biblioteca Popular, em determinado local e com determinadas pessoas. Essas pessoas são moradoras do setor onde ficará a biblioteca. Geralmente são jovens amigos, que já participaram de alguma outra organização popular e que não têm muita noção do que é e como se forma uma biblioteca, mas sabem que é preciso que exista em seu setor populacional.

2ª Etapa: Da crise.

Com o passar do tempo, as Bibliotecas Populares vão tendo suas crises, como qualquer outra organização. Isso geralmente tem vários motivos eles podem ser devido a: atrito pessoal, amor, política, poder, etc. o que acarreta que a organização se fortaleça como coletivo ou que seja enfraquecida pela deserção, chegando ao seu possível desaparecimento.

3ª Etapa: Consolidação.

Chega a isso quando a Biblioteca Popular é mantida há anos, sobrevive às diversas crises e o coletivo se fortalece, é conhecida pela comunidade e principalmente porque continua respondendo às necessidades da população e esta participa das atividades da biblioteca.

Tais elementos reforçam a ideia de que as bibliotecas populares foram tomando forma aos poucos, surgiram de modo pouco planejado e não havia coordenação, no país, embora houvesse uma motivação educativa clara, a luta por condições necessárias a uma educação básica. Assim, Barría González et al. (1991) afirmam que, no Chile, algumas surgiram por iniciativa própria, outras

[...] com a ajuda da Igreja, conselho de bairro, Organizações Não Governamentais (ONGs.). Graças a isso começaram com a formação de um acervo e o encontro de um local que pudesse hospedar a biblioteca. Embora, é verdade, as coisas não fossem fáceis no início, aos poucos foi-se conseguindo que uma população urbana-marginal tivesse acesso à informação. Os livros armazenados em caixas de papelão foram dispostos em estantes, além de serem classificados e catalogados. O aconselhamento técnico, em alguns casos, foi realizado por alunos e profissionais da carreira de Biblioteconomia. Assim tudo começou a se normalizar, estruturando uma organização mais profissional na biblioteca. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 28, tradução nossa)

Por outro lado, os autores elencam no tópico “funcionamento” as seguintes características, em suas experiências de organização e desenvolvimento das bibliotecas populares:

1. O serviço de leitura se organiza como um suporte à educação, formação, alfabetização, onde o uso do livro tem outro valor, onde a relação entre bibliotecário e leitor não é apenas o tema, mas fundamentalmente o leitor. Entendido, este como um sujeito ativo, imerso na dimensão de sua comunidade.
2. Longe de ser um armazém de livros, a Biblioteca Popular é um centro de agitação e promoção cultural que está a se tornar num espaço de referência cultural da população.
3. Uma característica comum é a precariedade de seus recursos, bem como a reincorporação de novos membros à equipe da biblioteca. Essa característica, apontada como limitação, é uma tensão constante nas Bibliotecas Populares.
4. As Bibliotecas Populares não se limitaram apenas ao serviço de difusão de informações, mas também geraram atividades de formação e recreação, com as quais se tornaram também verdadeiros Centros de Cultura Popular. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 31, tradução nossa)

Desta forma, segundo tais autores, a biblioteca popular não pode ser compreendida fora do contexto social em que está inserida: “as Bibliotecas Populares estão tendo um complexo processo de relacionamento com a comunidade, encontrando um nível de continuidade, reformando seus objetivos, afirmando suas orientações e aprendendo na prática”. (BARRÍA GONZÁLEZ et al., 1991, p. 40, tradução nossa).

Em decorrência,

as Bibliotecas Populares tornaram-se uma instância válida em que a potencialidade, imaginação e riqueza do setor popular são acolhidas para que possam resolver seus problemas, dando-lhes oportunidade de educação e para que se aprimorem gradativamente como pessoas. A existência de uma Biblioteca Popular em um setor urbano marginal é a solução para as limitações que se apresentam a seguir e que afetam fundamentalmente a população infantil: 1. Falta de dinheiro para comprar livros. 2. Falta de bibliotecas para menores. 3. Desconhecimento dos locais onde as informações necessárias podem ser obtidas. 4. O medo por parte dos pais de que os filhos vão para outros setores devido aos inúmeros perigos que isso pode representar.

Na mesma direção, seguem as bibliotecas populares na Colômbia:

as bibliotecas populares orientaram seu propósito para suprir a carência de serviços bibliotecários nos bairros e setores marginalizados da cidade, com o objetivo de ser um espaço de solução das necessidades educacionais, especialmente, de crianças e jovens como alternativa para reforçar os elementos educacionais e culturais, servindo como espaços de canalização para os interesses da comunidade. (JARAMILLO et al., 2005, p. 112, tradução nossa)

Jaramillo et al. (2005), mencionam que bibliotecas, como as estabelecidas em setores populares de Medellín, pela Congregação Mariana, ligada à Igreja Católica, e pela Biblioteca Pública Piloto de Medellín, são os principais antecedentes do surgimento das bibliotecas populares na Colômbia, reforçando a ideia de que a

[...] biblioteca pública popular é uma instituição social, que surge como produto da dinâmica social, que gira em torno da consulta, da leitura e da informação, aos habitantes de um setor da cidade ou do bairro, e como resposta à falta de um forte sistema de bibliotecas públicas estaduais que cobre grande parte da comunidade. (JARAMILLO; MONTOYA; GÓMEZ, 2002, p. 56, tradução nossa)

Nesse sentido, “a biblioteca pública popular contribui para a construção da identidade social do bairro, a partir do resgate, promoção e apoio às diferentes manifestações culturais, educacionais e organizacionais que ocorrem na comunidade”. (JARAMILLO; MONTOYA; GÓMEZ, 2002, p. 42, tradução nossa). A partir da leitura das relações entre os atores envolvidos no desenvolvimento dos projetos de bibliotecas, as alianças que estes realizaram e as finalidades da biblioteca pública ao longo do século, torna-se possível

revelar as contribuições que esta instituição deu ao desenvolvimento da cidade. Ressalte-se que tanto o papel quanto as contribuições da biblioteca sofreram variações, as quais foram determinadas pelos atores, pelas alianças e pelos propósitos. (JARAMILLO et al., 2005, p. 117, tradução nossa)

Do ponto de vista dos contextos colombianos a que se referem, teria havido, portanto:

[...] o crescimento da cidade, a proliferação de bairros populares e as tendências organizacionais das comunidades a partir da década de 1960 (e que) estimularam a presença da biblioteca pública nos setores populares (o que) por sua vez, levou à criação, pelas próprias comunidades, de bibliotecas populares que buscaram, desde a organização comunitária, reivindicar e sanar a carência de serviços de

bibliotecas públicas populares no município, ou seja, a promoção e consolidação da organização social e comunitária em torno de projetos educacionais e culturais da biblioteca. (JARAMILLO et al., 2005, p. 118, tradução nossa)

Desta forma, conclui o autor que é possível mencionar que a concepção de biblioteca popular considerava os seus aportes nas esferas Educacional, Cultural e Político-organizacional:

Educacional e cultural: democratizar o livro, a leitura e a cultura, com ênfase na biblioteca e na extensão cultural para comunidades distantes do centro da cidade. Desenvolvimento de projetos de biblioteca; Organizacional: Apoio aos processos de organização da comunidade, para atender às necessidades básicas; resgate das manifestações da cultura popular. (JARAMILLO et al., 2005, p. 119, tradução nossa)

Na década de 80 do século XX,

[...] na busca por uma alternativa, a comunidade priorizou ações de desenvolvimento social voltadas para a formação de grupos culturais, danças, teatro, bandas marciais; promoção e apoio às bibliotecas populares, não só como espaço de desenvolvimento das atividades escolares, mas também como possibilidade de promoção de novas atividades culturais para os jovens. (JARAMILLO et al., 2005, p. 112, tradução nossa)

Com efeito, no ano de 1984, um grupo de bibliotecários populares organizaram a Associação de Bibliotecários Populares - ABIPOP - e, posteriormente, em 1989, a associação passou a se chamar de Rede de Bibliotecas Populares de Antioquia - REBIPOA - “com a finalidade de reunir, por estatuto, as bibliotecas populares localizadas em outros municípios do Vale do Aburrá, [...] com o seguinte objetivo: “compartilhar recursos, esforços e experiências das bibliotecas populares e de sua identidade”. (JARAMILLO et al., 2005, p. 78, tradução nossa).

Finalmente, essas bibliotecas, “fazem parte do bairro a partir da motivação, participação e responsabilidade coletiva que é gerada em seus usuários” e, portanto, “a caracterização da biblioteca pública popular está diretamente relacionada aos critérios considerados condicionantes ou fundamentais para dar identidade a esse tipo de biblioteca, conforme menciona Jaramillo, Montoya e Gómez (2002, p. 42, tradução nossa).

[...] o primeiro critério está relacionado à localização. Este critério permite caracterizar a forma como surge, o número de habitantes aos quais presta seus serviços, a presença do Estado, a formação de organizações sociais e o nível de renda dos habitantes, entre outros aspectos. O segundo critério está relacionado com os processos de gestão que realiza, processos que derivam do critério anterior e afetam a operação, as cobranças e os serviços que presta. O terceiro critério diz respeito ao surgimento e expansão dos movimentos sociais na América Latina a partir dos anos 60, que tinham, entre outros objetivos, demandas políticas, organização social e comunitária e fortalecimento das redes sociais. (JARAMILLO; MONTOYA; GÓMEZ, 2002, p. 56, tradução nossa)

3.3 BIBLIOTECAS POPULARES NO BRASIL

3.3.1 Nomenclaturas

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Cunha e Cavalcanti (2008), os autores mencionam que “a tarefa de compilação sistemática de terminologia é vital para o desenvolvimento de qualquer ramo técnico-científico, pois é impossível atingir clareza e precisão sem uniformidade na linguagem pelos praticantes da área” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 7).

Nesse sentido, elaboramos a tabela a seguir, onde apresentamos termos de nosso interesse e correlatos ao de Biblioteca Popular, tal como estão presentes nesse Dicionário:

QUADRO 1 - Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia

Verbetes	Termo equivalente em inglês	Definição
Biblioteca popular		Ver biblioteca pública
Biblioteca pública	<i>municipal public library, popular library, public library</i>	a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais. Ver também: biblioteca municipal.
Biblioteca municipal	<i>city library, county library, municipal library, town library, township library, urban library</i>	biblioteca pública que atende a um município e que pode incluir o arquivo público.
Biblioteca comunitária	<i>community library</i>	1. biblioteca pública que provê serviços de referência e de empréstimo, aconselhamento e outros serviços a uma comunidade específica.

		2. Biblioteca pública criada e mantida por iniciativa da comunidade, sem intervenção do poder público.
Biblioteca de assinaturas	<i>proprietary library, subscription library</i>	biblioteca comum nos séculos XVIII e XIX, que tinha acervo e manutenção custeados por pessoas que compravam quotas; portanto, seus usuários eram os proprietários ou sócios que pagavam anuidade para frequentar suas instalações.
Biblioteca privada	<i>private library</i>	biblioteca mantida por um indivíduo ou organização e destinada para uso próprio. Antônimos: biblioteca pública

Fonte: Cunha e Cavalcanti, 2008.

Neste quadro, podemos constatar três aspectos iniciais:

- 1) Biblioteca popular é mencionada, mas não possui definição própria; é apontada a remissiva para o conceito de biblioteca pública;
- 2) Biblioteca comunitária é uma biblioteca pública, destinada a uma parcela da sociedade e/ou criada e mantida pelo grupo social;
- 3) Biblioteca de assinatura é semelhante às bibliotecas pertencentes a associações, liceus ou gabinetes;

Araújo e Oliveira (2005, p. 37), ao tentarem estabelecer distinções entre bibliotecas, apresentam de forma equivalente os seguintes conceitos de popular e comunitária:

Popular ou comunitária - é um tipo de biblioteca criada e mantida pela comunidade. Tem os mesmos objetivos da biblioteca pública, mas não se vincula ao poder público. É mantida por órgãos como associações de moradores, sindicatos e grupos estudantis. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 37)

Do mesmo modo, em 1960, o Ministério da Educação e Cultura, através do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Seção de Estatísticas Culturais, publica um levantamento com o cadastro das bibliotecas, com acervo superior a 300 volumes, existentes até o ano de 1960, no Brasil. E, em sua página de “Nota prévia”, apresenta um quadro geral das bibliotecas e as orientações para leitura dos dados. Neste exemplo, a concepção “popular” é conceito maior que “pública” e subdividida em outras categorias de públicos específicos.

Para a devida compreensão do cadastro em apreço, informa-se o significado dos símbolos adotados nas colunas 'categoria', 'entidade mantenedora' e 'classe do acêrvo' a saber: - Categoria: 1- Nacional; 2 – Universitária; 3 – Especializada; **4 – Popular, subdividida em: 4.0 – pública em geral; 4.1 – para crianças; 4.2 – para trabalhadores; 4.3 – para militares; 4.4 – para doentes; 4.5 – para detentos; 4.6 – circulantes.** Entidade mantenedora: 1- pública e 2- particular. Classe de acêrvo: A – até 300 volumes; B – 301 a 999; C – 1.000 a 4.999; D – 5.000 a 9.999 e E – 10.000 e mais volumes. (BRASIL, 1962, grifo nosso)

Tais exemplificações oferecem elementos para possíveis compreensões da relação biblioteca e sociedade, bem como para que se perceba os modos distintos de definição e categorização das bibliotecas.

Almeida Júnior (2003, p. 266), ao fazer uma revisão de literatura nesse sentido, menciona alguns textos¹⁰ referentes às bibliotecas populares, destacando que, conforme os objetivos, variam as relações estabelecidas entre biblioteca e sociedade, da mesma forma que as distinções entre as bibliotecas populares e as públicas tradicionais. Dada tal dificuldade, o autor coloca as bibliotecas populares como espaços alternativos em relação às bibliotecas públicas numa proposta de “alteração das ideias, posturas e atividades [...] principalmente quanto aos aspectos de relação com a comunidade, participação desta na gestão da biblioteca e de necessidade ou função social” (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 260), além disso,

[...] o termo biblioteca popular é hoje empregado visando realçar uma de suas concepções básicas: o usuário alvo, em oposição à biblioteca pública tradicional, é aquele que pertence às classes populares. Para efetivamente atendê-los, as bibliotecas populares devem estar localizadas em bairros periféricos, em núcleos habitacionais das cidades ou, ainda, na zona rural. (ALMEIDA JÚNIOR, 1992, p. 189)

Apesar deste estudo não se debruçar diretamente sobre bibliotecas públicas no sentido daquelas que são postas “à disposição da coletividade de uma região, município ou estado”, e que são financiadas principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52), vale a pena abordar aspectos históricos e a dinâmica social destes espaços culturais e sua correlação ou

¹⁰ Freire (1982, 1983), Gonzalez (1983), Lima (1982) e Rabello (1987).

contraposição com os das bibliotecas populares, já que existem relações inexoráveis entre os termos. Assim, referindo-se a tais relações na França, Horellou-Lafarge diz:

As bibliotecas (municipais) do século XX têm uma dupla origem: são sucessoras, ao mesmo tempo, das bibliotecas populares criadas no século anterior para estimular as camadas populares a ler, e das bibliotecas eruditas onde eram conservados e protegidos os livros da nobreza, confiscados na época da Revolução. Austeras, eram 'santuários' do saber, consagrados à leitura culta e frequentados pelas pessoas eruditas e pela elite; nelas reinava um silêncio monacal. (HORELLOU-LAFARGE, 2010, p. 132)

Por outro lado, se bibliotecas comunitárias e populares são temáticas frequentemente relacionadas e até amalgamadas, são suplantadas pela das bibliotecas públicas na literatura da área, categoria que se torna, quando comparada a outras, tema mais recorrente enquanto "objeto de estudo na Ciência da Informação" (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 29).

Certamente, é necessário ver tal supremacia com cuidado, pois se considerarmos estudos bibliométricos, realizados por Rodriguez (2012), temos resultados que constata que "na década de 2001/2010, as pesquisas referentes à temática das bibliotecas públicas corresponderam apenas a 1,1% em relação à produção científica da área" (p. 1). Tal situação também é reforçada com outro estudo da mesma natureza, realizado por Ferreira (2017), ao investigar a produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, no período de 1970 a 2015. Foram identificadas apenas 88 teses e dissertações, em 13 Programas de Pós-Graduação, tratando das Bibliotecas Públicas:

Durante os anos de 1970 a 1978; 1986; 1987; 1995; 1998; 2003 e 2009 não foram encontradas pesquisas sobre esse tema. Os períodos nos quais mais se pesquisou sobre Biblioteca Pública foram de 1980 a 1989, com 23 produções e de 2010 a 2015, com 35 produções. Foram identificadas 73 (83%) dissertações e 15 (17%) teses. (FERREIRA, 2017, p. 09)

Um fato que destacamos nos estudos de Ferreira (2017) e que colabora com as nossas discussões é a sistematização dos dados coletados e o agrupamento das ocorrências em 10 temas principais. Dentre os temas abordados, "Biblioteca popular" é o quinto tema, dentre os pesquisados. Porém, o item 5 sofreu modificações em sua denominação, conforme explica a autora Ferreira (2017, p. 87):

Entretanto, alguns documentos não foram classificados dentro dessas categorias, pois, com o passar dos anos, surgiram outros temas de pesquisas, havendo assim a necessidade de criar categorias, modificar a denominação de algumas, ou fazer a junção de outras. A seguir será explicitado como se deu a etapa de revisão crítica das categorias. [...] d) Na categoria 'biblioteca popular' optou-se por substituir o termo 'popular' pelo termo 'comunitária', que mais correspondeu aos estudos identificados nesta pesquisa. (FERREIRA, 2017, p. 87)

Nos estudos bibliométricos referentes à biblioteca pública ou sobre a biblioteca comunitária, podemos perceber a dificuldade de os pesquisadores utilizarem o termo “biblioteca popular” em seus levantamentos de identificação e quantificação das diferentes modalidades de bibliotecas existentes no terreno social. Ao mesmo tempo, podemos perceber conflitos terminológicos claros na área, como a falta de clareza, além de falta de concordância na definição dos equipamentos culturais.

Referente à nomenclatura das bibliotecas no Rio de Janeiro, “o sentido aplicado a populares seria de uma biblioteca pública apresentando um acervo abrangente e de natureza diversa, ou seja, destinada a toda população”. (SILVA, 2004, p. 40). O INL, conforme citado acima, apontava e explicava a importância do “popular” e sua correlação com o livre acesso às estantes.

Destacava-se ainda o caráter popular que deveria ter a nova instituição e, finalmente, definiam-se os níveis de contrapartida do Instituto. No tocante ao caráter popular, enfatizava-se que a biblioteca deveria direcionar sua ação sempre no sentido de atrair um número cada vez maior de usuários, e que a esses usuários seria dado livre acesso às estantes. O livre acesso às estantes é, até os dias de hoje, um dos pontos mais importantes para a democratização do acesso à informação. A possibilidade de folhear uma obra sem a interferência de qualquer pessoa propicia uma intimidade entre o usuário e o acervo que só enriquece a relação que se pretende amigável. O simples ato de poder folhear um livro é tão relevante que a própria ciência da informação encarregou-se de estudar o que no idioma inglês chamamos de browse. O livre acesso às estantes era uma concepção inovadora para os anos de constituição do INL, e mais tarde, com a criação da Unesco, em 1946, seria preconizado como condição essencial imposta a toda biblioteca pública. (SILVA, 1992, p. 73)

“Não por acaso este foi o modelo adotado pelas bibliotecas municipais da prefeitura do Rio. [...] constituiu-se basicamente como desenvolvido no plano de Meyer” (SILVA, 2004, p. 40).

[...] Segundo o plano de Augusto Meyer, entre 1940 e 1946, deveriam ser criadas e dirigidas pelo governo federal sete bibliotecas centrais de região distribuídas de acordo com as localidades escolhidas. [...] Todos os elementos deste programa adotariam um padrão comum para o tratamento técnico, sob a orientação do INL, que se encarregaria da elaboração de um catálogo coletivo das obras do acervo. (SILVA, 1992, p.76)

O registro das bibliotecas foi uma tarefa primordial do INL para a política de doação de acervos, porém Silva (1992), ao realizar sua pesquisa documental sobre as atividades do INL, menciona que:

deparamo-nos com uma indagação: o que seria, afinal, biblioteca pública na concepção do Instituto? Ao longo da pesquisa fomos nos inteirando dos significados desta e de outras expressões utilizadas, e o trabalho foi algo como uma difícil tradução. (SILVA, 1992, p. 82)

Nesta perspectiva, Silva (1992, p. 83) menciona que o critério de categorização de classificação “era definida pela maior ou menor possibilidade de acesso concedido aos usuários pelas instituições, e não por sua dependência hierárquica ou por seu estatuto jurídico”. Da mesma forma, sempre que o acesso era restrito a determinado grupo de usuários, as bibliotecas eram classificadas como privativas.

[...] as expressões ‘biblioteca pública’ e ‘biblioteca franqueada’ designavam toda e qualquer biblioteca que permitisse o livre acesso aos usuários, e não necessariamente uma instituição vinculada aos poderes públicos. [...] A partir desta classificação, tanto as bibliotecas públicas quanto as privativas (por vezes denominadas privadas) eram subdivididas em federais, estaduais, municipais e não oficiais. (SILVA, 1992, p. 83)

Da mesma forma, o INL empregava o termo “popular”, como “sinônimo de destinada a toda a população, com um acervo igualmente amplo quanto à abrangência das áreas do conhecimento. (SILVA, 1992, p. 84). E esclarece que

[...] a expressão ‘caráter popular’ traduziria a abrangência e a natureza do acervo que a instituição deveria constituir, e o entendimento com as prefeituras apontava para a subordinação hierárquica que se pretendia. [...] referindo-se às bibliotecas subordinadas às prefeituras municipais, abertas a toda a população, sem a adoção de acervos especializados. Visando definir o que seriam as bibliotecas públicas mencionadas no decreto-lei, passou o Instituto a referir-se à ‘criação

de bibliotecas públicas municipais de caráter popular, em entendimento com as prefeituras'. (SILVA, 1992, p. 83)

Com referência a indefinição terminológica, Silva (1992, p. 84) esclarece que o INL, em 1955, propõe uma nova classificação com a edição do *Guia das bibliotecas brasileiras de 1955*, porém esta classificação continuava frágil. "Desaparece a categoria das bibliotecas públicas federais e passam a existir outras, como as bibliotecas escolar primária, escolar secundária, escolar especial, além da escolar e popular".

Outro exemplo é a equivalência de sentidos da terminologia biblioteca popular, presente em relatório de 1941, entregue ao ministro Capanema. Ali, ao retratar as bibliotecas públicas municipais, fala-se em "movimento do Instituto Nacional do Livro em prol da constituição e reorganização de bibliotecas populares em todos os municípios do Brasil". Já, neste mesmo ano, em julho de 1941, Augusto Meyer referia-se às "bibliotecas escolares transformadas em populares" e às "bibliotecas públicas municipais de caráter popular":

Estes registros nos levam a crer na possibilidade de uma biblioteca escolar ser transformada em pública, bastando para isso que permitisse o livre acesso a toda a população. Levam-nos a crer, ainda, que naquela época a expressão biblioteca popular, empregada pelo Instituto, não significava o mesmo que biblioteca pública municipal - aquelas 'criadas pelos poderes municipais como entidades independentes de qualquer outra instituição (...) para benefício do público'. (SILVA, 1992, p. 85)

O anteprojeto de decreto-lei enviado por Augusto Meyer a Gustavo Capanema, também em julho de 1941, reforça a mesma compreensão de imprecisão do termo. Temos assim, presente no art. 12, o seguinte: "as bibliotecas públicas criadas pelas prefeituras sob a orientação do INL serão bibliotecas populares, abertas a todos os munícipes, sem distinção de sexo, de idade ou de profissão" (SILVA, 1992, p. 85).

Adelpha Figueiredo (1945), ao apresentar o desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo, refere-se à tarefa difícil de tal apresentação, já que esse movimento tem fases bem obscuras, devido à falta de documentação existente nos períodos históricos.

Se a existência das 8 bibliotecas paulistas do Império significam o começo da biblioteconomia em S. Paulo, não sei, nem ousar asseverar ou negar. Sei, entretanto, que antes ainda da proclamação da

República no Brasil, aparecia a biblioteca que foi, em S. Paulo, o berço da biblioteconomia moderna na terra dos bandeirantes. Como diversos empreendimentos paulistas, a biblioteconomia teve origem em atividades de caráter particular. Em 1886, três anos antes da República, em um estabelecimento de ensino particular que hoje se chama Instituto Mackenzie, aparecia uma biblioteca, cuja finalidade era servir aos alunos e professores dessa escola e, mais ainda, ao público que dela se quisesse servir. Sua característica mais interessante era que 'já emprestava, em domicílio, os seus livros'. Eis aí pois o germe precioso das bibliotecas de empréstimo na Capital paulista. Desde essa época, 1886, até hoje, não cessaram as atividades dessa biblioteca; não se desenvolveram também logo, e, durante largos anos, não atingiram senão a um público muito restrito, ficando praticamente S. Paulo desprovida de biblioteca até 1895. (FIGUEIREDO, 1945, p. 6)

Em seus escritos, dada a importância deste contexto histórico, Figueiredo (1945) menciona o processo de elaboração da instituição e a dotação orçamentária da Biblioteca Pública de São Paulo, sob a tutela do Estado. Convém observar que, na tramitação da proposta de criação da biblioteca, em maio de 1895, através do Projeto de Lei nº 72, a alteração do nome, de "biblioteca popular" para "biblioteca pública", é alvo de discussão pelos deputados de então:

Nessa época aparece a Biblioteca Pública de S. Paulo. A 23 de maio de 1895, em sessão da Câmara dos Deputados, o Dr. Pereira de Queirós apresenta um projeto criando a Biblioteca Popular de S. Paulo. Teria então a dotação de 30:0001000. Depois de muitos debates passou em 3.^a discussão, a 30 de maio, com uma emenda do Dr. Artur Prado. Por esta emenda era-lhe o nome mudado, de 'Biblioteca Popular' para 'Biblioteca Pública de S. Paulo'. (FIGUEIREDO, 1945, p. 6)

Atos administrativos, datados de 1895, testemunham tanto a criação de Biblioteca no Estado de São Paulo, como a alteração de seu nome, tal como descrito acima, por Figueiredo.

Figura 1 – Projeto n. 72 de 1895 - Criação da Biblioteca Popular

PROJECTO N. 72, DE 1895
O Congresso do Estado de S. Paulo
decreta :
Art. 1.º Fica creada nesta capital uma
bibliotheca com a denominação de «Bi-
bliotheca Popular de S. Paulo».
Art. 2.º Ficam creados para a mesma
bibliotheca os logares de director, aju-
dante do director, de porteiro e de con-
tinuo.

Fonte: Departamento de Documentação e Informação – Divisão de Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Figura 2 – Projeto de Lei n. 72 de 1895 – Alteração da denominação, Biblioteca Pública

PROJECTO DE LEI N. 72 de 1895
O Congresso do Estado de S. Paulo
decreta :
Art. 1.º Fica creada nesta capital uma
bibliotheca com a denominação de «Bi-
bliotheca Publica de S. Paulo».
Art. 2.º Para a mesma bibliotheca fi-
cam creados os logares de direcior, aju-
dante do director, porteiro e de con-
tinuo.

Fonte: Departamento de Documentação e Informação – Divisão de Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Como se pode ler abaixo, Arthur Prado é autor da emenda com a alteração do nome de “Bibliotheca popular de S.Paulo” para “Bibliotheca Pública de S. Paulo”:

Emenda do projeto nº 72. No art. 1º em vez de Biblioteca Popular de São Paulo diga-se: ‘Bibliotheca Pública de São Paulo’. S. das sessões 30 de maio de 1895. Arthur Prado.

Figura 3 – Emenda ao projeto nº 72

Fonte: Departamento de Documentação e Informação – Divisão de Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

É importante destacar que o Projeto nº72 não menciona os objetivos das bibliotecas e suas relações com a população, mas propõe no art. 3 as atribuições e obrigações do diretor, a “cuja administração fica entregue o estabelecimento, [...] serão estabelecidas no regulamento que também determinará o modo de franquear a biblioteca, a frequência do público [...]” (SÃO PAULO, 1895).

Para contextualizarmos a alteração do nome da biblioteca é importante destacar o contexto histórico em São Paulo, após Proclamação da República, em 1889. O deputado Arthur Prado de Queiroz Telles, que altera a nomenclatura, pertencia ao PRP – Partido Republicano Paulista. Obteve 31.359 votos na 3ª Legislatura – 1895/1896, ao que parece número expressivo para a época. Sua iniciativa inscrevia-se em dinâmicas históricas e sociais que:

Entre 1870-1940, os processos de internacionalização das sociedades e das culturas ocidentais agenciados pela elite progressista brasileira, frequentadora assídua das capitais e cidades europeias e norte-americanas, tiveram impacto na capital paulista, mudando a configuração dos ambientes culturais da cidade e criando novos usos e espaços. (CARVALHO, 2019, p. 80)

Segundo Ribeiro (1992) “o governo imperial atendia aos interesses da camada senhorial constituída de duas facções significativas: a ligada à lavoura tradicional

(cana, tabaco, algodão) e a ligada à nova lavoura (café).” (RIBEIRO, 1992, p. 65). Sob a influência positivista, tornam-se mais influentes os processos de inquietação e as decorrências políticas de transformações sociais.

O crescimento acelerado da camada média e a participação de seus elementos na vida pública através das atividades intelectuais, militares (exército) e mesmo religiosas criam condições de expressão de seus interesses mais amplos como o de participação no aparelho de Estado. As duas últimas décadas do Império são pontilhadas por ‘questões’ - dos escravos, eleitoral, política, religiosa, militar- que demonstram claramente que o regime não atendia às aspirações de um setor importante da população no final do século XIX. (RIBEIRO, 1992, p. 65)

Saes (2006, p. 56) menciona que a passagem do Império para a República foi um acontecimento fundamentalmente carioca, articulado pelos republicanos do Rio de Janeiro e os militares que serviam a Corte. Tal “revolução” foi, na verdade, para as demais províncias, uma simples comunicação do fato consumado. O autor faz tal observação e considera que o “grupo que estava destinado, por sua prosperidade econômica, a se apoderar do aparelho de Estado no novo regime vinha de São Paulo e estava ligado ao café” (SAES, 2006, p. 56).

O café, a partir da década de 1830, é o principal produto de exportação do país. Começou a “ser produzido nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e, em decorrência dos desgastes dos solos, se deslocou para o Vale do Paraíba paulista, para se instalar finalmente no interior de São Paulo”. (SAES, 2006, p. 56).

A partir da década de 1870, e mais acentuadamente na de 1880, a ascensão da produção cafeeira no oeste paulista vai contrastar com a decadência da mesma na Província do Rio de Janeiro, isto se dando pelo caráter itinerante da produção cafeeira, já que os cafezais fluminenses, mais antigos, com terras já cansadas e cuja fertilidade se esgotava, apresentavam produtividade em declínio. Portanto, o futuro da economia cafeeira, grande fonte de riqueza do Império, estava em São Paulo. (SAES, 2006, p. 57)

Na capital paulista, conforme aponta Saes (2006, p. 59), há grupos ligados ao financiamento e a comercialização da produção cafeeira, ascensão ocasionada pelas condições favoráveis do mercado externo; há também grupos ligados às ferrovias e ao setor industrial, ainda pequeno, de vidraçaria, têxtil, calçados, cimentos e outros tornando-se a elite cafeeira, apesar da conotação progressista, favorável à

manutenção da escravidão. Por isso, a necessidade de outros grupos para consolidar o projeto do regime republicano, liderados por José do Patrocínio, Antônio Bento, Bernardino de Campos e Silva Jardim e oficiais do Exército (Deodoro e Benjamin Constant). “Portanto, boa parte da elite paulista optará pela República como único meio de se atingir a Federação: em 1872 nasce o Partido Republicano Paulista (PRP), representando as classes dominantes de São Paulo e cuja grande bandeira será a Federação. (SAES, 2006, p. 59).

Partido político paulista fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha. [...] O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado com o propósito de refletir os objetivos de uma sociedade em ascensão econômica e percebeu, portanto, que, para consolidar o seu domínio, era indispensável substituir um sistema em estado de irremediável desmoronamento. Quanto ao problema escravo, o manifesto garantia que o partido ‘nunca foi contrário ao movimento emancipador da raça escrava’. Entretanto, o partido foi criado para fazer a República e liquidar com o regime monárquico. Qualquer outra bandeira, que perturbasse a busca daquele propósito essencial, não deveria ser conduzida como se fosse uma determinação prioritária (RAMOS, 2009, s.p.)

Diante de tais situações, Perissinoto (1999, p. 54) ressalta que a perspectiva econômica delineava as ações políticas dos membros do PRP; as lideranças partidárias “estavam à frente de um aparelho administrativo que, com o advento da República, passou a organizar-se segundo os critérios fundamentais do “burocratismo”. Em consequência disso, ao assumirem como representantes do Estado,

eles próprios buscaram fortalecer aquele aparelho com o objetivo de reforçar as suas prerrogativas de decisores em detrimento do poder de classe, o que, em função dos novos parâmetros institucionais, significou, na verdade, promover a sua burocratização crescente e a centralização decisória. (PERISSINOTO, 1999, p. 55)

Presume-se, por tudo isso, que o reforço do termo “público” por representante político ligado ao PRP, em substituição ao termo inicial (popular), não é gratuito e, talvez, objetivasse afirmar a existência de uma suposta política de imparcialidade do poder público diante de todas as classes, condição ausente nos anseios e práticas da maioria dos membros das classes sociais composta pelos ricos fazendeiros da produção cafeeira.

Figura 4 – Projeto nº 6

Fonte: Departamento de Documentação e Informação – Divisão de Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Mediante a tais circunstâncias, “o PRP foi um instrumento do Estado, e não da classe, utilizado pelo Executivo para vencer toda e qualquer oposição à forma pela qual a alta burocracia paulista conduzia as políticas econômica e tributária” (PERISSINOTO, 1999, p. 192).

A nova denominação parece chamar a atenção, portanto, mais para a natureza da vinculação jurídica das bibliotecas que para públicos populares, definidos em oposição às elites que as promoverão e definirão, mediante controle da máquina estatal e seus burocratas.

Salientamos que, anteriormente, no ano de 1891, já existira um “*Projecto n. 6*”, da Assembleia Legislativa de São Paulo, de criação, na capital, de uma “biblioteca pública” sob a tutela do Estado de São Paulo.

Posteriormente, já em 1911, o “*Projecto de Lei n° 60*” estabelece em 16 artigos a reorganização da “biblioteca pública” do Estado de São Paulo. E, em 1912, o projeto de Lei n° 69 (Figura 5) estabelece em seu artigo 1º a criação das “bibliotecas populares” em cada um dos distritos do município da capital.

Figura 5 – Projeto de Lei n. 69

PROJECTO N. 69, DE 1912

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1.º — Fica creada uma bibliotheca popular em cada um dos districtos do municipio da capital.

Paragrapho 1.º — As bibliothecas populares, destinadas mais especialmente á cultura das classes menos favorecidas e operarias serão localizadas pelo governo nos pontos mais populosos dos respectivos districtos, possivelmente junto aos centros fabris.

Fonte: Departamento de Documentação e Informação – Divisão de Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Em seu parágrafo 1º, o projeto indica o entendimento de “bibliotecas populares” pelo poder público. São aquelas “destinadas mais especialmente à cultura das classes menos favorecidas e operárias e serão localizadas pelo governo nos pontos mais populosos dos respectivos distritos, possivelmente junto aos centros fabris” (SÃO PAULO, 1912). A exportação do café e a industrialização criaram novos empregos nas áreas urbanas da região Sudeste, ocasionando um crescimento populacional durante toda a Primeira República, conforme aponta Gomes (1987, p. 21), “[...] a oferta de empregos no comércio, transportes, na administração pública e no artesanato [...] transformaram-no na região que preponderou, em todos os setores”. Em síntese, a distinção de nomenclatura - “pública” / “popular” - corresponderia a um projeto, envolvendo o Estado como condutor e patrocinador de políticas necessárias ao desenvolvimento de sua agenda e que previa a formação de mão de obra necessária especialmente ao projeto agrário exportador e urbano industrial que se desenrolava principalmente na região Sudeste, mais acentuadamente em São Paulo. A biblioteca aparece, nesse aspecto, como um dispositivo cultural e educacional a serviço do desenvolvimento de uma nova economia, que começava a ganhar importância no país, no início do século XX, e que reunia a economia agrícola cafeeira à economia urbano-industrial, em formação, especialmente no Estado de São Paulo.

Nesses termos, temos uma compreensão instrumental da biblioteca, tomada fundamentalmente como insumo produtivo e que estará em tensão com proposições de movimentos políticos cujas concepções vão em outro sentido ao tomarem o

popular como bandeira distintiva de processos de emancipação intelectual e afirmação social e cultural das classes trabalhadoras. A nomenclatura, nesse sentido, não é apenas uma problemática terminológica, mas sobretudo um embate político entre grupos sociais, em disputa por posições e reconhecimento na sociedade brasileira.

3.3.2 Concepções

Em consonância com Burke (2003), Araújo e Oliveira (2005, p. 33) afirmam que a invenção da imprensa, por Johannes Gutenberg, em 1452, e seu desenvolvimento nos séculos seguintes, ocasionou grandes modificações na produção, armazenamento, difusão e recepção dos conhecimentos. Desta forma, ocorre na modernidade europeia um rompimento do monopólio que a Igreja e os círculos aristocráticos exerciam na geração, guarda e acesso ao conhecimento impresso, iniciando-se, portanto, um período que será caracterizado pela crescente ampliação dos impressos e dos públicos letrados, mesmo se o direito à cultura letrada não se universalizasse imediatamente após Gutenberg nas nações da Europa.

Ribeiro (1992, p. 21) destaca que a condição de colônia, tendo em vista os propósitos da expansão mercantilista, em “que o objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas”, faz com que a dinâmica social brasileira exclua a escolarização da população em geral de seus percursos:

Num contexto social com tais características, a instrução, a ação escolarizada só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes) que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. (RIBEIRO, 1992, p. 22)

Neste contexto, as bibliotecas jesuíticas, conforme afirma Moraes (1979, p. 5) eram controladas, ficando abertas somente para religiosos e “para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente”. Em outras palavras, a acessibilidade ao livro não era concedida a todos, mas sim restrita aos poucos homens letrados e pertencentes aos meios privilegiados daquele período. Mesmo alunos dos colégios jesuíticos não

tinham acesso livre aos impressos, estes mesmos, fruto de censura prévia, devidamente controlados, portanto.

Com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, tem início, segundo Araújo e Oliveira (2005), um movimento de transformação da “situação do livro e das bibliotecas, no país”:

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil alterou as condições políticas, econômicas e sociais da Colônia. Foi uma transformação radical no Rio de Janeiro; sua população cresceu consideravelmente com a chegada de nobres, funcionários de muitas categorias, comerciantes, burgueses ricos etc. Esse fato ocasionou novas necessidades na cidade e, em consequência, transformou a situação do livro e das bibliotecas. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 35)

Conforme Aranha (1996)

[...] o ensino técnico no período do Império é bastante incipiente. O governo se desinteressa pela educação popular e também pela formação técnica e volta-se para as profissões liberais destinadas à minoria privilegiada. [...] Provavelmente, a leitura de livros devia estar restrita a padres, estudantes, bacharéis e alguma outra profissão, todos integrantes das camadas mais abastadas da estratificação sócio-econômica do país e que já dispunham de acesso à produção intelectual. (ARANHA, 1996, p. 155)

No período do Segundo Reinado (1831 – 1889), com a declaração de maioria de Pedro de Alcântara, e tendo o seu término em 15 de novembro de 1889, o Brasil sofre as influências europeias das bibliotecas populares, dos Liceus Literários, das Sociedades Beneficentes e dos Gabinetes de Leitura.

Muitas dessas bibliotecas foram criadas e beneficiadas pelos barões ou fazendeiros que desejavam levar o progresso à sua cidade para transformá-la em um centro de cultura. Contudo, com o tempo, a maioria dessas bibliotecas desapareceu ou, então, seus acervos deterioraram-se por se encontrarem em mãos de amadores. (MULIN, 2011, p. 31)

Nunes (2004, p. 20) menciona que, em 1874, “a lei provincial nº 1.370 autorizava o governo da Bahia a criar “bibliotecas populares” em todas as cidades da província (Leis e Resol. Ass. Leg. Bahia, 1874, pp.45/6)”. Nesse mesmo ano, em 12 de novembro, é criada uma comissão de elaboração dos regulamentos das bibliotecas, conforme ato do presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa (APEB, Seq

Col. Pro. Mç 1.004 p.440) e, em 11 de agosto de 1875, José Eduardo Freire de Carvalho, vice-presidente em exercício,

baixou um ato criando **bibliotecas populares** em todas as cidades da província e expedindo-lhes Regulamento (APEB, SeçCol. Pro. Mç 1.007, pp.293-298 e Leis e Resol. Prov. Bahia, 1875 pp. 445-453¹¹). **Não tivemos notícia, porém, da efetiva concretização de tais bibliotecas, nem encontramos nas leis orçamentárias provinciais seguintes a este ato nenhuma menção específica a este respeito.** (NUNES, 2004, p. 20, grifo nosso)

Em 1811, em Salvador, Bahia, com acervo inicial de livros doados por particulares, foi aberta a primeira biblioteca de acesso público do Brasil e da América do Sul, correspondendo, segundo SANTOS (2010, p. 56) a iniciativa de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco “um rico senhor de engenho, e de um grupo de homens inteligentes e cultos, que, às escondidas, liam em clubes maçônicos, livros franceses de idéias filosóficas e políticas”.

A biblioteca era a primeira com um caráter verdadeiramente público uma vez que as dos Conventos não eram públicas e a Real Biblioteca do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede. (MORAES, 1979 apud SILVA, 2010, p. 56)

Essa biblioteca pioneira contou com a biblioteca particular de seu principal idealizador, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, além da dotação de cinquenta mil réis por ele oferecida, dinheiro esse usado para fundos da nova instituição. Seu exemplo foi seguido por seu primo Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, além de Padre Francisco Agostinho Gomes, Dr. Domingos Borges de Barros e pelo próprio governador.

[...] a biblioteca da Bahia, iniciou-se com apenas quatro mil livros, sendo três mil em língua francesa, e o fato curioso é que os livros do Conde dos Arcos não foram doados à biblioteca e sim emprestados. Gonçalves Filho (1962) afirma que o Conde retirou seus livros logo que a biblioteca passou a funcionar na Catedral. [...] A biblioteca vivia das subscrições de sessenta provincianos, seus primeiros sócios, no valor anual de dez mil réis cada. Cabia a um conselho a direção da nova instituição, o qual era eleito anualmente. (SANTOS, 2010, p. 57)

¹¹ BAHIA (Estado). **Leis e Resoluções da Província da Bahia de nºs 1.448 a 1.588 votadas no ano de 1875**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875. 461 p + XX de índice

“Em 1817, com o afastamento do Conde dos Arcos do governo provincial, os subscritores perderam um pouco do ânimo de levar a biblioteca à frente. A instituição começava a adoecer” (SANTOS, 2010, p. 57).

Algumas iniciativas tentaram, sem grande sucesso, reanimá-la.

Em 1839, por exemplo, a lei nº 94¹², de 6 de março, autorizava o governo a dar um regimento para o serviço da ‘livraria pública’, considerada importante complemento aos conteúdos estudados nas escolas tanto primárias quanto secundárias (Col. Leis e Resol. Ba, 1839 a 1840, v.II, p.1/2 e DOEBa, 2/7/1923, p.299¹³). (NUNES, 2004, p. 15)

Em janeiro de 1912, durante bombardeio no governo de Hermes da Fonseca,

a biblioteca, como relata Gonçalves Filho (1962), recebeu um duro golpe: um incêndio devastou seu acervo, restando a salvo apenas trezentos volumes. Riquíssimas coleções foram perdidas, entre elas a ‘Idade d’Ouro’, primeiro jornal da Bahia. (SANTOS, 2010, p. 58)

A restauração foi iniciada no Arquivo Público. Pouco a pouco, foi se reconstituindo graças aos esforços do seu diretor, José de Oliveira Campos,

[...] (todavia), o verdadeiro Renascimento da biblioteca ocorreu em 1939 quando Jorge Calmon assumiu a direção desta. Através de três anos de trabalho e devotamento total à instituição, conseguiu dar-lhe vida nova, integrando-a nas modernas tendências do pensamento contemporâneo e justificando assim, o seu título de biblioteca pública. (SANTOS, 2010, p. 58, grifo nosso)

Em referência a essa biblioteca, MILANESI (2002) afirma que:

A primeira biblioteca pública brasileira, em Salvador, é contemporânea dos primeiros trens ingleses e foi iniciativa privada. Fora das escolas, muito pouco foi criado pelos órgãos governamentais no sentido de criar e manter acervos públicos para a leitura de todos que não dispusessem de recursos para adquirir os livros necessários. Nas grandes cidades, colônias de imigrantes procuravam por meio de ação coletiva obter benefícios. Da mesma forma que surgiram hospitais denominados ‘Beneficência Portuguesa’ foram criadas várias

¹² BAHIA (Estado). **Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia sancionadas e publicadas nos anos 1839-1840**. v. II contendo os números 93 a 117. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra. 1862. 104 p. mais 4 de índice.

¹³ BAHIA (Estado). **Diário oficial do Estado da Bahia** – edição especial do centenário, 2 de julho de 1923, 584 p.

bibliotecas com o nome de 'Gabinete Português de Leitura', um esforço privado para oferecer leitura à população. (MILANESI, 2002, p. 39)

Araújo e Oliveira (2005) concluem no mesmo sentido, ao avaliarem essa primeira experiência de biblioteca pública, no país:

A Biblioteca Pública da Bahia foi a primeira a ser fundada com essa característica de não contar com recursos do governo. A experiência não deu certo e o governo passou a dar subsídios e outras bibliotecas públicas floresceram em outras capitais e cidades importantes. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 35)

Dentre as razões do insucesso, os autores referem-se às concepções de biblioteca que orientaram sua criação. Para a população da Bahia, a biblioteca pública reforçava a ideia de "templo do saber" e não de espaço para promover a instrução e alfabetização, como imaginada pelos seus idealizadores. Seu acervo era composto por obras em língua estrangeira e por obras clássicas, conforme elucida Oliveira (1994):

No acervo da Biblioteca Pública estavam representados os assuntos da época, em seus textos, em sua maioria, escritos em francês, a segunda língua do homem culto em Portugal e no Brasil. Embora seus criadores pretendessem usar a Biblioteca como instrumento para promover a instrução popular, o seu público restringia-se aos leitores que dominassem um segundo idioma, fosse o francês ou o inglês. A ideia como adereço, professada pela população letrada, imbricada a possíveis sentimentos de exclusão e à ignorância quanto as funções de uma biblioteca, por parte da população analfabeta, contribuíram para formar a estereotipada imagem da biblioteca como 'templo do saber', lugar de guarda de obras clássicas, as quais apenas alguns tinham acesso por dominarem o código da escrita. (OLIVEIRA, 1994, p. 21)

Em seus estudos, Schapochnik faz uma apresentação das bibliotecas populares no período no Império Brasileiro (1870-1889) e constata que a imprensa difundia discursos prospectivos e messiânicos do papel das bibliotecas expressos por setores do clero, de profissionais e de associações voluntárias.

As bibliotecas populares apareciam como a panaceia para reverter as trevas da ignorância e promover, simultaneamente, a fé nos livros e no conhecimento para o povo, num verdadeiro programa de regeneração moral da população. (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 206)

Nesse período, o mesmo autor, a partir dos estudos das publicações na imprensa (discursos fundacionais, efemérides, celebrações, notas sobre doações e/ou envio de livros) aponta a instalação de 69 bases institucionais de leitura que se intitulavam bibliotecas populares. No primeiro decênio, houve a fundação de 56 bibliotecas, um processo crescente, portanto. Já no segundo decênio, houve descensão, com a criação de apenas 13 bibliotecas. A maioria delas estava localizada nas cidades do interior (59 bibliotecas) e a “disparidade reiterava a busca de alternativas para suprir a carência do acesso aos livros e satisfazer as demandas da instrução popular” (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 209). Tais números recordam que os grandes centros possuíam uma pluralidade de instituições de leitura sob a forma de bibliotecas públicas, bibliotecas liceais, gabinetes de leitura e bibliotecas mantidas por associações voluntárias e comunidades estrangeiras. “A desigualdade regional e pessoal impedia que o público tivesse acesso ‘igual’ à informação. Situação que, convém lembrar, já ocorria quando da criação das principais bibliotecas públicas” (REBELLO, 2002, p.26).

“A implantação das bibliotecas populares era uma maneira de empregar a instrução pela leitura como estratégia de tutela” (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 210) e, portanto, acrescenta o autor, fornecia o acesso aos livros de cunho formativo e utilitário e satisfazia o paternalismo das elites, através da caridade cristã ou da filantropia laica.

Em 1872, militantes favoráveis à implantação das bibliotecas populares, publicam um artigo no periódico “O Movimento”, da cidade do Rio de Janeiro, em que argumentavam o imperativo civilizacional na instrução das classes populares e a necessidade de agilidade dos membros locais, organizados em associações e clubes mantenedores em adquirir doações em dinheiro e em livros. Além disso, enfatizavam que a composição dos acervos e os programas “deveriam ser constituídos por folhetos, opúsculos, manuais, compêndios [...] enfim com as ideias que possam adiantar e desenvolver a inteligência das classes populares, que em geral aplicam-se aos trabalhos rurais ou às artes liberais” (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 211).

Embora integradas no cenário cultural oitocentista, as novas bases institucionais da leitura implantadas na cidade do Rio de Janeiro tiveram uma existência errática. Submetidos a sucessivos deslocamentos, as bibliotecas e os gabinetes de leitura ocuparam as

mais distintas instalações, que incluíram desde as dependências de um hospital (Biblioteca Pública), os quartos de hotéis (British Subscription Library), até as residências particulares (Gesellschaft Germania, Gabinete Português de Leitura, Bibliotheca Fluminense, Biblioteca Pública), quando não compartilharam seu edifício e seus funcionários com outras instituições (Biblioteca Municipal). Como se percebe, eles foram adaptados a espaços previamente forjados para outras utilizações, o que gerava, de tempos em tempos, queixumes generalizados por parte dos administradores e funcionários que se viam obrigados a encaixotar os livros e desmontar parte do mobiliário para depois realizar a operação inversa, remodelando a biblioteca de acordo com as novas instalações. E nem sempre os leitores suportaram esses deslocamentos. Quando a Biblioteca Pública foi transferida de sua sede originária, na rua detrás do Carmo, para as proximidades do largo da Lapa, ou quando o Gabinete Português de Leitura saiu da rua da Quitanda para a rua dos Beneditinos, na década de 50, o resultado imediato foi uma brusca queda no movimento dos leitores. (SCHAPOCHNIK, 2002, p. 211)

O discurso de Adolpho Laménha Lins¹⁴ (1877, p. 64 apud SCHAPOCHNIK, 2018, p. 212), presidente da Província do Paraná, menciona o público alvo das bibliotecas populares (agricultores, operários, professores). Refere-se, também, ao fornecimento de livros instrutivos, que elevem o nível intelectual. Tal menção facilita a complexa compreensão do “popular”, presente no universo teórico da leitura.

Araújo (1991) afirma a contradição e a correlação dos índices de analfabetismo e a construção das bibliotecas.

O alto índice de analfabetismo no país representava a ausência de leitores, o que prejudicava o esforço para aumentar o nível de bibliotecas públicas, e, por outro lado, a ausência de políticas educacionais que buscavam efetivamente a discriminação ou erradicação do analfabetismo no país que contribuía para que o quadro se mantivesse inalterado. (ARAÚJO, 1991, p. 151)

Como afirma Oliveira (1994, p. 19), na gênese de sua criação no Brasil, "a biblioteca foi uma instituição destinada à elite letrada e não à população em geral, em grande parte analfabeta". Tal concepção, acrescenta a autora, resulta em bibliotecas mantidas por particulares e ordens religiosas, com apoio educacional e cultural de determinados grupos de indivíduos que se viam obrigados a importar os livros da Europa, por falta de material produzido no país.

¹⁴ LINS, Adolpho Laménha. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná**: 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1877.

Em decorrência,

até o final dos anos 20 (do século XX), as bibliotecas brasileiras projetavam a imagem da sociedade colonial e dependente, na qual se desenvolveram. Atendendo apenas parte da sociedade, armazenavam a cultura europeia e erudita, para deleite e adereço dos brasileiros cultos, preenchendo os seus anseios de 'promoção social e aperfeiçoamento pessoal'. (GOMES, 1983, p. 85, grifo nosso)

Nesse sentido,

centrando sua atuação nas funções de guardião de livros e disseminadora seletiva da informação impressa, a biblioteca iniciou sua trajetória de atuação discrepante, em relação às necessidades de informação de uma sociedade em processo de urbanização e industrialização. (OLIVEIRA, 1994, p. 25)

No período de 1890 a 1930 (GOMES, 1983, p. 61), as Bibliotecas populares de acervo geral e que atendiam ao mais variados públicos, abertas à comunidade local ou não, e mantida por particulares ou pelo poder público, somariam 83 unidades. Oliveira (1994) menciona que as Bibliotecas populares eram

criadas por grupos sociais de interesses comuns, que se organizavam em sociedades, sindicatos, associações profissionais e religiosas [...] representavam uma forma de apropriação de determinados valores da elite do país. (OLIVEIRA, 1994, p. 23)

Mulin (2011, p. 31), a partir dos estudos apontados por Gomes (1983), referindo-se ao período de 1890 a 1930, reafirma que “as bibliotecas eram agências de instituições sociais de uma sociedade subdesenvolvida e dependente; contemplavam as necessidades de segmentos dessa sociedade que tinha um caráter elitista” (MULIN, 2011, p. 31).

Gomes (1983) reforça essa posição, ao afirmar que bibliotecas "eram instaladas por esses pequenos grupos nascentes para promover o desenvolvimento intelectual e progresso moral de seus componentes" (GOMES, 1983, p. 76).

Oliveira (1994) aponta que a criação das bibliotecas populares no período de 1890 a 1920 se dá pela demanda reprimida por informação de interesse para uma nova sociedade urbano-industrial nascente. As bibliotecas públicas não supriam as

necessidades dos novos públicos, seja pela precariedade de seus acervos, seja pela falta de manutenção e ampliação de suas instalações:

No caso brasileiro, as bibliotecas populares, além de significarem status e distinção para seus criadores e usuários, podem ter representado uma ação de determinados grupos sociais, para solucionar necessidades localizadas de informação especializada e de lazer. (OLIVEIRA, 1994, p. 24)

Segundo Schapochnik (2008, p. 172), os “gabinetes de leitura funcionaram como uma instância mediadora que incidiu sobre as relações entre os editores, escritores e o público, contribuindo para a ampliação do comércio livreiro”. Para o público,

[...] a existência destas instituições satisfazia ao crescente interesse pela cultura letrada, representada pela diversidade de gêneros da produção ficcional, como as novelas e os romances. Por meio do aluguel barato de uma mercadoria de luxo, os gabinetes de leitura forneceram às classes populares a evasão possível, o sonho de uma vida melhor; numa ‘literatura de consumo’, ‘literatura de compensação’, produzida por escritores de ‘segundo time’ para o público anônimo [...] No entanto, é importante apontar que, para além da mercantilização da produção cultural impressa, os gabinetes de leitura reiteravam uma tendência que expressava a dessacralização, a especialização e a socialização do conhecimento. (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 172)

“Além do sonho de uma vida melhor”, por meio de uma “literatura de consumo”, hipótese que seria, ainda, evidentemente testada com pesquisas empíricas aprofundadas, os gabinetes de leitura, aponta ainda Schapochnik (2008), favoreceram a prática da leitura domiciliar e, portanto, a possibilidade da utilização das obras de forma diferenciada do ato individual e silencioso, ou seja, “a leitura em voz alta para os outros ou com os outros” (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 173). Por outro lado,

sob denominação variada (*Lending Library* ou *Free Circulating Library* na Inglaterra e nos Estados Unidos, *Cabinet de Lecture* na França, *Leihbibliotheken* na Alemanha, ‘Gabinete de Leitura’ no Brasil e em Portugal), estes estabelecimentos remetem para um espaço fornido de livros, autorizando a leitura sem a necessidade de compra. A emergência desta instituição, simultaneamente comercial e cultural, de proposta laica e divulgadora de saberes e impressos modernos, revestiu-se ainda de vários significados. (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 171)

Martins (2000, p. 396) afirma que os Gabinetes de Leitura, na cidade de São Paulo, são as primeiras bibliotecas populares e públicas do País.

Biblioteca da Faculdade de Direito e Gabinetes de Leitura relacionavam-se - adiantamos que ambos estavam intrinsecamente ligados, pois daquela casa de ensino, e quase em oposição a ela, nasceu o projeto de bibliotecas populares, concebido nos debates entre acadêmicos, que se queriam liberais, e implantados por essa mesma geração, quando, já bacharéis, espalharam-se pelo interior da província paulista. (MARTINS, 2000, p. 397)

Os jovens estudantes, contrários ao Império escravocrata e católico, vindos das mais variadas regiões do Brasil, começaram a criar as “Sociedades Literárias imprimindo jornais de oposição, fundando e participando de Lojas Maçônicas, introduzindo, por meio de práticas culturais diversas, uma revolução nos costumes, na política e na religião” (LEITÃO, 2010, p. 87), para fugir do marasmo da cidade de poucas ruas e da vida regrada da Faculdade.

Segundo Martins (2000), por meio dos Gabinetes de Leitura, o livro e a leitura reafirmam-se “como instrumentos viabilizadores do questionamento da sociedade vigente, potencializando sua força, ícones temidos e indiretamente censurados pelo poder” (MARTINS, 2000, p. 402). Os presidentes fundadores dos Gabinetes, os bacharéis de Direito, compreendiam a educação como caminho imprescindível para a formação do futuro cidadão. Nessa perspectiva, “a ideia de subversão da ordem” se inscreveria no movimento dos Gabinetes que contrapunham à “era monárquica, escravocrata e católica” a “República, a Abolição, o livre-arbítrio, a liberdade de religião e de ensino” (MARTINS, 2000, p. 401).

Souza (2005, p. 5) apresenta de forma sucinta como a leitura e os livros foram ganhando amplitude no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX.

As pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e até mesmo um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros eram lidos e debatidos. As bibliotecas eram espaço de contestação e surgiram os Gabinetes de Leitura, que eram voltados para a leitura e que, dotados de estatutos homogêneos, previam a formação de uma biblioteca de gêneros e títulos diversificados, onde se podiam alugar livros; previam, igualmente, uma escola de primeiras letras, que formasse leitores para consumo daquele acervo enquanto encetavam a alfabetização dos segmentos menos favorecidos da sociedade. (SOUZA, 2005, p. 5)

A biblioteca popular, segundo Schapochnik (2018), “passou a figurar uma tradução do desejo dos grupos dirigentes de sintonizarem a tarefa de aculturação das classes populares por meio de texto impresso” (SCHAPOCHNIK, 2018, p. 206). Tal projeto se objetivaria de forma sucinta, em três modalidades de bibliotecas distintas e suas perspectivas em relação à população, a partir do século XIX (SCHAPOCHNIK, 2005). Em primeiro lugar, tivemos as bibliotecas públicas que “foram instaladas por decisão das autoridades oficiais, que arcavam com as despesas dos salários dos bibliotecários [...], com o aluguel e a manutenção dos equipamentos, bem como com a aquisição de livros e periódicos” (SCHAPOCHNIK, 2005, p. 235). Ao mesmo tempo, tivemos as bibliotecas associativas, também compreendidas pelos Gabinetes de leitura, que eram “sociedades de caráter privado, implicando no pagamento de joias ou na aquisição de ações [...] capitaneadas pelas comunidades estrangeiras, franqueando a leituras nas salas [...] e favorecendo o empréstimo externo de obras”. Por fim, as bibliotecas populares que, implantadas a partir de 1870,

eram juridicamente instituição pública, abertas a todos os frequentadores. Elas foram idealizadas a princípio para o público escolar e visavam garantir o acesso à cultura impressa, sobretudo ao livro informativo. [...] era vista como uma instituição moralizadora e civilizadora, quer pelos seus conteúdos intrínsecos, quer pelas potencialidades de correntes da complementação da instrução elementar. [...] ligada à iniciativa de particulares (lojas maçônicas, grupos políticos de caráter republicano e simpatizantes do abolicionismo, letrados, negociantes) que demandavam auxílio às autoridades municipais e provinciais. A contrapartida oficial dava-se por meio de subsídios, isenção de taxas, cessão de espaço público ou a subscrição das campanhas de doação e ampliação de acervo. (SCHAPOCHNIK, 2005, p. 235)

A criação e a implantação das bibliotecas municipais na cidade do Rio de Janeiro é algo impreciso, como afirma Silva (2004). Por falta de documentação, seria, portanto, inexato mencionar datas e os motivos para tal implantação.

Não encontramos, além dos atos oficiais de criação e modificações administrativas, nenhum outro registro, documentação ou referência à memória de criação e implantação da Rede de Bibliotecas Populares. Apenas decretos e leis, coletados em um pequeno relato organizado pela Diretoria de Bibliotecas, órgão responsável pela coordenação das bibliotecas, subordinado ao Departamento de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. (SILVA, 2004, p. 35)

Além do aspecto de criação de uma Rede de Bibliotecas Populares, a autora menciona que

[...] em 1939, por exemplo, o diretor do INL, (Augusto Meyer), sugeriu ao ministro da Educação Gustavo Capanema a criação de 25 bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro a partir da associação de pessoas interessadas em financiar a criação e a manutenção dessas bibliotecas. (SILVA, 1992, p. 32)

Conforme ressaltado, o INL

[...] ao se dirigir aos prefeitos, encaminhava uma ‘sugestão de decreto regulando o funcionamento de uma biblioteca municipal’, onde eram arroladas recomendações quanto à finalidade da instituição, sua localização física, constituição do acervo, formas de subvenção, cargos funcionais e competência das chefias. (SILVA, 1992, p. 73)

Nesta perspectiva, as bibliotecas populares funcionavam “através do sistema de associados e teriam os acervos construídos a partir do interesse local, onde se pode perceber a intenção de envolver a comunidade local nas atividades e na formação do acervo das instituições” (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

O projeto das bibliotecas populares apresentava algumas características ainda hoje perseguidas na concepção e operação das bibliotecas públicas: a criação da biblioteca a partir de interesse manifesto da comunidade; a manutenção da biblioteca e a seleção do material a ser adquirido, feitas pela própria comunidade e não por agentes externos a ela; a doação de obras como complemento a um acervo criado e mantido pelos usuários; e o intercâmbio de publicações entre bibliotecas, favorecendo a renovação de seus acervos. Ou seja, biblioteca pública criada a partir de desejo da comunidade e para ela. (OLIVEIRA, 1994, p. 47)

Nesta concepção, o Estado incentivava a criação das bibliotecas populares registradas no INL, abertas ao público em geral, com um grupo formado com no mínimo 50 pessoas que pagariam uma mensalidade para mantê-la. Logo após feito o registro, o Ministério repassaria os recursos ao INL que se “responsabilizaria pela aquisição de livros, respeitando as sugestões fornecidas pela biblioteca” (OLIVEIRA, 1994, p. 47).

A partir de 1937, até a metade da década de 1940, o “Brasil encontrava-se mergulhado em um regime político denominado Estado Novo” (SILVA, 2004, p. 36).

Neste período, apesar do autoritarismo e de restrições de direitos políticos, Silva aponta o crescimento da produção impressa no país:

Na área de criação literária e formação de parque gráfico, podemos apontar a modernização e o desenvolvimento dos meios de produção, aperfeiçoando a impressão de revistas e jornais. Circulavam, por todo país, revistas como A Cigarra, Eu Sei Tudo, o Cruzeiro e a Revista da Semana, com entrevistas, crônicas, matérias sociais etc. (SILVA, 2004, p. 37)

Desta forma, nesse período histórico, dominado pelo ‘varguismo’, tem início um processo de construção institucional “moderno”, inserindo-se aí o processo de implantação de bibliotecas públicas assumidas e controladas pelo Estado (SILVA, 2004, p. 38):

[...] o primeiro ato de formalização da atual Rede de Bibliotecas Populares foi a Resolução de nº 2, de cinco de janeiro de 1945, quando ainda o prefeito Dodsworth autoriza ‘a instalação de 20 bibliotecas populares no Distrito Federal em locais de fácil acesso, de preferência nas estações ferroviárias e seus arredores, no centro urbano, nos subúrbios e na zona rural’. (SILVA, 2004, p. 48)

Na resolução de nº 2, Silva (2004) destaca a política populista do Estado Novo e do presidente Vargas, preocupado em seduzir as classes trabalhadoras como forma de legitimar o apoio ao governo e direcionar “as horas de lazer do trabalhador”.

Fica estabelecido que essas bibliotecas teriam apenas o papel de empréstimo, ‘centros de distribuição de livros, não dispendo de instalações internas de leitura’ e sem pagamento de taxa por parte do leitor. (SILVA, 2004, p. 48)

Posto isso, Silva (2004) reforça que as bibliotecas públicas populares do Rio de Janeiro foram um estudo-piloto, um teste para uma proposta de uma política nacional.

A carência de conhecimento sobre a estrutura, o funcionamento e as necessidades das bibliotecas brasileiras levou Augusto Meyer a formular inicialmente um projeto de criação de bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro que pudesse servir de orientação para as ações futuras do INL. Este projeto foi apresentado ao ministro Capanema logo nos primeiros meses de 1939, antes mesmo da efetiva instalação das seções do INL. A idéia era que esse grupo de bibliotecas pudesse servir como estudo-piloto, capaz de expressar os

problemas e peculiaridades das bibliotecas populares, já que a experiência não poderia se estender por todo o país. Em verdade, tratava-se da criação de bibliotecas de bairro que, na concepção de Augusto Meyer, teriam similaridades com as localizadas em cidades do interior do país e por isso mesmo permitiriam ao INL 'sondar, nas camadas populares, o grau de iniciativa e a capacidade organizadora'.¹⁵ (SILVA, 1992, p. 74)

Silva (2004) afirma, no entanto, que a concepção que norteia as bibliotecas públicas populares no Rio de Janeiro

[...] pautou-se no conceito de biblioteca utilizado apenas como uma ação de abertura de espaços culturais, sem ter a preocupação e finalidade de se criar um local onde se proporcionasse a formação de público leitor, tomando o livro como fonte de informação e cultura e, conseqüentemente, de formação do indivíduo. A cronologia de implementação desses espaços e as características ressaltadas nos atos administrativos nos levam a concluir pela falta de uma política clara, estando mais próximas ao modelo de controle do Estado. (SILVA, 2004, p. 41)

Cabe frisar que o Estado de São Paulo atingiu, em 1937, conforme aponta Negrão (1983, p. 29), "o ponto culminante de sua produção cafeeira, ocasionando alta capitalização, que favoreceu o desenvolvimento industrial em grande escala". Nesta situação "a capital contava com 3.487 fábricas e mais de 120.000 operários; e, em 1939, o valor da produção industrial do Estado ultrapassou a da agricultura". (Negrão, 1983, p. 29). Como era de se esperar, o crescimento econômico impulsionava o aumento populacional e sua capacidade de consumo material e imaterial.

Assim, observa-se, no período de 1926 a 1941, um grande aumento da população estudantil,

como decorrência de modificações no sistema educacional do país e do estado. [...] A educação é fator de grande influência na vida das bibliotecas. Em 1930, com a criação do Ministério de Educação e Saúde, assistiu-se à reforma do ensino superior e à substituição do conceito de 'instrução pública', que vinha desde os tempos coloniais, pelo de 'educação', com conotações mais amplas e abrangentes. (Negrão, 1983, p. 31)

¹⁵ Cf. CAPANEMA, G. **Arquivo Gustavo Capanema**: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura, série G, 36.10.30 pasta II doc.14. São Paulo: FGV/CPDOC. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_G&hf=www.fgv.br&pagfis=41909. Acesso em: 03 abr. 2020.

O aumento das atividades estudantis provocou o desenvolvimento cultural da cidade paulistana e elevou o número de usuários reais e/ou potenciais da biblioteca, como por exemplo, os alunos da Universidade de São Paulo, a partir de meados da década de 30; a vinda dos professores estrangeiros abriu “novas perspectivas para o estudo e a pesquisa” (Negrão, 1983, p. 31). De modo similar, o aumento dos leitores em potencial favoreceu a evolução da indústria editorial consideravelmente: “de 92 títulos e 382.400 exemplares editados em 1930, chegou-se ao fim da década a 320 títulos, com a tiragem de 2.116.700 exemplares (Negrão, 1983, p. 33).

Diante das expansões das fronteiras educacionais e editoriais, Negrão (1983, p. 38) menciona a rivalidade e a comparação de estrutura física e de acervo entre as bibliotecas Estadual e Municipal, presentes nas discussões da Câmara Municipal, com pautas relacionadas à qualidade no atendimento e no conforto do uso dos espaços das Salas de Leitura. “A comparação feita, bem o dá entender e irá prolongar-se até 1937, quando da absorção da Biblioteca Estadual pela Municipal” (Negrão, 1983, p. 38), por meio da Lei Estadual nº 2839, de 1937.

É necessário destacar que o anteprojeto da criação do Departamento de Cultura e, ligada a ele, a Divisão de Bibliotecas, foi apreciado por Rubens Borba de Moraes, “cujos conhecimentos bibliotecológicos e bibliográficos se conhecia” (NEGRÃO, 1983, p. 53). Posteriormente, conforme afirma Bandeira (2007, p. 19), Rubens Borba de Moraes, como chefe da Divisão de Bibliotecas, planejava realizar um projeto de rede de bibliotecas “adequando à realidade nacional” conhecimentos que tinha sobre as bibliotecas públicas norte-americanas. A leitura do “livro *Bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson (...) muito o havia impressionado e (...) influenciou a biblioteconomia brasileira posteriormente”.

O anteprojeto tornou-se o ato 861/1935, e em sua descrição notamos suas propostas para a população:

[...] ‘criar e organizar bibliotecas públicas de forma a contribuir, eficazmente, para a difusão da cultura em todas as camadas da população’, o que pressupõe a função cultural da biblioteca e o caráter democrático e não elitista da proposta. (NEGRÃO, 1983, p. 53)

Pinheiros (2016) esclarece as perspectivas ideológicas presentes no Departamento de Cultura, conforme apontado por Abdanur (1992):

o modelo escolhido pelos liberais paulistas perseguia uma espécie de democracia liberal, capitaneada pelos ilustrados, com o mínimo de participação da população em geral. Um projeto neoiluminista, autoritário e indutor de uma transformação verticalizada. Uma das principais diretrizes vinha da necessidade de educar o povo, para que São Paulo assumisse o protagonismo no país. (PINHEIROS, 2016, p. 45)

Lemos (2012), todavia, aponta diferenças entre as bibliotecas populares criadas e administradas pelos movimentos de educação popular e aquelas administradas pelos órgãos governamentais. Em seus estudos sobre o processo de implantação e ampliação das bibliotecas municipais de São Paulo, no caso específico, as bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), menciona as bibliotecas populares do Departamento de Cultura e suas concepções norteadoras, ressaltando sua diferença com as propostas de Eurico Góes:

A primeira notícia registrada sobre a aproximação entre biblioteca e periferia é da década de 1920, quando Eurico Góes escreveu um projeto em que pretendia criar bibliotecas populares, segundo o modelo inglês, que visava ao desenvolvimento cultural do operariado movido pelo sentimento humanitário: almejava-se 'elevantar o espírito' dos desfavorecidos. Contudo, foi apenas depois da criação de um Departamento de Cultura, gerido por expoentes do movimento modernista, que se propõe a difusão da cultura através da biblioteca pública para todas as camadas da população; dessa vez, o que estava em jogo não era o sentimento humanitário, mas a democratização cultural. (LEMOS, 2012, p. 68)

A mesma autora reforça que o espírito dos modernistas para a criação das bibliotecas populares, “quando estavam à frente do Departamento de Cultura era enriquecer a vida diária do homem comum, bem como a de seus filhos, e a biblioteca pública fazia parte do projeto”. (LEMOS, 2012, p. 69).

A provisão dos cargos do Departamento de Cultura para os intelectuais ocasionou a expressão “ousadia quixotesca”, cunhada por Sergio Milliet (Negrão, 1983, p. 55), situação que concretizou um ideal de vários intelectuais, “alguns dos quais tiveram participação ativa na Semana de Arte Moderna (Negrão, 1983, p. 55):

Derrotados em 1932, e diante da necessidade de se reinventarem, os paulistas uniram-se em torno de um projeto liberal, tendo como principal líder o engenheiro Armando Salles de Oliveira (um dos fundadores do PD). Salles, após acordo com Vargas, foi nomeado, em 1933, interventor no Estado de São Paulo, em uma aliança da

burguesia liberal paulista com o presidente Getúlio Vargas. (BOMENY, 2012, p. 68)

O Ato 1.146 de 1936 modifica o ato 861/1935, na reestruturação administrativa dos serviços e declarava, “a organização dos serviços de bibliotecas populares e circulantes; entretanto, não criou uma unidade administrativa para os mesmos. As bibliotecas populares teriam localização nos bairros operários”. (Negrão, 1983, p. 56). Neste mesmo Ato constam os serviços destinados para a população dos bairros, “1) um “serviço bibliográfico”, destinado a orientar o público nas leituras e 2), um ‘serviço cultural’ voltado à promoção de cursos de vulgarização e conferências, caracterizando, assim, o aspecto educativo e o cultural dessas bibliotecas (Negrão, 1983, p. 56).

Cabe ressaltar que “dez anos se passaram entre a aprovação do Regimento da Biblioteca, em 1926, e a sanção do Ato 1.146, em 1936”. (NEGRÃO, 1983, p. 57). A autora faz uma observação importante, no âmbito deste trabalho, referindo-se à forma como os espaços foram mencionados nos documentos: “o Regimento da Biblioteca menciona **bibliotecas circulantes ou salas populares de leituras**; já no Ato 1.146 refere-se a **bibliotecas populares**” (NEGRÃO, 1983, p. 57, negrito nosso).

Apesar de ressaltar a modificação das nomenclaturas neste período de 1926-1936, Negrão (1983, p. 57) sublinha que

o conceito de bibliotecas populares, destinadas ao desenvolvimento cultural do operariado, originou-se na Inglaterra, no fim do século XIX, como consequência da Revolução Industrial, quando existia um sentimento filantrópico da burguesia em relação ao operário, motivado pelas suas condições de vida e de trabalho. (NEGRÃO, 1983, p. 57)

Como se pode ver, a distinção do conceito “biblioteca popular”, neste caso, remete ao público-alvo a que se destina tal tipo de instituição cultural. Contudo, Negrão (1983) elucida a alteração deste público específico de atendimento para conceber e abordar a perspectiva do atendimento gratuito a um público-alvo mais “universal”, dentro de uma nova concepção de biblioteca moderna, de origem norte-americana.

[...] porém, em 1945, Moraes admite estar já ultrapassado o conceito ‘humanitário’ das bibliotecas públicas, com o desenvolvimento das bibliotecas americanas, ‘nascidas do povo e para atingir toda a população’. (Negrão, 1983, p. 57)

Com relação ao desenvolvimento das bibliotecas paulistas nos bairros, Azevedo (1950) enfatiza dois requisitos essenciais: o serviço de empréstimo e o acesso livre as estantes. Cabe frisar que Azevedo, apesar de utilizar o termo “bibliotecas populares”, propõe uma concepção de biblioteca moderna na promoção e utilização maior dos livros e que “a biblioteca popular só atingirá o máximo de sua utilização se for dotada desses dois requisitos” (AZEVEDO, 1950, p. 52). Por outro lado, do ponto de vista da composição do acervo, inicialmente

não há a necessidade de grande acervo bibliográfico. Serão suficientes uma pequena coleção de obras de referência, para consulta local, constituída de dicionários, enciclopédias, atlas, anuários, guias de viagens, no total de trinta ou quarenta títulos apenas, alguns jornais e revistas e um acervo, destinado ao empréstimo, de cerca de dois mil volumes, divididos entre obras de ficção e de divulgação científica, escolhidas de acordo com as características locais, no que se refere aos meios de trabalho dominantes na região, à nacionalidade e instrução da maioria dos habitantes. (AZEVEDO, 1952, p. 53)

Assim sendo, Azevedo (1950) menciona a importância da formação do acervo e considera que a seleção das obras deve estar pautada na orientação à leitura pelo bibliotecário. Contudo, reconhece que boa parcela dos leitores não solicitam tal orientação:

Assim, não sendo possível a interferência direta do bibliotecário junto ao leitor, resta a solução que se vem adotando, com os melhores resultados, da seleção do acervo como meio de elevar o nível de leitura, **de orientá-la mesmo**, através da não incorporação de obras secundárias. (AZEVEDO, 1950, p. 55, grifo nosso)

Diante dessa realidade, Azevedo (1950, p. 54) conclui que a biblioteca tem novas finalidades – “transformar em leitores o maior número possível de pessoas”. Com este objetivo, oferecer um espaço agradável para leitura e a facilidade no acesso aos livros e o auxílio direto aos leitores na biblioteca.

A proposta da biblioteca pública de empréstimo, inaugurada em 1944, sofreu, como na França, reações de setores da sociedade e para os quais “livro emprestado é livro extraviado”. Enfatizando, além do extravio, a danificação do acervo, argumentam que a proposta funciona nos Estados Unidos, “porque lá o povo tem outro

grau de adiantamento [...] E num país pobre como o nosso, era um crime jogar fora esse dinheiro e esses livros, tão úteis numa biblioteca onde a leitura fosse facultada em suas salas, sob a habitual fiscalização” (AZEVEDO, 1950, p. 56).

Neste trecho, podemos perceber, portanto, as contradições sociais referentes à concepção da biblioteca e seus serviços.

No que tange à preocupação com o operariado persistirá até a criação das bibliotecas nos bairros, em 1952, o Regimento (que) estabelece as bibliotecas circulantes ou ‘salas populares de leitura’, nos principais bairros operários e que seriam providas de ‘manuais de artes e ofícios e viagens’, o que deveria ocorrer após a normalização da biblioteca do centro da cidade. (NEGRÃO, 1983, p. 40)

A biblioteca, segundo Azevedo (1950), localizada em geral nas zonas centrais das capitais, desempenha um papel importante na vida cultural e, muitas vezes, são o único local público destinado à leitura e ao estudo. Apesar de reconhecer essa importância, o autor chama a atenção, contudo, para a oferta dos serviços de empréstimos nos bairros, com a finalidade de conquistar novos e ampliar o número de leitores, tendo em vista, segundo ele, contribuir para a elevação do nível cultural do país (AZEVEDO, 1950):

O que nos cabe, portanto, é ampliar nossas bibliotecas com essas sucursais, ramais regionais ou populares - não importa o nome - mas, situadas em pontos de maior concentração nos bairros. Uma vez realizado esse melhoramento, e simultaneamente, a biblioteca procuraria atingir pontos mais distantes, - a zona suburbana, a princípio com bibliotecas ambulantes, montadas em automóveis e, depois, instalando bibliotecas fixas. (AZEVEDO, 1950, p. 58)

Conforme apontado por Decca (1987, p. 93), o discurso de Afrânio Peixoto enaltece os parques infantis no oferecimento de atividades para os filhos dos operários, dizendo: “E penso, complexivamente: comunismo se combate com obras sociais e não com polícia”. Tal afirmação colabora na compreensão do processo de institucionalização das bibliotecas públicas, como ocorre com as políticas realizadas pelo Departamento de Cultura do Município de São Paulo que, segundo o autor, seria movimento contrário ao anarquismo/comunismo, ou seja, política de caráter preventivo-educativo-utilitário.

Na década de 30, com o desenvolvimento industrial, especialmente em algumas regiões do país, emerge a

classe baixa, formada basicamente pelos operários das indústrias e trabalhadores urbanos em geral, [...] porém, uma transformação significativa na classe média – surgiu uma nova classe média, formada por vários profissionais, técnicos, operários especializados, empregados do comércio – composta por um grande contingente de imigrantes ou seus descendentes. Esse grupo passou a conviver com a classe média tradicional, desligada do processo produtivo. Essa classe média, juntamente com a alta, foi a clientela constante e fiel da biblioteca e também a beneficiária da educação, desligada do processo produtivo. (RABELLO, 1987, p. 22)

Portanto, teve início no Brasil “um processo de modificação das estruturas da sociedade. A sociedade oligárquica, tradicional, foi substituída pela sociedade moderna. O Brasil deixou de lado sua “dita” vocação agrícola-exportadora para se industrializar, se modernizar, se desenvolver” (RABELLO, 1987, p. 20).

O liberalismo no Brasil, conforme aponta Rabello (1987, p. 25), teria se tornado arma ideológica da aristocracia rural, com características peculiares de conservadorismo e retrógrado, com ligações com a classe dominante, sob o ponto de vista econômico. Portanto, neste contexto, a biblioteca pública

assumiu um papel duplamente contraditório. Aceitou, como seus, os objetivos formulados a partir de uma ideologia que se propunha representante de novos tempos e de nova força de poder, na Europa, quando no Brasil, na prática, estaria ocorrendo o contrário. A biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíam a minoria da nossa população opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia. (RABELLO, 1987, p. 25). [...] Foi na classe média tradicional e na nova classe média que a biblioteca encontrou o seu público, já que para eles, a educação era ponto chave, inclusive para a ascensão social. Cresceu a demanda à biblioteca, mas somente por um grupo, detentor do poder econômico. Essa demanda foi condicionada, em grande parte, também pela localização física da própria biblioteca, sempre em locais ‘nobres’ embora marcada pela precariedade dos seus serviços de extensão. (RABELLO, 1987, p. 23)

De uma maneira geral, a biblioteca é tratada como se fosse uma instituição neutra, desempenhando sua função social pré-estabelecida, sem nenhuma conotação explicitamente ideológica (RABELLO, 1987, p. 26). Portanto, “a desigualdade regional e pessoal impedia que o público tivesse acesso ‘igual’ à informação. Situação que, convém lembrar, já ocorria quando da criação das principais bibliotecas públicas” (RABELLO, 1987, p. 26).

Vale ressaltar, também, que havia carência de bibliotecas públicas no interior dos Estados e sua existência estava ligada a iniciativas devidas a órgãos governamentais, pouco atentos à questão. O abandono e as dificuldades para a manutenção das bibliotecas, no período de 1890 a 1930, eram enormes, comparados à capital Rio de Janeiro (GOMES, 1987, p. 77). Até 1912 havia apenas 46 bibliotecas públicas, no país¹⁶.

As bibliotecas públicas criadas pelos governos, tanto estaduais quanto municipais, foram pouquíssimas [...]. Mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país e detentoras do poder político, as administrações municipais praticamente não cuidaram em instalar bibliotecas [...] o alto índice de analfabetismo do país representava ausência de leitores para forçar a demanda de bibliotecas públicas. Reside também a falta de tradição de bibliotecas na cultura brasileira. (GOMES, 1987, p. 77)

Importante, também, observar, conforme RABELLO (1987), que a biblioteca pública floresceu, no Brasil, em períodos populistas, de 1930 a 1964, o que poderia fazer supor que de fato concorreria para uma aproximação da biblioteca com o povo. Porém,

o populismo parece não ter favorecido a aproximação biblioteca/povo. Essa não procurou ampliar sua clientela, atingindo outros segmentos da população, nem criou condições favoráveis a uma maior participação popular. Na verdade, a biblioteca pública nunca foi nem popular e nem democrática. O usuário, para o qual a biblioteca teoricamente existe, parece não ter participado pessoalmente ou por delegação, da sua administração, da definição de sua política, de suas normas e regulamentos de funcionamento. Em período populista, a biblioteca mostrou-se uma instituição autoritária. (RABELLO, 1987, p. 27)

Segundo Pereira (1985 apud RABELLO, 1987, p. 26)

o populismo no Brasil, a partir de 30 até 64, significou a união entre a burguesia industrial, a classe média e os trabalhadores urbanos. Os atores da sociedade passaram a ser a burguesia mercantil especulativa, a pequena burguesia industrial, a média tecnocracia civil e militar, os trabalhadores urbanos [...] e se constituíram nos usuários da biblioteca. [...] Os não atores da sociedade, foram os trabalhadores rurais e os marginais urbanos, ignorados pela biblioteca pública.

¹⁶ Cf. GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na primeira república**. São Paulo: Pioneira, 1983.

Os Comitês Democráticos, organizados pelo Partido Comunista, presentes nos bairros das grandes cidades e nos municípios, concentravam seus esforços nos problemas educativos. A volta do Partido Comunista à legalidade, nos anos 1930, e por meio dos seus Comitês democráticos, propiciou a ampliação da reivindicação por melhor aplicação das verbas educacionais para as camadas mais pobres. Recomendavam a organização de escolas para adultos, como verdadeiros centros culturais nas sedes dos sindicatos, associações, clubes esportivos e empresas, com o auxílio do poder público. Recomendavam, também, como atividades extraescolares, uma “Campanha Popular de criação de bibliotecas nos bairros, as quais deveriam funcionar não como meras salas de consulta, mas como centros de interesse vital” (PAIVA, 1987, p. 174).

Machado (2009) reforça esse ponto de vista, afirmando que “alguns estados e municípios brasileiros, com o objetivo de aproximar as bibliotecas públicas de suas comunidades, passaram a denominá-las como bibliotecas populares” (MACHADO, 2009, p. 85). Acrescenta que tal tentativa tinha a intenção de aproximar e incorporar o espaço público do imaginário da sociedade. No entanto, tal incorporação não se deu nas ações práticas, o que nos permite levantar a hipótese de que talvez se tratasse apenas de uma ação retórica e/ou populista.

Esta direção populista, que não foi exclusividade da biblioteconomia brasileira, impulsionou, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco a criação de bibliotecas populares, ligadas a projetos de Educação Popular (1930 a 1950), promovidos pelo Estado, centrados em ideais difusionistas de uma educação para o aumento do conhecimento cultural (VERRI, 2010). Como foi dito por Milanese (1986, p. 82), a denominação “bibliotecas populares”, inscrita na mesma preocupação da “cultura para o povo”, evidencia-se nos discursos pela referência aos bairros operários e mostra “a intenção clara de popularizar a cultura através da ação do Estado”.

É pertinente dizer que

o ingresso da população pobre na categoria de povo aconteceu lentamente, sobretudo com as transformações efetivadas a partir de 1930, e só atingiu grandes proporções na década de 1950 (quando) pobres ingressaram no povo através de uma porta chamada 'populismo'. [...] A política desenvolvida pela ditadura de Getúlio Vargas (1930-45) criou essa alternativa populista com dois objetivos bem nítidos: formar um operariado urbano, necessário à

industrialização, e ao mesmo tempo criar uma base política popular de sustentação do governo. (MARTINEZ, 1996, p. 50)

Conforme ressaltado, MARTINEZ (1996) menciona duas situações na proposta de desenvolvimento do país: a ascensão sociopolítica das massas populares a partir de 1930, culminando em “um tipo de nacionalismo baseado em algumas realidades concretas de industrialização, o monopólio estatal do petróleo e de outras riquezas” (MARTINEZ, 1996, p. 51). Todavia, as elites também passaram a explorar as ideias de emancipação nacional, soberania nacional e então o populismo é identificado com o nacionalismo desenvolvimentista, o nacionalismo populista e o nacionalismo de Estado (MARTINEZ, 1996, p. 51).

“A participação dos trabalhadores nas decisões e o acesso aos serviços do Estado foram cuidadosamente regulamentados para serem reduzidos ao mínimo, e anulados sempre que possível ou necessário” (MARTINEZ, 1996, p. 51). Martinez (1996) esclarece que tais fatos foram conseguidos através de alguns mecanismos e, entre eles, destaca:

a legislação trabalhista, o sindicalismo ligado ao governo, a repressão policial, os partidos trabalhistas. No primeiro momento, de 1930 a 1945, o Estado substituiu completamente a nação, apropriou-se do interesse nacional e o transformou em razões do Estado para defender uma precária independência nas relações externas. (MARTINEZ, 1996, p. 51)

É importante destacar, afirma Martinez (1996), que essa apropriação se deu com a ditadura, sem consultar a vontade popular, mas com a defesa ideológica e aparelhada pela máquina de propaganda oficial. Essa ação intervencionista eliminaria a intermediação do Congresso, a extinção dos partidos e das associações.

Segundo a propaganda oficial, a união entre povo e governo possibilitaria erigir uma nação desenvolvida, com melhores condições de vida para todos, ou seja, o povo e o governo identificados pelos mesmos ideais nacionalistas poderiam tomar esses ideais realidade, construindo as condições materiais necessárias. (MARTINEZ, 1996, p. 51)

O Estado desenvolve, portanto, estratégias para convencer as massas populares “de que as pequenas melhorias no padrão de vida dos trabalhadores e os

índices de crescimento urbano e industrial eram obras patrióticas do nacionalismo desenvolvimentista” (MARTINEZ, 1996, p. 53).

O populismo tem, nesses termos, implicações diretas nas políticas culturais.

Tanto o projeto paulistano como o getulista se inspiraram em um modelo autoritário e intervencionista. Aquilo que Teixeira Coelho (2012) denomina como política de dirigismo cultural, ou seja, a política cultural imposta por um projeto verticalizado sem participação direta da sociedade civil. As únicas formas de participação consistentes com este modelo eram os conselhos de notáveis ou de representações, nos quais os membros da sociedade civil eram escolhidos pelo poder executivo. (PINHEIRO, 2016, p. 46)

O “desenvolvimentismo” inerente à atitude nacionalista dos anos 1950 encontrava correspondência, no plano propriamente político, em seu “populismo”. Ao mesmo tempo que proclamava a emergência do povo – a expressão referia-se em geral às massas trabalhadoras urbanas – como protagonista político de relevo, o nacionalismo reclamava seu apoio para projetos de desenvolvimento, ou seja, para os sacrifícios que eles iriam exigir (LAMOUNIER, 1977 apud MARTINEZ, 1996, p. 59).

Armanda Alberto (1934), educadora e empenhada militante cultural, envolvida com a problemática da cultura letrada, ao investigar a importância da leitura para os adultos, questiona a dificuldade do acesso aos espaços das bibliotecas. Segundo ela, os adultos, “proletários, aqueles que em geral não tiveram oportunidade de ir além da escola primária”, a grande maioria dos que aprenderam a ler somente por meio dos raros livros técnicos acessíveis, não teriam acesso aos espaços de leitura institucionais. Grande parte de sua formação é desenvolvida basicamente no próprio fazer do exercício das profissões manuais.

A preocupação com a leitura e o livro estaria, assim, situada além das questões referentes à alfabetização de adultos, na concepção de Alberto. A partir dos estudos pioneiros sobre práticas de leitura, do russo Nicolau Rubakine, exemplifica e aponta a importância da relação das pessoas com o livro, por intermédio das bibliotecas populares e dos gostos literários.

O livro ainda é em nossos dias o que vinha sendo de século em século: o melhor instrumento de cultura e de elevação humana. Se o cinema e o rádio agem diretamente, com mais rapidez e com um raio de ação muito mais amplo – pois alcança a massa de analfabetos, – em compensação, não se lhes pode atribuir para com os que sabem ler o mesmo papel oportuno, íntimo, incomparável do livro como reativo

psicológico da vida afetiva e volitiva. Por toda parte existem inúmeros testemunhos do que tem sido conseguido nos últimos tempos em benefício da educação extraescolar por intermédio do livro, isto é, das bibliotecas populares. (ALBERTO, 1934, p. 119)

A presença dos intelectuais modernistas no Departamento Municipal de Cultura, na década de 30, e o desenvolvimento de uma política cultural com objetivo da implantação de biblioteca nos bairros operários, intituladas de “bibliotecas populares”, elucida um prisma das políticas do Estado no país e, portando, suas concepções referentes ao termo popular.

O entendimento da língua como elemento estruturador da unidade nacional moldaria o propósito das bibliotecas populares e ambulantes e os empreendimentos na área das bibliotecas podem ser vistos como o desenvolvimento de um projeto nacional-popular, expresso na democratização ao acesso da leitura e nas possibilidades sociais de conscientização popular afeitos à década de 30. (BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 175)

É evidente “o esforço do regime para ser identificado como defensor de ideias arrojadas no campo da cultura” (VELLOSO, 1987, p. 45) e

no Estado Novo a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganham uma outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e de reflexão. Assim, a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. (VELLOSO, 1987, p. 44)

“O ideal da brasilidade e da renovação nacional é, então, apresentado como o elo comum que viria unir as duas revoluções: a artística e a política”. (VELLOSO, 1987, p. 43) e “poucos intelectuais conseguem resistir aos apelos de integração por parte do Estado” (VELLOSO, 1987, p.45).

Se voltarmos à década de 1920, entenderemos a pronta resposta de tantos intelectuais ao aceno da burocracia estatal do pós-1930. Na área da educação, por exemplo, encontraremos as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados da federação. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal em favor da educação. As críticas são conhecidas. O Brasil era refém da voluptuosidade e do voluntarismo das elites locais; a educação brasileira, refém do elitismo, da imprevisibilidade de

investimento, do desleixo dos governantes. Ressentia-se o país da falta de uma política de Estado que garantisse o acesso e o direito básicos à educação pública, leiga e gratuita. E não havia, sobretudo, planejamento, organização, confiança e regularidade nos projetos para o setor. (BOMENY, 2012, p. 8)

Desse modo, a inserção destes intelectuais se dá de formas diferenciadas e portando a “complexidade e mesmo a ambiguidade da política cultural do regime, que agrega intelectuais das mais diferentes correntes de pensamento, como os modernistas, positivistas, integralistas, católicos e até socialistas” (VELLOSO, 1987, p.45) não exclui a colaboração de outros intelectuais que defendiam projetos culturais mais inovadores, como é o caso de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade.

Um dos aspectos que chamam particularmente a atenção no interior do projeto cultural ‘estado-novista’ é o esforço ideológico, no sentido de reconceituar o popular. Este passa a ser definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre, porém, que este povo – depositário da brasilidade – é configurado simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado. Esta ambiguidade em relação ao popular – misto de positividade e negatividade – vai ser equacionada através de um projeto ‘político-pedagógico’ implementado pelas nossas elites. (VELLOSO, 1987, p. 46)

Nesse sentido, Morse (1970, p. 417) reforça que “[...] o grande feito dos modernistas foi democratizar as artes e revitalizar as suas raízes culturais”. Por tudo isso, Velloso (1987) afirma que “a ‘educação popular’ é o meio pretendido para assegurar a positividade da população, povo depositário da brasilidade, na tentativa de impedir que o povo sucumba no caos, na desordem, na negação” (VELLOSO, 1987, p. 46).

Pinheiros (2016, p. 44) menciona o papel do ministro Gustavo Capanema e sua relação e “interlocução direta com os liberais e até com setores da esquerda” e seu diálogo com os intelectuais modernistas apesar do seu perfil conservador e católico. Em 1930, o Ministério da Educação e Saúde tem a proposta de erradicar o analfabetismo e construir uma política para a educação.

O ministro Gustavo Capanema ampliou sua relação com o meio intelectual ao convidar escritores e outras figuras do campo artístico, de diferentes colorações ideológicas, para compor sua equipe, entre os quais: Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes,

Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade.
(PINHEIRO, 2016, p. 44)

A positividade, indica Velloso (1987, p. 46), é o novo elemento ideológico na reconceituação do termo popular. Esta visão ideológica começou a ser reformulada no final de década de 1910, em 1918, quando a saúde pública tinha a tese de que o atraso social era ocasionado pelos fatores doença e analfabetismo, ou seja, o

pensamento político vinha localizando no povo as raízes da problemática nacional e do nosso descompasso. Assim as origens raciais, o caráter inato eram ideias recorrentes, através das quais as elites procuravam justificar a defasagem do Brasil em relação aos centros hegemônicos europeus. (VELLOSO, 1987, p. 46)

Nesse contexto, a mudança da mentalidade do poder público em relação à superação do *status* social em que “o povo deixa de ser equiparado à categoria da negação e, se ele apresenta aspectos negativos, isto independe dele. Depende antes de uma boa administração governamental, capaz de sanar os erros e corrigir as deficiências” (VELLOSO, 1987, p. 47).

Deslocamento de perspectivas no debate político. Começamos a não mais associar povo à crise - lugar comum até então - para passar a relacionar elites à crise. Esta mudança de enfoque vai abrir novos espaços para se pensar o popular no conjunto nacional. (VELLOSO, 1987, p. 47)

Conforme apontado, no discurso modernista, herdeiro e construtor desta positividade ideológica do popular, as manifestações da cultura popular propiciam o elemento indicativo para conhecer e revelar o Brasil “autêntico”; o povo é isento das calamidades do país e as elites são os verdadeiros responsáveis pela crise nacional. “E é importante assinalar um dado: Agora, esta construção ideológica aparece articulada dentro de uma estratégia política definida: a do Estado centralizado e autoritário” (VELLOSO, 1987, p. 47), fundamentando sua intervenção na organização social. O “projeto político-pedagógico” é um projeto em que o Estado é o único capaz de “salvar” a identidade nacional e destinado a “educar” as camadas populares.

Velloso (1987, p. 48) reafirma que a política em direção ao popular é o entrecruzamento da imagem do Estado como “grande-pai” e a do intelectual salvacionista e, portanto,

predomina a ideia de povo carente que necessita de condução firme e de vozes que possam falar por ele, exprimindo seus impulsos e anseios. A grosso modo, o raciocínio constrói-se da seguinte forma: o povo é potencialmente rico em virtudes - pureza, espontaneidade, autenticidade -, mas para manifestar este seu aspecto positivo, precisa da intermediação das instâncias superiores. Estas têm o dom da expressão (intelectuais) e o da organização e ordem (políticos). (VELLOSO, 1987, p. 48)

“Cabe ao intelectual auscultar as fontes vivas da nacionalidade, de onde emana a autêntica cultura” (VELLOSO, 1987, p. 48). Fica claro que é a visão de uma cultura homogênea, imposta pelo Estado na busca de uma ordem social.

É esta concepção do popular que permeia todo o projeto cultural do Estado Novo. Apresentando-se como a ‘consciência’ e ‘expressão mais lúcida’ da sociedade, o intelectual assume papel de ‘educar’ as manifestações populares. Assim o ideal civilizatório das elites deve se sobrepôr a estas manifestações a fim de educá-las, ou, melhor dizendo, de homogeneizá-las. Assim, a cultura popular é vista como expressão do genuinamente nacional, cabendo ao Estado a função de resguardá-la das invasões ‘alienígenas’, sejam elas externas ou internas. (VELLOSO, 1987, p. 49)

O grupo de intelectuais, conforme aponta Pereira (2005, p. 54), apesar de não ter os mesmos vínculos e orientações político-partidárias, mesmo em sua heterogeneidade, era constituído por “pessoas que tinham trajetórias comuns em termo de atuação na vida política e cultural da cidade de São Paulo”.

Para além de questões estritamente políticas havia ainda vínculos culturais, vindos dos anos 1920, a unir Mário de Andrade, Sergio Millet, Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte e Nicanor Miranda; além das ligações estabelecidas pela participação que tiveram na Semana de Arte Moderna. (...) Entre os anos 1926 e 1931, esse grupo de pessoas costumava se reunir ‘quase todas as noites’, no apartamento de Paulo Duarte, (...) acalentando sonhos e projetando suas convicções políticas e culturais para toda a São Paulo. (PEREIRA, 2005, p. 54)

“A intenção de conquistar parcelas de poder e disputar a hegemonia política do país também se fazia presente entre os propósitos destes intelectuais” (PEREIRA, 2005, p. 55). Isso faz crer que estas “iniciativas foram tomadas ainda em setembro de 1934, poucos dias após a posse de Paulo Duarte no governo municipal, como assessor do prefeito Fábio Prado” (PEREIRA, 2005, p. 56). Nessa perspectiva,

a possibilidade de criação do Departamento de Cultura se colocou objetivamente para esse grupo de intelectuais (...) A criação do Departamento de Cultura significou organizar a cultura administrativamente no âmbito do governo municipal. No entanto, isto não implicou que a atuação de seus dirigentes fosse pautada por uma relação burocrática de tipo hierárquica. [...] Rubens Borba de Moraes, ao se recordar de sua atuação na Divisão de Bibliotecas, diferentemente de caracterizá-la individualmente, inclui os demais dirigentes do Departamento de Cultura, e afirmou sem titubear: Nós éramos políticos. Nas ações, nos projetos e nas práticas do Departamento de Cultura estão presentes muito do modo de pensar e de agir destes intelectuais modernistas, que propuseram esse projeto cultural e assumiram a sua direção no governo municipal de São Paulo, em meados da década de 1935. (PEREIRA, 2005, p. 57)

Nas ações educativas em comum, como mecanismo da atuação política do Departamento de Cultura, destacamos as ações da Divisão de Bibliotecas na realização “dos concursos culturais de acordo com o seu perfil e propósito cultural. As ações das divisões tinham por características uma orientação geral norteadora em seu desenvolvimento, por isso uma certa organicidade ao Departamento de Cultura”.

Os Concursos foram abertos à participação de escritores nacionais e estrangeiros ou naturalizados. A obras concorrentes, em se tratando de produção de textos, deveriam ser inéditas, originais e escritas na língua do país. Seriam conferidos prêmios em dinheiro aos autores das obras classificadas em primeiro lugar. (PEREIRA, 2005, p. 69)

Com o propósito de avaliar o “valor” dos trabalhos, caberia ao Departamento de Cultura indicar os nomes de intelectuais “paulistas” ou “brasileiros” ou dos “membros” que comporiam a comissão julgadora. (PEREIRA, 2005, p. 70).

“A Divisão de Bibliotecas, por sua vez, realizou dois concursos, ambos abertos ao público em fevereiro de 1936. Tratava-se de concursos de livros que seriam destinados à leitura de público adulto e infantil” (PEREIRA, 2005, p. 72). É importante destacar que “as obras deveriam ‘ter caráter de vulgarização a bem servirem às populações proletárias das Bibliotecas Populares Circulantes’; assim como, deveriam ‘ser acompanhadas de farta documentação gráfica e fotográfica’” (PEREIRA, 2005, p. 72).

Embora sua regulamentação não definisse os temas a serem tratados, ficava estabelecido que ambas as obras deveriam constituir síntese completas de seus respectivos assuntos, contendo tudo o que um

indivíduo de ainda pequena cultura deva saber sobre o 'Brasil' e sobre 'São Paulo' em todos os domínios do conhecimento e da atividade humana, o que mostra a preocupação em contribuir para a elevação do nível cultural da população menos favorecida. (PEREIRA, 2005, p. 73)

Pereira (2005, p. 88) salienta as dificuldades de Rubens de Moraes em concretizar o plano cultural da Divisão de Bibliotecas, “cuja tônica era a de projeção futura e de apresentação de ideias que estavam sendo planejadas para serem efetivadas”. Portanto, demonstra a intenção da Divisão de Bibliotecas com a cidade de São Paulo e enfatiza que “parte dos propósitos desta divisão administrativa permaneceu como projeto, isto é, como uma possibilidade de ação que não chegou a ser testada pela prática social; ou que o foi, porém, com duração efêmera” (PEREIRA, 2005, p. 89).

A Divisão de Bibliotecas tinha como propósito organizar dois tipos de bibliotecas: uma destinada ao 'estudo' e outra à 'leitura', respectivamente na região central e nos bairros da cidade de São Paulo. A ideia de Rubens Borba de Moraes era criar uma biblioteca Central, como lugar 'de referência, de estudo e de consulta'; e outra, como lugar para 'se ler ou pesquisar'. (PEREIRA, 2005, p. 89)

Pereira (2005, p. 89) menciona nessa citação distinção que nos permite compreender o que se entende, no contexto da Divisão de Biblioteca, do Departamento de Cultura de São Paulo, por biblioteca popular, noção compatível com ideias expostas no artigo “Bibliotecas populares no estrangeiro” e publicadas na Revista do Arquivo Municipal de 1936¹⁷.

Milanesi (1993), conforme apontado por Gomes (2008, p. 39), afirma que o Departamento tinha a intenção de gerar e fazer circular os bens culturais, “as bibliotecas tinham a função de popularizar o patrimônio cultural” e, portanto, “colaborar na organização da sociedade em seu segmento entendido como ‘popular’” (MILANESI, 1993, p.62).

Duarte (1985) menciona que o plano das bibliotecas populares foi planejado em articulação com a Discoteca, a Rádio Escola e os serviços de Documentação Social. Indica, também, em quais bairros seriam instalados “um serviço com o fim de orientar o povo em suas leituras, um serviço cultural destinado a promover cursos de

¹⁷ BIBLIOTECAS populares no estrangeiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 28, p. 274, out. 1936.

vulgarização e conferências e a formar associações de caráter educativo” (DUARTE, 1985, p. 75).

É importante ter presente que no período de industrialização, de 1920 a 1940, as “bibliotecas com um caráter popular, destinadas ao operariado [...] foram denominadas Bibliotecas Proletárias [...] (o fato) demarca um espaço-tempo específico com relação às disputas político-ideológicas” (ASSIS, 2013, p. 145, grifo nosso).

Cabe frisar que antes mesmo da criação da Divisão de Bibliotecas (1935) já há manifestações populares (de movimentos da sociedade civil e grupos associados às indústrias) para a criação de Bibliotecas Proletárias, destinadas a número expressivo de trabalhadores, presentes nos centros urbanos: “um espaço para que as pessoas pudessem realizar atividades como, por exemplo, leituras, encontros, palestras e diferentes formas de convívio e lazer.” (ASSIS, 2013, p. 145). Uma proposta do grupo “*Bandeira Paulista de Alfabetização*”, publicado no Jornal *Folha da Noite* (02/11/1933), tem a iniciativa de apresentar locais na cidade de São Paulo para “uma cooperação de interesses entre a Prefeitura, as empresas particulares e os cidadãos para a construção das bibliotecas nos bairros.” (ASSIS, 2013, p. 145).

Diante de tal situação, o Dr. Eurico de Góes, diretor da Biblioteca Pública Municipal, publica um artigo no jornal *Folha da Manhã*, de 4 de novembro de 1933 em resposta às propostas de instalação de Bibliotecas Proletárias em São Paulo. ASSIS (2013) faz algumas observações:

O artigo publicado coloca Biblioteca Proletária como sinônimo de Biblioteca Popular [...] essas bibliotecas nos bairros deveriam ser de gerência e administração do Estado, e não de empresas, nem da sociedade civil. [...] Em outras palavras, a proposta de biblioteca, discutida no artigo, a ser instalada nos bairros, já não se caracteriza como uma biblioteca proletária nos moldes daquelas instaladas nos países industrializados. (ASSIS, 2013, p. 146)

Portanto, segundo Assis (2013), é pertinente dizer que o “Departamento de Cultura soube associar uma vontade política de instalação de bibliotecas nos bairros, bem como as solicitações vindas da sociedade civil para instalação desses equipamentos culturais” (ASSIS, 2013, p. 148).

Costa (1997, p. 65) afirma que a intenção das bibliotecas populares está pautada na política de ampliação das ações da Divisão de Bibliotecas

mais do que um espaço de difusão da cultura letrada, as bibliotecas populares buscavam não somente produzir um público leitor, mas principalmente formar uma nova significação social da leitura. A palavra estava em discussão, e ela tinha que seguir as regulamentações do projeto em vigor: ser nacional e obediente às referências da nova ordem gramatical, social e política implantada. (Costa, 1997, p. 65)

Com esse objetivo, reafirma Assis (2013, p. 148), o Departamento atendia os trabalhadores, entre eles os imigrantes, mas sem adotar o modelo europeu de bibliotecas proletárias. Por isso, a alteração da nomenclatura para biblioteca popular. Tal mudança estava conforme com a política cultural do Departamento de Cultura e reforçava a concepção da responsabilidade de criação, escolha do local, organização dos ambientes, gestão, normas e a produção das atividades a serem oferecidas ao público pela Prefeitura:

Não podemos ser ingênuos de pensar que a utilização do termo 'popular' incide em uma simples popularização das bibliotecas e dos livros para um grande público da cidade de São Paulo. A utilização do termo 'popular' traz uma significação própria, que propõe uma política de identidade nacional na cidade de São Paulo realizada por esse equipamento cultural. Projeto este de preocupação dos participantes do Movimento Modernista, de integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, dos Dirigentes do Departamento de Cultura e, por fim, do próprio Mário de Andrade. (ASSIS, 2013, p. 149)

A compreensão da ideia de Biblioteca Popular pelo Departamento de Cultura de São Paulo pode ser esclarecida, especialmente, pela publicação do artigo "Biblioteca Popular", de autoria de Mário de Andrade (1939). Vários trechos remetem para a preocupação do autor com a formação de leitores, "a criação desse hábito de leitura" e a instalação de bibliotecas nos bairros conferia a esses organismos o papel de agentes modificadores da "cultura intelectual popular".

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação [...] São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar. [...] as bibliotecas populares devem ser inicialmente orientadas, em especial para a criação desse hábito de leitura. (ANDRADE, 1957)

A proposta de criação do espaço “Casa de Cultura” tem a pretensão de aglutinar todas as atividades culturais oferecidas pelo Departamento de Cultura. A biblioteca popular funcionaria neste espaço

como ‘um modelo mesmo de centro cultural’, com a instalação de biblioteca infantil, cinema e outras atividades. Interessante observar que a ideia de criação das Bibliotecas Populares nos grandes bairros foi ganhando proporção no Departamento de Cultura, sendo transformada em Casa de Cultura por Mário de Andrade. (ASSIS, 2013, p. 154)

Apesar dessas considerações e das propostas, à época, ousadas de construção de rede de Bibliotecas Populares, na cidade de São Paulo, tal projeto não foi concretizado pelas gestões municipais, nos termos inicialmente propostos. Como se pode ver,

por causa de questões da administração pública da máquina do Estado na época, a falta de clareza do que seriam essas bibliotecas, bem como ao pouco tempo em que a gestão de Mário de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura, as Bibliotecas Populares não foram instaladas na cidade de São Paulo. (ASSIS, 2013, p. 161)

3.3.3 Políticas

De acordo com Ferreira (2006), diversos segmentos e grupos organizados da sociedade civil incorporaram, através das intensas participações, suas reivindicações, ao pressionarem o Estado por políticas públicas imediatas que ampliassem direitos, no país. Neste quadro, “destacaram-se aqueles voltados para a área de cultura que buscavam estabelecer novos padrões musicais, novas formas de fazer teatro, dança, trazer para o cenário a cultura popular”. Ainda segundo Ferreira (2006)

[...] o processo de redemocratização vivenciado pelos brasileiros a partir dos anos oitenta foi marcado por profundas mudanças e pelas tentativas das diversas organizações da sociedade civil de encontrar seu caminho após longo período da ditadura militar. (FERREIRA, 2006, p. 114)

Oliveira (1994, p. 26) ressalva que inexistiam políticas na construção de ações organizadas no desenvolvimento de bibliotecas até o final dos anos 1920.

No império e nas primeiras décadas da República, a ideologia liberal vigente na economia também influenciou as ações do Estado nos setores socioculturais, eximindo-o de elaborar políticas voltadas para a promoção do bem estar da população (inexistia legislação social) a organização do sistema educacional ou o desenvolvimento das bibliotecas públicas. (OLIVEIRA, 1994, p. 26)

A participação política das organizações sociais nos processos de indicação de propostas, na formulação e nas implementações de políticas públicas, nos quadros da redemocratização, no Brasil, a partir de 1985, é avaliada por Ferreira (2006, p. 114):

[...] a participação das diversas organizações de cultura foram, sem dúvida, importantes [...] as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas que, em algumas áreas, foram importantes no sentido de garantirem direitos e ampliar consciências.

Ferreira (2015, p. 152) salienta que “O movimento operário na Primeira República, a principal corrente de luta em prol dos operários, os anarquistas, também investiram seus esforços na criação de novos padrões de cultura e de ensino” e desenvolveram atividades culturais como:

- teatro social e confraternizações movidas à música;
- atividades educacionais propriamente ditas;
- periódicos, bibliotecas, ateneus, centros de cultura, grupos de estudos e escolas.

Sob este panorama, Costa (2018, p. 10), ao fazer seus estudos do ponto de vista educacional, referindo-se tanto às associações de auxílio mútuo como às associações de resistência, menciona o papel das bibliotecas e salas de leitura nas ações educativas.

A grande maioria das entidades pesquisadas, tanto mutualistas quanto de resistência, pretendia manter ao menos uma **biblioteca e sala de leitura** para uso dos sócios. Nelas deveria haver livros instrutivos, especialmente no caso das mutualistas, voltados para os ofícios dos sócios, jornais, revistas, mapas etc. Contavam com doações e era comum a designação de **um sócio para o papel de bibliotecário**, que cuidaria do acervo, dos utensílios, da regularidade e controle dos empréstimos. Havia, porém, entre as associações de auxílio mútuo, aquelas que destacavam a educação desde seus fins. Nesses casos, observa-se que a própria entidade chama para si a responsabilidade

quanto à definição de que tipo de educação desenvolveria, criando regulamentos para suas aulas, formas de controle do trabalho docente, enfim, colocando-se ativamente sem delegar a prerrogativa pedagógica diretamente a especialistas. (COSTA, 2018, p. 10, grifo nosso)

As escolas libertárias, modelo da escola anarquista, começaram a surgir no ano de 1895, conforme aponta Rodrigues (1992, p. 51 apud FERREIRA, L., 2015, p. 152),

sendo a primeira delas a Escola União Operária, no Rio Grande do Sul, provavelmente originária dos ex-integrantes da Colônia Cecília, conforme relata Edgar Rodrigues. Outras unidades escolares libertárias foram, por exemplo, a Escola Eliseu Reclus, em Porto Alegre (1906); Escola Germinal, em Fortaleza (1906); Escola da União Operária, em Franca (1906); Escola Livre, em Campinas (1908); Escola da Liga Operária, em Sorocaba (1911); Escola Operária 10 de maio, no Rio de Janeiro (1912), Escola Moderna Número 1, em São Paulo (1912); Escola Moderna Número 2, em São Paulo (1912); e a Escola Moderna, em Petrópolis (1913).

“As formas de associativismo davam relevância à educação” e atuavam de formas diferentes, em conformidade com suas visões de educação e ações educativas, conforme afirma Costa (2018, p. 5). A autora destaca os aspectos educacionais das associações mutualistas, revelando o universo das associações e suas ações, a partir de reflexões de De Luca¹⁸ (1990 apud COSTA, 2018, p. 5). O trecho a seguir, destaca a preocupação das associações na criação de suas bibliotecas ou gabinetes de leituras.

[...] as formas de associativismo obreiro davam relevância à educação, e nos interessa perceber os pontos de contato e as diferenças entre suas visões de educação e ações educativas. De Luca (1990) destaca os aspectos educacionais das associações mutualistas, quantificando, no universo de 318 associações identificadas por sua pesquisa, os percentuais: daquelas que se propunham a ministrar aulas, conferências e palestras aos sócios e seus filhos (26%); **das que organizavam bibliotecas e gabinetes de leitura (18,3%)**; das que proporcionavam festas, bailes, jogos, piqueniques e demais ‘divertimentos honestos’ (16, 3%); e, por fim, das que pretendiam editar jornais e revistas (3,7%). (DE LUCA, 1990 apud COSTA, 2018, p. 5, grifo nosso)

Decca (1987) reforça sua concepção apontando que

¹⁸ Cf. DE LUCA, T. R. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

a classe operária também cuidava da sua própria instrução. Grupos operários de tendências políticas diferentes apresentavam propostas de instrução através de sua imprensa, lutavam para criar, nos sindicatos e fora deles, escolas, centros de aprendizagem, centros de cultura 'social e operária'. Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização. (DECCA, 1987, p. 47)

Romani (2006) contribui para elucidar e ampliar a questão, afirmando a existência das bibliotecas populares atreladas aos grupos operários na América Latina.

[...] na América do Sul, desde a última década do século XIX, a formação anarquista e a educação proletária já vinham sendo realizadas através das bibliotecas populares existentes em praticamente todos os centros sociais de cada grêmio operário e nos grupos libertários das cidades principais do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Em Mar del Plata, Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro e São Paulo, já existiam as bibliotecas modernas, que se constituíam no núcleo central dos círculos anarquistas. Em busca de seu acervo, em geral muito variado, seguia um público muito mais amplo que o militante operário ou o simpatizante do movimento, passando a ter contato com a cultura anarquista. Inicialmente atrás de uma atividade cultural, da sala de leitura ou de uma informação específica, em seguida o leitor poderia passar a frequentar as reuniões do círculo libertário, ou não, uma vez que as bibliotecas anarquistas não censuravam ideologicamente seus usuários. (ROMANI, 2006, p. 87)

A formação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), no Rio de Janeiro, em 1904, como experiencial educacional “faria parte de um grupo de estratégias para a ampliação da participação política entre os trabalhadores, presente neste grupo de intelectuais, alguns deles simpáticos aos ideais libertários” (LAMELA, 2017, p. 124):

[...] a ideia de fundar Universidades Populares não era uma novidade, sendo esta instituição inventada na França em 1898, por Georges Deherme. Naquele momento, segundo Carvalho, existiam cerca de 130 Universidades Populares somente na França, que se apresentavam como ‘armas de destruição da sociedade burguesa’. Afirmando que era o ‘sentimento de dever social que move os ânimos’. (LAMELA, 2017, p. 125)

De maneira geral, os educadores libertários de finais do século XIX e início do XX compreenderam a importância da associação entre os projetos político-sociais e os educacional-culturais. Não é possível, segundo eles, criar uma sociedade livre sem uma educação também livre e vice-versa.

Conforme Lamela (2017), as atividades iniciais e os cursos oferecidos (“conferências preparatórias”, os discursos públicos, os locais de reunião, as aulas ministradas, os seminários, palestras e conferências) tinham a biblioteca como local de auxílio à comunidade, além do “centro jurídico” e outros espaços de lazer da associação (LAMELA, 2017, p. 125).

Considerando o fenômeno das universidades populares em finais do século XIX como uma referência essencial para a história da educação popular francesa, Lucien Mercier analisa como este movimento educativo para adultos atraiu militantes trabalhadores e intelectuais, entre escritores, cientistas, professores e artistas, através do objetivo compartilhado de construir uma educação mútua e acessível. (LAMELA, 2017, p. 131)

Com data de inauguração prevista para 10 de julho de 1904, conforme anúncio publicado no jornal “*Correio da Manhã*”, na coluna intitulada “Vida Operária”, destacam-se nas propostas das universidades populares, além das festas literárias, “os cursos superiores [...], cursos práticos de línguas, aritmética, escrituração mercantil, desenho, modelagem, arte decorativa e mecânica aplicada, além de conferências sobre ‘assuntos de interesse social’” (LAMELA, 2017, p. 144). Sua sede social própria, localizada na Rua do Riachuelo, estaria aberta das 10h às 22h, a notar, também, que

haveria ainda um museu social, uma biblioteca, um salão de leitura, um consultório médico e outro jurídico, um serviço completo de informações e uma livraria. [...], onde eram fornecidos os boletins de inscrição, os estatutos, os programas e outras informações. (LAMELA, 2017, p. 144)

Lamela (2017, p. 146) destaca o funcionamento da biblioteca das 10h às 22h e a diversidades de atividades oferecidas aos seus alunos, como por exemplo, pintura e modelagem, história da civilização brasileira; aulas de francês, de português e de aritmética. Da mesma forma, o atendimento nos consultórios médicos e jurídicos. O horário estendido de atendimento na biblioteca demonstrou, por exemplo, que nos

setes últimos dias de julho, se contabilizou 463 pessoas frequentadoras, ocasionando a ampliação dos horários dos cursos noturnos que, inicialmente, aconteciam entre 19h e 22h, para o período de 18h40min até 22h15min (LAMELA, 2017, p. 146).

Lamela (2017) menciona as finalidades da Universidade, descritas no discurso de Elysio de Carvalho:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade sem distinção de crença nem partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar aos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim, às vezes, o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores. (LAMELA, 2017, p. 141)

A formação da UPEL refletia a intenção de construir uma nova mentalidade entre os trabalhadores. Porém, a Universidade, no Rio de Janeiro, durou pouco tempo, apenas alguns meses (LAMELA, 2017b).

Difícil saber ao certo a complexidade dos fatores que levaram ao fechamento das portas desta instituição, por meio das poucas fontes até agora estudadas. Tudo indica que, com a saída de Elysio de Carvalho, a associação, que passava por problemas relacionados a questões administrativas ou financeiras, não pôde mais funcionar. Como vimos, parece também que um foco de insatisfação por parte dos trabalhadores participantes foi presente. (LAMELA, 2017b, 14)

Conforme Costa (2018, p. 12), podemos perceber, “portanto, uma perspectiva ampla de educação dinamizada pelos trabalhadores que vai além do formato escolar”. Como exemplo, a autora cita a Liga dos Trabalhadores da Light que situa a educação no conjunto da cultura da classe. Tal grupo associativo possui como objetivo, inscrito em seu Estatuto:

esforçar-se pela cultura dos trabalhadores criando bibliotecas, promovendo conferências, palestras e excursões; difundindo seus jornais de propaganda reivindicadora, editando livros, folhetos e avulsos, criando e patrocinando as escolas baseadas no método racionalista e científico. (LTL, 1919, p. 1 apud COSTA, 2018, p.12)

Os Centros de Cultura Social, após o fechamento das escolas libertárias, tornaram-se referência para a educação “com o objetivo, além de complementar a educação dos trabalhadores e de criar um vínculo com os operários, aumentar o número de militantes simpáticos ao pensamento libertário” (MORAES, 2000, p. 6).

[...] podemos dizer que: os anarquistas, dentro de suas preocupações com a educação, descrevem uma trajetória, de acordo com a situação política do momento vivido. Assim, na Primeira República, partiram dos centros de estudos e escolas, em um primeiro momento, para reafirmar as escolas, segundo uma metodologia mais acabada e consistente, logo depois. Por fim, retornando a uma proposta mais abrangente de educação informal nos centros de cultura e ateneus. Nesses espaços criados aconteceram a politização e,consequentemente, a educação dos trabalhadores por seus companheiros de classe (através do ensino mútuo e das leituras comentadas), utilizando jornais, boletins, revistas; além das conferências, palestras e da alfabetização propriamente dita tendo como base a ação direta. (MORAES, 2000, p. 8)

Rabello (1987, p.28) aponta que a biblioteca pública, na década de 60, não buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras e, conseqüentemente, não estava atenta aos processos de mudanças sociais, como por exemplo, o aparecimento de propostas alternativas à educação, como o movimento da educação popular. “Viram que a educação se dirigia preferencialmente para a classe dominante e que se tornava necessário levá-la ao povo”.

E Góes¹⁹ (apud RABELLO, 1987, p. 28) enfatiza que a educação popular se concretizou em atitudes políticas que resultaram em movimentos de cultura e educação popular, como o “Movimento de Cultura Popular”, o “Sistema Paulo Freire”, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Neste período, tais bibliotecas foram idealizadas para o processo educativo de adultos, nos Movimentos de Educação de Adultos; porém, segundo Castro (1999, p. 96), com o encerramento destes movimentos pedagógicos, pela força do poder ditatorial, as bibliotecas desaparecem juntamente com os movimentos:

Se antes a negação ao acesso à leitura estava entre o ecletismo e o elitismo da escola e da biblioteca, hoje novos paradigmas somam a estes, como o salário, a falta de tempo e o analfabetismo tecnológico que se incluem ao não saber ler e escrever. (CASTRO, 1999, p. 96)

¹⁹ GÓES, M. de. Voz Ativa. In: CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 8-34.

Barboza (2006, p.15) reforça que, no período de 1964 a 1967, “O golpe (militar) interrompe as atividades dos movimentos de cultura e educação populares iniciadas entre 1959 a 1964, uma vez que a natureza política destes programas contrariava os interesses impostos pelos militares”.

Paulo Freire (2011, p. 33) nos apresenta uma reflexão basilar para compreendermos a correlação da problemática da leitura e da escrita e as demandas das bibliotecas pela perspectiva da educação popular.

Falar de alfabetização de adultos e de bibliotecas populares é falar, entre muitos outros, do problema da leitura e da escrita. Não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, como se lê-las e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade mesma. A compreensão crítica da alfabetização, que envolve a compreensão igualmente crítica da leitura, demanda a compreensão crítica da biblioteca. (FREIRE, 2011, p. 33)

Na perspectiva da construção do acervo da biblioteca, Freire afirma que

[...] assim como o processo de alfabetização de adultos autoritariamente se centra na doação da palavra dominante - e da temática a ela ligada - aos alfabetizandos, com as quais a área popular é culturalmente invadida, as bibliotecas populares serão tão mais eficientes quanto mais ajudarem e intensificarem esta invasão. Se, nesta prática da alfabetização, durante a sua primeira etapa, os textos pouco a pouco oferecidos à capacidade crescente de leitura dos alunos ora têm muito pouco que ver com a realidade dramaticamente vivida pelos grupos populares, ora, mistificando o concreto, insinuam que ele é o que não está sendo, o pequeno acervo da biblioteca não tem por que ser diferente. (FREIRE, 2011, p. 44)

Em decorrência dessa posição, argumenta Freire (2011):

A biblioteca popular como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como um fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. (FREIRE, 2011, p. 45)

É necessário ressaltar que, segundo o autor:

[...] a forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas,

métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. (FREIRE, 2011, p. 48)

Como foi visto, o autor (FREIRE, 2011) menciona a relevância da biblioteca popular com relação aos programas de educação e de cultura popular em geral e não apenas de alfabetização de adultos,

creio que é apreendida tanto por educadoras e educadores numa posição ingênua, ou astutamente ingênua, quanto por aquelas e aqueles que se inserem numa perspectiva crítica. E o que os distinguem, é na concepção - e na sua posta em prática - da biblioteca. (FREIRE, 2011, p. 44)

A crítica apontada pelo autor remete à problemática da neutralidade da educação, “o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica” (FREIRE, 2011, p. 33). Resulta disso que a sua proposta da alfabetização de adultos vai no sentido contrário ao da palavra doada pelo educador aos analfabetos e realizada de forma autoritária. Freire compreende a “alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político, e é um esforço de leitura do mundo e da palavra. Agora já não é possível texto sem contexto” (FREIRE, 2011, p. 42).

Almeida Júnior (1997, p. 58) faz referência aos Centros de Documentação Popular existentes nas periferias dos grandes centros urbanos, como organizações sociais. “A criação dos Centros de Documentação Popular, parece-nos, foi motivada pela necessidade de uma reação da população frente aos mecanismos de poder das classes dominantes (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 59). O autor esclarece que o surgimento dos Centros, “talvez possa ser entendido como uma reação das camadas populares, culturalmente, já que suas atividades não estão resumidas a reivindicações apenas econômicas” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 60).

Rocha (1994) afirma que no Brasil,

[...] a partir de 1964, a documentação assumiu um papel relevante e significativo no âmbito da Igreja e de outras organizações que trabalhavam com as classes populares. Em virtude desse papel, surgiram, fora do espaço governamental, centros de documentação denominados populares, cujo objetivo era dar apoio no campo da documentação e informação, ao movimento popular. Foram surgindo, passo a passo, com as tentativas de mobilização e organização popular, pós-64, consolidando-se como fenômeno social, a partir dos

anos setenta. Dessa maneira, a documentação passou a ser um instrumento de educação, de organização e de preservação da memória do movimento popular. (ROCHA, 1994, p. 8)

Nesta perspectiva, os *Centros Populares de Documentação e Comunicação – CPDC* “são instituições que têm por objetivo reunir e organizar as produções documentais originárias dos setores populares [...], além de também produzir e/ou reunir e organizar informações sobre e para estes setores” (ANDRADE, 1991, p. 24), contudo, como afirma a autora, toda a documentação visa ampliar a comunicação, com o intuito de transformação das estruturas de dominação.

Seus aspectos importantes que compõem sua singularidade: a) são centros por reunirem em um só local os acervos e as atividades que constituem sua razão de ser; em uma palavra, desenvolvem um trabalho centralizado; b) são populares na medida em que estão voltados para os interesses das classes subalternas, expressando uma proposta política antagônica aos interesses das classes dominantes; c) são de documentação, ao pretenderem reunir uma produção intelectual (seja ela de forma qualquer) que garanta a possibilidade de se compor uma historiografia; d) são de comunicação, por outro lado, por não se contentarem com a idéia de preservar, mas lidarem fundamentalmente com o processo de colocar em comum as experiências e informações que tornem exequíveis seus objetivos. (ANDRADE, 1991, p. 24)

Do mesmo modo, ao termo popular, a autora faz uma nota explicativa e reforça a perspectiva teórica abordada em seu trabalho.

Entendo que o conceito popular não encontra uma conotação comum e nem mesmo científica, na medida em que ele é empregado subjetivamente, agregando significações de acordo com a concepção político-ideológica de quem os utiliza. Segundo H. B. Abreu no artigo *Articulação das lutas urbanas: considerações sobre as propostas em disputa*. Proposta, v. 13, n° 39, p. 37, fev. 1989: ‘Dependendo da concepção político-ideológica (e, portanto, do conhecimento da realidade social que esta incorpora) de quem a emprega, a noção de popular pode significar população, os que não são as classes dominantes, os que não participam do bloco no poder, os carentes ou marginalizados na sociedade, os dominados que não se apresentam como categoria corporativa e trabalhadores ou mesmo todos os segmentos sociais que se deseja como aliados do proletariado na luta contra o capitalismo’. A razão que me levou a adotar o termo popular na denominação em foco e a utilizá-lo largamente no correr do texto reside justamente na possibilidade de aí encontrar a agregação de todas as categorias citadas pelo autor e que, portanto, melhor recortam a realidade que objetivei estudar, referente aos ‘de baixo’, sem vez e sem voz. (ANDRADE, 1991, p. 40)

O movimento da documentação popular “emergiu e consolidou-se sem a participação de bibliotecários e documentalistas, constituindo-se em um movimento à margem dessa categoria profissional” (ROCHA, 1994, p. 13). A prática da organização dos documentos é imprescindível e, em particular, no primeiro momento, “a conjuntura de resistência em que se originaram determinou uma postura contrária a tudo que significasse comprometimento com o sistema” (ANDRADE, 1991, p. 34). Isso inclui, acrescenta a autora, o caso dos esquemas de organização adotados em bibliotecas, que “foram rechaçados como impróprios para atender a um serviço prestado às classes dominadas” (ANDRADE, 1991, p. 34).

Aos poucos, porém,

a resistência cedeu lugar a uma compreensão menos preconceituosa e os grandes centros [...] optaram por uma forma mais conciliadora: procuraram adaptar aos seus objetivos os esquemas convencionais que melhor atendessem às suas necessidades de organização. (ANDRADE, 1991, p. 34)

Isso indica que “ressonâncias desse movimento chegam ao espaço formal da biblioteconomia e da documentação, levando alguns segmentos da categoria profissional a fazer uma revisão de seu conhecimento da realidade social” (ROCHA, 1994, p. 13).

Diferentemente dos CPDCs, segundo GOÉS (1980), as Bibliotecas Populares ligadas à Campanha de Alfabetização Popular “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”

[...] não tiveram esse mesmo direcionamento no processo de sua implantação e desenvolvimento, pois sentiu-se na experiência a falta de um espaço onde fosse desenvolvido o processo de criação de seus usuários, além de um levantamento prévio e participativo acerca das suas áreas de interesse e de iniciativas para que a comunidade popular expressasse sua cultura. (GOÉS, 1980, p. 13)

Apesar disso, as atividades integrantes da “Campanha”, indicam que “preocupação com as bases, com a realidade concreta da comunidade, foi fator determinante do incontestável sucesso do projeto educacional para os populares”, segundo Goés (1980, p. 13).

A dificuldades na implantação das bibliotecas, segundo o autor,

[...] leva-nos a constatar que essas bibliotecas caracterizam-se como um instrumento de reprodução das concepções ideológicas dos seus idealizadores mesmo dentro das melhores intenções de levar a informação à população (...). A população aceitou pacificamente uma idéia imposta pelos detentores do poder Municipal que implantaram uma biblioteca popular considerada boa para o povo, mas que não foi montada com o povo. (GOÉS, 1980, p. 13)

Cabe ressaltar, que a denominação "popular" para essas bibliotecas, segundo Goés (1980),

não parece ter se articulado nas concepções teóricas que impulsionaram os movimentos sociais e as 'campanhas de educação popular' da década de sessenta, cujo direcionamento político era trabalhar com o 'povo' e valorizar a cultura popular. Popular aí parece ter sido uma conotação até tradicional; a localização das Bibliotecas em bairros populares, incorporando o conceito nacional-popular acerca do povo, que influenciou na formação do acervo inicial. (GOÉS, 1980, p. 14)

Fonseca e Ferreira (2013, p. 109) reconhecem que o termo "popular" "frequentemente utilizado para quem trabalha com setores marginalizados da sociedade e, especialmente com as comunidades carentes, é difícil de ser definido". A dificuldade está em compreender que é preciso localizarmos o termo "no contexto do Estado e fora dele", ou seja, a Educação Popular se dá em espaços formais e não formais. "Grande número de estudiosos costuma desconsiderar os conhecimentos e saberes populares, afirmando sua proximidade com o senso comum e, portanto, não servem para a ciência" (FONSECA; FERREIRA, 2013, p. 109).

Ora, no contexto da sociedade de classes, nunca devemos desprezar os saberes populares, pois são conhecimentos advindos da maioria, ou seja, do proletariado. Ignorar a parcela de conhecimentos e saberes produzidos pela classe explorada é o mesmo que dizer que a ciência e sua prática só pode ter valor quando se embasa nos conhecimentos das elites detentoras do poder político e econômico. Esta é a lógica do capital, validar somente os saberes, conhecimentos, anseios e desejos dos donos dos meios de produção, isto é, dos capitalistas. Para o capital, de nada valem os saberes e a cultura populares. E, a escola como modelo de reprodução desta lógica, também não vê validade nos conhecimentos e saberes advindos dos setores populares. (FONSECA; FERREIRA, 2013, p. 109)

Vieira (2013. p. 163) menciona a dificuldade na concepção de “povo” “ser utilizado com diferentes sentidos ao longo dos oitocentos”. Desta forma, ela cita três concepções:

[...] de acordo com Luisa Rauter Pereira, após a independência, a palavra povo já aparecia como uma ‘identidade política coletiva’. Todavia, para a elite brasileira havia uma clara ‘distinção entre povo e plebe’. Os primeiros seriam os cidadãos proprietários e os últimos as classes populares (PEREIRA, 2009. p. 216). Assim pensavam os políticos ‘liberais moderados’ da Corte, que advogavam na imprensa uma ‘concepção excludente de cidadania’, diferenciando o ‘povo’ da ‘plebe’, os cidadãos ativos, dotados de direitos civis e políticos, dos cidadãos passivos. (MOREL, 2006, p. 61)

Assim sendo, Lima (1986) apresenta o surgimento do *Serviço de Documentação e Informação Popular - SEDIPO*, ligado à CNBB Nordeste II - como alternativa para suprir a lacuna criada pela Biblioteca Pública e a proposta de “Centro distribuidor da informação de forma eficiente, quer pela rapidez da recuperação, quer pela abrangência dos temas existentes, e acima de tudo pelo seu objetivo: servir às organizações populares” (LIMA, 1986, p. 40).

Convém observar que a proposta da implantação de bibliotecas populares é, então,

um embrião da informação e documentação popular na Biblioteconomia. A eficiência e a eficácia dos serviços existentes de informação e documentação popular direciona para uma linha de aproveitamento dessas experiências nas Bibliotecas. [...] A criação de um setor a serviço da informação e documentação popular nas Bibliotecas irá modificar, em parte, o conceito de Biblioteca como Instituição à disposição das classes dominantes. O SEDIPO, na sua trajetória de recuperar e disseminar a informação e documentação popular, a serviço das organizações populares, é um exemplo a ser seguido. (LIMA, 1986, p. 40)

Os serviços propostos pelo SEDIPO têm a intenção de integrar e atender todas as organizações populares, todos os movimentos sociais da região Nordeste e oferecer “dados sobre a realidade brasileira; dados sobre o Nordeste; recortes de jornais; cadernos de jornais; resenhas da imprensa; acervo de publicações populares; biblioteca; serviços de assessoria; publicações” (LIMA, 1986, p. 35).

Outro destaque eram as bibliotecas populares presentes nos restaurantes populares através da autarquia “Serviço de Alimentação da Previdência Social

(SAPS)". O SAPS surgiu durante a ditadura do Estado Novo, criado em 1942 e subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tinha a proposta de "desenvolver um projeto nacional de educação alimentar destinado aos trabalhadores e às camadas populares" (EVANGELISTA, 2012, p. 26).

A extinção da autarquia, realizada pelo governo pós-64

destruiu muito do material que fazia parte do acervo dos Restaurantes, das Bibliotecas e Discotecas Populares, assertiva que permite a conclusão da urdidura do esquecimento. Alegando serem perniciosos, os textos abrigados pelas Bibliotecas do SAPS foram vistos como ameaçadores à ordem social na medida em que instruíam os trabalhadores quanto aos seus direitos trabalhistas. (EVANGELISTA, 2012, p. 22)

Na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, foi implantado o primeiro Restaurante Popular e funcionava como modelo para as demais unidades criadas no país. Ali, também funcionava

[...] Biblioteca Popular; Sala de Música; Setor de encaminhamento a empregos e assistência social; Desjejum Escolar; Sessão de cinema aos sábados; Consultório de Alimentação Econômica; Curso de corte e costura para filhas de trabalhadores; Curso de Profissionais de Copa, Sala e Cozinha; Curso de Nutrólogos; Curso de Nutricionistas; Curso de Visitadora de Alimentação. (EVANGELISTA, 2012, p. 26)

Na biblioteca popular, "nos intervalos do almoço, os frequentadores tinham acesso a rico acervo de diversos gêneros literários. Através da Biblioteca os trabalhadores podiam ter contato com obras de autores consagrados" (FOGAGNOLI, 2011, p. 6).

Biblioteca Popular não teria, somente, 'o caráter de sala de leitura', mas assumiria 'também um papel educativo, cada vez mais acentuado, em se tratando de uma biblioteca destinada, antes de tudo, ao trabalhador'. Dessa forma, era comum a existência de uma coluna nos periódicos do SAPS que trazia uma lista de livros considerados como mais interessantes para serem lidos pelos frequentadores da Biblioteca Popular. (EVANGELISTA, 2012, p. 124)

Evangelista (2012) apontava, conforme dados relativos às atividades de leitura e de escrita que

[...] as iniciativas desenvolvidas no âmbito cultural pela autarquia destinavam possibilitar ao trabalhador acesso a bens simbólicos. Os homens e as mulheres que frequentavam a Biblioteca, a Discoteca e as atividades culturais do SAPS tiveram oportunidade de desenvolver sua imaginação criativa a partir das atividades que praticavam naquele ambiente. Havia um projeto nacional de incentivo à leitura e de desenvolvimento do gosto pela música. (EVANGELISTA, 2012, p. 154)

Em sentido contrário e crítico, Muniz (2018) esclarece que a saga pela “boa alimentação” do trabalhador nacional empreendida pela SAPS revelava uma interação

[...] vertical, sem diálogos relevantes com tradições e hábitos alimentares populares, buscou inserir mudanças na cultura alimentar operária, condenou alimentos, relegou os pobres à condição de ignorantes, realizando um empreendimento socioeducativo além da compensação biológica e econômica. A intervenção do SAPS na alimentação desses trabalhadores em tempos de Guerra e ao longo das décadas seguintes deu-se de forma semelhante às ações de saúde pública, ações unilaterais, tecnicistas e prescritivas, um benefício outorgado pelo governo às classes trabalhadoras urbanas. (MUNIZ, 2018, p. 203)

Apesar dessa relação unilateral, havia um canal de comunicação entre a diretoria do SAPS e os frequentadores. Isso possibilitou que os trabalhadores expressassem suas demandas, conforme aponta Fogagnoli (2011, p. 79). A autora nos relata uma situação em que um trabalhador enviou uma carta à direção, assinada como Fonseca, e solicitou a criação do curso de alfabetização. A direção do SAPS decidiu implantar o curso beneficiando os trabalhadores analfabetos.

Além disso, [...] sabendo ler eles teriam acesso aos conselhos alimentares contidos nas publicações do SAPS. Por isso era necessário que eles fossem alfabetizados e tivessem acesso às matérias divulgadas nos boletins e, inclusive, os levasse para casa para que as informações pudessem ser também transmitidas aos seus familiares. [...] Saber ler e escrever lhes dava acesso a um mundo até então distante de sua realidade e lhes abria melhores oportunidades de empregos. (FOGAGNOLI, 2011, p. 79)

Fogagnoli (2011, p. 156) acredita que “denunciar as Bibliotecas do SAPS como instrumento de doutrinação cultural das camadas populares é negar a existência da polifonia encontrada nas vozes e nos textos acerca das atividades ali desenvolvidas”. A presença dos intelectuais como mediadores nas políticas de disseminação do hábito de ler, presente no governo Capanema, explica “a amplitude cultural do projeto SAPS,

a democratização do ato de ler, que, propiciado por sua existência, ofereceu liberdade na montagem do acervo da Biblioteca Popular” (FOGAGNOLI, 2011, p. 156).

Talvez por essas razões o projeto SAPS – na amplitude de ações que contemplava, quer no âmbito nutricional, quer no âmbito cultural – não tenha se restringido ao primeiro governo Vargas. Ele continuou e foi ampliado no período compreendido entre sua implantação e sua extinção pelo governo decorrente do golpe civil-militar desfechado em 1964. (FOGAGNOLI, 2011, p. 158)

No século XIX, na década dos anos 70, ou seja, anos antes da proclamação da República, conforme afirma Paiva (1987, p. 167), foram criadas as “escolas noturnas” para o ensino de adultos em todas as províncias do Império; algumas por iniciativa particular e outras pela administração provincial. A justificativa para a sua criação é variada; alguns as justificam pela emancipação dos escravos, outros para que o homem possa compreender seus direitos e deveres e outros, ainda, o ensino intimamente ligado aos cursos profissionalizantes. Porém, sua existência foi curta, alegando-se para o fechamento a frequência baixa, ou seja, o fato de a iniciativa não ter produzido os benefícios esperados. Algumas unidades da sociedade privada não foram fechadas, principalmente as dos grandes centros urbanos, que se reorganizaram para oferecer o ensino técnico-profissional, como por exemplo, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular de São Paulo. Fundada em 1873, passa a ser o Liceu de Artes e Ofícios.

Etelvina Lima (1982) aponta em seus estudos as relações da biblioteca com as ações educativas dirigidas a adultos e define biblioteca popular como “as bibliotecas públicas cujo objetivo é o de atender as populações menos privilegiadas das áreas urbanas e, se possível, estender esse atendimento às comunidades rurais” (LIMA, 1982, p. 137). Rabello (1987, p. 39) segue no mesmo sentido de aproximação das bibliotecas e das camadas populares, como forma de educação e cultura, apresentando um questionamento, contudo, da concepção de biblioteca, como centro difusor de informação, que de forma unilateral não pode deixar de ser considerado. Segue na mesma direção de Garcia (1980), ao propor a criação de um espaço onde o saber popular possa se expressar para fortalecimento desta mesma camada popular em diferentes aspectos que a constituem, isto é, um espaço gerador e desafiador de novas ideias afinadas com seus interesses. Essa proposta, todavia, diferencia-se das lógicas difusoras tradicionais e exigirá um envolvimento complexo e dinâmico entre os

sujeitos e os múltiplos aspectos implicados nos dispositivos bibliotecários que Perrotti (2017) chamou de “*Forum*”, distinguindo-os do “*Templum*”, nascido na Antiguidade, e do “*Emporium*”, modelo cultivado pela Modernidade, mas que vive uma crise profunda, motivada sobretudo pela afirmação da cultura informacional contemporânea própria da chamada “era da informação”.

4

Biblioteca
Popular:
território em
disputa

4 BIBLIOTECA POPULAR: TERRITÓRIO EM DISPUTA

As imprecisões terminológicas e conceituais das bibliotecas populares na literatura e nas práticas sociais em geral, sem nenhuma dúvida estão ligadas a dificuldades que acompanham o uso de tal adjetivo, sobretudo em contextos históricos e sociais marcados por relações de dominação e exclusão socioculturais acentuadas, como é o caso do Brasil. Além das dificuldades próprias do termo popular, é preciso, todavia, mencionar, também, o primeiro, na medida em que este não está à margem ou isento de problemas e dificuldades que caracterizam o todo.

Assim, propormos retomar a problemática da Biblioteca à luz das históricas relações Biblioteca e Sociedade apresentada por Perrotti (2017), tendo em vista especialmente o viés do protagonismo cultural aí implicado. Dessa forma, pretendemos enfatizar a importância da reflexão sobre a categoria biblioteca, tomada enquanto tal em sua dimensão histórica e não essencialista. Ao nos fixarmos apenas nos qualificadores, atentamos para as tipologias (popular, pública, comunitária...) e cometemos um engano epistêmico que, desviando da problematização do objeto, acaba deixando de considerá-lo (as bibliotecas) como organismo histórico e cultural, intrínseco às ordens sociais que o promovem, como se viu nas discussões anteriores. Em outras palavras, trata-se de pensar a Biblioteca não como simples e casual meio, insumo, instrumento, mas como parte constitutiva das ordenações sociais letradas e dos modos como estas se organizaram e se organizam historicamente. Pensar a Biblioteca, nesse sentido, é pensá-la substantivamente e não apenas como apêndice político, econômico, social ou cultural.

Segundo Perrotti (2017)

[...] deparamo-nos, [...], com duas direções que marcam a história das bibliotecas, da Antiguidade à Modernidade. De um lado, identificamos o que chamaremos aqui de Biblioteca templum, invenção remota no tempo, origem mesmo das bibliotecas; de outro, a Biblioteca emporium, invenção dos Tempos Modernos, incentivada pelos ideais iluministas, pelos reformadores sociais, militantes da universalização da educação pública. Tal modelo ganha expressão social significativa com a invenção da biblioteca pública, desdobramento de modalidades anteriormente existentes como, por exemplo, as bibliotecas paroquiais, as mantidas por instituições religiosas, por filantropos, por movimentos associativos. (PERROTTI, 2017, p. 18)

A biblioteca *templum* teria “por missão a conservação e o controle da memória social, ou mais precisamente, daquilo que é considerado por um sistema complexo de filtragens, como memória social” (PERROTTI, 2017, p. 18). Já a

biblioteca *emporium* tem por tarefa a difusão da memória. Centra, portanto, seus processos na circulação, na oferta de objetos culturais pela instituição para públicos em geral. O modelo tem em vista promover o acesso social ao conhecimento registrado e em poder da instituição. (PERROTTI, 2017, p. 18)

O autor afirma que tais manifestações são expressões paradigmáticas de quadros histórico-culturais, “de modos definidos e especiais de compreender e de atuar nas dinâmicas do conhecimento, da cultura, da memória e da informação” (PERROTTI, 2017, p. 18). *Templum e Emporium* são manifestações concretas de algo que está além delas, ou seja, os dois paradigmas culturais que a sustentam do ponto de vista histórico-cultural: a) o paradigma da conservação cultural; b) o paradigma da difusão cultural.

Envolta por esses paradigmas, “historicamente, a biblioteca sempre foi mais um espaço de preservação do que de disseminação. [...] (como já visto), apenas no final do Século XIX surge a preocupação formal com o atendimento ao usuário” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 17, grifo nosso).

Preserva-se e conserva-se aquele conhecimento defendido como único, ou como vinculado à verdade. A ciência produz um conhecimento que deve ser entendido como o conhecimento verdadeiro. O conhecimento popular é, nessa visão, um mero saber, estruturado apenas em uma relação empírica com o mundo, desprovido do teórico que, em última instância, por atrelar-se ao racional, é o que dá credibilidade, cientificidade e veracidade ao conhecimento”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 133)

Isso indica que, para Almeida Júnior, o “conhecimento preservado pelas bibliotecas, [...], é o conhecimento das elites, o conhecimento dos dominadores, o conhecimento dos excludentes”. Ao mesmo tempo, isso “não significa, evidentemente, que as classes populares não construam conhecimento” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 133).

Ao longo da explanação da flutuação do termo “biblioteca popular” percebemos a emergência das bibliotecas públicas, alavancada pela Revolução Industrial

que exigia qualificação mais apropriada da força de trabalho, e visando manter o novo modo de produção, impõe-se a necessidade do ensino formal como meio de aperfeiçoamento individual e de desenvolvimento nacional. Neste contexto, a biblioteca pública apresenta-se como mais um artifício de garantia da democratização do saber. (NOGUEIRA, 1986, p. 223)

Além disso, conforme afirma Nogueira (1986)

[...] o Estado passa a exercer maior controle sobre a instrução: a educação familiar, religiosa e gremial deixam de ser dominantes, a educação erudita cede lugar à educação técnica, e a biblioteca pública ganha força, [...]. Oficialmente é colocada como instrumento que contribui para assegurar a educação. (NOGUEIRA, 1986, p. 224)

Segundo Almeida Júnior (2015, p. 133), no entanto, tal “garantia de democratização do saber”, não é muito mais que a difusão de “um entendimento hegemônico de mundo” e, nessa perspectiva, “o usuário, é tão somente um receptor, alguém que recebe as informações sem possibilidade de interferir no processo, sem condições de apresentar suas necessidades, desejos e interesses” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 18).

A disseminação é entendida hegemonicamente na área como o serviço fim, como o último momento das ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais da Biblioteconomia. Mais: a disseminação é compreendida apenas como a oferta física dos documentos, como o acesso físico aos documentos por parte dos usuários, ou, como quer a maior parte dos que atuam ou estudam a área, a disseminação significa o acesso físico à informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 17, grifo nosso)

Depallens (2017) enfatizava que o valor semântico dado ao adjetivo “público” não se aproxima do termo “popular”. Falam em “público”, simplesmente para dizer que está aberto a qualquer pessoa, ou seja, funcional. “Na maioria das bibliotecas públicas, o principal serviço oferecido é o empréstimo de livros.” (DEPALLENS, 2017, p. 9, tradução nossa).

Novamente, tais questionamentos nos apontam para a ambivalência do papel da biblioteca, ou seja, uma instituição que pode favorecer “a reprodução da relação de dominação” e, ao mesmo tempo, contribuir “para a edificação de uma nova ordem social” (NOGUEIRA, 1986, p. 222).

Almeida Júnior (1997, p. 21) enfatiza, chama a atenção, também, para a ambivalência da biblioteca pública, fruto das reivindicações provenientes da população, “como também pela necessidade de formação de mão de obra especializada oriunda do capitalismo crescente”. Na mesma direção, aponta Nogueira (1986):

Nessa perspectiva, a biblioteca pública tem, ao mesmo tempo, o significado de um recurso que atende às exigências deste presente estágio do modo de produção capitalista, bem como de resposta às reivindicações em torno da democratização da cultura (NOGUEIRA, 1986, p. 225)

Almeida Júnior chama a atenção para a contradição entre os discursos e a prática social concreta:

embora fruto de um desejo popular, a biblioteca pública não atendeu aos interesses das classes que a exigiam. Reduziu seu principal papel social à educação das classes mais baixas, porém preservando os valores sociais vigentes. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 21)

Ainda nessa direção, Nogueira (1986) diz que:

Para assegurar à biblioteca pública o cumprimento de seu papel oficial, impõe-se a necessidade do controle do conteúdo das leituras. Busca-se eliminar do acervo os escritos pouco elaborados, denominados vulgarmente de ‘literatura popular’ – literatura de escape. Com a justificativa de que a mesma empobrece o indivíduo e a nação, lança-se mão de critérios para selecionar o acervo. Ao nível do aparente, a excelência da qualidade visa o bem comum; no plano da essência, objetiva manter a relação de poder. (NOGUEIRA, 1986, p. 227)

A ambivalência, no decorrer da história da biblioteca, não só favorece a reprodução das “relações sociais estabelecidas, mas também o papel de um instrumento auxiliar da edificação de uma nova composição social” (NOGUEIRA, 1986, p. 227).

Em ambas as situações – reprodução e transformação da relação de dominação – cabe ao intelectual, no nosso caso o bibliotecário, um papel fundamental, por ser o mediador das relações sociais. O bibliotecário, atuando como agente da classe dominante, propicia a conservação da ordem estabelecida; enquanto representante da

classe subordinada, contribui, sobremaneira, para operar transformações coletivas. (NOGUEIRA, 1986, p. 246)

Depallens (2017, p.10, tradução nossa) demonstra que a informação, seja ela factual, numérica ou bibliográfica, obedece a um modelo político-cultural bem definido dentro dos modelos capitalistas, ou seja, atende a uma “elite tecnocrática, em sua maioria desligado do povo” e com acesso eminentemente restrito a informações mantidas e transmitidas por centros de documentação, voltados às elites. Referindo-se à realidade que observa na Nicarágua sandinista, dos anos 1980, o autor diz:

Primeiro: a informação sempre tem um caráter mercantil. O acesso aos bancos de dados informatizados só é realizado mediante o pagamento de cada caractere transmitido ou transmitido na tela do microcomputador. Desta forma, a democracia corre sério perigo a partir do momento em que é necessário ter dinheiro ou financiamento para se informar. Segundo: as informações são abundantes. Como toda referência bibliográfica é vendida, os produtores de banco de dados nunca excluem informações desatualizadas ou superadas. Nem preparam sínteses que economizam tempo e dinheiro para destacar as principais tendências da ciência em um determinado campo. Terceiro: A informação é elitista em seu nível de comunicação e intimamente relacionada a círculos acadêmicos ou científicos avançados. Poucos esforços são feitos para homogeneizar e simplificar a terminologia científica, principalmente no campo da saúde. Quarto e último: os bancos de dados que já possuem vários milhões de referências bibliográficas não contêm artigos de iniciativas populares, locais e regionais; não descrevem nem divulgam experiências populares em matéria de saúde, educação, habitação, cultura. Um pouco como se essas bases de dados se limitassem a uma ciência cosmopolita supostamente universal, mas que ignora ou nega os conflitos de classe e os processos de emancipação sociopolítica que ocorrem no mundo de hoje. (DEPALLENS, 1987, p. 10, tradução nossa)

Diante dessa realidade, a democratização da informação necessita passar por uma revolução cultural, como propõe Depallens (1987),

sair de uma atitude seguidora e acrítica em relação à Ciência da Informação ocidental [...] fazer uma mudança drástica na concepção e nos objetivos [...] temos que destinar às pessoas da cidade, dos bairros, dos assentamentos, aos professores populares e do ensino fundamental, seja para auxiliá-los individualmente ou para reforçar o desenvolvimento de pequenos grupos [...], cabe-nos trabalhar não só com livros, mas também com dados estatísticos acessíveis e úteis à população, [...], audiovisuais educativos, gravações, fotografias, relatórios de síntese de experiências populares, etc. (DEPALLENS, 2017, p. 11, tradução nossa)

Em consonância com Depallens, por ele citado, Vergueiro (1988) refletiu e questionou o papel dos bibliotecários atuantes nas bibliotecas e sua vinculação com a sociedade no processo de mudança social. Segundo ele, é imprescindível o domínio das técnicas documentais e “é impossível negar a necessidade de otimização dos sistemas informacionais através da utilização de novas tecnologias no campo da informação”:

esta evolução tecnológica nas áreas de Documentação e Ciência da Informação está realmente ocorrendo em benefício da população como um todo, e não apenas de uma minoria privilegiada. O que se pode perguntar é até que ponto os bibliotecários estão contribuindo - pelo menos em termos de países subdesenvolvidos da esfera de influência capitalista, como é o caso do Brasil - para integrar à sociedade como cidadãos, àquelas parcelas da população desprovidas das condições mínimas para uma participação social digna. São perguntas, sem nenhuma dúvida, bastante incômodas para profissionais cujo desempenho pretende ser, dentro do contexto de seu saber específico, essencialmente apolítico e neutro. Mas parecem ser, também, perguntas bastante pertinentes, exatamente por colocarem em xeque esta postura. (VERGUEIRO, 1988, p. 208)

Almeida Júnior (2015, p. 137) menciona que, em meados da década de 1950, na América Latina busca-se uma aproximação com os movimentos organizados populares, por uma parcela dos profissionais da Biblioteconomia.

Acompanhando as propostas de um olhar da Biblioteconomia para as classes populares e trabalhadoras, surgiram alguns termos que foram apropriados por aqueles que encabeçavam pesquisas, estudos e ações diferenciadas: informação social, informação para a cidadania, bibliotecas populares, centros de documentação e informação popular e outros próximos a esses. Os conceitos presentes nesses termos carregavam uma ideologia identificada com os interesses, desejos e necessidades das classes populares, voltadas, na época, para a exigência de que esses interesses, desejos e necessidades fossem considerados quando da instituição de políticas públicas, quando da determinação de políticas econômicas, educacionais, culturais, entre outras. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 138)

Porém, como analisa o autor, a geração de novos conceitos que representavam as ideias emergentes das classes populares sofrera a reação da corrente conservadora e hegemônica da Biblioteconomia, reação esta não acompanhada pelo livre debate de ideias, conceitos e posições, ao contrário

[...] novos termos surgiram, impostos por pesquisadores que dominavam a maior parte dos espaços acadêmicos e dos movimentos associativos. Tais termos buscavam amenizar os conceitos que embasavam os termos Informação Social, Informação para a Cidadania, Bibliotecas Populares. No lugar destes, surgiram: 'Biblioteca Comunitária' e 'Informação Utilitária'. Não houve, de fato, um confronto; o que ocorreu foi o uso, pelas correntes conservadoras, dos espaços por elas dominados para impor seus conceitos e se apoderar, a partir de seus interesses, de uma proposta que se propunha diferenciadora. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 138)

Da mesma forma, Andrade (1982) sublinha, de modo geral, que os espaços e os profissionais

têm-se voltado acriticamente para o popular, condenando tudo que não seja sancionado pelo discurso competente. A posição assumida, mesmo por aqueles ditos 'liberais' é paternalista, pensando em 'elevar o nível cultural da população', sem perceber que a própria ideologia oculta por trás deste objetivo já destrói qualquer valor da produção do povo, atribuindo-lhe o papel de crianças a serem conduzidas a comportamentos aceitos socialmente. (ANDRADE, 1982, p. 394)

Convém observar que, conforme aponta Almeida Júnior (2015, p. 138), os novos termos "Biblioteca Comunitária" e "informação Utilitária" têm a conotação de substituir e diminuir a força da representatividade política dos termos "Biblioteca Popular", "Informação Social" ou "Informação para a Cidadania". A lógica da substituição tem como premissas as seguintes:

Todas as bibliotecas servem a uma comunidade, logo, todas são bibliotecas comunitárias. Quando se utiliza 'Biblioteca Comunitária' está-se referindo a toda e qualquer biblioteca, esvaziando o termo de qualquer conotação política presente em 'Biblioteca Popular'. O mesmo se dá com 'Informação Utilitária'. Por definição, toda informação é útil. Assim, o termo 'Informação Utilitária' é adequado para qualquer informação e seu emprego também o esvazia de qualquer conotação política, econômica e social presente nos termos 'Informação Social' e 'Informação para a Cidadania'. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 138)

Ciente disso, Calandro (2001) propõe que é necessário pensar na biblioteca levando em consideração o seu caráter educativo, informativo e político, a partir de uma perspectiva mais crítica, complexa e orgânica:

Muitos pesquisadores não analisam profundamente tais questões. Isso traz a necessidade de buscar em diversas áreas autores que, de alguma forma, tratem das bibliotecas, e assim analisando campos que

vão além das áreas de Biblioteconomia ou Ciências da Informação. (CALANDRO, 2011, p. 30)

Tal colocação reforça a problemática social da Biblioteca, independentemente dos adjetivos que as tipificam e, remete a questões situadas, como dissemos, além das tipologias, ou seja, o sentido mesmo da biblioteca no mundo moderno e contemporâneo, seu lugar nos embates históricos, culturais das sociedades que as promoveram e promovem, ainda que

[...] o homem que se dirige às bibliotecas públicas hoje difere bastante daquele de dez, ou até de cinco anos atrás. As tensões, os interesses, a alimentação, a vida enfim é outra. Serão as bibliotecas atuais diferentes de suas similares a igual tempo passado? Não terá acaso o seu tradicionalismo contribuído para a sua restrita participação social? (ANDRADE, 1982, p. 396)

Atento às reflexões mencionadas até o momento, é necessário avançarmos na proposta da concepção da biblioteca superando os paradigmas da conservação e da difusão cultural, conforme Perrotti (2017).

Por não incluírem apenas perspectivas externas, mas lógicas internas, próprias e distintas, envolvendo os fenômenos da memória, da informação e da cultura, os paradigmas da conservação e da difusão, mesmo sendo complementares, sempre se digladiaram, já que um tem na permanência sua forma de ser e justificativa, ao mesmo tempo que o outro tem tais aspectos no contrário da permanência, ou seja, no fluxo. Verso e reverso da mesma moeda, ainda assim, estático e dinâmico são dois lados distintos em permanente tensão e que, sem mediações apropriadas, correm o risco de jamais se equilibrarem, ou, pior, se cristalizarem no imobilismo ou no 'informacionismo auto-referente'. (PERROTTI, 2017, p. 20)

É nesse sentido que, seguindo em sua argumentação, Perrotti (2017) propõe o que chama de *Biblioteca Forum*, categoria vinculada aos direitos culturais implicados no paradigma da mediação cultural. Segundo tal paradigma, o dispositivo é concebido politicamente como

uma instância onde cidadãos negociam os signos, em processos dinâmicos de conhecimento e de reconhecimento mútuos. Por isso, no *forum*, não há 'usuários'. Muito menos, 'clientes' ou 'consumidores'. Atuam aí protagonistas, cidadãos que habitam, cuidam, negociam, lutam, agem, compartilham valores, definem e se definem na *polis*, com a *polis*, pela *polis*. (PERROTTI, 2017, p. 21)

A ressaltar que Perrotti (2017) reflete sobre o binômio “acesso e apropriação” no campo semântico da Informação. O acesso a variadas modalidades de informações facilitado pela cultura digital pode ser condição necessária, mas não suficiente para a apropriação de informação e conhecimento, portanto,

[...] nesse sentido, ter acesso à informação não se confunde com apropriação cultural, da mesma forma que oferta não se confunde com demanda informacional, seja em dimensão teórica ou prática. (PERROTTI, 2017, p. 23)

Na Biblioteca *Forum*, ser protagonista, é mais do que ter acesso e saber fazer, saber ler, saber fazer consultas: “É saber ‘agir em relação’, ‘agir com’, é vinculação. O protagonista nunca está ‘só’. O outro está física ou simbolicamente presente, sempre considerado em seus atos” (PERROTTI, 2017, p. 16). De tal forma que, mesmo em total isolamento, as memórias reunidas nos espaços institucionais são potencialmente elementos de conexão e diálogo com a alteridade:

[...] o protagonista nunca está só, é um ser relacional. Negocia seus saberes com os saberes do outro, permeado por diferentes instâncias e ordens. A cultura é, dessa forma, categoria mediadora intrínseca ao protagonismo. (PERROTTI, 2017, p. 26)

Na perspectiva da mediação cultural, o elo entre sujeitos e os bens culturais passa por uma pluralidade de relações, situações, instâncias e instrumentos, e é em relação a eles que os sujeitos se colocam e/ou são colocados:

A ideia é oferecer subsídios para o sujeito superar o papel de expectador, consumidor da incessante reprodução e, desta forma, assumir o lugar principal em seu meio, suas relações e frente ao seu entendimento da sociedade. (SANTOS; ARRUDA; GUARALDO, 2020, p. 25)

Ao promover e garantir, sob diferentes formas, não só acesso às diferentes formas de expressões artísticas, mas mediações comprometidas com o protagonismo cultural, os autores mencionam que os equipamentos informacionais (arquivos, bibliotecas, centros culturais, museus e outros) transformam-se em instrumento para a mobilização e a cidadania cultural.

[...] também é possível garantir a representatividade em comunidade, oferecer subsídios para que os indivíduos assumam seus papéis como

agentes sociais ativos num contexto específico e que tenham a consciência de criticamente atuar na realidade visando sua transformação. (SANTOS; ARRUDA; GUARALDO, 2020, p. 36)

Convém observar que, para os autores, três atividades são inerentes às bibliotecas. Assim, além da mediação da cultura e da informação, em geral, é ressaltada a da leitura. Nesse sentido, segundo Sousa, Santos e Jesus (2020), as atividades de mediação, sua pluralidade, estão em ampliar e colaborar para a construção de conhecimentos, reconhecendo-os socialmente:

A mediação cultural tem o intuito de fomentar as manifestações presentes no contexto social em que os sujeitos estão inseridos; a mediação da informação viabiliza o acesso e o uso da informação, por meio de ações diretas e indiretas, com o objetivo de contribuir para que o sujeito se aproprie da informação; e a mediação da leitura visa incentivar o gosto e o prazer pela leitura e formar leitores, ou seja, as atividades de mediação da leitura estão entrelaçadas às mediações cultural e informacional. (SOUSA; SANTOS; JESUS, 2020, p. 2)

Lima e Perrotti (2017) tratam da mediação cultural relacionada à formação do bibliotecário:

O mediador cultural é um protagonista cultural, que atua negociando sentidos, realizando tarefas e propondo ações que viabilizam a apropriação e o protagonismo cultural dele e de indivíduos, grupos e coletividades. Seus fazeres compreendem certamente planejamento e gerenciamento de projetos culturais, mas baseados na dialogia com outros protagonistas, para que se estabeleça a comunicabilidade entre acervos, tangíveis e intangíveis, repertórios humanos e os protagonistas da cultura. (LIMA; PERROTTI, 2017, p. 19)

As demandas da mediação cultural, reforçam os autores, requerem um profissional que domine as lógicas culturais, comunicativas, além dos dispositivos culturais oferecidos à sociedade.

A apropriação cultural de indivíduos, grupos e coletividades - como o movimento que torna próprios saberes e objetos construídos, transformados e significados nas interações sociais, em que são elaborados e negociados sentidos – entendemos como a finalidade, e responsabilidade, social do mediador cultural bibliotecário. (LIMA; PERROTTI, 2017, p. 178)

Contudo, a participação ativa do cidadão concretizada na apropriação extrapola a oferta física de documentos:

A apropriação inclui também, no fazer do profissional da área, personagens que, tradicionalmente, não fazem parte das preocupações dos que trabalham e pesquisam tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação. Eles, personagens, interferem na apropriação e podem, a grosso modo, ser assim nomeados: o produtor da informação, a produção do documento, o momento e ambiência em que a informação é produzida, os equipamentos informacionais, o discurso presente no armazenamento, os instrumentos e ferramentas escolhidos para organizar os documentos, o mediador, o ambiente, o momento, o entorno, os documentos, o usuário. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p.18)

Nesse contexto, compreendemos que a biblioteca é “fundamentalmente um espaço alternativo de construção ideológica. Funciona como um centro de cultura e educação, proporcionando não só uma relação ativa dos indivíduos com livros, mas também com a sociedade” (CALANDRO, 2011, p. 28).

Sendo assim, não é possível pensar no significado do termo e do conceito de biblioteca popular afastando-nos da reflexão sobre os sentidos do termo e sentidos sociais dados à biblioteca. No entrecruzamento dos termos e dos conceitos é que talvez encontremos caminhos que permitam fazer avançar relações da biblioteca com a sociedade e vice-versa, em suas diferentes modalidades. Assim, talvez seja possível, como quer Almeida Júnior (2015), reconduzir

para o palco um tema que ficou esquecido desde os tempos da ditadura explícita, passando pelo neoliberalismo, voltado não somente para a economia, e chegando até um recrudescimento do conservadorismo em várias instâncias da sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 143)

Apontamos os estudos de Peotta (2014) com o tema da participação popular como elemento de transformação das bibliotecas. “A participação, concebida como compartilhar, a ação de tomar parte em algo, pode ocorrer em vários momentos: durante o desenvolvimento, a realização, a implementação, a avaliação de uma ação”. Mediação cultural concebida como uma construção coerente das várias atividades incluídas em um projeto de ação político-cultural.

Nesta proposta, Peotta (2014) concebe a ação cultural

não apenas como um meio adequado para promover a interação entre a biblioteca e as populações, mas representa o domínio ideal para garantir a igualdade de todos vis-à-vis a cultura: seu caráter multifacetado permanece adaptável a diferentes situações,

populações ou alvos. Essa capacidade de transformação o torna particularmente adequado para garantir a participação das populações na vida da biblioteca. (PEOTTA, 2014, p. 10, tradução nossa)

Porém, a autora aponta o relativo fracasso da ação cultural tradicional em diversificar seus participantes e apresenta um modelo alternativo de ação cultural.

[...] um modelo que se afasta da linhagem da democratização cultural, um modelo que não corresponde mais à imposição de uma determinada concepção de cultura, para favorecer uma construção compartilhada com as pessoas habitualmente beneficiadas, em um movimento tanto horizontal quanto ascendente. Rejeitando o antagonismo entre cultura de elite e cultura popular, a ação cultural que promovemos busca articular culturas e reconhecer a capacidade das populações de serem produtoras de representações culturais. A ação cultural e a participação das populações aparecem como um par harmonioso para permitir que a biblioteca prossiga sua missão por meio da construção compartilhada do conhecimento. (PEOTTA, 2014, p. 73, tradução nossa)

Nesse sentido, Peotta (2014) propõe a escala de envolvimento da participação da população nas ações culturais nas bibliotecas:

Quadro 2 – Envolvimento nas ações culturais

Construção	Cooperação	Envolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo das populações no processo de tomada de decisão e organização da ação cultural. • Momentos de participação: programação, design, produção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento das populações no processo de desenvolvimento da ação cultural: resposta a um apelo à participação da biblioteca. • Momentos de participação: concepção, realização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção das populações numa ação cultural iniciada e implementada pela biblioteca. • Momento de participação: realização.

Fonte: (PEOTTA, 2014, p. 90, tradução nossa).

Conforme ressaltado, o amplo campo de atuação diante da polissemia do termo “participação”, pode ser desagregado “em vários graus de intensidade que permitem conformar uma pluralidade de ações: o envolvimento, a cooperação e a construção oferecem diferentes modalidades de participação” (PEOTTA, 2014, p. 73, tradução nossa).

Essa ação cultural participativa deixa um lugar importante para a oralidade e a prática, a fim de tentar mobilizar outras populações. É importante sublinhar que a escala de participação não é sinônimo de hierarquia, mas uma forma de ilustrar uma crescente assunção de

responsabilidades nas várias etapas da ação cultural. O desafio é conseguir articular esses diferentes níveis de participação em uma programação cultural rica e variada ao longo do ano. A participação deve ser vista como um meio e não como um fim. O grau de participação deve então ser escolhido de acordo com seu projeto e os desejos das populações. Um conjunto de fatores - a situação do território, o perfil das populações, o projeto que se deseja desenvolver, o objetivo que lhe é atribuído - permite encontrar o mix adequado de participação. (PEOTTA, 2014, p. 73, tradução nossa)

Convém observar que essa compreensão da ação cultural induz mudanças nos bastidores, sendo necessária uma metamorfose na profissão de bibliotecário, como afirma Peotta (2014). Por outro lado, uma nova concepção de postura participativa é gerada, novos atores de ação cultural tornam-se fontes de enriquecimentos para produção de novas parcerias com os bibliotecários. “Além disso, por meio dessa participação na ação cultural, está em jogo a construção pessoal de cada indivíduo e a construção de seu ser social e de sua relação com os outros” (PEOTTA, 2014, p. 73, tradução nossa).

Para encontrar eco, a ação cultural participativa deve ser pensada como uma sinergia, perceptível, por um lado, na interação entre profissionais e populações; por outro lado, na coesão dos jogadores em um território. Além disso, a participação na ação cultural não deve descartar referências culturais: parece oportuno conjugar o saber proporcionado pelas populações e o saber depositado nas obras. Por fim, defendemos versatilidade e diversidade na ação cultural, aliando atividades tradicionais a atividades mais inovadoras. (PEOTTA, 2014, p. 74, tradução nossa)

É importante destacar que poucas bibliotecas ousam projetar ações culturais a partir da participação dos sujeitos. Para isso, as ações culturais participativas “requerem um quadro favorável tanto internamente - uma equipe de profissionais solidários e motivados - como externamente - um ambiente territorial estimulante” (PEOTTA, 2014, p. 74, tradução nossa).

O exercício dessas e de outras práticas leitoras, diversificadas e dinamizadas nos espaços da biblioteca podem se traduzir em práticas culturais como ferramentas de desenvolvimento da cidadania. Ainda que historicamente a biblioteca pública pouco tenha representado, no contexto da sociedade, suas ações voltadas à ação cultural e pedagógica, as bibliotecas podem configurar-se em possibilidades de apropriação e produção quanto ao conhecimento individual ou compartilhamento de saberes. (RASTELLI; CAVALCANTE, 2014, p. 53)

Calixto et al. (2012) discutem o papel da biblioteca pública na contribuição para o aumento do capital social das comunidades, na luta contra a exclusão social e a efetiva inclusão dos sujeitos frequentadores de seus espaços. Os autores, em seu estudo, apontam algumas linhas de atuação possíveis e desejáveis, no sentido de potencializar o protagonismo cultural, a inclusão social através da mediação e redistribuição dos saberes e de oportunidades para a população. Posto isso, entre as diversas recomendações dos autores estão que:

A luta contra a exclusão social fosse assumida pelas bibliotecas como um ponto essencial da sua atuação, o que influenciaria toda a atividade da biblioteca, uma vez que o acesso universal não é por si só uma solução para a exclusão social; As bibliotecas fossem mais proativas junto das comunidades desfavorecidas, trabalhando com elas e não para elas, identificando em colaboração as suas necessidades, e não se limitando a estar abertas à comunidade, mas procurando ir ao seu encontro; As bibliotecas trabalhassem em conjunto com outros organismos comunitários e agentes da sociedade civil, de forma a poderem fazer uma abordagem integrada à luta contra a exclusão. (CALIXTO et al., 2012, p. 12)

Reconhecendo-se, portanto, o direito à cultura letrada, a importância de formação de leitores sob paradigma distinto do difusionismo cultural, próprio ao modelo do *emporium*, ao que se refere Perrotti (2017), o papel educativo, cultural e socializador das bibliotecas tem, na negociação cultural, categoria intrínseca da mediação da leitura.

O fundamento central da perspectiva da ordem negociada é, portanto, a ideia de que todas as ordens sociais são, em algum aspecto, construídas, disputadas, acordadas, negociadas, em processos complexos, com possibilidades e limites decorrentes de diferentes aspectos. O importante passa a ser, portanto, o reconhecimento dos conflitos e as negociações em nossos campos de atuação concretos, no sentido de apreendê-los e compreendê-los na prática e, com isso, contribuir para processos mais significativos no campo informacional e cultural. (OLIVEIRA, 2017, p. 411)

A biblioteca contemporânea atenderia, nessas perspectivas, não apenas leitores experientes, mas também aos novos leitores e aos não leitores. Ela seria ponto de acesso e cruzamento dos diversos públicos e a amplos e diversificados circuitos culturais; ela se apresentaria como instância de inserção de sujeitos nas ricas e intrincadas tramas simbólicas dos tempos atuais (PERROTTI, 2008, p. 3).

Para superar condições de mero entreposto e tornar-se espaço de cultura vivo, dinâmico, atrativo, a biblioteca não pode simplesmente existir, entregando ao acaso sua dinamização. É preciso atuar, agir, criar metodologias e estratégias compatíveis com projetos históricos empenhados em reverter o quadro de exclusão que sempre marcou a vida nacional; é preciso combinar opções de políticas públicas inclusivas com práticas culturais da mesma natureza, criando-se uma dinâmica entre macro e micro ações visando à participação e inclusão de todos nos processos de conhecimento e cultura. (PERROTTI, 2008, p. 3)

Por consequência, Costa (2011, p. 98) esclarece que a biblioteca de caráter público precisa acompanhar as transições de nossa época:

E nesse processo de adequação à realidade do mundo contemporâneo é necessário que a biblioteca desenvolva uma reflexão sobre a sua própria história, que construa uma identidade não como mera depositária de um acervo, conservando e buscando a excelência de suas funções básicas, mas a que se coloca a serviço da transformação e em constante processo de atualização. (COSTA, 2011, p. 98)

Torna-se evidente, menciona a autora, que a preocupação da biblioteca, pautada no seu papel educativo, cultural e socializador, consiste no modo de relação que mantém com o elemento humano, reconhecendo, como outros autores, a importância de formar leitores capazes de exercerem seus direitos à cultura letrada:

Assim como os processos de comunicação, que em um ambiente efetivo de conhecimento e cultura, permitem que a relação do leitor com o texto confira práticas de apropriação, com significado cultural, onde a valorização remete ao significado social. (COSTA, 2011, p. 152)

Em continuidade, a autora é clara em sua posição sobre as participações da biblioteca nos processos sociais de letramento: “Nesse processo de construção do conhecimento, a prática da leitura é importante instrumento para o exercício da cidadania e para a participação social” (COSTA, 2011, p. 100). A leitura nas bibliotecas é uma atividade que transcende o domínio técnico e deve ser entendida como código de interpretação da realidade em diferentes situações e contextos, reafirma a autora (COSTA, 2011, p. 100). Logo, a apropriação cultural é um dos maiores desafios na biblioteca brasileira,

pois requer transformações em um sistema criado para atender a leitores que não possuem a mesma faixa etária, não têm o mesmo nível e ritmo de aprendizagem, e que depende de fases de desenvolvimento e maturação específicas. (PERROTTI; VERDINI, 2008, p.13)

Porém, para realizar tais pressupostos, a biblioteca contemporânea não pode continuar desempenhando, do ponto de vista teórico e/ou prático, o papel de “entrepósito de signos que as políticas e práticas de expropriação cultural sempre adotaram e continuam adotando. Deve, antes, estar atenta com as exigências de seu tempo e momento” (PERROTTI, 2008, p. 4) e constituir-se em lugar de mobilização, de interpelação, de criação e recriação de signos, sentidos e relações.

Reafirmamos que, em tal proposta, o sujeito social não é um espectador da cultura, “é parte e principal ator da informação, cultura e educação. Nessa mesma perspectiva, é necessário construir conhecimentos produzidos a partir da própria realidade, contextualizados, para que não haja distância entre quem gera conhecimento e quem o consome” (LÓPEZ, 2009, p. 27).

Nesses termos é que se compreende a importância da modelização histórico-cultural oferecida por Perrotti (2017), e que inclui um novo modo de pensar a biblioteca no presente e seus públicos. Não apenas um lugar de guarda e distribuição de signos e suportes, como pretendeu a modernidade, mas como lugar de mediações múltiplas da memória cultural, *forum* onde protagonistas se encontram em processos dinâmicos de criação de signos e de si mesmos. Território de construção de identidades e cultura, a *biblioteca forum* acolhe, respeita e se constitui na e pela diferença. É, nesses termos, um espaço regido por critérios interculturais em relações dinâmicas e permanentes.

5

Considerações Finais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a discussão das bibliotecas populares na atualidade é questionar novamente qual biblioteca concebemos. Por meio das interrogações sobre as terminologias, concepções e políticas de biblioteca popular é possível notar relações com o conhecimento e a cultura estabelecidas pela sociedade e por profissionais e mediadores diversos interessados na problemática. Por outro lado, tratar de bibliotecas populares significa compreender que o assunto é extenso, em si mesmo, ocasionado pelas complexidades e a enorme variedade de aspectos e temas correlacionados. As variadas indagações apresentadas neste estudo e as variadas interpretações ao longo do período histórico em que elas começam a emergir, primeiramente, na Europa e Estados Unidos, realça e amplifica as relações Biblioteca e Sociedade.

Assim, ao tratarmos deste tema, no âmbito deste trabalho, inscrito no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, nossa intenção não foi prescritiva, fundada em essencialismo que pretende dizer “o que é biblioteca popular”. Ao contrário, tomamos diferentes posições que procuram defini-la, em oposição à perspectiva que abstrai questões histórico-culturais que, mostramos, estão diretamente implicadas na temática.

Em função disso, selecionamos reflexões sobre o assunto em diferentes realidades brasileiras e internacionais, cuidando de exemplificar as variedades de situações envolvendo nomenclaturas, concepções e políticas. Como resultado, é possível ver que a definição de biblioteca popular, centrada apenas no adjetivo, sem considerar tudo o que está implicado no próprio objeto, o substantivo biblioteca, é limitar a compreensão e reduzir o cerne da discussão, pois se o adjetivo é um qualificador importante, no caso, a substância a que ele se refere encontra-se, sem dúvida, no substantivo que, na composição, na junção dos termos acaba ganhando conotações que implicam todo o campo biblioteconômico, as relações da sociedade com o conhecimento, a cultura, a memória.

Apontamos, portanto, a urgência da discussão da biblioteca e de seus vínculos históricos com a sociedade e os contextos onde esta se desenvolveu e se desenvolve concretamente. Dessa maneira, entender o que diferencia historicamente um conceito de biblioteca de outro, para além da nomenclatura comum, é condição à compreensão

de modos de pensar e de fazer dessas instituições, suas perspectivas educacionais, culturais e políticas.

Inscribe-se, nessa perspectiva, a retomada do surgimento das bibliotecas populares; no século XIX, pois tal direção nos permite indagação fundamental sobre a gênese dessas bibliotecas e os diferentes fatores socioculturais, políticos e econômicos de que elas são resultado e, de outro lado, força motriz. Fruto das tentativas de institucionalização dos fenômenos de educação e cultura de massas (GÓMES HERNÁNDEZ, 1993), as bibliotecas populares emergem, portanto, no jogo de transformações históricas fundamentais no mundo ocidental, momento em que o acesso ao letramento e à cultura letrada é demandado pelas novas condições urbano-industriais que ganham volume importante, especialmente no século XIX. Não sem razão, a Inglaterra será pioneira no movimento das *public library* que, sob diferentes designações, se irradiará além da Europa, chegando seus ecos ao Brasil do final do século XIX e seus esforços de ultrapassar a herança cultural colonial.

Na Modernidade a “educação do povo” torna-se paulatinamente elemento constitutivo da ordem social instituída pela nova classe hegemônica, a burguesia, o “povo”, o “popular” redefine-se, como elemento estruturante, dentro, contudo, de um princípio maniqueísta de correlações de oposição: moderno/tradicional, culto/inculto, civilização/barbárie, hegemônico/subalterno (CANCLINI, 1989, p. 206).

Nesse formato, a biblioteca popular é apresentada, muitas vezes, como instituição governamental, própria do Estado e, outras vezes, como parte de um complexo associativo educacional, religioso e/ou político. Seja numa situação ou noutra, é, quase sempre, território marcado, destinado a categorias sociais inferiorizadas socialmente e que, por meio da educação e da cultura poderão aceder a postos mais elevados ou aperfeiçoar o espírito, via letras, as definições e difusões de bibliotecas populares apresentadas ao longo deste estudo mostram perspectivas orientadoras em que aparecem associadas à Instrução Pública e Educação Popular, com variações no sentido de adaptá-las às novas condições sociais, convertê-las às premissas da nova sociedade urbano-industrial ou de contestá-las, afirmando a identidade própria dos grupos populares. Há de se ressaltar, assim, que a concepção de biblioteca e suas práticas sofreram transformações em função dos agentes que delas lançaram mão. Consequentemente, grupos de militantes incorporaram, por exemplo, na Inglaterra, na França, perspectivas, posições e disputas que iam em

sentido diverso ao dos filantropos, dos humanitaristas, do utilitarismo político, dentre outros.

Consequentemente, para que se compreenda as flutuações do termo “Biblioteca Popular” e, consequentemente, a sua distinção ou semelhança com o termo “Biblioteca Pública” ou mesmo outros, é fundamental que se revise apontamentos como os levantados neste trabalho e que mostram que o termo “popular” se refere, muitas vezes, às iniciativas não governamentais, mas que também aparece em formulações que conjugam popular e pública em ações de Estado, embora não seja, no caso brasileiro, a tendência mais comum, pois já no século XIX o termo foi oficialmente evitado em documentos normativos do legislativo paulista.

Ao longo do tempo, a biblioteca foi ganhando, de diferentes formas e sob diferentes discursos e práticas, conotações de instituição educativa e seu papel social, na Europa e Estados Unidos. Ela passa, assim, a ter o papel de redução das desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura letrada, em especial. Privilégio, primeiramente, da aristocracia e do clero e, posteriormente, das elites burguesas, aos poucos, as bibliotecas, populares e/ou públicas, apresentam-se como dispositivos de socialização dos conhecimentos. Diante das preocupações com a alfabetização das classes populares, com as demandas crescentes de conhecimento e cultura para todos, passam a ser tomadas como instâncias educativas, necessárias ao letramento das massas “incultas”, articuladas, portanto, a movimentos gerais de educação do povo, provindos de diferentes fontes e colorações. Tal multiplicidade de procedências permite, em alguma medida, compreender as flutuações do termo que foi se tornando complexos em suas relações com diferentes contextos concretos e objetivos.

Da mesma forma que nos países da Europa e dos Estados Unidos, a compreensão da biblioteca popular como instância educativa, ganhou corpo, na América Latina. Seu surgimento está associado às necessidades de letramento, mesmo de populações marginais, distantes dos grandes centros comerciais e industriais. Administradas, em geral, por organizações populares, com personalidade jurídica privadas e sem financiamento do Estado, as bibliotecas assim nascidas tinham a finalidade de atender à população onde estavam inseridas e, por isso, realizavam projetos de captação de recursos via os próprios moradores ou via ONGs internacionais. Tais bibliotecas não possuíam um quadro profissional e institucional que lhe dessem sustentação e, dessa maneira, apresentam grandes dificuldades para

se manterem e se desenvolverem, buscando muitas vezes socorrerem-se não só com meios privados, mas também governamentais, o que significou várias vezes associações e dependências de orientações oficiais estranhas aos interesses populares. A discussão sobre os empréstimos, se estes deveriam ou não ser feitos, tal como relatada neste trabalho, é indicativo das tensões promovidas por tais associações.

No Brasil, observam-se flutuações da mesma ordem semântica, epistêmica e político-cultural. No entanto, em vez de reiterar simplesmente as dificuldades, mostrou-se importante tratar da biblioteca popular como espaço de resistência, existente, também em outras realidades. Desde a origem, essa modalidade apresentou setores que a tratavam de forma distinta dos ideais adaptativos restritos que muitas vezes estarão na base das ações das bibliotecas públicas, especialmente as financiadas e dependentes de poderes públicos pouco afinados com as expectativas populares.

Várias ações de militantes, tanto na Europa como em alguns pontos das Américas, ligadas aos movimentos associativos e políticos irão, nesse sentido, focar sua perspectiva em ações de resistência e de disputas pela memória social, buscando incluir aí as realizações dos grupos ditos subalternos, considerados não apenas enquanto consumidores potenciais de ideias que lhes são alheias, mas portadores de visões e concepções de mundo consistentes e em busca de expressão cultural. Promover e reforçar a importância das relações da Biblioteca e das classes populares é, nesse sentido, reconhecimento da importância da educação e da cultura nos processos de emancipação social, intelectual e político de populações historicamente marginalizadas no país, no continente latino-americano e em outras partes do mundo, em que pese as dificuldades para a manutenção e desenvolvimento das bibliotecas, em realidades fraturadas e instáveis como a brasileira.

Considerando tais dificuldades, nota-se, para finalizar, que reivindicações não só de acesso à educação e à cultura, mas de direito à participação cultural afirmativa, passam a ganhar voz no espaço público, no Brasil. As posições daí decorrentes passam a considerar as bibliotecas, mantidas ou não pelo poder público, como instâncias ativas diante das desigualdades educacionais, culturais, sociais, políticas, econômicas, da mesma forma que categoria atuante na construção de subjetividades letradas.

Vista, portanto, em perspectiva abrangente, as flutuações que recobrem o termo e o conceito de biblioteca popular estão associadas aos movimentos complexos que a definem. Mais que o próprio objeto, revelam a posição, o lugar das falas daqueles que produzem narrativas acerca delas. Em sociedades, como a brasileira, marcada por fraturas, conflitos e contradições históricas, o termo, como em outras partes com tais características, não poderia deixar de remeter a diferentes concepções, seja no sentido de “esclarecimento” das categorias sociais subalternas, seja de resistência às premissas da ordem sociocultural hegemônica.

É nesse sentido, portanto, que, “popular” ou “pública”, importa sobretudo estar atento às questões paradigmáticas indicadas por Perrotti (2017), e que indicam a importância atual da “Biblioteca Forum”, em oposição ao “emporium”, que prevaleceu na Modernidade. Dados os quadros complexos da contemporaneidade, somente tal epistema estará em consonância com propósitos mencionados por Castrillón (2011):

Tenho razões para crer que ganharíamos muito se inscrevêssemos os programas de incentivo à leitura e à escrita em projetos políticos de mudança social, de participação, de democratização, para os quais a melhora da educação é uma condição básica. O enorme desejo das classes populares de nossos países de superar a sua situação, de melhorar suas condições de vida, sua vontade de aprender e de saber; o modo como essas classes se organizam para resolver seus problemas mais imediatos; os laços de solidariedade que se estabelecem para, por exemplo, organizar bibliotecas populares, pois têm a intuição de que nessas bibliotecas se pode encontrar instrumentos que lhes permita melhorar, ao menos, a vida de seus filhos – ‘seguir adiante’, conforme expressão corrente entre os setores populares - são algumas dessas razões. (CASTRILLÓN, 2011, p. 63)

Em resumo, o histórico das bibliotecas populares em diferentes contextos e situações indica a necessidade de ajuste de seus conceitos e processos a paradigmas histórico-culturais comprometidos com as grandes questões populares e, também, suas posições na ordem e nos contextos político-culturais vigentes. E, nesse sentido, independentemente da vinculação a que está submetida, a “biblioteca forum” é modalidade que, além do acesso, constitui-se segundo premissas que têm no protagonismo cultural sua razão de ser, assim como na constituição de territórios discursivos verdadeiramente participativos. Em outras palavras, em vez de “democratização cultural”, proposta pelo “emporium”, o *forum* propõe a “democracia cultural” (DARRAS, 2003), mais que oferecer cultura, é território de criação, isto é, de ação afirmativa e dinâmica sobre os signos, os objetos, as formas e ideias culturais,

em processos permanentes de construção e reconstrução de sentidos para si e para o mundo físico e social.

Referências

REFERÊNCIAS²⁰

ABDANUR, E. F. **Os "ilustrados" e a política cultural em São Paulo: o departamento de cultura na gestão Mario de Andrade (1935-1938)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278642>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ABREU, M. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, M.; SOIHET, R. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Edue, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas populares: características e confrontos**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1992.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Edue, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@** Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v.8, n.2, p.132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Prefácio. SPUDEIT, D. F. A. de O.; MORAES, M. B. de (Orgs.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 278p. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/216>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, APB, 1997.

ALVAREZ ZAPATA, D. et al. Representaciones bibliotecarias sobre la biblioteca pública, la lectura, el lector, la promoción y la animación a la lectura en Medellín, Colombia. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 23, n. 49, p. 197-240, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2009000300008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2020.

ÁLVARO ALBERTO, A. Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular). 1934. *In*: MIGNOT, A. C. V. **Armanda Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. p. 118-128. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205194. Acesso em: 28 maio 2019.

²⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

- ANDRADE, A. M. C. de. Novas possibilidades em informação popular. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 23-41, jan./jun. 1991. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002774>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- ANDRADE, A. M. C. de. Reflexões sobre ideologia e bibliotecas. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, João Pessoa, 11, 1982. **Anais [...]**. João Pessoa, 1982, p. 391-397. Disponível em: http://repositorio.febab.libertar.org/files/original/21/2080/Febab_C_B_B_D_V_I_Joao_Pessoa_26.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.
- ANDRADE, M. **Bibliotecas populares**. Revista do Livro, v. 2, n.5, 1957.
- ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAÚJO, C. Á. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, C. Á. A. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p. 68-79, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- ARAÚJO, C. Á. A. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, p. 41-58, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- ARAÚJO, E. A. de. **O discurso do livro como discurso do estado: estudo de caso do INL**. 1991. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1991.
- ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. *In*: OLIVEIRA, M. de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-44.
- ARNOLD, M. Les Bibliothèques populaires, d'hier à aujourd'hui. **Bulletin des bibliothèques de France**, [s.l.], n. 2, 2014. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/tour-d-horizon/les-bibliotheques-populaires-d-hier-a-aujourd-hui_64613. Acesso em: 28 maio 2019.
- ARRUDA, G. M. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 2000. Disponível em: <http://bibliotecaproduz.files.wordpress.com/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publicakatty.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.
- ASSOCIATION d'études fouriéristes. *In*: **Charlesfourier.fr**. Paris, France: Association for Fourierist Studies, 2019. Disponível em: <http://www.charlesfourier.fr/>. Acesso em 19 nov. 2020.

AYALA, M.; AYALA, M. I. N. **Cultura popular no Brasil**: perspectiva de análise. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

AZEVEDO, F. J. de. Bibliotecas populares e serviço de leitura a domicílio. **Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade**, v. 15. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, 1950.

BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet Lemos, 2007.

BARATA, P. J. S. As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 174, p. 37-63, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2020.

BARBATO JÚNIOR, R. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2004.

BARRÍA GONZÁLEZ, G. et al. **Fundamento teórico y conceptual de las bibliotecas populares bajo la perspectiva de la Bibliotecología**. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Playa Ancha, Valparaíso, 1991. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/19523/1/Tesis%20pregrado%20Y.Catal%C3%A1n.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

BARRÍA GONZÁLEZ, G. **Participación ciudadana a través de la red de bibliotecas populares del gran Valparaíso (Chile)**. 2018. 22 p. (Serie Bibliotecología y Gestión de Información, n. 103). Disponível em: <https://repositorio.utem.cl/handle/30081993/883>. Acesso em: 26 dez. 2020.

BENÍCIO, C. D.; SILVA, A. K. A. da. Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica. **Biblionline**, v.1, n.2, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/580>. Acesso em: 03 de. 2020. Acesso em: 28 maio 2019.

BIBLIOTECAS populares. **TAREA**. Lima, n. 9/10, ago. 1984. p.43-53.

BIBLIOTECAS populares no estrangeiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 28, p. 274, out. 1936.

BIBLIOTECAS portuguesas. In: **Grande enciclopédia portuguesa e brasileira**. Lisboa: Editorial Enciclopédia, v. 4, p. 655, 1957.

BIBLIOTHECAS Proletárias ou Populares. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 16. 4 nov.1933. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?anchor=4620309&pd=cbe2776b8faca244fcc4c5a7e4d5701b>. Acesso em: 28 maio 2019.

BIBLIOTHEQUES populaires et loisirs ouvriers: enquête faite à la demande du Bureau International du Travail par l'Institut International de Coopération Intellectuelle. Paris: Société des Nations, 1933. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48818-bibliotheques-populaires-et-loisirs-ouvriers.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BIBLIOTHÈQUES populaires. In: **ENSSIB**, 2014. Disponível em: <https://www.enssib.fr/le-dictionnaire/bibliotheques-populaires>. Acesso em: 28 maio 2019.

BODT, R. de. Postface. In: ROMAINVILLE, C. Démocratie culturelle & démocratisation de la culture. **Repères**: Histoire des politiques culturelles, Bruxelles, n. 4-5, p. 27-30, juin 2014. Disponível em: http://www.opc.cfwb.be/index.php?eID=tx_nawsecuredl&u=0&g=0&hash=c83d5adfe788ac0b70785f7ce1b25e023cd7259d&file=fileadmin/sites/opc/upload/opc_super_editor/opc_editor/documents/pdf/publications_OPC/Reperes_N4-5_BAT_BD.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

BOMENY, H. **Um poeta na política**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

BOUCHAREB, H. **Penser et mettre en oeuvre la lecture publique**: discours, débats et initiatives (1918-1945). 2016. Tese (Doutorado em História) – L'Université Lumière Lyon, Lyon, 2016. Disponível em: http://theses.univ-lyon2.fr/documents/lyon2/2016/bouchareb_h/pdfAmont/bouchareb_h_these_udl.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Controladoria - Geral da União. Portal da transparência. **Controle Social**: Conselhos municipais e controle social. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Bibliotecas 1960**. Rio de Janeiro: SEEC/MEC, 1962

BRETTAS, A. P. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **BIBLOS**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 101-118, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1153>. Acesso em: 28 maio 2019.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CACHIN, M. F. Introuvables bibliothèques populaires anglaises. In: SANDRAS, A. (org.). **Des bibliothèques populaires à la lecture publique**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2014. p. 301-317. Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesenssib/12463>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CACHIN, M. F. **Une nation de lecteurs?**: la lecture en Angleterre (1815-1945). Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2010. 270 p. Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesenssib/767>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALANDRO, R. E. **Projetos alternativos de bibliotecas: entre a democratização do acesso ao livro e a difusão ideológica**. 2011. 82 f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/431/1/calandro-projetos%20alternativos%20de%20bibliotecas.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

CALIXTO, J. A. et al. Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública. **Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: integração, acesso e valor social**, 11, 2012, Lisboa. Atas. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/340/pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1989.

CAPANEMA, G. **Arquivo Gustavo Capanema**: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura, série G, 36.10.30 pasta II doc.14. São Paulo: FGV/CPDOC. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_G&hf=www.fgv.br&pagfis=41909. Acesso em: 03 abr. 2020

CARVALHO, F. M. das C. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo Artium Severum Gaudium** (A alegria séria das artes). 2019. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16102019-160703/pt-br.php>. Acesso em: 09 de. 2020.

CARVALHO, L. M. Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante? **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 23-29, jan./dez. 1991. Disponível em: www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_a92b1e8460_0013935.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

CASTILLO ATIENZA, M. J. **Un análisis del papel actual de la Biblioteca Popular en Argentina como agente promotor de transformación social**. 2012. Projeto Final de Carreira. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2012. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.642/te.642.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Paulo do Gato, 2011.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CASTRO ALIAGA, C. A. **La Biblioteca Nacional del Perú y las bibliotecas públicas municipales: avances y perspectivas**. 2002. Trabalho de conclusão de

curso (Licenciatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Escola Acadêmica Profissional de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade Nacional de São Marcos, Lima, 2002. Disponível em:

https://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/tesis/human/castro_a_c/indice.htm. Acesso em: 2 dez. 2020.

CASTRO, C. **Leitura de adultos com escolaridade tardia**. São Luís: UFMA, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CEVASCO, M. E. **As dez lições sobre os estudos culturais**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

CHAMBON, F. Le rôle social des bibliothèques: quels terrains d'action et stratégies d'alliances pour la réduction des inégalités d'accès au savoir? *In: ENSSIB*, Memória de Estudos. 2010. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48221-le-role-social-des-bibliotheques.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, dez. 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005>. Acesso em: 28 maio 2019.

CHATEIGNER, F. L'expression « éducation populaire » dans les discours publics français (1815-1950). *In: Christen, C. ; BESSE, Laurent (org.). Histoire de l'éducation populaire*, 1815-1945. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2017. p. 51-62. Disponível em: <http://books.openedition.org/septentrion/10941>. Acesso em: 09 dez. 2020.

CHAUÍ, M. A cultura. *In: CHAUÍ, M. Convite à filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012, p. 304-315.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Política cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CLARO, S. F. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória - 1934-1950). 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09022009-164245/pt-br.php>. Acesso em: 03 maio 2021.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. [rev. e ampl.]. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COMO constituir una Biblioteca Popular? In: **CONABIP** – Comissão Nacional de Bibliotecas Populares. [Argentina, s.d.]. Disponível em: <https://www.conabip.gob.ar/node/40#overlay-context=node/13>. Acesso em: 2 dez. 2020.

COSTA, A. L. J. da. Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100472&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 maio 2019.

COSTA, L. M. R. **Biblioteca de caráter público e práticas leitoras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7835>. Acesso em: 09 dez. 2020.

CRIPPA, G. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramaZero** - Revista de Informação, v. 16, n. 2, abr. 2015. Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2017/.../pdf_de82b37ee7_0000023441.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

CUNHA, L. A. A educação e a construção de uma sociedade aberta. In: CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DARRAS, B. Étude des conceptions de la culture et de la médiation. **MEI «Médiation et information** », Paris, n. 19, 2003. Disponível em: http://www.meiinfo.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_4.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

DE LUCA, T. R. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

DECCA, M. A. G. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DEPALLENS, J. La bibliotecología necesita de una revolución cultural. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 10, n. 1, p. 7-14, jan./jun. 1987. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/329302/20785787>. Acesso em: 05 dez. 2020.

DESMARS, B. Des cours et des bibliothèques pour changer le monde? Les fouriéristes et l'éducation populaire (1848-vers 1875). In: **Histoire de l'éducation populaire**, 1815-1945. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2017. Disponível em: <http://books.openedition.org/septentrion/10957>. Acesso em: 09 dez. 2020.

DESMARS, B. Militantisme et bibliothèques populaires. L'action des fouriéristes des années 1860 aux années 1880. In: **Bibliothèques en utopie**: Les socialistes et la lecture au XIXe siècle. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2020. Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesenssib/10788>. Acesso em: 09 dez. 2020.

DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

ESPANHA. **Ley de Instrucción Pública de 9 de septiembre de 1857**: Ley Moyano. Disponível em: http://elgranerocomun.net/IMG/pdf/Ley_Moyano_de_Instruccion_Publica_1857_.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

EVANGELISTA, A. M. da C. **Arroz e feijão, discos e livros**: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967). 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1432.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FABIETTI, E. Per la sistemazione delle Biblioteche Pubbliche 'nazionali' e 'popolari', In: **Nuova Antologia**, v. 270, n. 1393. abr. 1930.

FERNÁNDEZ ARREA, D. **Estudios sociales sobre la educación de los pueblos**. Madrid: Libreria de D. Leon Pablo Villaverde, 1864. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5326939698&view=1up&seq=61>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FERREIRA, L. da C. **Educação, escola e trabalho**: projetos e reformas educacionais entre o império e a república brasileira (1879-1909). 2015. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1747.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.113-122, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/673/653>. Acesso em: 28 maio 2019.

- FERREIRA, S. A. **Produção científica sobre biblioteca pública nos programa de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- FIGUEIREDO, A. S. R. **Desenvolvimento da biblioteconomia em São Paulo**; conferência realizada no DASP. Rio de Janeiro, 1945.
- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 28 maio 2019.
- FOGAGNOLI, M. M. **“Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1541.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- FONSECA, V. M. da; FERREIRA, C. L. Educação e cultura populares: conceitos, “não-conceitos” que se cristalizam e se dissolvem! **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 101-112, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/797>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- FREIRE, P. A educação de adultos e bibliotecas populares: considerações preliminares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. **Anais [...]**. João Pessoa: APBPb, 1982, v. II, p.93-109.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- FROTA, M. G. da C. Biblioteca Pública – espaço de formação da opinião pública? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 79-94, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2271/1489>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOÉS, M. **De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-1964):** uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p.151-163, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2264>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pionera, 1983.

GÓMEZ HERNÁNDEZ J. A. La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares». De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, vol. 3, n. 2, 55-94, 1993. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID9393220055A>. Acesso em: 09 dez. 2020.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, J. A. La acción social de las bibliotecas: alfabetización e inclusión como servicio bibliotecario. In: GÓMEZ HERNÁNDEZ, J. A.; REHECHO, A. C.; WALS, J. A. M. (org.) **Brecha digital y nuevas alfabetizaciones**. El papel de las bibliotecas. n. 1. Madrid, Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid, 2008. p. 23-38. Disponível em: https://eprints.ucm.es/8224/3/Brecha_digital_y_nuevas_alfabetizaciones.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

GONZALEZ A. E. Bibliotecas populares y trabajo cultural. **Revista de Documentación y Información**, Lima, v.4, n.7, p. 41-49, 1983.

GUERREIRO, M. V. **Guia de recolha de literatura popular**. 2. ed. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia, 1982.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**: Cultura, Mídia e Educação, Porto Alegre, v. 22, ed. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

HASSENFORDER, J. **Développement compare des bibliothèques publiques em France, em Grande-Bretagne et aux États-Unis dans le seconde moitié du XIX siècle (1850-1914)**. Paris: Cercle de la Libraire, 1967. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12438285.pdf>. Acesso em 09 de. 2020.

HORELLOU-LAFARGE, C. **Sociologia da leitura**. Cotia: Atêlie Editorial, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss**. São Paulo: Objetiva, 2008.

JARAMILLO, O. et al. **La biblioteca pública**: uma mirada desde su génesis y desarrollo. Medellín: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2005.

JARAMILLO, O.; MONTOYA, M.; GÓMEZ, B. La biblioteca pública popular: cuatro experiencias de desarrollo. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, ano 2002, v. 25, n. 1, p. 37-63, jan.-jun., 2002. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2942842. Acesso em: 3 dez. 2020.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOHNSTON, H. **What is a Social Movement?** Polity, 2014.

KUHLTHAU, C. **Seeking meaning**: a process approach to library and information services. London: Libraries Unlimited, 2004.

LAMELA, E. C. **Da instrução dos trabalhadores à revolução social**: a formação da universidade popular de ensino livre no Rio de Janeiro em 1904. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13842>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LAMELA, E. C. Instrução e revolução social: a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904. *In: Simpósio Nacional de História*, 19, 2017, Brasília, **Anais eletrônicos** [...] Brasília, Universidade de Brasília, 2017b. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488563234_ARQUIVO_LamelaAnpuh2017.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 26. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de biblioteconomía: organización técnica y científica de las bibliotecas**. Madrid: Mayfe, 1952.

LEMAÎTRE, M. H. France : les bibliothèques et les loisirs ouvriers. *In: BIBLIOTHEQUES populaires* et loisirs ouvriers: enquête faite à la demande du Bureau International du Travail par l'Institut International de Coopération Intellectuelle. Paris: Société des nations, 1933. p. 159-163. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Vinao/publication/317586458_A_la_cultura_por_la_lectura_Las_bibliotecas_populares_1869-1885/links/59416139a6fdcc13d688b2dc/A-la-cultura-por-la-lectura-Las-bibliotecas-populares-1869-1885.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

LE MOS, C. K. de. **Bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs)**: a construção de uma cultura comum. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10012013-184342/pt-br.php>. Acesso em: 09 dez. 2020.

LESSA, B.; GOMES, H. F. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 35-46, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/30765/17410>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 161-180, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22785>. Acesso em: 28 maio 2019.

LIMA, C. de B.; PERROTTI, E. O Bibliotecário como mediador cultural. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Marília, 18, 2017. **Anais eletrônicos** [...] Marília: UNESP, p. 1- 20, 2017.

LIMA, E. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 133-145, set. 1982. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 28 maio 2019.

LIMA, J. A. SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular: a informação a serviço das organizações populares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, n. 1/4, p. 32-41, dez. 1986. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/55>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LITTON, G. **Biblioteca pública**. México, Agencia para el Desarrollo Internacional, 1973.

LÓPEZ, A. G. La biblioteca centro del que-hacer comunitario. **Serie Bibliotecología y Gestión de Información**, Chile, n. 49, p. 1-33, out. 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13533/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MACGREGOR, J. A. Documento-base para a rede de coletivos culturais comunitários. In: CALABRE, L. (org.) **Políticas culturais: pesquisa e informação**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível em: <http://187.0.209.89/bitstream/20.500.11997/8788/1/Pol%C3%ADticas-Culturais-pesquisa-e-forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 de. 2020.

MACHADO, A. Liga Operária Beneficente de Florianópolis: nascimento e morte de uma biblioteca popular. 2001. **Revista ACB**, v. 6, n. 1, p. 129-146, ago. 2001. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/363/430>. Acesso em: 08 mar. 2019.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p.

80-94, 5 ago. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 28 maio 2019.

MACHADO, E.; ELIAS JÚNIOR, A.; ACHILLES, D. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 115-127, dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263/1521>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. Biblioteca pública, entre teoria e prática. **BIBLOS**, v. 29, n. 2, fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4909>. Acesso em: 28 maio 2019.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis, FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1284>. Acesso em: 28 maio 2019.

MADELLA, R. **Bibliotecas comunitárias**: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93628>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MÁRQUEZ CRUZ, G. Sociología de la biblioteca pública en España en el proceso de modernización: de los orígenes de la organización bibliotecaria a la burocratización de la lectura (1808-1939). *In*: **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecario**, 4, 12-13, p. 23-55, dez. 1988. Disponível em: <https://www.aab.es/publicaciones/bolet%C3%ADn-aab/bolet%C3%ADn-10-19/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MARTINEZ, Paulo. **Os nacionalistas**. São Paulo: Scipione, 1996.

MARTINS, A. A. L. Informação e mediação: lutas pela significação do real. *In*: MOURA, M. A. **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/09_Informacao_e_mediacao_-_Ana_AL_Martins.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura? *In*: ABREU, M. (org.) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 2000.

MEDEIROS, A. L. Bibliotecas e cidadania. **Sinais Sociais**, v. 4, n. 13, p. 10-45, maio/ago. 2010. Disponível em:

<http://www.sesc.com.br/portal/publicacoes/sesc/revistas/sinaissociais/n13/n13>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MEJÍA, M. El manejo de información sobre cultura popular: Una estrategia de la Biblioteca Pública para estimular el acceso al conocimiento y apoyar procesos de alfabetización. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Colômbia, v. 14, n. 1, p. 61-70, nov. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/97724>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MENDOZA (Estado). Comisión Provincial Protectora de Bibliotecas Populares. **Historia de las bibliotecas populares**. Mendoza, Argentina: COPROBI, 2016. Disponível em: <https://www.mendoza.gov.ar/cultura/co-pro-bip/historia-de-las-bibliotecas-populares/>. Acesso em 03 abr. 2020.

MENESES TELLO, F. Las bibliotecas populares: espacios comprometidos con la educación al servicio del pueblo. **Fuentes**, La Paz, n. 13, v. 5, p. 30 – 35, abr. 2011. Disponível em: <http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/fdc/v5n13/a06.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MENOU, M. National information policy in the less developed countries: an educational perspective. **International Library Review**, v. 23, n.1, p. 49-64, mar. 1991.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar: centro de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MILANESI, L. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mario de Andrade**, São Paulo, v.51, p. 59-64, jan./dez. 1993.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, J. D. de. A educação libertária no brasil: uma trajetória. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, I., 2000, Rio de Janeiro. I Seminário de Documentação **Alternativa** [...]. Rio de Janeiro: 2000. Tema: Educação no Brasil: História e Historiografia, Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/077_jose_damiro.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Brasília: ABDF, 1983.

MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1970.

- MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n.1, p. 7-54, 1984. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15746>. Acesso em: 28 maio 2019.
- MULIN, R. B. **Cultura e Bibliotecas em São Paulo**: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Centro de Educação, Filosofia e Teologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- MUNIZ, É. S. Comida, ciência e trabalho: nutrição e assistência social no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1940-1945. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 15, p. 187-207, 2018. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2019/05/Artigo-3_Livre.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.
- NEGRÃO, M. B. **Biblioteca pública municipal de São Paulo**: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- NOGUEIRA, M. C. D. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76419>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- NUNES, A. d'A. A formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia. *In*: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** n. 99, p.75-113, 2004. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/antonietta_nunes2_artigo.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.
- O QUE é uma Biblioteca Popular? *In*: **CONABIP** – Comissão Nacional de Bibliotecas Populares. [Argentina, s.d.]. Disponível em: <https://www.conabip.gob.ar/node/40#overlay-context=node/13>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- OLIVEIRA, A. L. de. Estudo sobre o conceito de negociação cultural nos processos de mediação e apropriação da informação. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VII, 2017, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, p. 398-413, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/473/286>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937–1989. 1994. Tese. (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

- PASSOS, S. De biblioteca erudita a biblioteca popular? As práticas de Leitura Pública na Biblioteca Pública Municipal do Porto (1833-1926). *In: Porto Romântico*, Porto, n. 29-30, abr. 2011. Disponível em: http://eprints.rclis.org/17851/1/Porto_Romantico.pdf. Acesso em: 09 de. 2020.
- PAULSEN, D. F. A biblioteca como agente de dominação, ou o feitiço contra o feiticeiro. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, n. 2, p. 72-75, jan./dez. 1987. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/99992>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- PELLEGRINI FILHO, A. **Comunicação popular escrita**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- PEOTTA, M. **Action culturelle en bibliothèque et participation des populations**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sciences de l'information et des bibliothèques) - Faculté de Sciences de l'information et des bibliothèques, Université de Lyon, Lyon, 2014. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/65022-action-culturelle-en-bibliotheque-et-participation-des-populations.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- PEREIRA, J. C. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. *In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT*, 4., 2008, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UfBa, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14112.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.
- PEREIRA, L. C. B. **Pactos políticos: do populismo à redemocratização**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, M. B. **Cultura e Cidade: prática e política cultural na São Paulo do Século XX**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13093>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- PERISSINOTTO, R. M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1899 – 1930**. São Paulo: FAPESP; Campinas: UNICAMP, 1999.
- PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. *In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (orgs.). Informação e Protagonismo Social*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- PERROTTI, E. Sonhos e biblioteca. **Revista Carta da Escola**, jun., 2008. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Sonhos%20e%20bibliotecas.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 28 maio 2019.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. **Mediação Cultural: paradigmas e dispositivos culturais**, 2017. 52 slides. Material das aulas da disciplina Mediação cultural: teoria e prática. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de São Paulo, São Paulo, ago. 2017.

PERROTTI, E.; VERDINI, A. S. Estações do Conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: ROMÃO, L. M. S. (org.) **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta, 2008, p. 13-40.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/pt-br.php>. Acesso em: 09 dez. 2020.

PINTO, M. de F. M. M. **Bibliotecas populares em Portugal: práticas e representações: esboçar de uma missão (1870 – 1930)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28321>. Acesso em: 09 dez. 2020.

POPULAR. In: **Grande enciclopédia portuguesa e brasileira**. Lisboa: Editorial Enciclopédia, v. 22, p. 487, 1957.

POULAIN, M. **Les bibliothèques publiques en Europe**. Paris: Le Cercle de la librairie, 1992.

RABELLO, O. C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p. 19-42. 1987. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 28 maio 2019.

RAMOS, P. de A. Partido Republicano Paulista (PRP) In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Verbete**. CPDOC/FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>. Acesso em: 09 dez. 2020.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157>. Acesso em: 13 dez. 2018

- RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32317>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- REBELO, C. A. **A difusão da leitura pública**: as bibliotecas populares (1870-1910). Porto: Campo das Letras, 2002.
- REGEDOR, A. J. B. **Bibliotecas, informação, cidadania**: políticas bibliotecárias em Portugal, séculos XIX-XX. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4291>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- REIS, P. F. dos. **Políticas culturais do governo Lula**: análise do sistema e do plano nacional de cultura. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10812>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- REQUISITOS para ser uma Biblioteca Popular. *In*: **CONABIP** – Comissão Nacional de Bibliotecas Populares. [Argentina, s.d.]. Disponível em: <https://www.conabip.gob.ar/node/40#overlay-context=node/13>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- RICHTER, N. Aux origines de la lecture publique. **Bulletin des bibliothèques de France**. n. 4, 1978. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1978-04-0221-001>. Acesso em: 28 maio 2019.
- RIO DE JANEIRO (Cidade). **Decreto nº 33444, de 28 de fevereiro de 2011**. Altera a estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Cultura – SMC e de Educação – SME, na forma que menciona, e dá outras providências. D.O. Rio. Rio de Janeiro, 01 jan. 2011. n. 232, p. 4-5. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00000318&page=5&search=bibliotecas%20escolares. Acesso em: 28 maio 2019.
- RIZZINI, C. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.
- ROCHA, M. M. O. Documentação Popular: considerações teóricas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 1994. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_590b0d2cc3_0013922.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.
- RODRIGO ECHALECU, A. M. **La política del libro durante el primer franquismo**. Tese Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, 2016. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/39125/1/T37819.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

RODRIGUES, E. **Quem tem medo do anarquismo?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

RODRIGUEZ, A. D. **A biblioteca pública no discurso científico: positivities ao longo da década (2001-2010).** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49421>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ROMANI, C. Da biblioteca popular à escola moderna: breve história da ciência e da educação libertária na América do Sul. **Educação Libertária – Educação e Revolução na Espanha Libertária.** São Paulo, n.1, Imaginário/IEL, p. 87-100, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/1318270/DA_BIBLIOTECA_POPULAR_%C3%80_ESCOLA_MODERNA_Breve_hist%C3%B3ria_da_ci%C3%A2ncia_e_educac%C3%A7%C3%A3o_libert%C3%A1ria_na_Am%C3%A9rica_do_Sul. Acesso em: 02 dez. 2020.

SABELLI, M. Bibliotecas públicas: “la biblioteca para todos”, el espacio de cultura de la comunidad para la información, el debate y la creación. **Informatio**, Montevideo, n. 2, p. 5-17, 1997. Disponível em: <https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/16/2>. Acesso em: 3 dez. 2020.

SAES, G. A. M. de. **A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo.** 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042006-181955/pt-br.php>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SANDRAS, A. (org.). **Des bibliothèques populaires à la lecture publique.** Villeurbanne, Les Presses de l'Enssib, 2014.

SANTA ANNA, J. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 232-246, 31 maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641701>. Acesso em: 28 maio 2019.

SANTOS, B. A.; ARRUDA, M. A. J.; GUARALDO, T. de S. B. A mediação da informação e da cultura: uma discussão contextual. In: SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. (org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação.** São Paulo: Abecin, 2020. cap. 1, p. 16-41. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/32/1>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jul. 2011. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Câmara dos Deputados. **Projeto nº 60 de 1911**. São Paulo, 16 de dezembro de 1911. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=33937>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Câmara dos Deputados. **Projeto nº 72 de 1895**. São Paulo, 20 de agosto de 1895. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=32630>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Câmara dos Deputados. **Projeto nº 69 de 1912**. São Paulo, 4 de dezembro de 1912. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=34160>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SCHAPOCHNIK, N. A leitura no espaço e o espaço de leitura. In: Schapochnik, N. (org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**, São Paulo: Fapesp; Campinas: ALB/Mercado das Letras, 2005.

SCHAPOCHNIK, N. Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. In: CAVALCANTE, M. J. M. et al. **História da educação: vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SCHAPOCHNIK, N. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência da Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870 – 1889. **Historia y Espacio**, [S.l.], v. 14, n. 51, dez. 2018. Disponível em: http://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/7275. Acesso em: 28 maio 2019.

SCHAPOCHNIK, N. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 25, 2002, Salvador. **Anais [...]** Salvador: INTERCOM, 2002.

SEGUIN, J. P. **Eugène Morel et la lecture publique: un prophète en son pays**. 9. ed. Paris: Éditions de la Bibliothèque publique d'information, 1994. Disponível em: <http://books.openedition.org/bibpompidou/1827>. Acesso em: 28 maio 2019.

SHARMA, P. Biblioteca na sociedade. In: **Bibliotecas e sociedade**. Nova Deli: Ess Publications, 1987. p.1-9

SHERA, J. H. **The library and society, an introduction to library science: basic elements of library service**, Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1976.

SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023>. Acesso em: 09 dez 2020.

SILVA, S. B. da. **O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11000>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SILVA, S. C., LUIZ, D. E. C. Cultura política, participação e democracia no Brasil: reflexões a partir da perspectiva gramsciana. *In: Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil*, 7, 2012, Uberlândia, MG. **Anais [...]** Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, 2012. Disponível em: www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/022.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

SILVA, V. L. M. da. **Cultura e Informação: um estudo da Rede de Bibliotecas Populares da Cidade do Rio de Janeiro.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/715>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVEIRA, F. J. N. da. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “Moderno Profissional da Informação”. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1873/2275>. Acesso em: 28 maio 2019.

SILVEIRA, F. J. N. da; REIS, A. S. dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740>. Acesso em: 28 maio 2019.

SOCIÉTÉ Franklin. *In: Comité des travaux historiques et scientifiques: Institut rattaché à l'École nationale des chartes.* Aubervilliers Cedex, França: L'École Nationale des Chartes Bâtiment de recherche Nord, 2019. Disponível em: <http://cths.fr/an/societe.php?id=100748#>. Acesso em: 03 abr. 2020.

SOUSA, A. C. M. de; SANTOS, R. do R.; JESUS, I. P. de. Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-20, set. 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1333>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SOUZA, C. M. de. Biblioteca: uma trajetória. *In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA*, 3. 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.geocities.ws/csouza952/IIICIB.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p.52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887/922>. Acesso em: 28 maio 2019.

- SZAFRAN, P. La biblioteca popular como proyecto político en Uruguay. *In*: Conferência Internacional de Comunicação e Cultura Popular na América Latina e o Caribe: representações e projetos políticos nas culturas populares hoje, 2019, Santiago do Chile, **Atas** [...]. Santiago do Chile, Universidade do Chile, p. 182-190, 2019. Disponível em: <http://www.culturapopular.cl/wp-content/uploads/2020/03/actas-conferencia-v.-final.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- SZAFRAN, P. Las bibliotecas populares en el escenario cultural de América Latina: las experiencias de Argentina y Uruguay. **A Contracorriente**: una revista de estudios latinoamericanos, v. 13, n. 3, p. 161-181, 2016. Disponível em: <https://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/1447>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- SZAFRAN, P. **Perfil del intermediario de información en bibliotecas para el gran público**: el caso de las bibliotecas populares en Montevideo. Montevideo: EUBCA, 2002.
- UNESCO. **Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural**. UNESCO. Paris, França, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.
- VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6604?locale-attribute=en>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- VERGUEIRO, W. de C. S. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 16, n. 2, p.207-215, jul./dez. 1988. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_4caf8e622a_0017665.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.
- VIDAL, D. La rebeldía imprevista del público libertario de hace un siglo. **Ipotesi**, Juiz de Fora, n. 2, v. 17, p. 101-114. jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/roberto_de_las_carreras/lib/exe/fetch.php?media=12-la-rebeldi_uea-imprevista.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.
- VIEIRA, Keitty Rodrigues. **As contribuições da Escola de Chicago para a ciência da informação**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204479/PCIN0192-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- VIEIRA, M. V. A imprensa Matutina e o antilusitanismo em Goiás no início do período regencial. *In*: FERREIRA, T. B. da C.; RIBEIRO, G. S.; GONÇALVES, M. de S. (org.). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**.

São Paulo: Alameda, 2013. p. 149-173. Disponível em: https://www.academia.edu/9321521/O_Oitocentos_entre_livros_livreiros_impessos_missivas_e_bibliotecas. Acesso em: 09 dez. 2020.

VIÑAO FRAGO, A. A la cultura por la lectura. Las bibliotecas populares (1869-1885). In: GUEREÑA, J. L.; TIANA, A. (org.). **Clases populares, cultura, educacion**. Madrid: Casa de Velazquez, 1989, p. 301-335. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Vinao/publication/317586458_A_la_cultura_por_la_lectura_Las_bibliotecas_populares_1869-1885/links/59416139a6fdcc13d688b2dc/A-la-cultura-por-la-lectura-Las-bibliotecas-populares-1869-1885.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.